ISSN 1806-6445

v. 14 n. 26 São Paulo Dez. 2017

sur

revista internacional de direitos humanos

edição 26

RESILIÊNCIA
AUTOCUIDADO
RESISTÊNCIA
MANIFESTAÇÃO
ESTRATÉGIAS
ALIANÇAS
SOCIEDADE CIVIL

conectas direitos humanos

v. 14 n. 26 São Paulo Dez. 2017

sur

revista internacional
de direitos humanos

edição **26**

EQUIPE EDITORIAL

CONSELHO EDITORIAL
Christof Heyns. Universidade de Pretória | África do Sul
Emilio García Méndez. Universidade de Buenos Aires | Argentina
Fifi Benaboud. Centro Norte-Sul do Conselho da Europa | Portugal
Fiona Macaulay. Universidade de Bradford | Reino Unido
Flávia Piovesan. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo | Brasil
J. Paul Martin. Universidade de Columbia | Estados Unidos
Kwame Karikari. Universidade de Gana | Gana
Mustapha Kamel Al-Sayyid. Universidade do Cairo | Egito
Roberto Garretón. Ex-Funcionário do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos | Chile
Upendra Baxi. Universidade de Warwick | Reino Unido
EDITOR
Oscar Vilhena Vieira
EDITORES EXECUTIVOS
Oliver Hudson. Editor de Operações
Maryuri Mora Grisales. Editora assistente
CONSELHO EXECUTIVO
Albertina de Oliveira Costa
Camila Asano
Conrado Hübner Mendes
Glenda Mezarobba
Juana Kweitel
João Paulo Charleaux
Laura Waisbich
Marcos Tourinho
Rafael Custódio
REFERÊNCIAS
Renato Barreto
CONSELHO CONSULTIVO
Alejandro M. Garro. Universidade de Columbia | Estados Unidos
Bernardo Sorj. Universidade Federal do Rio de Janeiro / Centro Edelstein | Brasil
Bertrand Badie. Sciences-Po | França
Cosmas Gitta. PNUD | Estados Unidos
Daniel Mato. CONICET - Universidade Nacional Tres de Febrero | Argentina
Daniela Ikawa. Rede Internacional para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais/ Universidade de Columbia | Estados Unidos
Ellen Chapnick. Universidade de Columbia | Estados Unidos
Ernesto Garzon Valdés. Universidade de Mainz | Alemanha
Fateh Azzam. Fundo Árabe para os Direitos Humanos | Líbano
Guy Haarscher. Universidade Livre de Bruxelas | Bélgica
Jeremy Sarkin. Universidade de Western Cape | África do Sul
João Batista Costa Saraiva. Juizado Regional da Infância e da Juventude
de Santo Ângelo/RS | Brasil
José Reinaldo de Lima Lopes. Universidade de São Paulo | Brasil
Juan Amaya Castro. Universidade de Amsterdam | Países Baixos/ Universidade para a Paz | Costa Rica
Lucia Dammert. Consórcio Global para a Transformação da Segurança | Chile
Lucia Nader. Open Society Foundations Fellow | Brasil
Luigi Ferrajoli. Universidade de Roma | Itália
Luiz Eduardo Wanderley. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo | Brasil
Malak El-Chichini Poppovic. Conectas Direitos Humanos | Brasil
Maria Filomena Gregori. Universidade de Campinas | Brasil
Maria Hermínia Tavares de Almeida. Universidade de São Paulo | Brasil
Miguel Cillero. Universidade Diego Portales | Chile
Mudar Kassis. Universidade Birzeit | Palestina
Paul Chevigny. Universidade de Nova York | Estados Unidos
Pedro Paulo Poppovic. Brasil
Philip Alston. Universidade de Nova York | Estados Unidos
Roberto Cuéllar M. Instituto Interamericano de Direitos Humanos | Costa Rica
Roger Raupp Rios. Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Brasil
Shepard Forman. Universidade de Nova York | Estados Unidos
Víctor Abramovich. Universidade de Buenos Aires | Argentina
Victor Topanou. Universidade Nacional do Benin | Benin
Vinodh Jaichand. Universidade de Witwatersrand | África do Sul
PROJETO GRÁFICO
Letícia Coelho
IMAGEM DE CAPA
Elisa von Randow & Julia Masagão | assistente: **Beatriz Dórea**
CIRCULAÇÃO
Revista Sur
IMPRESSÃO
AlphaGraphics

SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, SP: Rede Universitária de Direitos Humanos, [2004-2015]
SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, SP: Associação Direitos Humanos em Rede, 2015-

SUR está indexada nas seguintes bases de dados: IBSS (International Bibliography of the Social Sciences); DOAJ (Directory of Open Access Journals) e SSRN (Social Science Research Network). Além disso, Revista Sur está disponível nas seguintes bases comerciais: EBSCO e HEINonline, ProQuest e Scopus. SUR foi qualificada como A2 na Colômbia e no Brasil (Qualis).

SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos / Associação Direitos Humanos em Rede – v.1, n.1, jan.2004 – São Paulo, 2004 - .
Semestral
ISSN 1806-6445 (Impresso)
ISSN 1983-3342 (Online)
Edições em Inglês, Português e Espanhol.
1. Direitos Humanos 2. ONU I. Associação Direitos Humanos em Rede

SUMÁRIO

RETOMANDO O ESPAÇO CIVIL

ENSAIOS

BONDITA ACHARYA, HELEN KEZIE-NWOHA, SONDOS SHABAYEK, SHALINI EDDENS & SUSAN JESSOP	17	*Manter-se firme*
SARA ALSHERIF	27	*Egito: espaços sob ataque*
JONAS BAGAS	37	*Duterte e a saída dos doadores*
ANA CERNOV	51	*A sociedade civil não é a inimiga*
DENISE DORA, RAVINDRAN DANIEL & BARBARA KLUGMAN	65	*O Sul em transição*
SHANNON N. GREEN	77	*Aproveitando o momento*
OLGA GUZMÁN VERGARA	89	*México e sua política externa de negação*
ADRIAN JJUUKO & LINETTE DU TOIT	103	*"Se continuarmos trabalhando, como eles poderão vencer?"*
STEFÁNIA KAPRONCZAY	115	*Guerra contra ONGs na europa oriental*
VALERIE MSOKA	127	*Histórias de luta e inspiração*
VICTORIA IBEZIM-OHAERI	137	*A luta contra o fechamento do espaço civil na Nigéria*
CARLOS PATIÑO PEREDA	149	*Resiliência em tempos de repressão*
ZOYA REHMAN	159	*Resistência feminista on-line no paquistão*
DHANANJAYAN SRISKANDARAJAH & MANDEEP TIWANA	169	*Desafios globais, respostas locais*
ANA MARÍA HERNÁNDEZ CÁRDENAS & NALLELY GUADALUPE TELLO MÉNDEZ	179	*O autocuidado como estratégia política*
MIGUEL DE LA VEGA	189	*Restrições sutis à liberdade de associação*

INFOGRÁFICOS

DESIGN • LETÍCIA COELHO 201 *Infográficos: espaço civil explicado*

VÍDEO ARTIGO

GABRIELA BERND & MARCOS VILAS BOAS 207 *Estratégias para resistir*

DIÁLOGOS

ENTREVISTA COM MAINA KIAI 211 *"Precisamos retornar ao essencial"*

VOZES

HAGAI EL-AD 221 *A realidade de exceção permanente do estado único*

RAULL SANTIAGO 231 *As vidas nas favelas importam*

G. ANANTHAPADMANABHAN & SHAMBHAVI MADHAN 237 *Conectando filantropia e direitos*

CARTA ÀS LEITORAS E AOS LEITORES

JUANA KWEITEL
Diretora-Executiva Conectas Direitos Humanos

JAMES SAVAGE
Assessor de Programa, The Fund for Global Human Rights

OLIVER HUDSON
Editor, Revista Sur

RETOMANDO O ESPAÇO CIVIL

Desde que começamos a preparar a 26ª edição da Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos, à qual a Conectas teve a honra de receber a colaboração do Fundo para os Direitos Humanos Globais (O Fundo), testemunhamos contínuas repressões à sociedade civil em todo o mundo.

Conforme é possível verificar por meio do alcance geográfico das contribuições (vindas de 16 países), assim como no infográfico desta edição, a questão é claramente uma preocupação global. A primeira seção da revista procura abordar as causas dessa repressão, quem a está liderando e se há fertilização cruzada de ideias entre atores.

A edição, portanto, tem como ponto central as estratégias implementadas por ativistas para combater a repressão. Um resumo dessas estratégias pode ser visto em um vídeo que captura uma série de perspectivas de autores y autoras ativistas, compartilhadas durante uma reunião em São Paulo, em outubro de 2017, para uma oficina de escrita.

Ao decidir produzir esta edição especial da Sur, a Conectas e o Fundo visaram resolver a assimetria na produção do material atualmente disponível, a maior parte centrada em diagnósticos e não em respostas às repressões que estamos testemunhando. As contribuições para esta edição fornecem uma riqueza de

estratégias empregadas por ativistas em seus contextos locais, que podem ser adaptadas e replicadas em outros países ou regiões. Os autores oferecem uma avaliação autocrítica, ajudando os leitores a entender quais as estratégias bem-sucedidas, mas também quais os desafios de cada caso.

Esta edição também inclui contribuições que abordam a resiliência financeira, a sustentabilidade e o bem-estar das organizações de direitos humanos no contexto das restrições à filantropia transfronteiriça e a insegurança e o medo criados pela atual onda de repressão em todo o mundo.

Apesar dos difíceis cenários em que operam muitos dos autores e autoras desta edição, a mensagem preponderante não é a de uma batalha perdida contra forças sempre poderosas. Em vez disso, os e as ativistas desta edição descrevem uma sociedade civil vibrante que está se adaptando aos desafios atuais com criatividade, resiliência e esperança. Além disso, as contribuições enfatizam a importância e a eficácia da coordenação e das alianças entre os movimentos da sociedade civil, além dos silos estreitos que frequentemente ocupamos. Quando essa criatividade, resiliência e esperança se combinam com um sentido renovado de propósito comum e comunitário, indo além das linhas tradicionais, começamos a ver uma força que pode resistir à repressão e ser capaz de recuperar o espaço civil.

1 • CAUSAS FUNDAMENTAIS DA REPRESSÃO À SOCIEDADE CIVIL

Para ajudar a entender por que estamos testemunhando essa repressão, Ana Cernov, Victoria Ohaeri, Olga Guzman e Zoya Rehman remetem à percepção negativa dos ativistas de direitos humanos em muitos contextos e às questões que envolvem a legitimidade e a responsabilização das ONGs – muitas vezes

promovida por autoridades repressivas para facilitar suas tentativas de conter a sociedade civil e que limita a capacidade desta de lutar, fazendo com que não conte com apoio público. Maina Kiai, Danny Sriskandarajah e Mandeep Tiwana e Denise Dora, Ravindran Daniel e Barbara Klugman destacam o papel do setor privado e sua convergência de interesses – e até mesmo os flagrantes conluios – tendo os governos repressivos como outro importante motor dessa repressão. Com a maioria das empresas focadas na maximização dos lucros, esses autores e autoras questionam se o setor pode realmente ser visto como um aliado na promoção e proteção dos direitos humanos.

Várias contribuições apontam para o Norte Global, cujo papel em causar a repressão não foi suficientemente examinado. Ana Cernov, Maina Kiai, Danny Sriskandarajah e Mandeep Tiwana concluem que as tendências cada vez mais populistas e nacionalistas que o Norte Global vem promovendo levam governos repressivos a justificar mais descaradamente as restrições por meio da ideia de que "se eles conseguem sair impunes deste tipo de situação, nós também podemos" (Maina Kiai). Além disso, essas tendências também resultam em menos dinheiro destinado ao Sul Global para o apoio ao trabalho crítico que protege e capacita a sociedade civil – seja porque as verbas de apoio estão diminuindo ou porque as populações estão se tornando mais seletivas em suas doações pessoais (Ana Cernov). O papel do Norte não deve ser esquecido no que tange à Força-Tarefa de Ação Financeira (discutida por Ana Cernov, Victoria Ohaeri e Miguel de la Vega) – tendo sido fundada, afinal, por um grupo de países do Norte, o G7, em 1989 – cujo objetivo legítimo de combater o financiamento do terrorismo e evitar a lavagem de dinheiro acabou por fortalecer Estados repressivos.

Fundamentalmente, sustentando tudo isso, está o fato de que a repressão global é um "fenômeno de gênero" (Bondita Acharya, Helen Kezie-Nwoha, Sondos Shabayek, Shalini Eddens e Susan Jessop). As mulheres e a comunidade LGBTI não sofrem apenas a

repressão devido à natureza de gênero de seu trabalho, mas em países onde a sociedade civil está particularmente sob ataque, os papéis de gênero tradicionais e os valores patriarcais são usados como um meio de repressão, agravada por outras formas de discriminação baseada na orientação sexual, classe e raça.

2 • ESTRATÉGIAS QUE ATIVISTAS USAM PARA RESPONDER À REPRESSÃO

Construção de alianças e coalizões

A importância da construção de alianças e coalizões foi mencionada com mais frequência como estratégia-chave para resistir às restrições contra a sociedade civil (Ana Cernov, Stefánia Kapronczay, Adrian Jjuuko e Linette du Toit, Danny Sriskandarajah e Mandeep Tiwana, Miguel de La Vega, Olga Guzman, Raull Santiago, Zoya Rehman, Jonas Bagas, Valerie Msoka e Denise Dora, Ravindran Daniel e Barbara Klugman). Os autores descrevem como a coalizão e a construção de alianças ajudam a quebrar os silos tradicionais nos quais as organizações de direitos humanos muitas vezes operam. Trabalhar em coalizões e alianças proporciona uma voz e uma ação coletivas mais fortes que podem contribuir para o compartilhamento de conhecimento e a capacitação em torno de estratégias e táticas de conformidade e resistência. Além disso, essa estratégia reduz a probabilidade ou o impacto de uma organização ser alvo das autoridades. Dito isto, resta afirmar que o processo apresenta desafios. Decidir sobre quais são os objetivos comuns e assegurar que todas as organizações tenham voz igual, independentemente de seu tamanho e dos recursos de que dispõem, pode ser difícil, na melhor das hipóteses, e o é ainda mais em um contexto de repressão sustentada, no qual as apostas são mais altas. E, às vezes, as opiniões dos membros podem diferir, o que resulta no rompimento e até mesmo no colapso de alianças.

Protestos

O protesto também continua a ser uma estratégia importante e Maina Kiai descreve essa ferramenta como sendo a "mais eficaz" para jogar luz sobre o excesso do poder desfrutado pelo Estado contra a sociedade civil. Sara Alsherif descreve como a *No Military Trials for Civilians* usou os protestos como estratégia para fazer campanha contra julgamentos militares para civis no Egito. A autora examina os perigos que o protesto pode trazer à vida e à integridade física – o que se dá de maneira particularmente acentuada em países que possuem governos repressivos – e a importância de avaliar a estratégia contra essas ameaças. Consequentemente, o grupo readaptou os melhores momentos e maneiras de se realizar protestos como reação à crescente brutalidade das autoridades em relação aos manifestantes.

Pesquisa e advocacy

Victoria Ohaeri e Miguel de la Vega descrevem as razões que levam suas respectivas organizações a considerarem o monitoramento, a compreensão e o registro das medidas restritivas como sendo o primeiro passo na resistência efetiva ao fechamento do espaço civil. É fundamental estarmos cientes de todas as leis que estão sendo discutidas pelo parlamento, uma vez que as tentativas de restringir a sociedade civil podem estar escondidas nos projetos de lei mais inócuos. Além disso, através da construção dessa experiência, as organizações se tornam uma referência sobre o assunto, fortalecendo assim seu trabalho de *advocacy* neste tema, tanto em nível nacional como internacional, nos meios de comunicação e nas audiências parlamentares sobre projetos de lei. Denise Dora, Ravindran Daniel e Barbara Klugman também destacam a produção de conhecimento como uma ferramenta importante – particularmente a partir da perspectiva do Sul Global –, pois ela ajuda a subsidiar a compreensão global sobre as forças empregadas localmente e orientam as respostas das ONGs e dos doadores internacionais.

Engajamento com o sistema legislativo e judicial

Apesar dos importantes desafios e das restrições que muitas autoridades estão colocando para tentar deter a sociedade civil, Miguel de la Vega, Sara Alsherif e Jonas Bagas relatam que é sempre muito importante, em certos contextos, manter o diálogo com o governo e encontrar perspectivas mais tolerantes ou até mesmo aliados, dentro do que pode parecer um sistema político muito fechado. Esses indivíduos podem significar uma brecha de oportunidade para se iniciar um diálogo, apresentar propostas ou encontrar recursos alternativos de financiamento.

Onde os aliados políticos não são possíveis, o sistema de justiça continua a ser uma ferramenta importante, com muitos sucessos, como observado por Victoria Ohaeri, Adrian Jjuuko e Linette du Toit. Além de levar casos aos tribunais nacionais, a importância de operar em nível regional também foi enfatizada por Denise Dora, Ravindran Daniel e Barbara Klugman e Adrian Jjuuko e Linette du Toit. Essa ação ajuda a dissipar a narrativa de que os valores da sociedade civil são derivados do Norte Global – uma estratégia frequentemente empregada por governos repressivos para desacreditar o trabalho das ONGs.

Novos meios de comunicação e espaços on-line

O papel das novas mídias e espaços on-line para combater a repressão é prevalente nas contribuições. A facilidade e a rapidez com que as informações podem ser transmitidas em plataformas como Facebook, Twitter, WhatsApp e Telegram foram citadas como importantes na mobilização de apoio rápido, bem como para ajudar as bases anteriormente inexploradas (Sara Alsherif, Zoya Rehman, Raull Santiago, Victoria Ohaeri, Valerie Msoka e Denise Dora, Ravindran Daniel e Barbara Klugman). Apesar das oportunidades, Bondita Acharya, Helen Kezie-Nwoha, Sondos Shabayek, Shalini Eddens e Susan Jessop, Sara Alsherif e Zoya Rehman observam,

todos eles, os desafios que as ferramentas digitais apresentam. O assédio on-line a ativistas está se tornando cada vez mais comum, particularmente em relação às mulheres. Além disso, as autoridades estão constantemente desenvolvendo novas formas de monitorar essas plataformas. Para combater isso, Sara Alsherif descreve como o desenvolvimento de relações com as empresas de tecnologia pode ajudar os ativistas a ficar um passo à frente do meio-fio.

O uso do vídeo é explorado por Hagai El-Ad e Raull Santiago, ambos descrevendo como este meio é uma ferramenta importante para capturar as restrições infligidas à sociedade civil em seus respectivos contextos. Além disso, Raull Santiago descreve como seu coletivo está tentando usar essas imagens de vídeo, capturadas por membros de sua comunidade, em processos legais contra a força policial.

Resiliência e autocuidado

Carlos Patiño discute a importância de desenvolver e manter a resiliência entre ativistas. O autocuidado é apenas um método que ele discute e que é explorado com mais detalhes por Adrian Jjuuko e Linette du Toit e Ana Hernández e Nallely Tello. Ambos os artigos enfatizam que o autocuidado dos ativistas deve desempenhar um papel central na manutenção do movimento – e que indivíduos e organizações compartilham a responsabilidade de garantir esse bem-estar. O papel dos doadores na garantia de disponibilizar fundos para esse tipo de autocuidado também é discutido por Bondita Acharya, Helen Kezie-Nwoha, Sondos Shabayek, Shalini Eddens e Susan Jessop.

3 • FINANCIANDO O MOVIMENTO E SEUS ATIVISTAS NESTE CONTEXTO

Danny Sriskandarajah e Mandeep Tiwana, Maina Kiai e Bondita Acharya, Helen Kezie-Nwoha, Sondos Shabayek, Shalini Eddens e

Susan Jessop enfatizam que os doadores devem se concentrar mais no financiamento de organizações de base e fornecer meios de financiamento mais flexíveis para permitir ações de resposta rápida por parte de organizações que de outra forma têm suas atividades restringidas por falta de financiamento para seus projetos. Demandas por relatórios trabalhosos e editais de financiamento que criam competição entre as organizações também se destacam como áreas em que os financiadores precisam melhorar suas políticas, o que permitirá que ativistas atuem com agilidade e se concentrem não apenas em sua missão, mas na defesa de espaço para operarem.

Jonas Bagas oferece uma perspectiva crítica sobre a forma como os financiadores se retiram de certos países e regiões, e os graves efeitos desse movimento no contexto do encolhimento do espaço civil. Ele sugere formas de melhor gerenciar esse processo a serem empregadas tanto pelo financiador quanto pela sociedade civil para garantir a sustentabilidade das organizações envolvidas. Inevitavelmente, isso requer adaptabilidade por parte da sociedade civil. A questão da adaptabilidade no contexto das restrições à sociedade civil também é abordada por Shannon Green. Ela apresenta modelos alternativos de organização e financiamento que podem ajudar os e as ativistas a contornar as medidas de repressão contra ONGs. G. Ananthapadmanabhan e Shambhavi Madhan observam que ativistas também devem adaptar sua linguagem e a forma como se comunicam com os financiadores, a fim de reduzir o fosso entre os direitos humanos e o financiamento para o desenvolvimento.

. . .

Finalmente, gostaríamos de enfatizar que esta edição da Revista Sur foi possível graças ao apoio da Fundação Ford, Open Society Foundations, Oak Foundation, Sigrid Rausing Trust, International Development Research Centre (IDRC) e Swedish International Development Cooperation Agency (SIDA), bem como graças a alguns doadores anônimos. Agradecimentos especiais para esta 26a edição vão para o Fund for Global Human Rights, especialmente para James Savage, cuja vontade de compartilhar sua compreensão sobre as questões referentes ao espaço civil com os autores, as autoras e a equipe editorial contribuiu enormemente com a edição.

Somos também profundamente gratos a toda à equipe Conectas e às seguintes pessoas que nos ajudaram nesta edição: Alexandra DeBlock, Adriana Guimarães, Bianca Santana, Celina Lagrutta, Daniella Hiche, Evandro Lisboa Freire, Fernando Campos Leza, Fernando Sciré, Gustavo Huppes, Gustavo Valentim, Isis Lima Soares, Joana Amaral, Karen Lang, Luiza Bodenmuller, Mariana Manfredi, Muriel Asseraf Nilda Bullain, Pedro Maia Soares, Renato Barreto, Sebastián Porrua Schiess e Thiago Amparo. Além disso, a Conectas Direitos Humanos agradece especialmente a colaboração dos autores e o trabalho árduo da equipe editorial e da diretoria-executiva da Revista. As opiniões expressas nos artigos da Revista Sur são de responsabilidade de seus respectivos autores e não expressam necessariamente a opinião editorial da Sur, de Conectas ou de seus parceiros.

As equipes de comunicação da Conectas e do Fund for Global Human Rights merecem grande crédito por sua dedicação a esta edição.

ENSAIOS:
RETOMANDO O ESPAÇO CIVIL

MANTER-SE FIRME
Bondita Acharya, Helen Kezie-Nwoha, Sondos Shabayek, Shalini Eddens & Susan Jessop

EGITO: ESPAÇOS SOB ATAQUE
Sara Alsherif

DUTERTE E A SAÍDA DOS DOADORES
Jonas Bagas

A SOCIEDADE CIVIL NÃO É A INIMIGA
Ana Cernov

O SUL EM TRANSIÇÃO
Denise Dora, Ravindran Daniel & Barbara Klugman

APROVEITANDO O MOMENTO
Shannon N. Green

MÉXICO E SUA POLÍTICA EXTERNA DE NEGAÇÃO
Olga Guzmán Vergara

"SE CONTINUARMOS TRABALHANDO, COMO ELES PODERÃO VENCER?"
Adrian Jjuuko & Linette du Toit

GUERRA CONTRA ONGS NA EUROPA ORIENTAL
Stefánia Kapronczay

HISTÓRIAS DE LUTA E INSPIRAÇÃO
Valerie Msoka

A LUTA CONTRA O FECHAMENTO DO ESPAÇO CIVIL NA NIGÉRIA
Victoria Ibezim-Ohaeri

RESILIÊNCIA EM TEMPOS DE REPRESSÃO
Carlos Patiño Pereda

RESISTÊNCIA FEMINISTA ON-LINE NO PAQUISTÃO
Zoya Rehman

DESAFIOS GLOBAIS, RESPOSTAS LOCAIS
Dhananjayan Sriskandarajah & Mandeep Tiwana

O AUTOCUIDADO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA
Ana María Hernández Cárdenas & Nallely Guadalupe Tello Méndez

RESTRIÇÕES SUTIS À LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO
Miguel de la Vega

MANTER-SE FIRME[1]

Bondita Acharya, Helen Kezie-Nwoha, Sondos Shabayek, Shalini Eddens & Susan Jessop

- *A sustentação de organizações lideradas por mulheres e pessoas trans no contexto do fechamento de espaços*

RESUMO

Em 2016, Mama Cash e o Urgent Action Fund, duas organizações financiadoras feministas, encomendaram uma pesquisa para melhorar a compreensão de como o fechamento de espaços para a sociedade civil afeta as organizações feministas. Quinze organizações de direitos das mulheres e pessoas trans da China, Egito, Índia, Federação Russa, Turquia e Uganda foram entrevistadas e depois encontradas para revisar e validar as informações. A pesquisa mostra claramente que o fechamento de espaços é um fenômeno marcado pelo gênero. Todas as ativistas informaram que seu trabalho e sua voz política são restringidos ou reprimidos devido ao seu gênero e/ou à natureza de seu trabalho centrado no gênero. A exclusão e repressão que sofrem as mulheres e pessoas trans também contribuíram para a análise e habilidade política delas – recursos que as equipam para resistir com criatividade ao fechamento de espaços. As ativistas colaboraram para elaborar uma série de recomendações aos financiadores sobre como apoiar e sustentar seus trabalhos de desafiar contextos políticos.

PALAVRAS-CHAVE

Feminismo | Ativismo de direitos das mulheres | Direitos humanos das mulheres | Direitos humanos das pessoas trans | Defensores dos direitos humanos das mulheres | Violência baseada em gênero | Fechamento de espaços para a sociedade civil | Interseccionalidade

1 • Introdução

Como ativistas e financiadoras feministas, sabemos que a ação coletiva de mulheres, garotas e pessoas trans pode mudar – e *está mudando* – o mundo, até mesmo no momento em que escrevemos este artigo. Contudo, ao mesmo tempo, o cenário político e social mundial é cada vez mais repressivo, xenófobo, patriarcal e extremista. Numa situação de fechamento de espaços para a sociedade civil, é urgente manter os movimentos progressistas e feministas liderados pelas pessoas e comunidades mais marginalizadas e afetadas em contextos repressivos.

As organizações lideradas por feministas experimentam com muita frequência desafios em relação à sua "aceitabilidade" devido à natureza das questões que abordam, e isso se torna ainda mais desafiador à medida que o espaço para o ativismo encolhe. No discurso sobre o fechamento de espaços,[2] observamos que análises e discussões não costumam incorporar uma perspectiva de gênero.[3] Este artigo, escrito por um grupo de ativistas feministas engajadas na defesa da mudança social e organizações financiadoras que apoiam o trabalho delas, é instigado pelo desejo de começar a preencher essa lacuna.

O fenômeno do fechamento de espaços acelerou-se nos últimos anos em sociedades de todo o mundo, mas as reações repressivas e violentas contra as agendas de mudanças feministas não são novas. Com efeito, é ao expressar-se em público e desafiar o *status quo* que mulheres, garotas e pessoas trans atraem a repressão das forças conservadoras. É também ao expressar-nos que desenvolvemos as táticas e estratégias para resistir. Isto é particularmente verdadeiro para as ativistas que trabalham em questões controversas e defendem direitos fundamentais que são criminalizados – por exemplo, defender os direitos das profissionais do sexo onde o trabalho sexual é ilegal. Como ativistas, temos expertise crítica e recomendações para compartilhar com outras ativistas e financiadoras. Como financiadoras, aprendemos a compartilhar a respeito de como apoiar esse trabalho.

2 • Metodologia

Em 2016, a *Mama Cash* e o Fundo de Ação Urgente (*Urgent Action Fund*) encomendaram pesquisas com ativistas para examinar a natureza de gênero do fechamento de espaços. A pesquisa tinha por objetivo tornar-se uma ferramenta para as ativistas quando precisassem abrir caminho em cenários restritos e também contribuir para conversações filantrópicas sobre essa questão. Realizaram-se entrevistas extensas com 15 grupos de ativistas feministas liderados por mulheres e pessoas trans que trabalham em seis países onde o fechamento de espaços é uma realidade inexorável: China, Egito, Índia, Federação Russa, Turquia e Uganda. Todos os grupos são parceiros beneficiados da *Mama Cash*, do Fundo de Ação Urgente ou Fundo de Ação Urgente-África. Após entrevistas individuais, as ativistas se reuniram em fevereiro de 2017 para revisar e validar as conclusões e elaborar análises e recomendações compartilhadas. A pesquisa resultou no relatório *Standing Firm: Women – and Trans – Led Organisations Respond to Closing Space for Civil Society.* [Mantendo-

se firme: Organizações de mulheres e pessoas trans reagem ao fechamento de espaços para a sociedade civil]. Este artigo apresenta um resumo das principais conclusões e recomendações do relatório para sustentar os movimentos de direitos humanos, em particular os feministas, diante das ameaças às liberdades da sociedade civil.

3 • Três conclusões importantes sobre as dimensões de gênero do fechamento de espaços

O fenômeno do fechamento de espaços restringe cada vez mais a capacidade da sociedade civil de agir e dissentir livremente em países de todo o mundo. O fechamento de espaços caracteriza-se por restrições promovidas pelo Estado aos direitos fundamentais de liberdade de expressão, associação e reunião pacífica. Além disso, inclui ações que restringem a democracia e o ativismo dos direitos humanos, como acesso restrito ao financiamento estrangeiro para organizações de direitos humanos e advocacy (a Lei de Regulamentação das Contribuições Estrangeiras da Índia, de 2010, é apenas um dos muitos exemplos de legislação utilizada para criminalizar a dissidência). Países de todo o mundo introduziram medidas destinadas a restringir o ativismo, tais como exigir a renovação anual do registro da organização. Como ativistas feministas, experimentamos essas restrições que impedem o trabalho de construção do movimento. Além disso, um clima repressivo e hostil altera a narrativa intrinsecamente interativa do ativismo ao isolar ativistas e organizações umas das outras. No Egito, por exemplo, no contexto de uma implacável repressão à homossexualidade, a polícia do governo rastreia e prende pessoas associadas a projetos e organizações LGBT. Isso empurra o ativismo para a clandestinidade, tornando a organização em público praticamente impossível.

Até agora, houve muita discussão sobre a tendência de fechamento de espaços, mas aqueles que tentaram entender quem promove e facilita isso e o impacto dessa tendência global não aplicaram com consistência uma análise de gênero. Nossa pesquisa identificou três conclusões importantes sobre a natureza de gênero do fechamento de espaços.

Em primeiro lugar, o fechamento de espaços para a sociedade civil é um fenômeno de gênero. Como ativistas, experimentamos restrições e repressões relacionadas ao nosso gênero e/ou devido ao enfoque de gênero de nosso trabalho. Significativamente, as maneiras como somos visadas também são marcadas pelo gênero. O impacto cumulativo das intervenções estatais formais e informais para controlar a sociedade civil, bem como a falta de ação estatal para defender ativistas e proteger direitos, está atingindo de forma desproporcional a voz política das mulheres e das pessoas trans. A discriminação existente na sociedade agudiza nossa experiência das restrições da sociedade civil e também nos torna alvos fáceis de repressão. A liberdade na internet continua a diminuir e o ativismo online é alvo do Estado e de grupos extremistas que lançam mão de ameaças, intimidação e abuso sexual. A aplicação da legislação e de políticas estatais deixa claro que as leis e as políticas não são ferramentas burocráticas neutras, mas mecanismos utilizados pelo Estado para silenciar as vozes críticas e reforçar o status quo social, no qual mulheres e pessoas

trans são politicamente marginalizadas. Todas nós testemunhamos o encolhimento e até fechamento de organizações de mulheres e de pessoas trans.

É muito significativo para as mulheres ativistas e defensoras dos direitos humanos que o uso da violência sexualizada para silenciar ou intimidar seja uma experiência virtualmente universal. Em contextos altamente patriarcais, ataques de gênero e violência de gênero são eficazes para silenciar mulheres e ativistas trans. A repressão baseada no gênero reforça a posição social inferior das mulheres e as normas restritivas relacionadas ao comportamento e aos papéis de gênero. A violência baseada em gênero é um poderoso silenciador devido ao medo que infunde, mas também porque pode enfraquecer o apoio das famílias e comunidades de ativistas ao papel público que elas estão desempenhando.

Em segundo lugar, as sociedades com restrição de espaço para a sociedade civil promovem ativamente valores patriarcais e identidades e papéis tradicionais de gênero como parte de uma retórica conservadora e nacionalista. As forças políticas conservadoras associam com frequência os direitos das mulheres e LGBTQI (lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer e intersex) com "interferência ocidental". Em agosto de 2017, os ativistas LGBTI ficaram indignados quando o governo ugandês cancelou uma semana de celebrações do orgulho gay em Kampala, num claro exemplo de poder do Estado visando ativistas que desafiam estruturas e valores sociais patriarcais e heteronormativos. As noções tradicionais de identidade e papéis binários de gênero são promovidas como parte da retórica nacionalista, e os corpos e comportamentos das mulheres devem funcionar como repositórios de ideias conservadoras sobre a cultura e a moral da sociedade. Esse enquadramento político não é novo, mas percebemos que ele se intensifica. Em nossa experiência, o fechamento do espaço da sociedade civil é cada vez mais apoiado por uma retórica patrocinada pelo Estado que prescreve comportamento de gênero e identidade sexual estreitos, patriarcais e heteronormativos e os mantém e impõem mediante violência, ameaças e estigmas. Numa situação de estigmatização extrema, como ocorre no Egito, a prisão de ativistas LGBT pode até não ser vista pelo público em geral como uma violação de direitos humanos.

Em terceiro lugar, a história de exclusão e repressão que nós, como mulheres e pessoas trans, experimentamos, contribuiu para nossa análise e habilidade política, capacitando-nos dessa forma para resistir ao fechamento dos espaços com criatividade. Como mulheres e trans ativistas, temos experiências profundas de sermos empurradas para as margens de nossas comunidades. Essa história nos permitiu desenvolver expertise para avançar em meio à restrições e à marginalização política.

No atual contexto repressor, as ativistas feministas estão desenvolvendo soluções criativas para novos desafios e aprimorando nossas estratégias para mitigar os riscos. Como disse uma ativista russa que participou da pesquisa: "Quando eles fecham a porta, nós entramos pela janela". Estamos fazendo escolhas estratégicas a respeito do alvo de nossa *advocacy*, se agimos em nível local ou nacional, dependendo das circunstâncias. Quando as vias para a *advocacy* local e nacional estão fechadas, também estamos levando questões

aos órgãos internacionais de direitos humanos, como a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) e o Conselho de Direitos Humanos da ONU. Estamos empenhadas em *advocacy* estratégica, colaboração e conexão nacional e internacional, uso direcionado de normas e marcos jurídicos internacionais e uso estratégico da mídia. Em muitos contextos repressivos, as mídias sociais proporcionam um canal alternativo para permanecer com voz ativa em questões contenciosas e transmitir eventos que, de outra forma, não seriam cobertos. As ativistas apresentaram queixas e ações judiciais em tribunais locais para denunciar invasões de escritórios ou o uso de campanhas de difamação e agressão sexual por parte de agentes da segurança pública. Entre as estratégias de proteção podemos citar a montagem de coalizões, redes de solidariedade, planejamento financeiro, medidas de segurança física e digital e cuidado consigo mesma, e apoio mútuo.

Considerando a gravidade dos desafios que enfrentamos como ativistas feministas (e como doadoras que apoiam o ativismo feminista), sentimos que era urgente articular nossas recomendações sobre a melhor maneira de apoiar e sustentar nossos movimentos, particularmente neste contexto global de encolhimento de espaços.

4 • Recomendações das ativistas

As ativistas envolvidas nesta pesquisa reuniram-se em fevereiro de 2017 para compartilhar experiências de como sustentar os movimentos feministas em face do fechamento dos espaços. As conclusões da pesquisa e as discussões nas reuniões resultaram em oito recomendações para a comunidade de organizações doadoras.

4.1 - Financiar grupos autoconduzidos – iniciativas coletivas das próprias mulheres e pessoas trans – para reivindicar nossos direitos e fazer mudanças positivas em nossas comunidades.

As organizações autoconduzidas são fundadas, lideradas e compõem-se de pessoas que historicamente foram silenciadas e agora falam por si mesmas. A presença ativa de grupos liderados por mulheres e pessoas trans traz diversidade e vitalidade e é essencial para assegurar uma sociedade civil saudável. Em contextos de encolhimento de espaços, precisamos de narrativas autênticas criadas pelas pessoas mais afetadas para contestar a crescente discriminação contra mulheres e pessoas trans. É urgentemente necessário o compromisso de doadores para apoiar a sobrevivência e a sustentabilidade de grupos autoconduzidos em ambientes hostis.

4.2 - Apoiar as prioridades e agendas locais.

Encorajamos as organizações financiadoras a consultar e dialogar conosco para entender melhor o tipo de financiamento que é mais necessário. Participar dessa forma contribui para garantir que as subvenções apoiem a expertise, o conhecimento e as prioridades locais. Responder às necessidades locais é crucial para manter a sociedade civil viva. Isso pode

literalmente fazer a diferença entre a sobrevivência e o encerramento dos grupos. Achamos também que o fomento da comunidade e do eleitorado locais é cada vez mais importante em contextos repressivos. Esse trabalho nos ajuda a lançar as bases para campanhas políticas explícitas no futuro, quando os ambientes políticos se tornarem mais hospitaleiros.

4.3 - Financiar com flexibilidade.

Em contextos de fechamento de espaços, um financiamento flexível reconhece a experiência das ativistas locais e nos permite responder às necessidades relevantes e urgentes. Com apoio flexível, podemos estabelecer nossas próprias agendas e decidir quais ferramentas ou canais usar – por exemplo, sair às ruas ou defender nossas posições online. A flexibilidade também permite que as ativistas locais reajam a ameaças repentinas de segurança ou respondam a oportunidades inesperadas. A flexibilidade inclui o dinheiro "seguro" – isto é, o dinheiro que evita o escrutínio do Estado, seja chegando em pequenas quantidades regulares, ou para contas pessoais (em vez de contas de ONGs), através de organizações intermediárias, ou mesmo via contrapartidas empresariais. Para grupos menores, o acesso aos fundos é um problema. Instamos as doadoras a elaborar processos de pedidos de subvenção mais simples e proporcionais ao tamanho das subvenções e organizações. Disponibilizar financiamento para organizações não registradas também é muito significativo em contextos de fechamento de espaços.

4.4 - Financiar os custos básicos e fornecer subsídios de longo prazo.

O financiamento básico é particularmente valioso para superar o fechamento de espaços porque contribui para a nossa sobrevivência a longo prazo. O financiamento básico sustenta os custos de pessoal e de operação e proporciona uma base sólida para que as organizações reajam às mudanças de condições reais. Os mais atingidos pela falta de financiamento básico são os grupos pequenos dirigidos por mulheres e pessoas trans. O financiamento básico sustenta o desenvolvimento institucional, a profissionalização e o fortalecimento da capacidade do pessoal, e também contribui para a credibilidade das organizações e para a capacidade delas de se manterem conectadas com os outros na sociedade civil. O financiamento básico também pode possibilitar que as organizações cumpram regulamentos administrativos e burocráticos mais rígidos, o que contribui para a sobrevivência organizacional. As organizações doadoras interessadas em sustentar ativistas também deveriam oferecer financiamentos que levem em conta a segurança organizacional e pessoal e as necessidades de cuidados pessoais da equipe.

4.5 - Seguir um modelo de financiamento de parceria.

Em contextos de fechamento de espaços, as parcerias genuínas com as financiadoras são mais urgentes do que nunca. Estamos à procura de respeito, confiança e comunicação aberta com nossas financiadoras. As doadoras podem alavancar seu acesso a uma variedade de espaços, levando nossas vozes para públicos mais amplos, conectando-nos com a mídia, e os modelos

de relatórios também deveriam refletir um compromisso com a parceria - por exemplo, seus requisitos deveriam corresponder ao tamanho da organização e à escala da subvenção.

4.6 - Aumentar o financiamento para a organização feminista.

É importante manter e aumentar o financiamento para a organização feminista em contextos onde os espaços estão se fechando. Isso inclui ir além de apoiar organizações maiores que são consideradas mais imunes às interferências estatais. As organizações feministas menores são, com frequência, os grupos que levantam questões de marginalização e interseccionalidade (isto é, o modo como diferentes formas de opressão, como gênero, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, raça, religião, capacidade e classe, se sobrepõem e interagem). Na prática, o feminismo interseccional reconhece que a discriminação de gênero tem muitas dimensões e que todas elas precisam ser levadas em consideração a fim de garantir acesso a direitos plenos e justiça. As financiadoras interessadas em apoiar movimentos feministas sustentáveis e saudáveis precisam tornar o financiamento acessível a um número maior e a uma maior diversidade de organizações, incluindo grupos menores que têm dificuldade em ter acesso ao financiamento.

4.7 - Reuniões de fundos, criação de redes e alianças.

Para as ativistas que trabalham em contextos de risco, as oportunidades de se encontrar, compartilhar e estabelecer conexões com ativistas de outros movimentos e regiões são extremamente importantes. O compartilhamento e o intercâmbio são cruciais para a nossa capacidade de continuar a funcionar em situações difíceis. O apoio a redes e reuniões de ativistas nacionais proporciona um suporte crucial para o fomento de movimentos e a ampliação da participação do público em iniciativas lideradas por cidadãos. Reuniões e redes são ferramentas importantes para contrapor-se à divisão e fragmentação da sociedade civil que é promovida pelos Estados que aplicam a estratégia de "dividir para governar".

4.8 - Apoiar ativistas individuais.

O apoio a determinadas ativistas para que permaneçam seguras graças ao financiamento de medidas de segurança pessoal e organizacional, à obtenção de apoio internacional e visibilidade para o nosso trabalho, e ao apoio para estabelecer alianças locais com outros grupos para apoio mútuo podem nos ajudar a continuar organizando frente à intimidação.

5 • Organizações feministas doadoras reafirmam as recomendações das ativistas

A *Mama Cash* e o Fundo de Ação Urgente sabem que a ação coletiva de mulheres, garotas e pessoas trans está tornando o mundo mais inclusivo e justo. O objetivo de restringir o financiamento estrangeiro e impor outros obstáculos legais é fechar a sociedade civil e impedir seu trabalho em prol da justiça social. Diante de cenários cada

vez mais repressivos, é urgente apoiar movimentos progressistas e feministas liderados pelos mais excluídos e impactados pela repressão.

As ativistas envolvidas na pesquisa ressaltaram a urgência não só de aumentar o financiamento para as organizações feministas autônomas, mas também de garantir que esses fundos atendam às suas necessidades e lhes possibilitem a sobrevivência em contextos ameaçadores. O financiamento básico, de longo prazo e flexível permite que elas determinem suas próprias agendas e respondam a realidades sempre em mudança. Como organizações financiadoras, precisamos reconhecer as necessidades das ativistas e responder com recursos de forma flexível, aceitar o risco maior e estar dispostas a financiar arranjos não-convencionais para que o financiamento atinja pessoas que se organizam "à margem". Na *Mama Cash* e no Fundo de Ação Urgente, estamos respondendo aos pedidos das ativistas com o oferecimento de subsídios básicos (*Mama Cash*) e subsídios de resposta rápida para reagir a oportunidades ou ameaças imprevistas (Fundo de Ação Urgente). Esse enfoque do financiamento permite que as ativistas se adaptem a contextos em rápida mudança, fortaleçam suas organizações e movimentos para reagir e sobreviver a medidas de repressão, investir em segurança, bem-estar e resiliência, e montar estratégias para futuras lutas.

As recomendações acima das ativistas também tratam da necessidade de adaptar enfoques e mecanismos de financiamento para melhor apoiar os setores marginalizados da sociedade civil, cujas vozes são cada vez mais visadas e silenciadas. A necessidade de parcerias genuínas com grupos liderados por mulheres e pessoas trans para apoiar mudanças impulsionadas localmente surge como uma prioridade fundamental.

6 • Conclusão

Como ativistas, buscamos o diálogo e apelamos às organizações financiadoras para que pensem além do objetivo imediato de comprovar o impacto de seu financiamento e, em vez disso, se associarem a nós para compartilhar os riscos.

Os Estados estão trabalhando ativamente para fragmentar a sociedade civil a fim de silenciar suas vozes. Em consequência, o apoio intencional ao fomento de movimentos e constituição de eleitorados é urgentemente necessário. Trata-se de um trabalho profundo e de longo prazo, mas é crucial para a promoção de movimentos sustentáveis e resilientes em favor de mudanças. Ao mesmo tempo, apelamos às financiadoras para que reconheçam o perigo que as ativistas enfrentam e apoiem a segurança das pessoas mediante o financiamento de medidas de segurança pessoal e organizacional, aumentando a conscientização internacional e o apoio ao trabalho das ativistas e respeitando seus pedidos de anonimato.
Como doadoras, consideramos que prover a organização feminista de recursos é sem dúvida mais importante agora do que nunca. A *Mama Cash* e o Fundo de Ação Urgente veem que um número cada vez maior de nossas parceiras-beneficiárias enfrentam a repressão estatal e são visadas devido à defesa que fazem dos direitos das mulheres e da justiça de

gênero. Esta pesquisa, que também apoiou uma reunião de ativistas, contribuiu para nossa compreensão crescente de como apoiar melhor as ativistas que trabalham em circunstâncias de risco. Precisamos continuar a ouvir e utilizar o nosso acesso aos espaços de doadoras para influenciar nossos pares a intensificarem o apoio estratégico e eficaz que responda às necessidades dos grupos feministas e ativistas locais, apoiando seu trabalho e contribuindo para sua segurança nos anos desafiadores que estão por vir.

A pesquisa *Manter-se firme* foi um passo inicial importante na abertura de uma discussão sobre a natureza de gênero e as implicações do encolhimento de espaços. Como ativistas e doadoras, reconhecemos a importância de compartilhar nossas reflexões e continuar a envolver-nos com outras em espaços de doadoras e ativistas para garantir a amplificação das vozes das defensoras dos direitos humanos das mulheres e pessoas trans mais marginalizadas e mais afetadas, e avançar para o objetivo final de um espaço mais seguro e aberto para o ativismo feminista em todo o mundo.

NOTAS

1 • Este artigo foi adaptado de um relatório mais longo para o qual muitas ativistas contribuíram: Standing Firm: women- and Trans-Led Organisations Respond to Closing Space for Civil Society. Por razões de segurança, muitas delas permanecem anônimas. O relatório inteiro está disponível em: https://www.mamacash.org/media/publications/mc_closing_space_report_def.pdf.

2 • CIVICUS, Carnegie Endowment for International Peace, Fund for Global Human Rights, e Ariadne European Funders for Social Change and Human Rights, entre outras, deram contribuições consideráveis para essa discussão e para a compreensão da natureza do fechamento de espaços.

3 • Existem algumas exceções. Ver Meg Davis, para o Global Philanthropy Project, "The Perfect Storm: The closing space for LGBT civil society in Kyrgyzstan, Indonesia, Kenya and Hungary," abril de 2016. Ver também Duke Law International Human Rights Clinic and Women Peacemakers Program, "Tightening the Purse Strings: What Countering Terrorism Financing Costs Gender Equality and Security," 2017.

BONDITA ACHARYA – *Índia*
Bondita Acharya, defensora dos Direitos Humanos das Mulheres na Índia, trabalha sobre direitos e segurança das mulheres e igualdade de gêneros.

contato: *id-bondita12@gmail.com*

HELEN KEZIE-NWOHA – *Nigéria*
Helen Kezie-Nwoha, diretora-executiva da Isis Women's International Cross Cultural Exchange (WICCE), tem experiência em trabalho sobre direitos das mulheres, gênero, pacificação, resolução de conflitos e governança na África. Isis-WICCE é uma organização feminista cujo foco é promover os direitos das mulheres em cenários de conflito e pós-conflito.

contato: *khelen@isis.or.ug*

SONDOS SHABAYEK – *Egito*
Sondos Shabayek é diretora do projeto The BuSSy de artes cênicas que documenta e apresenta no palco histórias baseadas em gênero. Antes de trabalhar no teatro, foi jornalista e editora, com foco na análise, exibição e discussão de tabus sociais na sociedade egípcia.

contato: *sondos@monologues.co*

SHALINI EDDENS – *Estados Unidos*
Shalini Eddens é diretora de programas do Urgent Action Fund. Possui extensa experiência em saúde e direitos das mulheres, saúde pública e de trabalho com mulheres portadoras de HIV na Índia, na África do Sul e nos Estados Unidos.

contato: *shalini@urgentactionfund.org*

SUSAN JESSOP – *Países Baixos*
Susan Jessop trabalhou durante nove anos em mobilização de recursos feministas. É atualmente Senior Officer de Desenvolvimento de Conteúdo na Mama Cash, com foco em fomento do conhecimento e iniciativas de compartilhamento.

contato: *s.jessop@mamacash.org*

Recebido em Setembro de 2017.
Original em inglês. Traduzido por Pedro Maia Soares.

"Este artigo é publicado sob a licença de Creative Commons Noncommercial Attribution-NoDerivatives 4.0 International License"

EGITO: ESPAÇOS SOB ATAQUE

Sara Alsherif

• *Aumento da violência no Egito* •
requer mudanças táticas como resposta

RESUMO

A sociedade civil egípcia está sob crescente ataque por parte do Estado. A ativista Sara Alsherif analisa as atividades realizadas pela organização informal No Military Trials for Civilians e seus parceiros contra a repressão no Egito. Sara examina como essas estratégias foram adaptadas ao longo dos últimos sete anos para responder à realidade política em constante mudança de duas eleições parlamentares, duas eleições presidenciais, um massacre e um golpe militar. Conforme a violência policial e vigilância estatal aumentam, Sara analisa como a flexibilidade e criatividade, tanto on-line como off-line, são fundamentais para estar um passo à frente das autoridades.

PALAVRAS-CHAVE

Julgamentos militares | Repressão | Direitos Humanos | el-Sisi | Golpe | Protestos | ONGs

1 • O cerco

Apesar das esperanças de uma distensão após a Revolução Egípcia em 2011, a repressão à sociedade civil egípcia vem sendo implacável. No final de 2011, as autoridades egípcias invadiram dezessete organizações não governamentais (ONGs) que trabalhavam em questões relacionadas à democracia e direitos humanos. Posteriormente, em junho de 2013, quarenta e três funcionários estrangeiros e egípcios de ONGs foram condenados a sentenças de prisão de um a cinco anos.[1] Em 2014, o Ministério de Solidariedade Social deu um prazo para que todas organizações da sociedade civil se registrassem junto ao governo ou enfrentariam ações jurídicas.[2] E, em 2015, os juízes de instrução aumentaram a pressão sobre as organizações egípcias de direitos humanos, fazendo uso de proibições arbitrárias de viagens e prisões.[3]

Mais recentemente, em 2017, o presidente Abdel Fatteh el-Sisi aprovou a Lei 70 de 2017 para regulamentar o trabalho das associações e outras instituições que trabalham no campo das atividades sociais (a lei das ONGs). Esta lei proíbe que as ONGs realizem atividades que "prejudiquem a segurança nacional, ordem pública, moral pública ou saúde pública".[4] Ela cria uma Autoridade Nacional para Regulamentar as Organizações Não-Governamentais Internacionais,[5] que é composta por representantes dos principais órgãos de segurança nacional do Egito, a Direção Geral de Inteligência, Ministérios da Defesa e Interior, bem como representantes do Ministério de Relações Exteriores e Banco Central do Egito. Este órgão supervisionará o trabalho das ONGs, incluindo qualquer financiamento ou cooperação entre organizações egípcias e qualquer entidade estrangeira.[6] Ademais, a lei proíbe qualquer órgão do governo egípcio de estabelecer acordos com ONGs sem a aprovação da Autoridade Nacional, controlando assim o financiamento das ONGs. A lei também confere ao governo a autoridade para monitorar as atividades diárias das ONGs, desde a escolha de suas lideranças, até o agendamento de reuniões internas. A mudança de sede de uma ONG para outro endereço sem informar as autoridades é passível de punição de acordo com a lei.[7]

Enquanto redijo este artigo, estou tentando encontrar a lei das ONGs on-line.[8] Muitos resultados aparecem no mecanismo de busca em sites de notícias e de ONGs, mas quando tento acessar os links, eles não abrem. Apesar das restrições legais descritas acima, a esfera on-line sempre foi um campo no qual celebramos vitórias, onde zombávamos e nos opúnhamos aos políticos. Além disso, em 2010-2011, o mundo digital ajudou a impulsionar eventos no mundo real. A história de Khaled Saeid e a campanha on-line que ocorreu em seguida ajudaram a instigar a revolução egípcia.[9]

No entanto, em meados de maio de 2017, o governo bloqueou o acesso a pelo menos vinte e um websites de notícias porque eles estavam "disseminando mentiras" e "apoiando o terrorismo".[10] Imediatamente em seguida, ocorreu o bloqueio de diversos sites da Rede Privada Virtual e de alguns blogs da plataforma de publicação on-line "Sand". De acordo com um relatório da AFTE[11] o número de sites bloqueados aumentou para pelo menos quatrocentos e trinta e quatro. Sendo assim, nós ativistas estamos sendo impedidos de operar tanto on-line quanto off-line.

Mas nos recusamos a ser bloqueados.

A história desta repressão é a nossa história e por meio de vários métodos nós resistimos, adaptando-nos e adaptando nossas táticas para garantir que estejamos um passo à frente das autoridades. Este artigo examinará como fizemos isso, na esperança de que outras pessoas possam aprender com nossos métodos, pois, apesar das condições adversas, sempre há espaço para reagir.

2 • Respostas

Estrutura organizacional

Durante a Revolução de 25 de janeiro de 2011, as forças do exército começaram a ser destacadas por todo país. Entre janeiro e agosto de 2011, o número de civis que enfrentaram tribunais militares chegou a doze mil.[12] Desde então, a jurisdição dos militares se expandiu, principalmente sob o pretexto da retórica antiterrorista. Em 2014, o atual presidente el-Sisi aprovou a lei 136/2014, que permite o julgamento militar de crimes cometidos em locais públicos, incluindo estradas e universidades.[13]

No Military Trials for Civilians – NMTC (Não aos Julgamentos Militares para Civis)[14] é uma organização informal, composta por voluntários, que foi fundada no Egito em abril de 2011 para combater esse método de silenciamento da sociedade civil egípcia. A organização funciona como uma plataforma por meio da qual as famílias de civis que são levados a tribunais militares possam obter assistência jurídica de advogados de direitos humanos, planejar e executar uma campanha a favor de seus casos e receber ajuda para comprar suprimentos para seus entes queridos que estão detidos. Também fazemos incidência por alterações legais e constitucionais visando proteger civis de julgamentos injustos e a favor de novos julgamentos para aqueles que já foram sentenciados em tribunais militares, além de solicitar reparações para eles.

O fato de nossa organização ser informal é, por si só, uma estratégia que contribuiu para nosso êxito, embora essa não tenha sido uma estratégia consciente quando fundamos a organização em 2011. Naquela época, não vimos a necessidade de registrar a organização. Nós dependemos de ativistas e advogados voluntários. Para não sermos estigmatizados, decidimos não usar financiamento estrangeiro. Em vez disso, as ONGs parceiras apoiam os custos jurídicos da defesa das vítimas e contamos com assistência em espécie para ajudar as famílias das vítimas. Desta forma, permanecemos sem registo e não temos sede ou escritórios fixos. Somos capazes de operar fora do radar das autoridades que provavelmente gostariam de ver nossa organização com as atividades encerradas. Trabalhamos nas casas de uns e de outros, em restaurantes e cafés. Antes da repressão às ONGs, nos reuníamos nos escritórios de ONGs que faziam parte da nossa organização. Qualquer pessoa que tenha o mesmo objetivo de acabar com os julgamentos militares para civis pode se juntar a nós e, nesse sentido, somos bastante abertos. Muitas de nossas discussões ocorrem on-line, permitindo que todos na organização participem, embora, no final, um conselho tome as decisões. Apesar de esta informalidade

trazer muitos benefícios, também precisamos lidar com os desafios que ela implica, como o inevitável impacto na estabilidade da organização e na eficácia do trabalho que fazemos.

Protestos

Em 2011, contávamos com certa liberdade, porque a revolução tinha acabado de acontecer. Usamos as ruas e repartições governamentais como lugares para protestar e expressar nossos pontos de vista. Protestar tem sido uma ferramenta fundamental para a organização, inclusive na Praça Tahrir e em frente ao tribunal militar no Cairo. Lançamos os "sábados injustos"[15] para as mães de civis encaminhados a tribunais militares. E este grupo de pessoas protestava semanalmente em frente à sede do Ministério da Defesa. Diversos ativistas foram liberados após seu encaminhamento aos tribunais militares, como resultado do uso de protestos como ferramenta de pressão, incluindo, por exemplo, Amr El Behairy.[16]

O protesto como método de resistência não foi muito afetado pelo regime de Mohamed Morsi. A NMTC pôde dar destaque, com considerável sucesso, à situação dos civis que enfrentavam julgamento militar. O evento mais significativo para nós durante o regime de Morsi foi em novembro de 2012, quando forças militares desembarcaram em uma das ilhas habitadas no meio do Nilo (Al Qursaya) para ocupá-la. Quando as pessoas que viviam na ilha tentaram resistir, uma foi assassinada e vinte e duas foram enviadas para julgamentos militares.[17]

Não houve cobertura de mídia sobre o caso até que a NMTC começou a trabalhar nele indo para a ilha e organizando protestos com as famílias dos detidos diante da Suprema Corte. Também organizamos um evento onde passamos um dia inteiro com as famílias e filhos dos detidos em suas casas, enquanto as forças armadas estavam do lado oposto em uma das regiões capturadas.

A pressão que criamos contribuiu para a decisão do tribunal administrativo a favor do direito do povo à sua terra e lar, e pela libertação dos vinte e dois detidos. Eles foram exonerados de quaisquer acusações ou condenados a uma pena de prisão de seis meses, que era o período de tempo que já haviam ficado detidos desde a sua prisão inicial.

Mudanças táticas

O massacre de Rabaa em agosto de 2013,[18] no qual os militares mataram mais de mil pessoas que se opunham à remoção de Morsi por um golpe militar em julho de 2013, foi um ponto de inflexão na maneira como o governo egípcio passou a lidar com os protestos públicos. A lei sobre protestos,[19] aprovada em novembro de 2013, é um reflexo dessa atitude cada vez mais intolerante. Essencialmente, a lei permite que o governo cancele ou adie protestos, uma das maiores ameaças à vitória da Revolução de 25 de janeiro. Consequentemente, fomos forçados a alterar nossa estratégia tradicional de protestar por receio de incorrer em perda de vidas ou causar ferimentos a nossos

apoiadores. Nós decidimos que era seguro convocar protestos pequenos e discretos com uma duração definida e que não tinham a intenção de enfrentar as autoridades.

Em 2013, o Comitê dos Cinquenta (nome que se refere ao número de membros do Comitê) foi criado para elaborar uma nova constituição. Vimos isso como uma oportunidade de pressionar o Comitê a adotar um artigo na nova constituição que proíbe encaminhar civis aos tribunais militares.

Juntamente com outras organizações e partidos revolucionários, a NMTC fez ações de incidência junto ao Comitê dos Cinquenta usando as mídias sociais para criar uma enxurrada no Twitter para pressionar o Comitê a realizar uma audiência com a NMTC. Trabalhamos em diversas frentes. A primeira delas era pressionar os membros do Comitê individualmente e por meio de seus círculos sociais, bem como por meio de grupos profissionais aos quais eles pertencem, como organizações de classe ou sindicatos de jornalistas, artistas, engenheiros, representantes de pessoas com necessidades especiais, trabalhadores etc. Também realizamos reuniões individuais com alguns membros do Comitê, que vimos que tinham opiniões moderadas sobre o assunto. Além disso, colaboramos de modo próximo com advogados e ativistas de direitos humanos para elaborar artigos sobre o julgamentos militares que seriam adicionados à Constituição, que foram enviados aos membros do Comitê por meio de correspondências registradas.

A pressão da campanha conseguiu obter uma audiência com o Comitê. Três membros da NMTC participaram da audiência juntamente com um dos familiares de uma vítima. Durante a audiência, a questão dos julgamentos militares foi discutida de modo abrangente e apresentamos os projetos de artigos constitucionais. Infelizmente, o representante das Forças Armadas do Comitê dos Cinquenta se recusou a participar da audiência apenas dois dias antes da data agendada.

Além do diálogo direto com o Comitê dos Cinquenta, em 26 de novembro de 2013, no dia em que o Comitê votou o artigo sobre julgamentos militares para civis, decidimos fazer ainda mais pressão protestando em frente ao parlamento. Coincidentemente, este também foi o primeiro dia em que a lei de protesto foi aplicada. As autoridades reagiram brutalmente, protestamos por menos de vinte minutos, depois disso a maioria de nós foi espancada, assediada e presa pela polícia.

A violência policial e a intensa cobertura na mídia tradicional e redes sociais, resultaram em pressão significativa a favor de nossa liberdade. Esta pressão foi exacerbada devido à participação de membros da NMTC, que eram majoritariamente ativistas mulheres de renome e que tinham se encontrado com a maioria dos membros do Comitê dos Cinquenta anteriormente. Devido à pressão, a polícia soltou os membros da NMTC no dia seguinte, no meio do deserto. Os advogados e repórteres, e alguns dos outros manifestantes, foram soltos alguns dias depois. Outros não tiveram tanta sorte. O ativista

Alaa Abdel Fattah foi preso e acusado de organizar o protesto e atacar policiais, o que não é verdade. Alaa foi condenado a cinco anos de prisão. Desde a sua prisão, fizemos uma campanha on-line por sua libertação, usando o hashtag #freealaa, e protestamos em frente ao Palácio Presidencial após a posse de el-Sisi.

Apesar de já termos adaptado a forma como usamos os protestos, dando ênfase a protestos pequenos e inesperados, a violência policial durante esse protesto de novembro de 2013 forçou a NMTC a deixar de usar os protestos como estratégia. Os custos estavam ficando mais altos. A agressão por parte das autoridades contra qualquer indício de protesto, mesmo que pequeno e com impacto reduzido, significava que não havia garantias de que assumiríamos os riscos sozinhos e que ninguém mais pagaria por isso.

Uma exceção

No entanto, após uma reação policial particularmente violenta, que resultou na morte de Shaimaa Al-Sabbagh, era impossível não reagir. Shaimaa era uma das principais integrantes do Partido da Aliança Popular Socialista. Ela foi baleada e morta pela polícia, em plena luz do dia, um sábado, durante uma manifestação socialista perto da Praça Tahrir. Shaimaa estava participando de um protesto simbólico com seus correligionários no qual todos seguravam flores.[20]

Este ato de violência por parte da polícia motivou muitas pessoas revoltadas a voltar às ruas alguns dias depois, no mesmo local onde Shaimaa tinha sido assassinada. Apesar das ameaças das forças de segurança e enorme presença policial, um grande número de pessoas atendeu ao convite para o protesto.

A técnica usada para convocar o protesto pode ter sido o motivo. O convite era apenas para mulheres que naquela ocasião colocariam flores onde Shaimaa Al-Sabbagh havia sido assassinada. Apesar da grande presença policial, os policiais não atacaram as mulheres, embora tenham instruído alguns civis a entrar em confronto com as manifestantes.[21]

Outras ferramentas

Apesar dessa repressão aos protestos, por meio do pensamento criativo, os grupos de ativistas ainda conseguem aproveitar alguns locais públicos. Em 2014, por exemplo, depois de uma onda de prisões de vários ativistas durante manifestações sob a lei de protesto, os egípcios acordaram no primeiro dia de Eid al-Fitr (um dos feriados religiosos muçulmanos celebrado festivamente) e se depararam vários outdoors que tinham sido substituídos por fotos de homens e mulheres jovens sorrindo e abaixo de cada uma delas as palavras "O Eid [celebração] deles dentro da prisão". Apesar do clima de apoio às autoridades naquele momento no Egito, essas fotos despertaram grande compaixão por esses jovens na prisão.[22]

Outdoors com fotos dos prisioneiros com as palavras "O Eid (celebração) deles dentro da prisão"

A NMTC e seus parceiros também têm um olhar internacional para ajudar a expandir a solidariedade por sua causa.

Ainda somos capazes de fazer barulho que pode chamar atenção para os casos de direitos humanos e alcançar a cobertura de notícias internacionais. Como resultado da campanha após a morte de Shaimaa El-Sabbagh, a polícia egípcia foi forçada a abrir uma investigação sobre sua morte. E, apesar das tentativas de responsabilizar outras pessoas, o policial responsável pela morte de Shaimaa foi, por fim, condenado a dez anos de prisão.[23] Outros casos não são tão bem sucedidos. Por exemplo, o de Mohammad Shawkan, um fotojornalista que estava cobrindo o massacre de Rabia quando foi preso. Shawkan não foi liberado apesar de toda pressão internacional e de claramente se tratar de um caso de inocência. Da mesma forma, Alaa Abdel Fattah, que esteve preso nos mandatos de todos presidentes e que está hoje injustamente na prisão, enquanto novos processos estão sendo apresentados contra ele, apesar da pressão internacional pela sua liberdade.

3 • Onde estamos agora?

Ao contrário dos primeiros anos da revolução, nós ativistas não podemos ser encontrados na televisão, em entrevistas, nos corredores do Conselho do Povo ou protestando na frente dele. E ainda que, por acaso, a mídia oficial fale sobre nós, será em ocasiões nas quais fala a respeito de decisões judiciais contra nós. Fomos ocultados pelas instituições oficiais do Estado! Mas ainda não desaparecemos.

Juntos, trabalhamos na criação de novas ferramentas para superar a diminuição de espaços reais e virtuais. Nos espaços reais, isso envolve a adaptação de nossos métodos, mudando a natureza dos protestos e nos tornando mais inteligentes. On-line, temos de estar um passo à frente. Recentemente, o governo bloqueou o sinal de um aplicativo de mensagens criptografadas.[24] O aplicativo é uma ferramenta importante para nós que garante comunicações seguras sem que terceiros possam interferir. Aprofundamos nossa relação com a empresa que criou este aplicativo, a *Open Whisper Systems*, e em pouco tempo, ele estava on-line e em funcionamento novamente.[25] Para escrever este artigo, estou com dois navegadores diferentes abertos, um deles para navegação normal e outro para acessar sites bloqueados.

Este pensamento criativo e a adaptabilidade que devemos praticar on-line são reflexo da minha realidade off-line. Não seremos bloqueados on-line. E não seremos bloqueados off-line. Há sempre uma maneira e devemos estar um passo à frente.

NOTAS

1 • "Egypt Must Overturn Jail Sentence for NGO Workers," Amnesty International, 5 de junho de 2013, acesso em 5 de dezembro de 2017, https://www.amnesty.org/en/latest/news/2013/06/egypt-must-overturn-jail-sentence-for-ngo-workers/.

2 • "From Bad to Worse: Looming Deadline Compounds Egyptian NGOs' Woes," Amnesty International, 31 de agosto de 2014, acesso em 5 de dezembro de 2017, https://www.amnesty.org/en/latest/news/2014/08/bad-worse-looming-deadline-compounds-egyptian-ngos-woes/.

3 • "Background on Case No. 173 - The "Foreign Funding Case" Imminent Risk of Prosecution and Closure," Egyptian Initiative for Personal Rights, 21 de março de 2016, acesso em 5 de dezembro de 2017, https://eipr.org/en/press/2016/03/background-case-no-173-%E2%80%9Cforeign-funding-case%E2%80%9D.

4 • "Lei de associações e outras instituições que trabalham no campo das atividades sociais", Artigos 13 e 62 (2017).

5 • *Ibid,* Capítulo 6.

6 • *Ibid*, Artigo 71.

7 • A lei pune uma série de violações com sentenças de um a cinco anos de prisão e uma multa de 50.000 a 1.000.000 libras egípcias (de 2.760 a 55.349 dólares).

8 • "Egypt's President Ratifies New NGO Law," Ahram, 29 de maio de 2017, acesso em 5 de dezembro de 2017, http://english.ahram.org.eg/NewsContent/1/64/269799/Egypt/Politics-/Egypts-president-ratifies-new-NGO-law-.aspx; "Unofficial Translation for Law No (70) of 2017 of The Law of Associations And Other Foundations Working in the Field of Civil Work," ICNL, 2017, acesso em 5 de dezembro de 2017, http://www.icnl.org/research/library/files/Egypt/law70english.pdf; "Egypt: New Law Will Crush Civil Society," Human Rights Watch, 2 de junho de 2017, acesso em 5 de dezembro de 2017 https://www.hrw.org/news/2017/06/02/egypt-new-law-will-crush-civil-society.

9 • Para mais informações sobre a morte de Khaled Saeid e sobre revolução egípcia, veja: "The Price of Hope: Human Rights Abuses During the Egyptian Revolution," International Federation for Human Rights, May 2011, acesso em 5 de dezembro de 2017, https://www.fidh.org/IMG/pdf/Egypte562a2011-1.pdf.

10 • Ruth Michaelson, "Egypt Blocks Access to News Websites Including Al-Jazeera and Mada Masr." The Guardian, 25 de maio de 2017, acesso em 5 de dezembro de 2017, https://www.theguardian.com/

world/2017/may/25/egypt-blocks-access-news-websites-al-jazeera-mada-masr-press-freedom.

11 • "Decision From an Unknown Body: On Blocking Websites in Egypt," AFTE, 4 de junho de 2017, acesso em 5 de dezembro de 2017, https://afteegypt.org/right_to_know-2/publicationsright_to_know-right_to_know-2/2017/06/04/13069-afteegypt.html?lang=en.

12 • "The Cairo Institute for Human Rights Studies and the No Military Trials for Civilians Group Joint Written Intervention to the 20th session of the UN Human Rights Council Item 3 - Interactive Dialogue with the Special Rapporteur on the Independence of Judges and Lawyers," Cairo Institute for Human Rights Studies, 2012, acesso em 5 de dezembro de 2017, http://www.cihrs.org/wp-content/uploads/2012/06/Military-Trials-of-Civilians-in-Egypt-since-the-January-25-Revolu. Veja mais sobre julgamentos militares para civis: TahrirDiaries, "٣ قمظنأ ٣ .. ماوعأ قرمتسم ةيركسعلا تامكاحملا .. English"." Youtube video, 4:28. Postado em 12 de março de 2014, acesso em 7 de dezembro de 2017, https://www.youtube.com/watch?v=gvbVStRfxJk&t=4s..

13 • "15 Independent Rights Groups Condemn the Expansion in the Jurisdiction of Military Courts," EIPR, 30 de outubro de 2014, acesso em 5 de dezembro de 2017, https://eipr.org/en/press/2014/10/15-independent-rights-groups-condemn-expansion-jurisdiction-military-courts.

14 • "Death Sentence by Military Court. Irreversible Injustice," No to Military Trials for Civilians, 2016, acesso em 5 de dezembro de 2017, http://www.nomiltrials.org.

15 • Um grupo de mães de civis detidos que foram encaminhados para tribunais militares, se reuniam todos sábados em frente ao Ministério da Defesa para exigir a libertação de seus parentes. Elas chamavam esse dia da semana de "sábados injustos".

16 • Zeinab El Gundy, "Amr El-Behairy Finally Wins Retrial in Egypt Military Court." Ahram, 10 janeiro de 2012, acesso em 5 de dezembro de 2017, http://english.ahram.org.eg/NewsContent/1/64/31402/Egypt/Politics-/Amr-ElBehairy-finally-wins-retrial-in-Egypt-milita.aspx.

17 • "Egypt Island Residents Forcibly Evicted," Al Jazeera, 20 janeiro de 2013, acesso em 5 de dezembro de 2017, http://www.aljazeera.com/video/middleeast/2013/01/201312053748872344.html.

18 • More details about Rab'a Massacre from Human Rights Watch report: "All According to Plan: The Rab'a Massacre and Mass Killings of Protesters in Egypt", Human Rights Watch, 12 de agosto de 2014, acesso em 5 de dezembro de 2017, https://www.hrw.org/report/2014/08/12/all-according-plan/raba-massacre-and-mass-killings-protesters-egypt; "Egypt: Establish International Inquiry Into Rab'a Massacre," Human Rights Watch, 14 de agosto de 2015, acesso em 5 de dezembro de 2017, https://www.hrw.org/news/2015/08/14/egypt-establish-international-inquiry-raba-massacre.

19 • Amr Hamzawy, "Egypt's Anti Protest Law: Legalising Authoritarianism." Carnegie Endowment for International Peace, 24 de novembro de 2016, acesso em 5 de dezembro de 2017, http://carnegieendowment.org/2016/11/24/egypt-s-anti-protest-law-legalising-authoritarianism-pub-66274.

20 • "Egypt: Video Shows Police Shot Shaimaa al-Sabbagh," Human Rights Watch, 1 de fevereiro de 2015, acesso em 5 de dezembro de 2017, https://www.hrw.org/video-photos/video/2015/02/01/egypt-video-shows-police-shot-shaimaa-al-sabbagh; see also Human Rights Watch, "Video Shows Police Shot Shaimaa al-Sabbagh." Youtube video, 2:44. postado em 31 de janeiro de 2015, acesso em 5 de dezembro de 2017, https://www.youtube.com/watch?v=uMBvbIojtWU; and "Final Moments of Activist Shot in Cairo," The New York Times, 3 de fevereiro de 2015, acesso em 5 de dezembro de 2017, https://www.nytimes.com/video/world/middleeast/100000003486953/final-moments-of-activist-shot-in-cairo.html?action=click&gtype=vhs&version=vhs-heading&module=vhs&region=title-area; "Egyptian Activist Shot and Killed During Peaceful Protest in Cairo," Time, 24 de janeiro de 2015 acesso em 5 de dezembro de 2017, http://

time.com/3681599/egypt-activist-shaimaa-al-sabbagh-tahrir-square-shot-killed/.

21 • Maggie Fick e Michael Georgy, "Women Hold Rally in Cairo to Demand Investigation Into Protestor Deaths." Reuters, 29 de janeiro de 2015, acesso em 5 de dezembro de 2017, http://www.reuters.com/article/us-egypt-protests-women/women-hold-rally-in-cairo-to-demand-investigation-into-protestor-deaths-idUSKBN0L21FN20150129.

22 • Zeinobia, "Their Eid Inside Jail." Egyptian Chronicles blog, 18 janeiro de 2015, acesso em 5 de dezembro de 2017, https://egyptianchronicles.blogspot.com.eg/2015/07/their-eid-inside-jail.html.

23 • "Egyptian Police Officer Jailed for 15 years Over Death of Protester," The Guardian, 11 de junho de 2015, acesso em 5 de dezembro de 2017, https://www.theguardian.com/world/2015/jun/11/egypt-police-officer-jailed-15-years-death-protester-shaimaa-el-sabbagh-cairo; "Police Officer Sentenced to 10 years for Killing Activist Shaimaa El-Sabbagh," Ahram, 19 junho de 2015, acesso em 5 de dezembro de 2017, http://english.ahram.org.eg/NewsContent/1/64/271210/Egypt/Politics-/Police-officer-sentenced-to--years-for-killing-act.aspx.

24 • Farid Y. Farid, "No Signal: Egypt Blocks the Encrypted Messaging App as it Continues its Cyber Crackdown." Tech Crunch, 26 de dezembro de 2016, acesso em 5 de dezembro de 2017, https://techcrunch.com/2016/12/26/1431709/; Mariella Moon, "Egypt Has Blocked Encrypted Messaging App Signal." Engadget, 20 de dezembro de 2016, acesso em 5 de dezembro de 2017, https://www.engadget.com/2016/12/20/egypt-blocks-signal/.

25 • "Signal Bypasses Egyptian Authorities' Interference with Update to Application," Mada Masr, 22 de dezembro de 2016, acesso em 5 de dezembro de 2017, https://www.madamasr.com/en/2016/12/22/news/u/signal-bypasses-egyptian-authorities-interference-with-update-to-application/.

SARA ALSHERIF – *Egito*
Sara Alsherif é defensora de direitos humanos e membro do grupo No Military Trials for Civilians (Não aos Julgamentos Militares para Civis, em português). Ela é jornalista independente e também trabalha como pesquisadora em direito à informação, direitos digitais e segurança digital. Ela trabalha há 8 anos usando tecnologia para capacitar diferentes grupos em toda a sociedade civil.

contato: *sara.alsherif@gmail.com*

Recebido em setembro de 2017.
Original em inglês. Traduzido por Fernando Sciré.

"Este artigo é publicado sob a licença de Creative Commons Noncommercial Attribution-NoDerivatives 4.0 International License"

DUTERTE E A SAÍDA DOS DOADORES

Jonas Bagas

- *Políticos populistas e cortes de fundos no Sudeste Asiático requerem ação imediata*

RESUMO

A guerra de Duterte contra as drogas ilustra a repressão de modo mais amplo à sociedade civil, especialmente contra comunidades marginalizadas e a oposição política na Indonésia, nas Filipinas e na Tailândia. Ela aponta para a fragilidade dos espaços democráticos na região, que correm o risco de serem ainda mais enfraquecidos pela transferência e saída dos doadores internacionais. Este artigo explora as razões por trás dessas saídas antes de abordar como a sociedade civil e os doadores devem responder para ajudar a construir grupos comunitários resilientes e reagir contra o declínio nos espaços democráticos.

PALAVRAS-CHAVE

Duterte | Saída dos doadores | Guerra contra as drogas | Sudeste Asiático | LGBT

O presidente filipino Rodrigo Duterte ganhou as eleições presidenciais em 2016 por meio de uma plataforma de medo e violência. Como candidato presidencial, ignorou os dados oficiais do governo sobre o uso de drogas e, para seu proveito, inflacionou o número de dependentes de drogas a um número fictício de três a quatro milhões de pessoas.[1] Duterte afirmou reiteradamente que os usuários de drogas têm mentes corrompidas e estupram bebês e prometeu publicamente que, quando se tornasse presidente, mataria milhares de pessoas que cometeram crimes relacionados às drogas.[2] Uma promessa que seu governo está cumprindo: em um ano de governo, milhares de pessoas foram mortas extrajudicialmente, seja em operações policiais contra as drogas ou por assassinatos cometidos por milícias, com estimativas variando de sete a treze mil pessoas.[3] A guerra de Duterte contra as drogas está mergulhando as Filipinas em uma crise de direitos humanos sem precedentes, cujo impacto vai além do problema das drogas. A sua presidência pode ser vista como parte de uma repressão mais ampla contra a sociedade civil.

Os assassinatos documentados no governo de Duterte estão ocorrendo principalmente em comunidades urbanas pobres e já superam o número de mortos extrajudiciais durante a violenta ditadura de Ferdinando Marcos.[4] Além disso, a impunidade policial é crescente, conforme pode ser notado nos homicídios relacionados às drogas, incluindo aqueles que envolvem crianças e menores de idade. O governo de Duterte também visou abertamente às instituições políticas com vistas a debilitar os mecanismos constitucionais de freios e contrapesos. Em um ano, sua maioria qualificada no Congresso impediu investigações legislativas sobre a guerra contra as drogas, engavetou um pedido de *impeachment* e colocou um vocal senador de oposição na prisão com acusações falsas relacionadas a drogas. Duterte descartou a importância do devido processo legal e dos direitos humanos, dos organismos das Nações Unidas (ONU) e da comunidade internacional, e seus aliados tentaram acabar com os recursos da Comissão Nacional de Direitos Humanos (CHR, pela sigla em inglês).[5] Os funcionários do governo de Duterte e seus aliados políticos trabalham em estreita colaboração com os agressivos e ferrenhos apoiadores on-line de Duterte ou DDS (pela sigla em inglês), um trocadilho com as iniciais em inglês de seu Esquadrão de Morte em Davao, "*Davao Death Squad*", que atua na cidade de Davao, onde Duterte foi prefeito.[6] Eles espalham notícias falsas contra a oposição e a mídia independente, apontando jornalistas e líderes políticos que criticam a guerra às drogas como suspeitos de cometer crimes relacionados às drogas ou defensores de traficantes, criando um efeito de dissuasão naqueles que levantam preocupações legítimas sobre as violações governamentais.[7]

As violações cometidas pelo Estado não são novas para os filipinos, um país que sofreu com um governo autoritário sob a ditadura de Marcos. No entanto, embora as violações de direitos humanos tenham persistido inclusive nos regimes seguintes, as normas políticas de democratização, transparência e manutenção de uma sociedade civil vibrante na era pós-Marcos dificultaram constantemente a ocorrência de violações em grande escala.

Mas a guerra de Duterte contra as drogas pode facilmente reverter ganhos de décadas de esforços de movimentos sociais na construção de instituições públicas que são democráticas e prestam contas de acordo com os padrões de direitos humanos. Como defensor dos

direitos LGBT e de pessoas HIV positiva, testemunhei a impunidade policial na forma de ataques policiais em estabelecimentos gays que resultam em abuso físico, extorsão e estigmatização. Ao documentar esses casos e tentar prover assistência jurídica aos presos, era normal encontrar a polícia restringindo o acesso a eles por meio da coleta de dados dos defensores de direitos humanos para fins de vigilância ou por cometer de forma consciente detenções ilegais. O uso desenfreado e ilegítimo do poder, mesmo quando exercido em pequena escala, já pode demonstrar seus efeitos em algumas camadas, mas de forma inequívoca demonstra como o menosprezo público leva à desumanização e como o uso do medo e a ameaça de violência possibilitam outras violações.

As Filipinas, anteriormente conhecidas como um bastião dos direitos humanos e da democracia no Sudeste Asiático, devido à sua pacífica "Revolução do poder popular de 1986" e extensiva incorporação dos direitos humanos em sua Constituição,[8] está atualmente em uma corrida pela última colocação com seus vizinhos no tocante às violações de direitos humanos. Dessa forma, é fundamental examinar as implicações mais amplas dos ataques encabeçados pelo Estado das Filipinas na sociedade civil, incluindo a "guerra contra as drogas" de Duterte, seus efeitos imediatos nas frágeis democracias do Sudeste Asiático e como a sociedade civil pode sobreviver neste contexto em deterioração.

1 • Tendência regional

A violenta guerra de Duterte contra as drogas ganhou força entre os líderes políticos da região. O Camboja iniciou sua campanha antidrogas no início de 2017,[9] o que causa temores de que ela também conduza a violações de direitos humanos. No Vietnã, onde as intervenções com bases comunitárias sobre o uso de drogas foram estabelecidas por organizações da sociedade civil, os defensores notaram um aumento na prisão e detenção dos usuários de drogas. O mais preocupante de todos os casos é a nova posição do presidente indonésio, Joko "Jokowi' Widodo, sobre as drogas, que imita a retórica violenta de Duterte. "Matem eles, não tenham piedade", Jokowi teria ordenado aos responsáveis pela aplicação da lei.[10]

As minorias sexuais e de gênero também enfrentaram novas ameaças das autoridades indonésias e de grupos conservadores. Um aumento dos pronunciamentos contra os direitos LGBT de políticos alinhados com grupos islâmicos conservadores em 2016 foi seguido de ataques contra homens gays em 2017. Entre eles, um caso de açoitamento envolvendo dois homens em Aceh, o único local na Indonésia que possui uma política contra homossexuais, e uma batida policial altamente sensacionalista em uma sauna gay em Jacarta.[11] A batida policial resultou na detenção de dezenas de homens, a maioria dos quais acabou por fim sendo solta precisamente devido à ausência de qualquer lei que proíba o ato sexual homossexual; os poucos que permaneceram detidos foram acusados de crimes relacionados às drogas. A situação na Indonésia ainda está se desenrolando, com grupos conservadores solicitando que o Tribunal Constitucional criminalize o ato sexual homossexual, entre outros atos sexuais chamados de não islâmicos.[12]

Igualmente preocupante é que os governos da região estejam escolhendo a dedo questões de direitos humanos que não contrariem sua base de poder e as promovam para melhorar suas credenciais de direitos humanos. A Tailândia, por exemplo, está promovendo uma abordagem de redução de danos às drogas, até mesmo descriminalização. Essa reforma das políticas de drogas, embora bem-vinda, também deve ser entendida no contexto da guerra na Tailândia de curta duração, mas sangrenta, contra as drogas em 2003, que levou a "cerca de dois mil e oitocentos assassinatos extrajudiciais".[13] O órgão legislativo designado pelos militares também aprovou uma lei de igualdade de gênero que, de acordo com o governo, protege os transgêneros contra a discriminação. Também existe uma proposta pendente do Ministério da Justiça que visa conceder união estável para pessoas LGBT.[14] No entanto, essas reformas estão acontecendo sem um amplo envolvimento com a comunidade LGBT tailandesa e a sociedade civil de um modo mais amplo, alimentando as questões de que o governo militar está "pintando de progressista e favorável ao movimento LGBT" seu grave histórico de direitos humanos. Conforme um ativista aponta, a supressão da democracia pela junta militar é uma "mancha" na bandeira arco-íris da Tailândia.[15]

O governo Duterte não age diferente. Ele conseguiu construir uma reputação de ser a favor das mulheres e dos LGBTs após defender leis locais em sua cidade que protegem os direitos desses grupos.[16] Seus aliados no Congresso também apresentaram recentemente um projeto de lei para propor uniões civis incluindo a Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Gênero. No entanto, essa agenda está avançando sem qualquer consulta com a sociedade civil.

Esses acontecimentos mostram a volatilidade da situação de direitos humanos no Sudeste Asiático. Os políticos populistas estão usando o medo das drogas, questões sexuais ou ambas, para reforçar o apoio a regimes antidemocráticos, levando à redução dos direitos civis e ao encolhimento do espaço civil. Eles também estão empregando uma estratégia na qual promovem direitos de comunidades específicas para encobrir suas graves violações de direitos humanos.

2 • Financiamento dos doadores: fundamental, mas sob ameaça

Ameaças contra comunidades vulneráveis, incluindo pessoas LGBT e usuários de drogas, seja em conjunto com a diminuição dos espaços democráticos ou não, não é uma novidade. No entanto, em países como a Indonésia, Filipinas e Tailândia, essas comunidades já conseguiram se organizar e responder a essas ameaças com a ajuda da assistência ao desenvolvimento, em especial dos subsídios internacionais em saúde, AIDS e direitos reprodutivos.

Doadores, parceiros ao desenvolvimento e instituições financeiras internacionais, como agências das Nações Unidas[17] e o Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária (Fundo Global)[18] reestruturaram as normas sobre como os países que recebem assistência ao desenvolvimento devem implementar programas que visam alcançar comunidades vulneráveis.[19] As condições vinculadas às doações, frequentemente, requerem

a implementação de ambientes seguros para comunidades criminalizadas[20] e espaço para compromissos comunitários, como governança e papéis de supervisão ou o financiamento direto de grupos comunitários como implementadores de programas.

O Fundo Global, por exemplo, tem uma das abordagens mais precisas sobre como as comunidades e populações afetadas desproporcionalmente pelas epidemias de AIDS, tuberculose e malária devem ser incluídas em suas iniciativas em cada país. O Fundo exige a participação da sociedade civil e das comunidades afetadas pelas doenças nos mecanismos de coordenação dos países (as principais plataformas de governança e supervisão dos países elegíveis para o Fundo Global) para determinar os programas de doenças prioritárias. Ele também possui suas próprias políticas de direitos humanos e gênero para garantir que os programas por país e multinacionais que estão sendo financiados sejam baseados em direitos humanos e inclusão de gênero.[21]

Essa abordagem da assistência ao desenvolvimento é, muitas vezes, criticada por ser imperialista e por atar a disponibilidade de dinheiro da assistência à questão dos direitos humanos.[22] No entanto, essas condições estabeleceram padrões de participação e engajamento para a sociedade civil que de outra forma seria excluída do espaço civil e processos de tomada de decisão. Onde os espaços da sociedade civil são reprimidos ou onde certas comunidades são criminalizadas, essas condições proporcionaram às comunidades um local de ação para organizar e defender reformas, ou para ter acesso ao apoio financeiro para implementar seus próprios programas. Por exemplo, na Tailândia, após a guerra de Thaksin contra as drogas que matou milhares de suspeitos de cometer crimes relacionados a isso, a assistência internacional foi fundamental no estabelecimento de serviços de redução de danos conduzidos pela comunidade. Isso contribuiu para a organização comunitária dos usuários de drogas e também serviu de alavanca para apoiar a incidência política para mudar a abordagem sobre drogas da Tailândia.[23]

Mas o cenário político e econômico que determina a forma da assistência ao desenvolvimento está mudando. À medida que os espaços democráticos são restringidos em países como Filipinas, Indonésia e Tailândia, o papel da assistência ao desenvolvimento no fornecimento de proteção às comunidades vulneráveis também está sendo prejudicado. Existem vários fatores que estão afetando essas mudanças.

Primeiro, as prioridades de desenvolvimento dos países doadores estão mudando. Os múltiplos objetivos e objetivos derivados dos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estão fornecendo aos países mais pretextos para priorizar alguns e ignorar outros imperativos de desenvolvimento. No Norte Global, podemos notar um foco em questões mais próximas das prioridades dos eleitores destes países, como a mudança climática e crise dos refugiados.[24]

Em segundo lugar, a eleição de governos populistas de direita em países doadores lançou incertezas sobre o compromisso do Norte Global em financiar a assistência

internacional ao desenvolvimento, seja por meio de acordos bilaterais ou plataformas multilaterais.[25] Além disso, à medida que países doadores, como os Estados Unidos e Reino Unido, tornam-se mais afastados, também são menos propensos a defender os direitos humanos como pré-requisito para a assistência ou comércio internacional.

Por fim, à medida que os níveis de renda aumentam em países como a Indonésia, Filipinas e Tailândia, as saídas ou transferência dos doadores para fora dos países em desenvolvimento se tornam inevitáveis. A expectativa é que os países, à medida que se tornam mais ricos, possam financiar programas de desenvolvimento que previamente eram financiados por doadores externos. Também se espera que os países irão adotar abordagens baseadas nos princípios dos doadores orientados pelas comunidades, como os processos consultivos e inclusivos do Fundo Global, no desenvolvimento e supervisão de programas de saúde e integrá-los a seus próprios sistemas. Isto é um desafio enorme em contextos onde barreiras estruturais para os direitos humanos e democracia persistem.

A saída e transferência dos doadores, quando implementadas ao acaso, podem exacerbar os efeitos das repressões em curso contra a sociedade civil, na qual as comunidades vulneráveis estão particularmente em risco. Além de possíveis cortes de financiamento para programas inclusivos de saúde e desenvolvimento necessários para essas comunidades, a saída de doadores também pode levar à dissolução de mecanismos que obrigaram os atores governamentais a se envolverem com a sociedade civil. Além disso, esse processo pode enfraquecer as intervenções iniciadas pela comunidade que foram criadas em resposta às lacunas de desenvolvimento que os governos se recusam a abordar. A saída e transferência dos doadores são inevitáveis, mas esse acontecimento não deve ser moldado apenas pela classificação de renda e por indicadores epidemiológicos ou biomédicos. Em meio às crescentes ameaças à democracia e aos direitos humanos, deve ser dada igual consideração à própria sobrevivência da sociedade civil após a transferência dos financiadores.

3 • Como a sociedade civil e os financiadores respondem?

Em primeiro lugar, a sociedade civil deve olhar para as brechas dentro dos espaços domésticos que podem ser exploradas para o financiamento. Por exemplo, a divisão administrativa e descentralização na Indonésia, nas Filipinas e na Tailândia tornaram mais fácil, em alguns casos, receber financiamento de governos locais para programas de base. Os governos locais geralmente têm suas próprias fontes de receita e seus próprios mecanismos para financiar grupos não governamentais que estão prestando serviços para o governo. Em ambientes descentralizados, os compromissos de governança local podem ser maçantes, pois muitas vezes envolvem lidar com "múltiplos condados" no país, mas fornecem espaços que devem ser explorados. Este autor está ciente de que nas Filipinas, enquanto o governo nacional leva a cabo a guerra contra as drogas, alguns governos locais estão trabalhando com organizações da sociedade civil para implementar

uma abordagem alternativa para combater os assassinatos, além de programas de redução de danos gerados que possuem uma base comunitária. Da mesma forma, na Indonésia, à medida que os ataques sectários contra as pessoas LGBTs aumentam, alguns governos distritais abriram portas para apoiar programas relacionados à AIDS e saúde para homens gays e pessoas trans.

Os "Estados frágeis"[26] da região também apresentam outras oportunidades de engajamento.A desorganizada natureza da política nessa região implica que os governos nacionais não devem ser vistos como instituições monolíticas. As organizações da sociedade civil devem examinar o campo político nacional periodicamente buscando potenciais apoiadores ou aliados dentro do governo. Isso pode resultar em novos espaços de engajamento dentro das estruturas nacionais. Nas Filipinas, por exemplo, o governo Duterte alocou uma grande quantidade de financiamento para programas de reabilitação de drogas em agências governamentais nacionais.[27] No entanto, elas não possuem ideias claras sobre as intervenções que devem promover. Algumas agências decidiram organizar sessões de zumba, corridas recreativas ou estudos bíblicos para os suspeitos de crimes de drogas.[28] Isso apresenta oportunidades para parcerias com melhores abordagens para a questão das drogas.

A sociedade civil deve desafiar os doadores para melhorar suas políticas de transferência e olhar além dos parâmetros econômicos e focados em doenças que desencadeiam as transferências e saídas dos doadores. Primeiro, a disponibilidade de espaços democráticos que possam sustentar a participação de comunidades estigmatizadas deve fazer parte da avaliação de preparação para a transferência, pois são fundamentais para ajudar as comunidades estigmatizadas a se envolverem em processos nacionais, garantir o financiamento doméstico e, em última instância, criar respostas comunitárias a problemas estruturais que levam à sua exclusão. Responder aos desafios colocados pelo encolhimento do espaço civil deve ser parte do plano de saída de um país.

Os doadores devem acompanhar de perto os processos de saída para garantir a inclusão das comunidades e da sociedade civil. Algumas comunidades são profundamente estigmatizadas e criminalizadas, ainda mais no contexto do encolhimento do espaço civil. Os doadores precisam estabelecer normas para garantir a inclusão desses grupos marginalizados nos processos de saída e fornecer espaços seguros para sua participação. Isso também deve incluir garantias de que os países não tenham políticas restritivas que bloqueiem o financiamento para a sociedade civil.

As saídas não devem ser feitas ao acaso e resultar em danos adicionais para as comunidades que já são estigmatizadas e criminalizadas, a maioria das quais depende fortemente dos doadores para manter suas organizações e perspectivas comunitárias sobre saúde e direitos humanos. Dessa forma, mesmo após um país ser considerado inelegível para receber apoio dos doadores, estes ainda devem ter mecanismos para financiar grupos comunitários no terreno que possam ser prejudicados pela transferência dos doadores, em termos de cortes de financiamento debilitantes ou situações hostis repentinas nos países.

4 • Para além do financiamento: resiliência e construção do movimento

À medida que as ameaças aos espaços democráticos continuam crescendo no Sudeste Asiático, e com a mudança do cenário do financiamento de assistência ao desenvolvimento, as estratégias de resiliência, solidariedade e construção de movimentos também precisam ser repensadas para garantir a sobrevivência da sociedade civil.

Os ataques contra comunidades específicas estão intrinsecamente ligados a um déficit democrático comum em muitos países do Sudeste Asiático. Existe uma ausência de instituições públicas resilientes, representativas e com prestação de contas que possam defender e promover os direitos humanos e o espaço civil, perante a pressão de tendências populistas, autoritárias ou sectárias. As chamadas "democracias representativas" na região continuam a operar segundo a exclusão de grupos vulneráveis, com políticos com facilidade para subjugar os mecanismos de proteção constitucional existentes para consolidar seu poder, provocando medo e histeria, perseguindo minorias ou seus inimigos políticos e restringindo o espaço civil.

Para enfrentar esse déficit democrático, a sociedade civil deve desenvolver coalizões que respondam às emergências enfrentadas pelas comunidades diretamente atacadas, mas que também possuam objetivos de democratização a médio e longo prazos. Os objetivos isolados são inadequados e insustentáveis perante as complexas causas das atuais crises de direitos humanos nesses países. Para as organizações comunitárias que dependeram do apoio dos doadores, como os usuários de drogas ou a comunidade LGBT, isso significa sair dos abrigos criados pela assistência internacional ao desenvolvimento. Elas devem colaborar com outros movimentos e comunidades "excluídas" para impulsionar reformas democráticas mais amplas. Isso significa enquadrar suas lutas a partir de uma perspectiva política.

As colaborações entre os movimentos serão benéficas para diferentes atores que são diretamente e indiretamente afetados pelas crises de direitos humanos na região. Nas Filipinas, onde a guerra contra as drogas continua popular,[29] essas colaborações permitirão a criação de uma frente mais ampla que possa enfrentar diferentes problemas ligados à guerra contra as drogas, desde dar destaque a disseminação de informações falsas, até prestar apoio contra violações policiais. Os defensores que lutam contra AIDS e para redução de danos, que têm experiência para desenvolver uma alternativa baseada na saúde e nos direitos humanos ante a guerra contra as drogas, podem trabalhar com comunidades pobres urbanas que atualmente estão apavoradas com os homicídios extrajudiciais, mas que também possuem eleitorado que podem ser mobilizados para solicitar mudanças. Essas comunidades também podem facilitar a organização dos usuários de drogas, o que é necessário para realizar iniciativas de redução de danos, reparação legal e litígio estratégico no tocante às violações policiais e reformas de políticas de longo prazo.

Os laços entre movimentos pró-democratização e comunidades estigmatizadas, como pessoas LGBTs e usuários de drogas, também precisam ser fortalecidos. Coalizões amplas podem proporcionar refúgio político para organizações comunitárias perseguidas e dar espaço para que elas se organizem e contra-ataquem quando as forças do Estado as usarem para justificar ações repressivas. Da mesma forma, os compromissos políticos podem proporcionar às comunidades estigmatizadas legitimidade política, uma ferramenta importante para garantir reformas que perdurem ante as mudanças de regime.

5 • Conclusão

A guerra contra as drogas nas Filipinas ilustra uma amostra da fragilidade dos espaços democráticos em diversos países do Sudeste Asiático. Os ataques dirigidos pelo Estado contra populações específicas, de usuários de drogas e membros da comunidade LGBT, até a oposição política, refletem a tendência mais ampla de enfraquecer as instituições políticas democráticas e o encolhimento do espaço civil na região.

Essa situação é agravada pela eventual retirada de fundos internacionais. Todas as organizações comunitárias dependem de doadores internacionais como forma de sobrevivência financeira. Este apoio de doadores tem, até certo ponto, dado às comunidades estigmatizadas ou criminalizadas uma plataforma para se organizar, resistir e ter acesso aos atores governamentais devido às várias condições ligadas à assistência. No entanto, essa plataforma está desaparecendo lentamente.

Consequentemente, as organizações comunitárias dependentes de doadores devem desenvolver novas estratégias para lidar com essa realidade. Para abordar as ameaças imediatas e a sobrevivência em longo prazo de comunidades estigmatizadas e criminalizadas (como pessoas LGBT e pessoas que usam drogas), as organizações comunitárias devem evitar planejar suas lutas de uma única maneira e estabelecer coalizões mais amplas que possam proporcionar o espaço para uma organização robusta e legitimidade política necessária para manter reformas democráticas mais profundas. As organizações comunitárias também precisam ser inteligentes em seus compromissos com o governo para encontrar oportunidades de financiamento nos âmbitos nacionais e locais.

Enquanto isso, os doadores devem reexaminar seu planejamento de transferência e saída para garantir que este processo não cause danos adicionais às comunidades já marginalizadas. A transferência deve gerar comunidades sustentáveis que contribuam para a sociedade civil. Os doadores devem, portanto, expandir suas ferramentas para determinar os motivadores e o ritmo da saída dos doadores para incluir ameaças aos espaços democráticos. Eles também devem desenvolver mecanismos para continuar a apoiar as comunidades estigmatizadas e criminalizadas, mesmo depois de um país não ser mais elegível para o apoio dos doadores devido a barreiras estruturais existentes para inclusão dentro dos processos existentes no país.

A combinação de políticos populistas como Duterte e o desafio da saída de doadores de países de renda média onde estão ocorrendo graves violações de direitos humanos apresentam um conjunto complexo de desafios para a sociedade civil, especialmente às organizações comunitárias marginalizadas. Mas também apresenta oportunidades para garantir a resiliência das comunidades que estão sendo atacadas e para remediar os déficits nas democracias do Sudeste Asiático.

NOTAS

1 • Este número não condiz com os dados governamentais existentes, que fixam o número de pessoas que experimentaram drogas uma vez em sua vida em 1,2 milhões, e não de dependentes. Para mais informações veja: "PCIJ Findings: What's Flawed, Fuzzy With Drug War Numbers?," Philippine Center for Investigative Journalism, 8 de junho de 2017, acesso em 11 de dezembro de 2017, http://pcij.org/stories/pcij-findings-whats-flawed-fuzzy-with-drug-war-numbers/.

2 • Veja: Marlon Ramos, "Junkies Are Not Humans." Inquirer, August 28, 2016, acesso em 11 de dezembro de 2017, http://newsinfo.inquirer.net/810395/junkies-are-not-humans.

3 • Não há estimativas finais sobre o número total de pessoas mortas durante a guerra contra as drogas e a polícia proibiu recentemente que a mídia tenha acesso aos boletins policiais sobre homicídios relacionados a drogas.

4 • Veja: "Philippines: Duterte's Bloody and Lawless Year in Power," Amnesty International, 29 de junho de 2017, acesso em 11 de dezembro de 2017, https://www.amnesty.org/en/latest/news/2017/06/philippines-dutertes-bloody-and-lawless-year-in-power/.

5 • Os aliados de Duterte na Câmara dos Deputados votaram esmagadoramente para reduzir o orçamento de 2018 da CHR para vinte dólares, mas posteriormente voltaram ao orçamento originalmente proposto depois que a proposta de redução provocou um repúdio generalizado. Maila Ager, "CHR Budget Restored: 'People Power in Age of Social Media'." Inquirer, 21 de setembro de 2017, acesso em 11 de dezembro de 2017, http://newsinfo.inquirer.net/932255/news-liberal-party-chr-people-power-social-media-house-of-representatives-chito-gascon-budget.

6 • Veja, por exemplo: Diehard Duterte Supporters, YouTube channel, [s.d.], https://www.youtube.com/channel/UCjuCIbuwmMbvH8e8U04hT8g. Philip Alston, ex-Relator Especial da ONU sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias, abordou o esquadrão da morte de Davao de Duterte em seu relatório ao Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre a missão de 2008. "Report of the Special Rapporteur on Extrajudicial, Summary or Arbitrary Executions, Philip Alston," OHCHR, 2014, acesso em 11 de dezembro de 2017, http://www.hr-dp.org/files/2014/06/27/Mission_to_Philippines_2008.pdf.

7 • A senadora da oposição, Risa Hontiveros, foi repetidamente sujeita a essas histórias falsas, e em uma delas, foi falsamente retratada apoiando os direitos do Maute Group, um grupo terrorista no Sul das Filipinas "Hontiveros on Fake News of Her Backing Maute Group: Nothing is Farther from Truth," GMA News, 8 de junho de 2017, acesso em 11 de dezembro de 2017, http://www.gmanetwork.com/news/news/nation/613694/hontiveros-on-fake-news-of-her-supporting-maute-group-nothing-is-farther-from-truth/story/. Uma das personalidades pró-Duterte que rotineiramente promove histórias falsas é Mocha Uson, ex-cantora e guru sexual que fez campanha a favor de Duterte e recentemente foi nomeada pelo

governo como parte da equipe de comunicação presidencial; Kate Lamble e Megha Mohan, "Trolls and Triumph: A Digital Battle in the Philippines." BBC, 7 de dezembro de 2016, acesso em 11 de dezembro de 2017, http://www.bbc.com/news/blogs-trending-38173842.

8 • Para um relato da Revolução do poder popular de 1986 que derrubou a ditadura de Marcos veja: "EDSA People Power Revolution," Philippine History, 30 de julho de 2009, acesso em 11 de dezembro de 2017 http://www.philippine-history.org/edsa-people-power-revolution.htm. As características da constituição pós-Marcos estão disponíveis em: "Constitutional History of the Philippines," ConstitutionNet, 11 de fevereiro de 2012, acesso em 11 de dezembro de 2017, http://www.constitutionnet.org/country/constitutional-history-philippines.

9 • David Hutt, "In Duterte's Footsteps, Hun Sen Launches a Drug War." Asia Times, 9 de fevereiro de 2009, acesso em 11 de dezembro de 2017, http://www.atimes.com/article/dutertes-footsteps-hun-sen-launches-drug-war/.

10 • "Joko Widodo: Police Should Shoot Suspected Drug Dealers," Al Jazeera, 22 de julho de 2017, acesso em 11 de dezembro de 2017, http://www.aljazeera.com/news/2017/07/joko-widodo-police-shoot-suspected-drug-dealers-170722104559016.html.

11 • Ben Westcott, "'Never Seen Anything Like This': Inside Indonesia's LGBT Crackdown." CNN, 1 de junho de 2017, acesso em 11 de dezembro de 2017, http://edition.cnn.com/2017/05/31/asia/indonesia-lgbt-rights/index.html.

12 • *Ibid.*

13 • Para mais informações veja o relatório conjunto sobre a guerra da Tailândia contra as drogas da International Harm Reduction Association e Human Rights Watch: "Thailand's 'War on Drugs'," Human Rights Watch, 12 de março de 2008, acesso em 11 de dezembro de 2017, https://www.hrw.org/news/2008/03/12/thailands-war-drugs.

14 • "Being LGBT in Asia: Thailand Country Report," UNDP, USAID, 2014, acesso em 11 de dezembro de 2017, https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1861/Being_LGBT_in_Asia_Thailand_Country_Report.pdf.

15 • Paisarn Likhitpreechakul, "IDAHOT or IDA-not? A Blatant Stain on the Rainbow Flag." Prachatai, 17 de maio de 2017, acesso em 11 de dezembro de 2017, https://prachatai.com/english/node/7146.

16 • Artigo escrito por um partidário de Duterte que explica seu histórico sobre direitos das mulheres e questões LGBTs: Jan Albert Suing, "Why I Am Voting for Rodrigo Duterte." Huffington Post, 12 de abril de 2016, acesso em 11 de dezembro de 2017, https://www.huffingtonpost.com/jan-albert-suing/why-i-am-voting-for-rodri_b_9684538.html.

17 • Várias agências das Nações Unidas fornecem assistência na forma de suporte técnico em diferentes países do Sudeste Asiático. Vale a pena destacar aqui o UNAIDS, que apoia a mobilização da comunidade na resposta à AIDS; o PNUD, implementando atualmente o programa 'Ser LGBT na Ásia'; e o UNICEF, que implementa programas sobre jovens e AIDS, orientação sexual e identidade de gênero.

18 • "Breaking the Chains of AIDS," The Global Fund, 2017, acesso em 11 de dezembro de 2017, https://www.theglobalfund.org/en/.

19 • No contexto da AIDS, por exemplo, as agências das Nações Unidas, como UNAIDS e o PNUD, desenvolveram orientação técnica para os países em termos de operacionalização dos direitos humanos em programas de AIDS (exemplos estão disponíveis em: "UNDP's Work on Human Rights, Key Populations and Gender," UNDP, [n.d.], acesso em 11 de dezembro de 2017, http://undphealthimplementation.org/functional-areas/human-rights-key-populations-and-gender/undp-s-work-on-human-rights-key-populations-and-gender/; e "Human Rights and the Law," UNAIDS, 2014, acesso em 11 de dezembro de 2017, http://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/2014unaidsguidancenote_humanrightsandthelaw_en.pdf). O Fundo Global, entretanto, incorporou a "comunidade, direitos e gênero" ("community, rights, and gender" ou CRG, pela sigla em inglês) na sua estratégia e

operacionalizou isso em seu trabalho. O relatório CRG do Fundo Global está disponível em: "Community, Rights and Gender Report 2016," The Global Fund, 2016, acesso em 11 de dezembro de 2017, https://www.theglobalfund.org/media/4239/bm35_15-communityrightsgender_report_en.pdf.

20 • O Fundo Global, por exemplo, exige a condução de diálogos nacionais com vários atores, que incluem representantes de comunidades e populações afetadas de forma desproporcional pela AIDS, tuberculose e malária, inclusive aqueles que são criminalizados. Uma explicação do processo de financiamento do Fundo Global, incluindo os espaços seguros onde as comunidades podem participar, está disponível em: "Funding Process," APCASO, [s.d], acesso em 11 de dezembro de 2017, http://apcaso.org/apcrg/funding-process/.

21 • "HIV, Human Rights and Gender Equality," The Global Fund, abril de 2017, acesso em 11 de dezembro de 2017, https://www.theglobalfund.org/media/6348/core_hivhumanrightsgenderequality_technicalbrief_en.pdf.

22 • Conor Foley, "Beware Human Rights Imperialism." The Guardian, 23 de junho de 2009, acesso em 11 de dezembro de 2017, https://www.theguardian.com/commentisfree/2009/jun/23/human-rights-imperialism-western-values.

23 • Sutthida Malikaew, "Harm Reduction: A Lifeline for Drug Users We Cannot Afford to Lose." The Nation, 27 de junho de 2014, acesso em 11 de dezembro de 2017, http://www.nationmultimedia.com/opinion/Harm-Reduction-A-lifeline-for-drug-users-we-cannot-30237160.html.

24 • Por exemplo, os compromissos de financiamento dos EUA para o Fundo Global, que representam a sobrevivência financeira para muitas ONGs que trabalham para populações criminalizadas, vêm diminuindo. "With Global Fund Replenishment Falling Short, Will Secretary Clinton Lead Us To An Aids-Free Generation?," Heath Gap, 16 de setembro de 2016, acesso em 11 de dezembro de 2017, http://www.healthgap.org/globalfundreplenishment.

25 • Robbie Gramer, "Proposed U.S. Cuts to AIDS Funding Could Cause Millions of Deaths: Report." Foreign Policy, 1 de dezembro de 2017, acesso em 11 de dezembro de 2017, http://foreignpolicy.com/2017/12/01/proposed-u-s-cuts-to-aids-funding-could-cause-millions-of-deaths-report-world-aids-day-hiv-global-health-pepfar-state-department-trump-one-campaign/; Nick Duffy, "UK Government Defends 22% Cut to Global HIV Prevention Funds." Pink News, 6 de dezembro de 2017, acesso em 11 de dezembro de 2017, http://www.pinknews.co.uk/2017/12/06/uk-government-defends-22-cut-to-global-hiv-prevention-funds/.

26 • Em seu livro, Migdal se refere aos "Estados frágeis" que são caracterizados pela "fragmentação social" devido à incapacidade do Estado de conduzir a sociedade. Geralmente, tais Estados produzem homens fortes que utilizam abordagens opressivas para garantir o controle social. Joel Migdal, *Strong Societies and Weak States: State-Society Relations and State Capabilities in the Third World* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1988).

27 • Bea Cupin, "PNP Asks P900M Budget for Drug War Ops for 2018." Rappler, 7 de setembro de 2017, acesso em 11 de dezembro de 2017, https://www.rappler.com/nation/181451-dilg-pnp-budget-war-on-drugs-brosas.

28 • "Philippine Government Prescribes Zumba Classes for Drug Addicts," The San Diego Union-Tribune, 16 de julho de 2016, acesso em 11 de dezembro de 2017, http://www.sandiegouniontribune.com/hoy-san-diego/sdhoy-philippine-government-prescribes-zumba-classes-2016jul16-story.html.

29 • Embora a maioria dos filipinos se oponha ao assassinato de suspeitos de crimes relacionados às drogas, apoia a abordagem global do governo contra as drogas. Como pode ser visto em: Nestor Corrales, "88% of Pinoys Support War on Drugs; 73% Say EJKs Happen - Survey." Inquirer, 16 de outubro de 2017, acesso em 11 de dezembro de 2017, http://newsinfo.inquirer.net/938201/breaking-news-pulse-asia-ejks-extrajudicial-killings-war-on-drugs-drugs-survey.

JONAS BAGAS – *Filipinas*
Jonas Bagas é um ativista filipino de direitos LGBT e de pessoas HIV positivas que por anos trabalhou pela inclusão de LGBTs filipinos em ambientes políticos e de saúde. Jonas também é ativista político a favor da governança participativa e prestação de contas.

contato: *jonasbagas@gmail.com*

Recebido em setembro de 2017.
Original em inglês. Traduzido por Fernando Sciré.

"Este artigo é publicado sob a licença de Creative Commons Noncommercial Attribution-NoDerivatives 4.0 International License"

A SOCIEDADE CIVIL NÃO É A INIMIGA

Ana Cernov

• Como ataques no Norte e no Sul •
estão fazendo os ativismos responderem

RESUMO

As restrições à sociedade civil que foram identificadas primeiramente como parte do ambiente de atuação no Sul global estão cada vez mais presentes no Norte, impactando movimentos sociais e organizações nos dois hemisférios. Além da interferência mais direta no acesso à financiamento, o fechamento dos espaços democráticos no Norte remove referências simbólicas importantes para o Sul e revela um novo estado de normalidade para a democracia, no qual o interesse público não está no centro. Como os ativismos, no Norte e no Sul, podem responder a esse cenário e mobilizar a opinião pública para apoiar a defesa e expansão de uma agenda pública baseada em direitos humanos, mantendo o dissenso, elemento chave para a democracia?

PALAVRAS-CHAVE
Sul global | Ativismo | Sociedade civil | Solidariedade | Dissenso

1 • Introdução

Venho trabalhando com grupos da sociedade civil desde 2003, mas somente na metade de 2015 é que cruzou meu caminho o termo "fechamento ou encolhimento do espaço civil" para um fenômeno que eu já havia experimentado acompanhando grupos por todo o Brasil e América Latina. Nas primeiras vezes, ouvi o termo sendo usado quase que exclusivamente para fazer referência ao papel do Estado em desenhar e colocar em prática políticas e controles sobre a sociedade civil.

Mas, de forma crescente, essa definição inclui restrições que obstruem a possibilidade da sociedade civil de influenciar a defesa do interesse público e de expressar o dissenso, lideradas pelo Estado e também atores não-estatais, nacional e internacionalmente. E, enquanto o fechamento do espaco civil foi considerado inicialmente um problema típico do Sul global, cada vez mais vemos relatos negativos vindo do Norte com relação à promoção de valores democráticos e direitos humanos e que, sem sombra de dúvidas, cabem na definição de "encolhimento". Episódios impensáveis de repressão a protestos, resultados eleitorais surpreendentes e legislações restritivas – que parecem estar fora de lugar em democracias consideradas consolidadas – estão se amontoando. Seja a preocupante aprovação de leis anti-protestos nos Estados Unidos (EUA)[1] ou a continuada falta de garantias para a liberdade de associação a sindicatos na Coreia do Sul.[2] Apenas na União Européia (UE), uma análise mais próxima mostra que "somente 13 dos 28 Estados-membro possuem um espaço cívil 'aberto', uma característica bastante desconfortável para as lideranças de uma união fundada em valores democráticos e direitos humanos."[3]

Este artigo examinará como essas restrições para a sociedade civil do Norte se estendem e têm impacto no Sul global, para então oferecer reflexões a respeito de como a sociedade civil pode responder a essa tendência tão preocupante.

2 • O efeito dominó

Talvez a maneira mais óbvia pela qual o Norte influencia as restrições atualmente vistas no Sul global seja por meio de legislações restritivas "modelo" que são copiadas, particularmente em termos de legislação antiterrorismo. O Grupo de Ação Financeira (GAFI) – um órgão independente composto por Estados-membro – e frequentemente descrito como a organização mais poderosa sobre a qual você nunca ouviu falar - foi estabelecido durante a reunião do G-7 em 1989 e está atualmente secretariado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) a fim de gerar recomendações para prevenir a lavagem de dinheiro advinda do tráfico de drogas. Mas, após o 11 de setembro, o grupo originado no Norte tomou para si a tarefa de incluir em seu mandato recomendações que prevenissem o financiamento ao terrorismo.

Embora medidas antiterrorismo sejam necessárias e bem-vindas, elas precisam ser desenhadas de forma que respondam de forma proporcional aos riscos existentes. Por bastante tempo,

esses riscos não eram considerados na avaliação da atenção que cada país dava à sua arquitetura antiterrorismo. Uma das recomendações do GAFI, a Recomendação 8, foi ajustada em meados de 2016 após intensa pressão da sociedade civil coordenada pela Coalizão Global de Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL) sobre o GAFI (Global NPO Coalition on FATF), para reconhecer que "nem todas as OSFL estão sob risco e recomenda que os países adotem medidas contra o financiamento ao terrorismo baseadas em análises de risco".[4] A Recomendação 9, como originalmente redigida, afirmava que as organizações da sociedade civil eram "particularmente vulneráveis" para serem instrumentalizadas para o financiamento ao terrorismo. Essa recomendação descuidada fez com que muitos países – tanto no Sul como no Norte – além de aprovarem ou revisarem legislações antiterrorismo, criassem e aumentassem os obstáculos para a formalização de organizações ou para o recebimento de recursos estrangeiros, com um enorme impacto também nas regras bancárias para o setor.[5] Um exemplo concreto é a implementação dos estándares antiterrorismo na Índia. Ao lado de regras financeiras, esses estándares incluíram um conjunto de medidas que não se aplicava ao financiamento de organizações terroristas. Combinado com outras medidas restritivas em vigor, essas medidas ajudaram a justificar a revogação das licenças de operação para mais de 13.000 ONGs, especialmente aquelas que faziam trabalho de caráter político ou que recebiam financiamento estrangeiro e foram apresentadas como risco para os interesses nacionais.[6]

Além disso, não é incomum que leis antiterrorismo passem por um ciclo interminável de reformas e ajustes, tal qual ocorreu na Turquia ou no Chile.[7] No caso do Chile, a primeira lei foi aprovada em 1984. Desde então, recebeu quatro emendas: em 1991, 2003 e 2011 (com duas leis diferentes aprovadas sobre o tema), isso sem mencionar as modificações requeridas no Código Penal em 2002 e 2005 em razão de suas provisões. Na Turquia, a mesma lógica se aplica. A primeira lei foi aprovada em 1991 (Lei 3713) e depois ajustada em 1995, 1999, 2003, 2006, 2010 e 2013. Em ambos os casos, há amplas evidências de que a lei foi utilizada de forma incorreta para criminalizar o dissenso. No Chile, há um caso bastante conhecido de acusação de terrorismo contra um grupo indígena Mapuche[8] pelo qual o país foi condenado na Corte Interamericana de Direitos Humanos.[9] Na Turquia, inúmeros políticos, repórteres e ativistas foram processados criminalmente pela sua abrangente legislação antiterrorismo.[10]

O entendimento desse *modus operandi* no qual governos de forma crescente utilizam leis antiterrorismo para criminalizar o dissenso auxiliou na formatação da organização, do trabalho de incidência pública e de articulação política levado a cabo pelas organizações e movimentos sociais brasileiros para se oporem à aprovação de uma lei desse tipo no país. Para que as organizações e movimentos no Brasil pudessem entender a enormidade da ameaça trazida por essa nova e desnecessária lei,[11] tramitada em caráter de urgência no início de 2016, foi crucial entender o impacto que leis similares trouxeram para o Chile e a Turquia, os Estados Unidos, Reino Unido e outros.[12] Embora a motivação óbvia para a lei era a proximidade dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro, a pressão que o GAFI exerceu foi considerável. A influência do GAFI na aprovação da lei antiterrorismo no Brasil pode ser rastreada no primeiro projeto de lei.[13] Foi escrito de forma conjunta pelo Ministério da Justiça e pelo Ministério da Fazenda e o Ministro da Fazenda, à época, havia retornado ao Brasil após a participação

no Fórum Econômico Mundial em Davos convencido de que, caso o Brasil fosse colocado na lista suja do GAFI por não atender completamente suas recomendações, as chances de o país atrair investimentos estrangeiros diretos (IED) estaria ameaçada. Embora a lei tenha sido aprovada, os esforços realizados pela sociedade civil criaram um entendimento maior das ameaças que as leis criminais trazem quando utilizadas contra movimentos de caráter político e acabaram por gerar uma coalizão informal de diálogo, atenta a esses riscos.

Há outro elemento importante para se considerar no efeito dominó que as restrições à sociedade civil trazem ao redor do globo: o que acontece quando os próprios financiadores são os que sustentam, senão lideram, a criação de medidas restritivas? O governo dos Estados Unidos, um dos maiores doadores do mundo,[14] foi quem pressionou agressivamente por medidas antiterrorismo no pós-11/09, e a arquitetura criada com isso coloca o ativismo em risco. Uma dessas medidas foi o impacto negativo do caso *Holder v Humanitarian Law Project*, amplamente documentado, no qual a Suprema Corte dos EUA decidiu contra a organização Humanitarian Law Project. A Corte se baseou na proibição, trazida pelo Patriot Act, para fornecer apoio material a organizações terroristas estrangeiras para declarar que qualquer apoio dado a grupo considerado terrorista pelo governo pode legitimá-lo e, portanto, é proibido. O caso foi considerado um golpe enorme na liberdade de expressão e de associação.[15] Outros episódios incluem o resultado das últimas eleições presidenciais nos EUA[16], a reação desumana dos países europeus ao refúgio e migração, os esforços do Reino Unido em romper com a costura entre sua arquitetura jurídica de direitos humanos e a Corte Europeia de Direitos Humanos,[17] ou a punição a organizações por suas posturas políticas (como o caso do ATTAC[18] na Alemanha[19]). Estes episódios, como tantos outros, presentes nos dois hemisférios, são comumente defendidos por políticos e veículos comerciais de mídia como o único caminho para garantir o crescimento e o progresso, enquanto os direitos humanos são apresentados cada vez mais como um custo alto a se pagar.

Esse tipo de retrocesso no Norte retira do Sul os exemplos considerados positivos. Não somente isso, mas gera um ambiente em que criar medidas que restringem a sociedade civil é visto por governos de toda parte como algo aceitável - porque os EUA e outros governos do Norte estão fazendo também. Dessa forma, desaparece também a legitimidade que os governos do Norte tinham em criticar os governos do Sul diante desse tipo de restrições.

3 • Financiamento e Solidariedade

Assim como a questão das restrições à sociedade civil no Sul, advindas de legislações e agendas políticas do Norte, há também uma tendência preocupante em como o Norte está vendo o financiamento para a sociedade civil, cada vez mais sob pressão – tanto por indivíduos como por agências governamentais.

A organização britânica *Charities Aid Foundation* produz anualmente uma pesquisa global sobre doações por indivíduos. A pesquisa mais recente (2016) mostra que houve queda

nas doações em todos os países chamados desenvolvidos, incluídos nas 20 nações mais generosas.[20] Mesmo que esse dado possa ser reflexo de maus indicadores econômicos, pode também trazer o reflexo do crescimento do sentimento anti-europeu percebido nos países da UE. Esse sentimento, alinhado ao crescimento do populismo, pode estar fazendo com que europeus relutem em doar para grupos da sociedade civil que não defendam visões de mundo mais nacionalistas ou que não estejam operando localmente.

De forma similar, no âmbito nacional, uma análise do Parlamento Europeu mostrou que seus Estados-membro estão confusos com relação ao contexto atual e estão decidindo apoiar

> *organizações não-controversas, de desenvolvimento, já que tem se tornado cada vez mais difícil de se engajar com organizações com atuação política. Em alguns casos isso permite que haja algum canal de diálogo aberto com a sociedade civil; em muitos casos, no entanto, os críticos expressam que, inadvertidamente, essa escolha ajudou alguns regimes a isolar adversários sob o pretexto de parcerias com a UE na política de desenvolvimento. Em sua diplomacia de alto nível, a UE pode ainda ser extremamente cautelosa ao enfrentar os regimes envolvidos em repressão brutal à sociedade civil. A diretriz geral da política de segurança da UE frequentemente reduz os esforços para manter à tona o problema dos espaços reduzidos" (para a sociedade civil).*[21]

Uma vez que os conceitos de filantropia e apoio governamental ainda estão sendo desenvolvidos na maioria dos países do Sul, em especial o tipo que apoia trabalho de caráter político e independente que visa garantir espaços democráticos para a sociedade civil, essa abordagem sem controvérsias da UE e seus Estados-membro e muitos outros doadores é extremamente preocupante.

Mas mais do que limitar o desenvolvimento de uma cultura de filantropia no Sul global, os cortes de fundos no Norte significam imediatamente cortes de fundos no Sul também. Um exemplo direto foi a decisão do presidente estadunidense Donald Trump de aumentar as restrições a abortos viabilizados com financiamento dos EUA, medida conhecida como *Global Gag Rule*.[22] Essa medida foi reavivada por Trump para acenar a seus apoiadores e a um setor conservador do partido Republicano. Significa que US$ 8.8 bilhões não poderão ser utilizados em programas de saúde sexual e reprodutiva em todo o mundo.[23] Essa decisão vai impactar como organizações e movimentos que defendem e promovem a saúde da mulher, em todo o mundo, planejam e organizam seu trabalho.

4 • Reputação em perigo

Há cerca de um ano, uma conversa rápida com um defensor de direitos humanos do Nordeste do Brasil, trouxe outro ângulo para esse debate do fechamento dos espaços democráticos.

Bebericando de forma despretensiosa seu café, ele me contou o que enxergava como a maior ameaça a seu trabalho: não eram os cortes de fundos nem as legislações que restringem a atuação das organizações, mas a difamação de seu caráter e seu trabalho, que impactava a si próprio, mas também sua família, sua segurança e a legitimidade das causas que defendia. Não ajudava que, na mesma época, uma novela brasileira no horário mais nobre trazia um vilão que se apresentava como advogado de direitos humanos, ligado a ninguém menos que a Anistia Internacional,[24] usando a militância como disfarce para suas atividades criminosas. Além do campo das leis, a percepção da sociedade sobre os que trabalham e militam na sociedade civil é um campo de batalha essencial para a preservação do espaço democrático. Desacreditar a coragem e a motivação de ativistas é uma tática antiga, como nos mostra a história: sendo a ameaça do Perigo Vermelho, usado para desacreditar o movimento de trabalhadores dos EUA no início da década de 1920, ou na África do Sul, durante o regime do *apartheid*, para desacreditar o Congresso Nacional Africano (CNA) e o movimento anti-*apartheid*. Desde 1790, apoiadores da escravidão tentavam ligar abolicionistas ao Jacobinismo, uma expressão pejorativa para radicalismo.

Enquanto trabalhei no escritório brasileiro de uma organização de desenvolvimento britânica, pude observar em primeira mão o efeito negativo da falta de confiança nos atores da sociedade civil. Frequentemente, era necessário que eu interviesse junto à uma agência bancária local para garantir que os fundos transferidos para organizações pequenas, como um movimento social local de mulheres, pudessem realizar o câmbio dos recursos. O gerente bancário parecia gostar de exercer seu poder e solicitava uma enormidade de documentos e referências para aprovar a transferência. Sua desculpa? Ele estava apenas seguindo à risca as regras bancárias, mesmo que eu e ele soubéssemos que seu comportamento não tinha nada a ver com responsabilidade no exercício de sua atividade ou risco de lavagem de dinheiro, mas tinha muito a ver com o seu julgamento das ativistas rurais, sua classe social e seu trabalho nas regiões mais vulneráveis do Sul do país.

Ingenuamente, em um momento da minha vida, eu acreditei que ativistas e movimentos sociais do Norte estavam protegidos desse tipo de perseguição e criminalização que sofrem os defensores e defensoras de direitos e grupos no Sul,[25] onde o colonialismo, o neocolonialismo, o autoritarismo e clientelismo se esforçam para apagar o dissenso. Para uma geração de ativistas do Sul, o Norte, principalmente a Europa, era o *locus* da institucionalização de um modelo calcado em direitos e um modelo a ser alcançado.

No entanto, a luta pela reputação da sociedade civil não é endêmica do Sul global. Apesar de sua herança democrática mais consolidada, o Norte não está imune aos ataques contra o ativismo[26] e ao modelo garantidor de direitos. Os ataques contra a sociedade civil húngara,[27] perpetrados pelo governo atual do primeiro-ministro Viktor Órban, mostra isso claramente, com constantes ataques contra organizações, um histórico de perseguição que inclui batidas policiais em 2014 e a adoção de uma lei terrível de controle de ONGs.[28] Na Polônia, Ucrânia e outros lugares além do Leste Europeu, as organizações estão sendo desacreditadas em discursos oficiais como se elas não fossem parte integral e crucial da democracia. E quando esses discursos são colocados para circular, com leis restritivas que os seguem, fica

mais difícil para a sociedade civil no Sul apontar modelos alternativos de participação e controle social enquanto os modelos do Norte estão erodindo rapidamente.

Atacar a reputação e deslegitimar o papel da sociedade civil na promoção e defesa de direitos não é um ato não-planejado. É um objetivo estratégico para atores estatais e não-estatais que pretendem canalizar esforços e garantir apoio público para fomentar agendas de crescimento, incremento de lucros e consequentemente, proteção dos interesses das elites burocráticas e corporativas.

Colocada entre esses dois setores da sociedade cada vez mais entranhados – o Estado e as empresas – a sociedade civil tem um papel fundamental que foi bem definido pelo ex-Relator Especial da ONU para Liberdade de Reunião Pacífica e Associação, Maina Kiai:

> *a sociedade civil ocupa o espaço entre o Estado e o mercado, frequentemente para contrabalancear ou complementar a relação entre essas duas forças que, cada vez mais, encontram interesses comuns e acabam excluindo a maioria das pessoas.*[29]

Para bloquear protestos diante de suas medidas restritivas, os Estados – por sua iniciativa própria ou por pressão do setor privado, igrejas e organizações criminosas – estão colocando em prática mais mecanismos para silenciar vozes dissonantes, seja por força ou por persuasão. Pode ser por meio da prisão de ativistas, como o grupo de jovens que protestava o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, presos e tornados réus após atuação de um militar infiltrado[30] que gerou provas duvidosas para garantir a acusação de que o grupo tinha intenção de recorrer à violência durante a marcha. Ou medidas que vão contra a proteção de valores baseados em direitos humanos, mas possuem apoio popular, como as medidas anti-imigração.

Há uma batalha por narrativas que gera um ambiente no qual a sociedade civil é vista com desconfiança e suas demandas não como universais, mas como reivindicações baseadas em privilégios e favores. A justa proteção aos defensores e defensoras de direitos humanos, nessa lógica, são vistos como tratamento especial.[31]

5 • O Dissenso tem Poder

A fim de lidar com essas forças poderosas, que estão cada vez menos preocupadas com a aparência de suas intenções e estão claramente estimulando uma visão negativa da sociedade civil, ativistas e seus grupos necessitam estar fortalecidos e buscando novas formas de agir.

Historicamente grupos excluídos – do Norte e do Sul – demonstram seu poder e seu aprendizado uns com outros. O ativismo indígena contra o oleoduto Dakota Access nos EUA, por exemplo, se alimentou da resistência dos Unist'ot'en no Canadá, que desde 2009 conseguiram bloquear a construção de cinco dos sete oleodutos planejados para seu território.[32] Ou as mulheres

mesoamericanas, como Berta Cáceres,[33] lutando contra a comodificação da natureza e dos recursos naturais, inspirando apoio às suas causas e novos ativismos. E a incorporação de novas ferramentas ao ativismo, como o uso da internet, para coletar apoio a grupos como *Black Lives Matter* que usou sua forte presença digital e sua conhecida *hashtag* para fomentar o debate público acerca do racismo e complementar seu trabalho de organização *offline* por justiça racial. Vozes que não encontram espaço nos canais tradicionais da mídia comercial logram falar e dialogar sobre suas lutas usando a internet.

No entanto, a construção de alianças é crucial nessa luta pela proteção dos espaços de atuação da sociedade civil, entre diferentes movimentos e também entre as esferas local, nacional, regional e internacional. Durante meu período trabalhando com a organização para desenvolvimento britânica, perdi a conta de quantas petições fomos chamados a assinar. Ainda carregava peso dizer que uma organização internacional havia concordado com o objetivo da petição e não havia importância se fundos estavam envolvidos ou não. O movimento ambientalista brasileiro é um bom exemplo, pois tem um histórico de engajamento internacional fortíssimo, através de financiamento, mas sobretudo de engajamento político, o que ajudou a trazer legitimidade para a causa. Esse engajamento também trouxe elementos para a retórica que critica esse movimento, questionando que o apoio internacional traz uma ameaça de interferência na soberania nacional com o interesse estrangeiro no controle da Amazônia. Mas por essas alianças amplas, a proteção da floresta é vista pela opinião pública brasileira como algo importante de resguardar, o que não é o caso com relação aos defensores e defensoras de direitos ambientais. Consequentemente, o Greenpeace consegue facilmente arrecadar fundos para a proteção da floresta com doadores individuais brasileiros. Enquanto que o trabalho de proteção de grupos indígenas ainda necessita de apoio externo. Essa solidariedade internacional ajuda a influenciar como a opinião pública enxerga suas questões e pode reforçar a legitimidade de causas defendidas por grupos locais.

Nesse momento de disputa feroz de narrativas acerca do papel do Estado e da sociedade civil, qualquer peso a mais que ajude a defender a ideia de que a proteção das liberdades civis é um pilar para a democracia, é bem-vindo. Assim sendo, o engajamento entre as sociedades civis dos dois hemisférios nunca foi tão importante. E aprender com os outros carrega então ainda mais importância em tempos tão desafiadores.[34] Grupos no Norte podem se beneficiar profundamente em combinar sua própria experiência em levar a cabo seu ativismo em tempos mais "normais" com a enorme e rica experiência dos grupos no Sul em lidar com o duplo peso de, não só construir estratégias para defender suas causas, mas também para atuar no ambiente particular em que operan. As parcerias e a solidariedade são o núcleo de qualquer resposta a ameaças impostas contra a sociedade civil. A construção de pontes com novos aliados e a renovação dos laços existentes pode garantir oportunidades de gerar conhecimentos e construir narrativas que vão ecoar na opinião pública e trazer o apoio necessário para fazer com que governos e corporações sejam responsabilizados por suas ações quando desrespeitam direitos. Ter apoio e participação de mais gente em nossas lutas vai nos dar um senso de conforto e segurança, algo necessário para ativistas e defensores lidando todos os dias com destruição e violência.

NOTAS

1 • Para mais informações, leia a compilação e análise preparada pela organização ICNL, atualizada setembro de 2017, para seu "Monitor de Leis sobre Protesto nos EUA", acesso em 26 de outubro de 2017, http://www.icnl.org/US_protest_law_tracker.pdf (em inglês).

2 • Apesar de ser parte da OIT desde 1991, a Coreia do Sul não ratificou as Convenções n. 87 (Liberdade de Associação e Proteção ao Direito de Sindicalização) e n. 98 (Direito de Sindicalização e Negociação Coletiva), mesmo após ter sido exortada a fazê-lo pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU (CESCR) em outubro de 2017, após falta de respostas à recomendação feita em 2009. As recomendações estão disponíveis em: "E/C.12/KOR/CO/4," OHCHR, 2017, acesso em 25 de outubro de 2017, http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=E%2fC.12%2fKOR%2fCO%2f4&Lang=en.

3 • "Ratings Update October 2017," Civicus, Monitor, 2017, acesso em 20 de outubro de 2017, https://monitor.civicus.org/Ratingsupdatesept17/.

4 • Para conhecer a análise sobre os ajustes feitos na Recomendação 8 do GAFI, veja o comunicado à imprensa produzido pela Global NPO Coalition on FATF: "NPOs Applaud Important Changes in Financial Action Task Force (FATF) Policy – NPOs No Longer Considered "Particularly" Vulnerable," FATF Platform, 29 de junho de 2016, acesso em 2 de novembro de 2017, http://fatfplatform.org/wp-content/uploads/2016/06/Press-Release.pdf.

5 • Uma análise aprofundada das preocupações em torno das Recomendações do GAFI e seu impacto para a sociedade civil pode ser encontrada no website da Global NPO Coalition on FATF: "Concerns," FATF Platform, 13 de maio de 2015, acesso em 17 de novembro de 2017, http://fatfplatform.org/civil-society-concerns/ (em inglês).

6 • Para entender mais o impacto que as Recomendações do GAFI tiveram sobre a sociedade civil na Índia, leia: Seema Nair, "Can Indian NGOs Bank on Banks?." FATF Platform, 2016, accessed November 06, 2017, http://fatfplatform.org/wp-content/uploads/2016/03/FATF_India_Final.pdf (em inglês).

7 • Leis antiterrorismo no Chile: Lei 18.314 http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=29731 (1984); Emenda (1991) https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=19027&idVersion=1991-01-24 (1991); Mudanças que preveem penas no financiamento ao terrorismo, de acordo com normas internacionais http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=217096&idVersion=2003-11-13(2003);2emendas. http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1017644&idVersion=2011-06-21 e http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1026712&idVersion=2011-06-21 (2011).

8 • "Chile Must Stop Using Anti-terrorism Law Against Mapuche Indigenous Group – UN Expert," UN News Centre, 31 de julho de 2013, acesso em 6 de novembro de 2017, http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=45538#.WgO0S6uQy2w.

9 • "The Inter-American Court of Human Rights Condemns the State of Chile for Having Used its Antiterrorist Legislation Against Members of the Mapuche People," FIDH, 30 de julho de 2014, acesso em 6 de novembro de 2017, https://www.fidh.org/en/region/americas/chile/the-inter-american-court-of-human-rights-condemns-the-state-of-chile.

10 • "Turkey Jails More Journalists Than Any Other Nation. Those in Detention Are All Terrorists, Erdogan Says," Public Radio International, 28 de junho de 2017, acesso em 6 de novembro de 2017, https://www.pri.org/stories/2017-06-28/turkey-jails-more-journalists-any-other-nation-those-detention-are-all-terrorists.

11 • A Conectas Direitos Humanos foi bastante ativa na documentação da aprovação da lei antiterrorismo e dos argumentos para que não

fosse aprovada. Esse material está à disposição em seu website para consulta. Veja em: Conectas Direitos Humanos, Homepage, 2017, acesso em 17 de novembro de 2017, www.conectas.org; and Conectas Direitos Humanos, pagina de busca, 2017, acesso em 17 de novembro de 2017, http://www.conectas.org/en/search?q=antiterrorism.

12 • Para além dos casos por país, há inúmeros estudos que trazem evidências do impacto de leis antiterrorismo sobre a sociedade civil. A Global NPO Coalition on FATF possui uma série de documentos à disposição em seu website: acesso em 17 de novembro de 2017, www.fatf-platform.org. Outra boa referência é o estudo publicado em abril de 2017 que detalha o impacto específico que essas leis e práticas trazem sobre a proteção dos direitos das mulheres: "Tightening the Purse Strings: What Countering Terrorism Financing Costs Gender Equality and Security," Duke Law International Human Rights Clinic and Women Peacemakers Program, 2017, acesso em 17 de novembro de 2017, https://www.womenpeacemakersprogram.org/assets/TTPS-DUKE-FINAL-PRINT-AP-WEB.pdf.

13 • Essa tese foi levantada pela primeira vez publicamente em uma coluna em um blog, escrita por Pedro Abramovay, diretor da Open Society Foundations para a América Latina: "Projeto de Lei Sobre Terrorismo: A Culpa é do Levy." Post no Facebook, 19 de agosto de 2015, acesso em 6 de novembro de 2017, https://www.facebook.com/quebrandootabu/posts/942594352463619. Após isso, o monitoramento dos processos legislativos ligados à lei revelaram uma participação ativa do Ministério da Fazenda durante todo o processo de aprovação. A Conectas Direitos Humanos está atualmente produzindo um estudo detalhado a respeito para registrar todos os passos do processo e seus principais atores.

14 • Dados Oficiais de AOD colocam os EUA como o maior doador do mundo em termos de volume de ajuda ao desenvolvimento, com US$ 33.59 bilhões em 2016. Fonte: Ferramenta da OCDE "Official Development Assistance 2016 – ODA Overview," Compare Your Country, 2016, acesso em 17 de novembro de 2017, http://www2.compareyourcountry.org/oda?cr=oecd&lg=en.

15 • Este caso foi bem documentado pela Rede "Charity & Security Network" em sua série Conheça Seus Direitos (Know Your Rights), em especial o webinar e sumário para o tema: "Webinar - Are My Peacebuilding Activities Permissible?," Charity and Security Network, 17 de outubro de 2017, acesso em 25 de outubro de 2017, https://www.charityandsecurity.org/know-your-rights/permissible-activities.

16 • Nos EUA, a reação ao resultado das eleições foi imediata. Muitas pessoas sentiram que precisavam resistir ao que a nova administração representava e organizações de escopo nacional, mas também local, estão vendo suas afiliações explodirem. Um exemplo é o Partido Democrata Socialista que em menos de um ano foi de oito mil a 25 mil membros, muitos deles jovens que estão utilizando as táticas do movimento de direitos civis combinadas com a articulação e promoção por meios digitais para crescer.

17 • Para entender mais a respeito, veja: Shami Chakrabarti, Shami Chakrabarti, "Com o dedo no gatilho", SUR 12, no. 22 (2015): 269-272, acesso em 8 de novembro de 2017, http://sur.conectas.org/com-o-dedo-no-gatilho/.

18 • O ATTAC, das iniciais em francês para Association pour la Taxation des Transactions financières et pour l'Action Citoyenne or *Association for the Taxation of Financial Transactions and Citizen's Action*, é um grupo ativista que ganhou projeção no final dos anos 90 e início dos 2000 por defender a implementação da Taxa Tobin para transações financeiras e foram bastante ativos na criação do movimento do Fórum Social Mundial.

19 • Na Alemanha, em 2014, as autoridades fiscais revogaram o status de benefício público do ATTAC retroativamente até 2010. A justificativa para o fim do benefício fiscal era que suas posições políticas não cabiam nos critérios do benefício. Em 2016, um ganho de causa da organização confirmou seus status, mas o Ministério das Finanças

interveio - mesmo após o caso ter sido encerrado, requisitando ao escritório de Frankfurt apelasse, o que pode levar outros três anos. Durante esse período, o status estaria suspenso, assim como esteve no período de 2014-16, prejudicando a organização financeiramente, uma vez que não poderia mais emitir recibos a doadores individuais para seus próprios benefícios fiscais. Mais sobre o caso pode ser lido em: Annika Elena Poppe and Jonas Wolff, "Germany Sets a Poor Example: The Case of ATTAC in Light of Globally Closing Civic Spaces," Peace Research Institute Frankfurt, 27 de julho de 2017, acesso em 12 de setembro de 2017, https://blog.prif.org/2017/07/27/germany-sets-a-poor-example-the-case-of-attac-in-light-of-globally-closing-civic-spaces/.

20 • "CAF World Giving Index 2017 – A Global View of Giving Trends," Charities Aid Foundation, setembro de 2017, acesso em 26 de outubro de 2017, https://www.cafonline.org/docs/default-source/about-us-publications/cafworldgivingindex2017_2167a_web_210917.pdf?sfvrsn=ed1dac40_10.

21 • "Shrinking Space for Civil Society: The EU Response," European Parliament's Subcommittee on Human Rights, abril de 2017, acesso em 25 de outubro de 2017, http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2017/578039/EXPO_STU(2017)578039_EN.pdf.

22 • Para mais informação a respeito, veja análise da organização Human Rights Watch: "Trump's 'Mexico City Policy' or 'Global Gag Rule'," Human Rights Watch, 22 de junho de 2017, acesso em 21 de setembro de 2017, https://www.hrw.org/news/2017/06/22/trumps-mexico-city-policy-or-global-gag-rule.

23 • Ariana Eunjung Cha and Carol Morello, "Trump Expansion of Abortion 'Gag Rule' Will Restrict $8.8 Billion in U.S. Aid." The Washington Post, 15 de maio de 2017, acesso em 21 de setembro de 2017, https://www.washingtonpost.com/news/to-your-health/wp/2017/05/15/trump-expansion-of-abortion-gag-rule-will-restrict-8-8-billion-in-u-s-aid/?utm_term=.c46af8467caa.

24 • A Anistia Internacional Brasil fez um comunicado oficial à época, condenando a menção à organização feita na novela A Regra do Jogo e reclamou a falta de responsabilidade em mostrar o trabalho de defensores/as de direitos humanos de forma inadequada e incorreta, contribuindo para sua criminalização. "Nota Pública: Menção à Anistia Internacional na Novela A Regra do Jogo," Anistia Internacional, 22 de setembro de 2015, acesso em 17 de novembro de 2017, https://anistia.org.br/noticias/nota-publica-mencao-anistia-internacional-na-novela-regra-jogo/.

25 • Para um quadro geral de como os defensores/as de direitos humanos na América Latina estão sendo perseguidos e respondendo à ameaças, veja o relatório produzido pelo Fund for Global Human Rights e pela Just Associates. "Protection of Human Rights Defenders Against Non State Actors: Context, Analysis and Strategies," The Fund for Global Human Rights and Just Associates, 2017, acesso em 17 de novembro de 2017, http://globalhumanrights.org/wp-content/uploads/2017/07/Protection-of-Human-Rights-Defenders-against-Non-State-Actors_Mesoamerica_FGHR.pdf.

26 • Israel Butler, "Participatory Democracy Under Threat: Growing Restrictions on the Freedoms of NGOs in the EU." Civil Liberties Union for Europe, 2017, acesso em 15 de setembro de 2017, https://www.liberties.eu/en/news/participatory-democracy-under-threat-summary.

27 • Robert Tait, "Civil Activists Fear New Crackdown in Hungary After Trump Election." The Guardian, 10 de janeiro de 2017, acesso em 6 de novembro de 2017, https://www.theguardian.com/world/2017/jan/10/fears-new-crackdown-civil-society-groups-hungary-george-soros.

28 • "European Commission Steps up Infringement Against Hungary on NGO Law," European Commission, 4 de outubro de 2017, acesso em 6 de novembro de 2017, http://europa.eu/rapid/press-release_IP-17-3663_en.htm.

29 • "Report of the Special Rapporteur on the Rights to Freedom of Peaceful Assembly and of

Association," A/HRC/35/28, United Nations, Human Rights Council, 8 de maio de 2017, acesso em 16 de setembro de 2017, page. 4/21, http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session35/Documents/A_HRC_35_28_AUV.docx.

30 • Kleber Tomaz, "Justiça torna réus 18 manifestantes presos com militar infiltrado em ato contra Temer em 2016 em SP." O Globo, 29 de agosto de 2017, acesso em 24 de outubro de 2017, https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/justica-torna-reus-18-manifestantes-presos-com-militar-infiltrado-em-ato-contra-temer-em-2016-em-sp.ghtml.

31 • Uma pesquisa conduzida por três acadêmicos da Universidade de Michigan (EUA) entrevistou, em outubro de 2015, 1.200 cidadãos do país para medir qual era sua percepção de que resposta era proporcional diante das diferentes táticas de protestos. A pesquisa revelou que as pessoas tendem a aceitar ações que excedem o uso da força previsto na legislação, incluindo desaparecimentos forçados e tortura em alguns casos, fazendo com que os pesquisadores concluíssem que os norte-americanos não gostam de protestos; uma mensagem regularmente transmitida pela mídia tradicional que coloca como foco de sua cobertura a inconveniência desses encontros ao invés das pautas nas quais eles querem incidir. Para mais informações, veja: Christian Davenport, "This One Chart Shows What Americans Believe About Protests and Police Responses." The Washington Post, 18 de julho de 2016, acesso em 21 de setembro de 2017, https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2016/07/18/heres-one-chart-that-shows-what-americans-believe-about-protests-and-police-responses/ e Christian Davenport, Dave Armstrong e Thomas Zeitzoff, "That's Intense! Scaling Perceptions of Challenger and Government Tactics as well as Understanding Contentious Interaction." Research Gate, 2016, acesso em 21 de setembro de 2017, https://www.researchgate.net/publication/305212835_That%27s_Intense_Scaling_Perceptions_of_Challenger_and_Government_Tactics_as_well_as_Understanding_Contentious_Interaction.

32 • Para conhecer mais, veja: James Rowe and Mike Simpson, "Lessons From the Front Lines of Anti-Colonial Pipeline Resistance." 9 de outubro de 2017, acesso em 18 de outubro de 2017, https://wagingnonviolence.org/feature/lessons-front-lines-anti-colonial-unistoten-pipeline-resistance/.

33 • Para conhecer mais da luta de Berta Cáceres, leia Patricia Ardón and Daysi Flores, "Berta Vive! COPINH continua...," SUR 14, no. 25 (2017): 109-117, acesso em 23 de outubro de 2017, http://sur.conectas.org/berta-vive-copinh-continua/.

34 • Para outros exemplos de como movimentos respondem a retrocessos, veja: Semanur Karaman and Ana Cernov, "Our Movements and Collective Struggles Thrive Despite Backlash." Open Democracy, 6 de setembro de 2017, acesso em 20 de setembro de 2017, https://www.opendemocracy.net/5050/semanur-karaman-ana-cernov/our-movements-and-collective-struggles-thrive-despite-backlash.

ANA CERNOV – *Brasil*
Ana Cernov é ativista de direitos humanos engajada na proteção dos espaços democráticos e em iniciativas para a construção de movimentos e defesa de justiça e igualdade. Atualmente, é assessora da Coalizão para Ação Cívica Vuka! Antes disso, Ana liderou o programa Sul-Sul da Conectas Direitos Humanos de 2014 a 2016 e trabalhou por 15 anos com sindicatos, movimentos sociais, organizações religiosas e ecumênicas e agências de desenvolvimento no Brasil e na América Latina. Possui bacharelado em Relações Internacionais e Mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). *Esse artigo não reflete qualquer opinião institucional e traz apenas a perspectiva pessoal da autora.*

contato: *anacernov@gmail.com*

Recebido em setembro de 2017.
Original em inglês e português.

"Este artigo é publicado sob a licença de Creative Commons Noncommercial Attribution-NoDerivatives 4.0 International License"

O SUL EM TRANSIÇÃO[1]

Denise Dora
Ravindran Daniel
& Barbara Klugman

• *Rumo a uma nova ecologia do movimento de direitos humanos no contexto da redução do espaço civil* •

RESUMO

Os defensores dos direitos humanos em todo o mundo continuam a enfrentar a repressão. Apesar do surgimento de regimes democráticos, em muitos lugares as restrições ao espaço civil estão aumentando, inclusive o poder crescente das empresas sobre o Estado. De muitas maneiras, essas tendências restringem o "poder do povo". Nesse contexto, o movimento dos direitos humanos precisou encontrar novas formas de organização, sobretudo através do fortalecimento do poder e da voz das organizações de direitos humanos no Sul Global, de tal maneira que os direitos humanos como enfoque e modo de trabalho são evidentes na forma como o próprio movimento opera. Este artigo, baseado na revisão da iniciativa Fortalecimento Mundial dos Direitos Humanos da Fundação Ford, oferece exemplos de como vários atores do Sul Global estão reagindo a essa nova realidade.

PALAVRAS-CHAVE
ONGs internacionais | Advocacy | Poder | Sul Global | Movimentos

Terça-feira, 1º. de agosto de 2017: a última vez que Santiago Maldonado, um ativista argentino de 28 anos, foi visto vivo. Ele participava de um protesto junto com os mapuches, um grupo indígena que luta para proteger suas terras ancestrais na Patagônia depois que elas foram compradas pela marca global de moda Benetton, quando, segundo testemunhas, foi preso pela Gendarmaria Nacional da Argentina – uma força de segurança que atua sob o comando direto do ministro da Segurança Nacional. Enquanto a Gendarmaria negava a acusação, o desaparecimento de Maldonado provocou protestos nacionais que exigiam que o governo nacional adotasse medidas para trazer de volta Maldonado vivo e descobrisse quem era o responsável pelo desaparecimento. "Eles o levaram vivo, vivo nós o queremos de volta", gritavam os manifestantes, uma palavra de ordem que provocava ecos sinistros.[2] Anos antes, durante o reinado do regime militar argentino (1976-1983), responsável pelo desaparecimento e pela morte de mais de trinta mil pessoas, em sua maioria jovens, as organizações de direitos humanos do país haviam feito o mesmo apelo.[3] Infelizmente, o corpo de Maldonado foi encontrado em um rio no sul da Argentina, em 19 de outubro de 2017.[4]

O sequestro e assassinato de ativistas de direitos humanos não é novidade na América Latina, nem no resto do mundo. Então, quando surge a questão do *fechamento* do espaço civil, outra questão se coloca: alguma vez eles já estiveram abertos? A diferença hoje é que, no mesmo dia do desaparecimento de Santiago, os defensores dos direitos humanos em Cingapura, Londres e Cidade do México já estavam cientes dele. Os protestos não foram somente locais, mas globais, graças a campanhas on-line, e o fato recebeu uma condenação generalizada. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos sugeriu que o caso fosse investigado como desaparecimento forçado e, em consequência, a Gendarmaria não teve permissão para desempenhar um papel ativo na investigação.[5] Além disso, o Comitê das Nações Unidas sobre Desaparecimentos Forçados pediu para supervisionar a investigação, o que foi aceito pela Argentina. A Anistia Internacional lançou uma Ação Urgente[6] pedindo uma investigação minuciosa, enquanto a Human Rights Watch ajudava a amplificar o caso através de seus próprios canais públicos.[7]

1 • Novos atores, nova ecologia

O caso de Santiago Maldonado exemplifica como, embora os abusos continuem ocorrendo, muitas vezes no contexto de repressões à sociedade civil, a reação das organizações de direitos humanos está passando por uma mudança provocada por alterações na ecologia do movimento de direitos humanos, sobretudo na relação entre os assim chamados atores do Norte Global e do Sul Global.

Estão surgindo tendências positivas, inclusive vozes novas e legítimas para lidar com essas restrições. O caso dos mapuches é um exemplo das batalhas para proteger o direito à terra contra corporações transnacionais levadas a cabo pelos próprios líderes indígenas. Há uma transição no interior do movimento de direitos humanos e os grupos subalternos tradicionais estão agora representando eles mesmos seus interesses. O modelo tradicional e

vertical de organizações locais que coletam informações a serem analisadas e divulgadas por organizações não governamentais internacionais (ONGIs) está mudando para uma forma mais horizontal e colaborativa de defender os direitos humanos.

Nos últimos anos, as organizações não governamentais (ONGs) de direitos humanos com sede no Sul e as ONGIs com sede no Norte tentaram mudar ainda mais a ecologia do movimento de direitos humanos. Elas estão tentando de forma mais explícita identificar o modo de maximizar o valor de todos os atores, do nível local ao internacional, reconhecendo que a eficácia requer espaços em que organizações e indivíduos possam levar problemas, provas e experiências para o movimento mais amplo. A revisão da iniciativa Fortalecimento Mundial dos Direitos Humanos da Fundação Ford (SHRW pela sigla em inglês), na qual este artigo se baseia, mostrou que grupos de diferentes países são mais capazes de reunir provas das tendências das violações através de colaborações. Por exemplo, ao mesmo tempo em que as ONGs locais, nacionais e regionais do Sul Global estão voltando cada vez mais sua atenção para violações cometidas pelo setor privado, elas muitas vezes lutam para encontrar os pontos onde possam exercer pressão sobre uma empresa multinacional que está cometendo essas violações. Enquanto isso, a experiência e a expertise dos próprios lugares em que esses abusos estão ocorrendo são fundamentais para garantir uma resposta adequada das organizações de direitos humanos às questões concretas em termos apropriados àqueles que sofrem tais abusos.

Os doadores também estão contribuindo para esses esforços. A iniciativa global SHRW da Fundação Ford, lançada em 2012, foi uma resposta ao contexto geopolítico em mudança, no qual "o movimento internacional de direitos humanos precisava adaptar-se a essa nova ordem global para transformar em realidade os direitos humanos para milhões de pessoas em todo o mundo [...] a fim de ter um impacto em nível global, concentrando-se numa espécie de 'aplicação vinda de baixo' mediante um enfoque mais multipolar".[8] Por meio de um investimento de US$ 54 milhões em cinco anos, a iniciativa apoiou muitos grupos do Sul Global e outras tantas ONGs internacionais sediadas no Norte Global,[9] mas que exploram novas relações, enfoques e formas de organização regional ou global.[10] Este artigo apresenta as ideias fundamentais geradas pela revisão da iniciativa global SRHW que são particularmente pertinentes ao examinar-se especificamente como as organizações podem reagir ao encolhimento do espaço civil.

1 - Conhecimento é poder

Um dos elementos essenciais de um novo e mais representativo movimento de direitos humanos é a geração de conhecimento a partir de experiências concretas e o apoio à aprendizagem transnacional entre grupos do Sul Global.

As ONGs do Sul estão questionando o padrão em que a produção e a validação do conhecimento são realizadas predominantemente por ONGs de direitos humanos e acadêmicos do Norte Global. Por exemplo, Dejusticia, na Colômbia, administra um

programa que promove "ação-pesquisa" pelo qual recebe defensores de direitos humanos de países da África, Ásia e América Latina, oferecendo treinamento e suporte em métodos de pesquisa, redação e *advocacy*.[11] No que diz respeito a colaborações de autores novos, uma comparação entre as três últimas edições desta publicação, SUR - *Revista Internacional de Direitos Humanos*, publicada pela Conectas, uma das beneficiárias da SHRW, e outras duas revistas internacionais, *Human Rights Practice*, publicada pela Oxford University Press, e *Human Rights Quarterly*, publicada pela The Johns Hopkins University Press, mostra que a SUR teve colaborações de 37 autores do Sul Global e dezesseis autores do Norte Global. Em comparação, a *Human Rights Practice* teve quatro do Sul Global e 25 do Norte Global, e a *Human Rights Quart*erly teve dois do Sul Global e 43 do Norte Global.[12]

De acordo com Rodrigo Uprimny, membro do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, "os grupos do Norte têm perspectivas globais. Os grupos do Sul estão normalmente envolvidos na coleta de informações e suas análises tendem a ser mais contextuais do que substantivas. Quando os grupos do Norte estabelecem a agenda, são geralmente insensíveis ao contexto e esquecem pontos fundamentais".[13] Além disso, no contexto do fechamento de espaços civis, a especificidade da experiência local precisa informar não só as estratégias locais, mas a compreensão global das forças em ação e como abordá-las.

2 - Criando um mosaico de atores

Cada vez mais, o movimento internacional de direitos humanos é mais bem compreendido e operacionalizado como um mosaico de diferentes grupos com contribuições diversas, em vez de uma escada em que as violações ocorrem em nível local e são enviadas "para cima", a fim de serem tratadas por ONGs internacionais. Essa horizontalidade é ilustrada pela Rede Internacional das Liberdades Civis (INCLO pela sigla em inglês), que criou uma base de evidências e uma campanha mundial sobre o uso de "armas não letais" para controlar protestos que culminou em um relatório em parceria com os Médicos para os Direitos Humanos, "Letal sob disfarce: as consequências para a saúde das armas de controle de multidões".[14] Esse relatório está sendo usado tanto para montar uma base mais ampla de apoio para questionar o uso de armas perigosas contra manifestantes, como também para propor – em nível nacional e internacional – a responsabilização do governo e do setor privado pelo uso de armas supostamente não letais em seus esforços para fechar o espaço civil. Por sua vez, os membros da INCLO fizeram essa pesquisa por meio do engajamento profundo com grupos locais envolvidos e afetados pelo uso dessas armas, validando assim o poder de construção de alianças entre grupos que trabalham nos níveis local e nacional.

Os grupos nacionais do Sul Global encontram cada vez mais maneiras de influenciar o sistema de direitos humanos através de colaborações com grupos que trabalham em questões similares visando vários fóruns internacionais e regionais. O Centro de Estudos Jurídicos e Sociais (*Centro de Estudios Legales y Sociales*, CELS), na Argentina, liderou uma iniciativa conjunta com outras dezesseis organizações para solicitar a primeira audiência regional sobre políticas de drogas na Comissão Interamericana de Direitos

Humanos em março de 2014, vinculando explicitamente a regulamentação das drogas e a militarização relacionada a ela aos mecanismos de opressão que negam direitos dos cidadãos. O informe "O impacto das políticas de drogas sobre os direitos humanos" foi apresentado a universidades, organizações sociais, agências da ONU e mecanismos regionais e sub-regionais em dez cidades.[15] O CELS reforçou as colaborações existentes, inclusive com pesquisadores que analisaram a militarização na "guerra contra as drogas" e acrescentou novas colaborações com universidades na Europa e na América Latina. Além disso, a organização empreendeu trabalho de *advocacy* no Conselho de Direitos Humanos, que aprovou sua primeira resolução sobre a política de drogas em 2015, e também no Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (OHCDH pela sigla em inglês), que se baseou na expertise do CELS e seus parceiros para elaborar um estudo sobre o impacto do problema mundial das drogas sobre os direitos humanos. Por sua vez, esse estudo serviu de subsídio para uma Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU, em abril de 2016, sobre "o problema mundial das drogas". O CELS também participou da Comissão sobre Narcóticos (CND pela sigla em inglês). Eles alertaram o Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW pela sigla em inglês) e o Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre a Discriminação contra a Mulher para a maneira drástica em que os direitos das mulheres estão sendo afetados pelo tráfico de drogas e as políticas de drogas. Como membro da Rede do Conselho dos Direitos Humanos (HRC-Net na sigla em inglês), o CELS fez uma apresentação ao Secretário-Geral da ONU. Mediante esse trabalho, o CELS forjou alianças e inseriu uma perspectiva de direitos humanos no trabalho do movimento internacional de reforma da política sobre drogas, entrando para o Consórcio Internacional sobre Políticas de Drogas, e se tornou participante ativo do Comitê de ONGs de Viena sobre Drogas e do Comitê de ONGs de Nova York sobre Drogas, o que possibilitou que influenciasse nas conversas com agências da ONU.[16]

Na ecologia tradicional dos direitos humanos, os grupos nacionais advogam perante seus próprios governos, enquanto as ONGIs o fazem perante outros governos. Porém, na ecologia mais equitativa do movimento de direitos humanos que está surgindo, os grupos nacionais e regionais de direitos humanos estão questionando o sistema em outros países sem a ajuda de ONGIs intermediárias. Por exemplo, as colaborações entre membros nacionais da rede regional Fórum-Ásia e grupos de direitos humanos na Mongólia possibilitaram que influenciassem nas motivações do governo mongol para sua candidatura ao Conselho de Direitos Humanos da ONU. Eles usaram o momento da candidatura para pressionar contra o modo como a Mongólia estava fechando seus espaços civis e conseguiram influenciar o governo a comprometer-se a se afastar de suas posições regressivas que atingiam as liberdades de expressão, de reunião e de associação.

3 - Instituições regionais: uma parte fundamental da equação

Muitas vezes, os Estados acusam o sistema internacional de direitos humanos de ter um viés ocidental e não entender o contexto local. E quando os ativistas os criticam, seus

governos, muitas vezes, deslegitimam as reivindicações dos ativistas, acusando-os de serem fantoches das forças ocidentais ou, pior, fecham suas organizações. Por exemplo, o Conselho de Direitos Humanos do Quênia está enfrentando o cancelamento de registro no conselho das ONGs, uma decisão que eles dizem ser política devido ao apoio que recebem do partido da oposição.[17] Portanto, as instituições intergovernamentais regionais continuam a ganhar importância geopolítica. Os grupos de direitos humanos com sede no Sul Global estão concentrando cada vez mais o trabalho no nível regional para exercer uma maior pressão sobre seus governos. A intervenção rápida da Comissão Interamericana de Direitos Humanos no caso de Santiago Maldonado e a sua capacidade de pressionar o governo argentino constituem uma clara indicação de sua relevância. Mais longe e a título ilustrativo, a decisão histórica em 2010[18] da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP) que condena a expulsão do povo *Endorois* de suas terras no Quênia foi anunciada como uma grande vitória para os povos indígenas de toda a África. Mas sete anos depois, o governo queniano ainda não implementou as decisões do tribunal, uma ocorrência comum, pois os governos não reconhecem os direitos dos cidadãos de organizar-se e ignoram as decisões tomadas por órgãos legais; tudo isso faz parte da dinâmica do encolhimento dos espaços civis. A Comissão de Direitos Humanos do Quênia (KHRC na sigla em inglês), em parceria com os principais litigantes, o Grupo Internacional de Direitos das Minorias (MRG), bem como o Grupo de Trabalho de Litígio Estratégico da Rede de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ESCR-Net pela sigla em inglês), juntou-se aos representantes da comunidade, o Conselho de Bem-estar Endorois (EWC pela sigla em inglês), para manter a pressão. Em setembro de 2014, o governo finalmente deu atenção a suas demandas e o presidente Uhuru Kenyatta criou uma força-tarefa para trabalhar na implementação da decisão da CADHP.[19] Mediante um planejamento estratégico conjunto, oficinas para compartilhar experiências e expertise comparativas do Sul Global, e *advocacy* sustentada tanto no país como na CADHP, eles continuam a lutar para converter a decisão do tribunal em justiça tangível para os *Endorois*.

4 - A luta contra um novo inimigo

As organizações da sociedade civil e os movimentos sociais estão cada vez mais agindo contra a aquisição ou uso ilegal de terras, muitas vezes pertencentes a comunidades indígenas, por mineradoras privadas ou outros interesses empresariais, como no caso dos mapuches. Contudo, os protestos da sociedade civil são muitas vezes recebidos com violações flagrantes dos direitos humanos por parte do governo e das forças de segurança privadas, que reprimem o direito de protestar das comunidades locais. As ONGs locais, nacionais e regionais, bem como as ONGIs, estão descobrindo que o trabalho conjunto maximiza cada uma de suas contribuições. Através das fronteiras, as ONGs têm apoiado os defensores da linha de frente e, ao mesmo tempo, acumulam dados transnacionais e implementam estratégias para influenciar as corporações transnacionais. Por exemplo, trabalhando com pesquisadores em campo em todas as regiões do mundo, o Centro de Recursos de Empresas e Direitos Humanos (BHRRC pela sigla em inglês) rastreia e divulga os impactos sobre os direitos humanos das empresas. Seu relatório sobre a indústria do carvão na Índia, Colômbia, África

do Sul e Egito, "Cavando mais fundo: os impactos sobre os direitos humanos do carvão no Sul Global",[20] coescrito com a Dejusticia da Colômbia, foi fundamental para oferecer uma perspectiva do Sul Global sobre as consequências às vezes devastadoras das indústrias extrativas. O relatório foi produzido a tempo para que os grupos participantes o utilizassem para *advocacy* na Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas, em 2015.[21] Esses grupos também estão usando as conclusões do relatório em diversos fóruns, inclusive em um processo no Tribunal Constitucional na Colômbia, promovido por grupos indígenas Wayuu e líderes afrodescendentes, no qual o tribunal determinou que a mina de carvão Cerrejón não pode continuar as obras de desvio do rio Bruno que os residentes dessa zona desértica alegaram que causariam impacto sobre suas fontes de água.[22]

5 - Novas plataformas para novas vozes

As mídias sociais tiveram uma influência tremenda ao possibilitar que ONGs nacionais amplificassem sua própria voz sem depender das grandes ONGs internacionais para representá-las na mídia. No contexto do encolhimento do espaço civil, o uso das mídias sociais é particularmente relevante, uma vez que a mídia tradicional é cada vez mais influenciada pelos Estados ou por grandes empresas com vínculos com o governo. O uso desse novo meio de comunicação questionou a sabedoria convencional de que somente as ONGIs são uma voz legítima para falar sobre questões em todo o mundo devido ao seu capital social e suas ligações com a mídia. Hoje, os "Netizens" [cidadãos da net] estão mudando a ecologia do movimento. A classificação – "Norte Global" e "Sul Global" – tem menos valor quando qualquer grupo, efetivamente habilitado e dotado de recursos, pode influenciar as narrativas globais através das mídias sociais. No entanto, é importante notar que as conclusões da revisão da SHRW mostram que, devido ao alto grau de investimento de algumas ONGIs em comunicações, suas plataformas podem aumentar significativamente a atenção global dada às reivindicações feitas no trabalho de ONGs nacionais e a legitimidade percebida delas. A chave é estabelecer estratégias conjuntas de envio de mensagens e públicos.

6 - Mostre-me o dinheiro!

Apesar dos enormes progressos feitos pelas ONGs nacionais e internacionais para criar um movimento de direitos humanos mais equitativo e efetivo, mudar a ecologia do movimento exigiria alterações mais profundas na maneira como as organizações do Sul de direitos humanos são financiadas e sustentadas. O campo de financiamento para o ativismo dos direitos humanos é fundamentalmente desigual e está cada vez mais ameaçado por restrições, por exemplo, à filantropia transfronteiriça. A maioria dos fundos vem do Ocidente e vai para o Ocidente, mesmo que seja para uso em outras partes do mundo.[23] Houve um aumento do número de financiadores que apoiam movimentos sociais e ONGs de direitos humanos no Sul Global. Porém, os dados do Centro das Fundações e do Grupo Internacional de Patrocinadores de Direitos Humanos também mostram que, enquanto os grupos de direitos humanos da América do Norte e da Europa são financiados para trabalharem em seus países, grandes proporções de fundos para o

trabalho em outros lugares vão para organizações com sede fora das regiões em questão. É possível que os grupos que recebem esses fundos deem ênfase substancial às parcerias, mas quase sempre são eles que decidem onde concentrar sua energia, enquanto aqueles que convivem com violações de direitos humanos raramente têm recursos para moldar as estratégias globais que podem ser necessárias para resolver seus problemas. Há uma diferença substancial entre o trabalho *sobre* violações em algum lugar e *experimentar* essa violação. Ao buscar soluções para o fechamento de espaços civis, os grupos locais precisam poder compartilhar suas experiências com os outros, aprender com as estratégias dos outros, mobilizar-se regional e mundialmente para pressionar não apenas seus próprios governos, como os governos de qualquer lugar que fechem os espaços civis, mas, em última instância, moldam suas próprias intervenções locais. Com relação a isso, a Revisão também concluiu que um obstáculo à participação efetiva de grupos do Sul Global no movimento internacional de direitos humanos é o fornecimento continuado de fundos de projetos e um enfoque gerencial que costuma exigir que os grupos de direitos humanos prevejam seus resultados em um mundo imprevisível. Isto é particularmente problemático para os grupos de direitos humanos cujo objetivo é abordar violações de direitos humanos que são frequentemente imprevisíveis. No contexto atual de fechamento de espaços, os grupos podem precisar de fundos urgentes para apoiar os defensores dos direitos humanos que estão sendo ameaçados, detidos ou mortos, ou para mobilizar protestos contra a legislação que fecha espaços para assembleias públicas, ou para impedir ou tratar com a polícia que põe em perigo os manifestantes. Sem dúvida, a SHRW demonstrou que o financiamento básico em longo prazo oferece aos grupos nacionais autonomia, flexibilidade e estabilidade para definir suas estratégias próprias e influenciar de modo significativo o movimento dos direitos humanos e o sistema em nível nacional, regional e internacional, a fim de abordar suas questões próprias, construir uma compreensão internacional das dinâmicas em jogo e se solidarizar com os outros.

No que diz respeito aos patrocinadores que estabelecem "grandes apostas" globais, a revisão concluiu que a melhor maneira de operacionalizar uma estratégia de financiamento em uma parte do mundo pode não ser tão boa em outra, devido a diferentes graus de capacidade e diferentes culturas de organização. Por conseguinte, independentemente da localização do patrocinador, é necessária uma energia substancial para a preparação da iniciativa de financiamento, com consultas locais e, na medida do possível, criação conjunta da teoria da mudança com os grupos que se tornam beneficiários e são realmente as vozes locais.

2 • Conclusão

A atual repressão ao espaço civil é uma tentativa dos poderes econômicos e políticos de reduzir a capacidade local de reação, protesto e organização. Como mostrou a revisão da iniciativa global da SHRW, surgiu uma ampla gama de processos inovadores, com os quais outros atores do movimento podem aprender, tanto em relação a como podem agir para recuperar o espaço civil como também na forma como devem se adaptar em geral para

ter sucesso nessa nova realidade. Garantir a produção local de conhecimento, trabalhar de uma forma semelhante a um mosaico, validar as experiências e a compreensão das comunidades locais e das ONGs, ao mesmo tempo em que alavancam essas experiências para influenciar políticas e práticas regionais e internacionais - mediante colaborações entre grupos nacionais, regionais e internacionais – são todas metodologias essenciais nessa tarefa. Apesar das restrições, o movimento pelos direitos humanos, ao que parece, está mais bem posicionado do que nunca para continuar lutando.

NOTAS

1 • Veja o relatório inteiro aqui: https://www.openglobalrights.org/userfiles/file/Towards%20a%20new%20ecology_SHRW%20Review%20Public%20Report_11_2017%20Final_compressed.pdf. Além dos autores deste artigo, a equipe de revisão contou com Maimouna Jallow, consultora freelance de comunicações, Quênia, e Marcelo Azambuja, advogado de organizações da sociedade civil, Brasil.

2 • Para mais informações sobre o caso, ver, por exemplo, Uki Goñi, "Santiago Maldonado: Missing Backpacker Takes Center Stage in Argentina's Elections." The Guardian, 6 de outubro de 2017, acesso em 31 de outubro de 2017, https://www.theguardian.com/world/2017/oct/06/santiago-maldonado-argentina-election-missing-backpacker; "Las Dudas que Hay Tras la Desaparición de un Joven en una Protesta Mapuche en Argentina," Emol, 31 de agosto de 2017, acesso em 31 de outubro de 2017, http://www.emol.com/noticias/Internacional/2017/08/31/873310/Las-dudas-que-hay-tras-la-desaparicion-de-un-joven-en-una-protesta-mapuche-en-Argentina.html; "Argentina Rights Groups Demand Info on Missing Activist," The Associated Press, 8 de agosto de 2017, acesso em 31 de outubro de 2017.

3 • Madres Plaza de Mayo, Homepage, acesso em 31 de outubro de 2017, http://madres.org/; Orlando Jenkinson, "In Brief: The 1976-1983 Dictatorship in Argentina." The Bubble, 19 de dezembro de 2014, acesso em 31 de outubro de 2017, http://www.thebubble.com/brief-1976-1983-dictatorship-argentina/.

4 • Mauricio Macri, "Argentina Finds Body Thought to be Santiago Maldonado." Al Jazeera, 18 de outubro de 2017, acesso em 31 de outubro de 2017, http://www.aljazeera.com/news/2017/10/argentina-finds-body-thought-santiago-maldonado-171018222534259.html.

5 • "IACHR Grants Protection Measure for Santiago Maldonado in Argentina," OAS, 23 de agosto de 2017, acesso em 31 de outubro de 2017, http://www.oas.org/en/iachr/media_center/PReleases/2017/125.asp.

6 • "Urgent Action: Forced Disappearance in Mapuche Community (Argentina: UA 191.17)," Amnesty International, 18 de setembro de 2017, acesso em 31 de outubro de 2017, https://www.amnestyusa.org/urgent-actions/urgent-action-forced-disappearance-in-mapuche-community-rgentina-ua-191-17/.

7 • José Miguel Vivanco, "Disappearance of Protestor in Argentina." Human Rights Watch, 16 de agosto de 2017, acesso em 31 de outubro de 2017, https://www.hrw.org/news/2017/08/16/disappearance-protestor-argentina.

8 • Martin Abregu, "Strengthening Global Human Rights Initiative." Convening, Greentree, Nova York, 11 de julho de 2017.

9 • Uma delas, INCLO, embora registrada no Norte, tem sua secretaria no Sul Global (Argentina).

10 • Para mais informações sobre a iniciativa SHRW, ver o relatório de The Learning Review em http: https://www.openglobalrights.org/userfiles/file/Towards%20a%20new%20ecology_SHRW%20Review%20Public%20Report_11_2017%20Final_compressed.pdf.

11 • Para mais informações, ver "Global Action-Research Workshop for Global South Activists," Dejusticia, 15 de junho de 2017, acesso em 31 de outubro de 2017, https://www.dejusticia.org/en/education/global-action-research-workshop-for-global-south-activists/.

12 • A *Journal of Human Rights Practice* não informa a nacionalidade dos autores, então a equipe de revisão fez o melhor que pôde para obter essa informação através de buscas on-line.

13 • Entrevista da equipe de revisão da SHRW, 14 de novembro de 2016.

14 • Ver: "Lethal in Disguise: The Health Consequences of Crowd-Control Weapons," PHR, INCLO, março de 2016, acesso em 31 de outubro de 2017, https://s3.amazonaws.com/PHR_Reports/lethal-in-disguise.pdf.

15 • "El Impacto de las Políticas de Drogas en los Derechos Humanos. La Experiencia del Continente Americano," CELS, 10 de agosto de 2015, acesso em 31 de outubro de 2017, https://www.cels.org.ar/web/publicaciones/el-impacto-de-las-politicas-de-drogas-en-los-derechos-humanos-la-experiencia-del-continente-americano/.

16 • "Building a Human Rights Framework for Drug Policies," CELS Case Study, setembro de 2017, acesso em 31 de outubro de 2017, https://www.cels.org.ar/web/en/publicaciones/construir-un-marco-de-derechos-humanos-para-las-politicas-de-drogas/.

17 • "Anger as State Shuts Down Another NGO in Crackdown," Standard Digital, 16 de agosto de 2017, acesso em 31 de outubro de 2017, https://www.standardmedia.co.ke/article/2001251504/anger-as-state-shuts-down-another-ngo-in-crackdown.

18 • "Landmark Ruling Provides Major Victory to Kenya's Indigenous Endorois," Minority Rights, 26 de agosto de 2010, acesso em 31 de outubro de 2017, http://minorityrights.org/publications/landmark-ruling-provides-major-victory-to-kenyas-indigenous-endorois-august-2010/.

19 • "First Meeting of the Kenyan Task Force for the Implementation of the Endorois Decision," ESCR-Net, 24 de novembro de 2014, acesso em 31 de outubro de 2017, https://www.escr-net.org/news/2014/first-meeting-kenyan-task-force-implementation-endorois-decision.

20 • Coal in the South, Homepage, acesso em 31 de outubro de 2017, http://www.coalinthesouth.org/.

21 • "Paris Climate Change Conference - November 2015," UNFCCC, novembro de 2015, acesso em 31 de outubro de 2017, http://unfccc.int/meetings/paris_nov_2015/meeting/8926.php.

22 • Nicolo Filippo Rosso, "Colombia's Abandoned Wayuu People." Al Jazeera, 3 de fevereiro de 2016, acesso em 31 de outubro de 2017, http://www.aljazeera.com/indepth/inpictures/2016/02/colombia-abandoned-wayuu-people-160201070235052.html; "Human Rights Violations Committed by Transnational Corporations in Colombia," Humanrights.ch, 2007, acesso em 31 de outubro de 2017, https://www.humanrights.ch/upload/pdf/071018_DECLARATION_kolumbien_e.pdf.

23 • "Advancing Human Rights: Update on Global Foundation Grantmaking," Foundation Center and the International Human Rights Funders Group, 2017, acesso em 31 de outubro de 2017, http://humanrightsfunding.org/report-2017/.

DENISE DORA – *Brasil*
Denise Dora é advogada e ativista dos direitos humanos no Brasil. Foi membro-fundadora da Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos em 1993 e é atualmente sócia sênior de um escritório de advocacia especializado em organizações da sociedade civil, direito à igualdade e direito socioambiental. É membro do conselho curador do Fundo Brasil de Direitos Humanos e do conselho consultivo da Terra de Direitos.

contato: *deniseddora@gmail.com*

RAVINDRAN DANIEL – *Índia*
Ravindran Daniel é advogado de direitos humanos da Índia. Foi diretor da Divisão de Direitos Humanos junto às missões de paz da ONU no Timor Leste, na Líbia e no Sudão. Em 1991, criou o Fórum Asiático de Direitos Humanos e Desenvolvimento, e foi membro do comitê que lançou a Rede Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

contato: *ravindran52@gmail.com*

BARBARA KLUGMAN – *África do Sul*
Barbara Klugman é uma profissional sul-africana de estratégia e avaliação e uma das coordenadoras do Fundo de Constitucionalismo Sul-Africano. Anteriormente, dirigiu o portfólio internacional de direitos de reprodução e sexualidade da Fundação Ford e criou e dirigiu o Projeto de Saúde das Mulheres, África do Sul. Barbara é professora visitante em tempo parcial da Escola de Saúde Pública da Universidade de Witwatersrand, África do Sul, e presidente do conselho do Fundo de Ação Urgente-África.

contato: *bklugman@mweb.co.za*

Recebido em setembro de 2017.
Original em inglês. Traduzido por Pedro Maia Soares.

"Este artigo é publicado sob a licença de Creative Commons Noncommercial Attribution-NoDerivatives 4.0 International License"

APROVEITANDO O MOMENTO[1]

Shannon N. Green

• *Examinando modelos operacionais sustentáveis para a sociedade civil* •

RESUMO

No mundo todo, a sociedade civil se encontra em uma encruzilhada. Por um lado, é pressionada por dúvidas quanto à sua relevância, legitimidade e responsabilidade por governos e seus beneficiários. As organizações da sociedade civil (OSCs) são constantemente impelidas a demonstrar sua conexão com as comunidades locais e quão valiosas são para elas. Por outro lado, a sociedade civil vem tendo que se adaptar a um ambiente legal e operacional em rápida deterioração, já que inúmeros governos buscam estratégias regulatórias, administrativas e extrajudiciais para impedir seu trabalho. Os atores não estatais também representam uma ameaça para o setor, atacando defensores de direitos humanos, blogueiros e jornalistas, ambientalistas e sindicalistas como nunca antes. Simultaneamente, as OSCs estão encontrando obstáculos importantes aos seus fluxos de receita devido à mudança de prioridades dos doadores e restrições governamentais sobre financiamento internacional e seu modelo comercial a partir de formas emergentes de ativismo cívico.

Neste momento crucial, as OSCs têm como opção se adaptar ou desistir esperando que a maré da mudança atinja o pico e se dissipe. Para as organizações que pretendem sobreviver, há uma necessidade urgente de encontrar modelos e abordagens alternativas - mesmo quando lutam pelo seu direito de existir e receber financiamento. A crise enfrentada pela sociedade civil estimula doadores e ela própria a reexaminarem as abordagens tradicionais e repensarem o formato ideal para modelos operacionais saudáveis e mais sustentáveis. Este artigo busca contribuir com essa conversa, avaliando os pontos fortes e fracos de várias formas organizacionais sobre a sustentabilidade e resiliência da sociedade civil.

PALAVRAS-CHAVE

Sociedade civil | Inovação | Adaptação | Modelos de negócios

1 • Em defesa da adaptação e da inovação

Em todo o mundo, as organizações da sociedade civil (OSC) estão sob ataque, enquanto governos e atores não estatais erguem inúmeras barreiras para impedir que realizem seu trabalho. Para os grupos que pretendem sobreviver, agir como de costume não bastará. A crise enfrentada pela sociedade civil cria uma necessidade urgente para as OSCs e seus parceiros no sentido de encontrarem modelos e abordagens alternativos, enquanto lutam pelo seu direito de operarem livremente e de forma independente.

Durante as últimas três décadas, a sociedade civil tem proliferado em todo o mundo. A expansão dos direitos humanos e a livre circulação de capital global originaram um novo universo de OSCs trabalhando em diversos setores.[2] Essas organizações ofereceram novas oportunidades de influenciar as mudanças sociais em nível de base e preencher lacunas na prestação de serviços – e, como resultado, os doadores investiram fortemente nelas.[3] Durante esse período de crescimento rápido, a maioria das organizações adotou um modelo de negócios tradicional em que recebiam recursos de doadores para implementar projetos, entregar serviços, realizar pesquisas ou executar campanhas de *advocacy*.[4]

Embora este modelo de financiamento tenha servido bem à sociedade civil por 30 anos, atualmente ele tem se provado frágil quando confrontado com o espaço em fechamento ao seu redor. Cada vez mais, as OSCs profissionais competem com novas e emergentes formas de ativismo cívico. As organizações de *advocacy* são muitas vezes marginalizadas dos movimentos sociais, que se mostraram mais aptos a mobilizar grandes setores da sociedade em ambientes altamente fluidos.

Além disso, o modelo de negócios orientado por concessões foi criticado pela criação de legiões de OSCs, baseadas no capital e mais conectadas aos seus doadores do que às populações a que servem. Não há dúvida quanto às heroicas contribuições feitas pelas OSCs no sentido de expandir os direitos humanos e responsabilizar governos, organizações internacionais e corporações transnacionais pela adesão a essas normas. No entanto, a confiança da sociedade civil em doadores estrangeiros e a falta de responsabilidade para os beneficiários tornaram o setor suscetível aos ataques egoístas dos governos e de extremistas.[5] Esses atores afirmam que as OSCs são atores malignos que atendem aos interesses estrangeiros, em detrimento do desenvolvimento econômico ou da segurança em seu próprio país. Outro problema surge quando as prioridades da política externa dos financiadores mudam, deixando seus parceiros em situação vulnerável.

Por todas essas razões, estudiosos e profissionais começaram a explorar modelos operacionais alternativos para reduzir a dependência das OSCs de doadores estrangeiros e enfrentar a tempestade em meio ao espaço em fechamento da sociedade civil.[6] Este artigo procura contribuir com esse debate avaliando os atributos de diferentes modelos de negócios da OSCs e sua relação com a sustentabilidade e a resiliência. Para isso, a autora usará uma definição holística que analisa a capacidade das organizações de "responder continuamente

às variações das políticas públicas nacionais e internacionais, déficits de governança e políticas legais e regulatórias através de estratégias coerentes e deliberadas de mobilização e uso efetivo de recursos diversificados, fortalecendo operações e liderança, promovendo transparência e responsabilidade e promovendo a escalabilidade e a replicabilidade de iniciativas e intervenções".[7]

2 • Organizações associativas

As organizações associativas (OA) têm traços inerentes que promovem a adesão local, reforçam sua capacidade de se adaptar às circunstâncias em transição, contribuem para mudanças transformadoras e influenciam a política do governo.[8] Assim, elas estão bem posicionadas para resistir à crise atual de fechamento do espaço da sociedade civil.

A chave para a legitimidade e a sustentabilidade das OAs é a adesão da sua base de associados. As OAs se formam em torno dos interesses, das necessidades e prioridades comuns aos seus associados e procuram usar o tamanho, a diversidade e a influência de sua base de membros para promover objetivos de política compartilhada. Porque elas são responsáveis tanto internamente (pelo fato de os líderes serem eleitos ou designados), quanto externamente (uma vez que os líderes representam aqueles que os elegeram), as OAs podem responder mais facilmente às necessidades e aspirações de seus membros.[9] Essa flexibilidade é essencial em ambientes fechados, em fechamento ou de mudança. Nesses contextos, os governos não podem aplicar as mesmas táticas usadas contra as OSCs formalizadas, como cortar o financiamento estrangeiro, ameaçar seu descredenciamento ou expor a organização a uma auditoria longa e politizada.

Devido aos benefícios deste modelo, ativistas desde o Brasil ao Egito, da Índia ao Quênia estão adotando formas de associação e ativismo mais soltas, mais orgânicas e menos hierárquicas.[10] Essas abordagens incluem atividades on-line e off-line, como campanhas digitais em larga escala em prol da justiça social no Brasil, grupos fechados no Facebook de mulheres que se apoiam mutuamente para que possam levar uma vida mais independente no Egito, protestos estudantis na Índia e a formação de novos grupos guarda-chuva envolvendo grupos religiosos, sindicatos e organismos acadêmicos no Quênia.[11]

Essa abordagem tem riscos. Os governos estão cada vez mais alarmados com as perspectivas de mobilização em massa e estão recorrendo a medidas draconianas para restringi-la. Particularmente em configurações em que o espaço está fechado ou em fechamento, mesmo as OAs são constrangidas em sua capacidade de pressionar abertamente por mudança transformacional.

Apesar desses desafios, o desenvolvimento de grupos de base para a sociedade civil e a mobilização do público são essenciais para proteger as organizações individuais e para defender os valores democráticos de forma mais ampla. As OAs, incluindo os movimentos

sociais, fornecem vias importantes para recuperar os direitos de associação, montagem e expressão e para construir sociedades mais inclusivas.

3 • Organizações financiadas pela comunidade

As barreiras ao financiamento estrangeiro, a diminuição de doações para os direitos humanos e as desvantagens de se confiar em doadores estrangeiros levaram muitas OSCs a explorarem fluxos de receita doméstica. Essa análise necessita ser revisada há muito tempo. Além de fornecer segurança financeira, o financiamento local pode aumentar a sustentabilidade das OSCs através da construção de grupos de base, conscientização e apoio para seu trabalho.

O financiamento local – alternativamente referido como filantropia doméstica, filantropia comunitária ou captação de recursos domésticos - assume muitas formas diferentes. Em alguns ambientes, uma crescente família de organizações comunitárias de filantropia, incluindo as fundações comunitárias, agrupa e distribui recursos locais para a concessão de doações, enquanto em outros, as OSCs atuam sozinhas para aumentar as doações individuais de cidadãos comuns. No entanto, subjacente à diversidade dessas abordagens estão três elementos compartilhados: desenvolvimento de ativos locais, fortalecimento das capacidades locais e construção da confiança local.[12]

Com a expansão da classe média em países desenvolvidos e em desenvolvimento, existe um conjunto mais amplo de recursos domésticos acessível às OSCs. Setores filantrópicos locais estão surgindo em diversas partes do mundo tradicionalmente consideradas países puramente "receptores de ajuda", como a Sérvia e a África do Sul.[13] Essa evolução provocou um movimento em prol do desenvolvimento da filantropia doméstica, tanto como uma estratégia para mudar a concessão de doações mais perto da base, mas também como forma de encorajar a doação local.

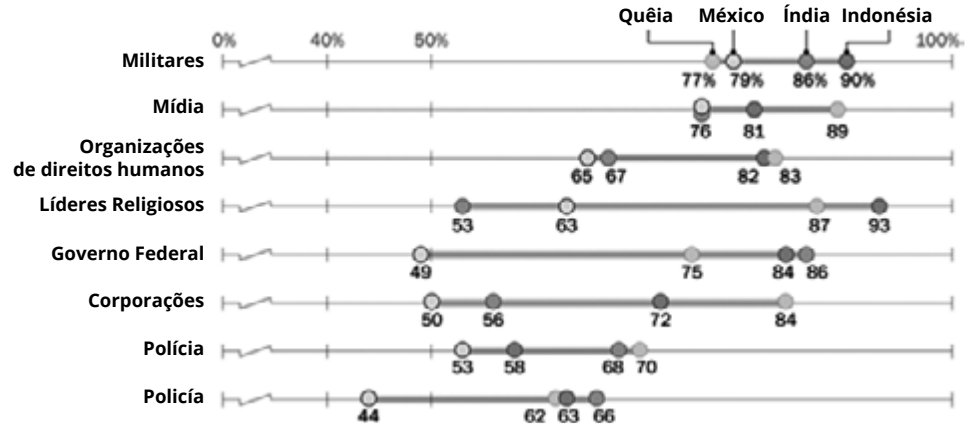
Um indicador notável dessa mentalidade é a expansão das fundações comunitárias. Trata-se de instituições de caridade públicas que visam resolver desafios de menor porte dentro de uma área geográfica local definida, agrupar contribuições financeiras de indivíduos, famílias, empresas e doadores tradicionais para apoiar organizações sem fins lucrativos efetivas em suas comunidades.[14] Ao longo da última década, o número de fundações comunitárias cresceu para 1.500 em mais de 50 países.[15] Embora cada fundação possa parecer diferente dependendo do contexto local onde está inserida, o que unifica este modelo é a crença central de que o desenvolvimento será mais forte e duradouro quando os próprios membros da comunidade focarem e investirem seus próprios recursos em soluções.

Outra abordagem é a geração de receita com pequenas doações individuais. Várias pesquisas transnacionais mostraram que há potencial para as OSCs explorarem o amplo apoio público e a confiança nas organizações locais de direitos humanos.[16] Em uma pesquisa realizada pelo Pew Research Center, a maioria dos cidadãos na Índia, Indonésia, Quênia e México afirmou que as organizações de direitos humanos exercem um grau de influência "muito bom" ou

"razoavelmente bom" sobre o que está acontecendo no país.[17] Esse sentimento posiciona as organizações de direitos humanos abaixo dos líderes militares e religiosos, mas acima ou em mesmo nível que as corporações e a polícia. Experimentos de pesquisa conduzidos por James Ron, José Kaire e David Crow também provam que "muitas pessoas estão, de fato, dispostas, quando solicitadas da maneira correta, a fazer pequenas doações" para organizações de direitos humanos.[18] Essas descobertas indicam que existe um potencial inexplorado para que as OSCs substituam ou complementem seu financiamento com contribuições de doadores individuais.

Grupos de direitos humanos entre as instituições vistas como capazes de exercer influência na Índia, Indonésia, Quênia e México.

_exercem influência positiva na maneira que as coisas se dão no nosso país.



Fonte, Pesquisa Spring 2017 Global Attitudes. Q98a-h

Centro Pew de Pesquisas

Apesar desses sinais promissores, é improvável que o financiamento local substitua totalmente o financiamento estrangeiro. Um financiamento substancial, principalmente de fontes do Norte, continua sendo necessário para realizar grande parte do trabalho da sociedade civil.[19] O Fundo Árabe de Direitos Humanos, por exemplo, foi criado com a intenção de promover o trabalho local de doação para direitos. Mais de uma década depois, o financiamento externo continua a ser a principal fonte de apoio ao fundo e às fundações comunitárias como essa.[20]

Existem outras restrições à aplicação deste modelo em toda a parte. Os cidadãos podem temer retaliação dos governos repressivos por terem feito contribuições para as OSCs, ou restrições legais para a captação de recursos locais podem tornar essa estratégia inviável. Em Marrocos e Omã, por exemplo, a solicitação de financiamento é ilegal e pode levar a acusações de terrorismo. Além disso, nesses ambientes, os indivíduos ricos voluntariamente evitam vínculos com as OSCs, seja "por conta da relação mutuamente benéfica entre eles e a ditadura, ou por medo de repercussões contra seus interesses econômicos".[21] As

organizações que desejam atrair financiamento de elites locais podem ter que se curvar às suas prioridades e preferências, o que acaba por oferecer a estas ainda menos autonomia do que se recebessem financiamento de um doador estrangeiro distante.

As OSCs – especialmente as que trabalham em questões sensíveis como os direitos humanos – terão dificuldade em superar as barreiras estruturais e legais nessas configurações altamente repressivas. No entanto, em geral, o rápido crescimento da filantropia comunitária e o apoio público permanente para ideias e organizações de direitos humanos mostram que nem se começou a contabilizar o potencial de captação local de recursos.

4 • Organizações orientadas para o mercado

Dado os desafios relacionados ao financiamento e a sustentabilidade e o desejo de acabar com a dependência de doadores, algumas organizações estão experimentando modelos autossustentados com base em uma mentalidade e uma abordagem típicas do setor privado. O atributo essencial dessas organizações orientadas para o mercado é que elas geram a totalidade ou parte dos recursos que precisam para operar e contribuem para mudanças sociais a partir de suas próprias atividades.[22]

Existem diferentes modelos de organizações orientadas para o mercado, incluindo aquelas que são configuradas como empreendimentos comerciais, mas promovem o bem social (ou seja, empresas sociais), aquelas registradas como organizações sem fins lucrativos, mas que têm atividades geradoras de renda, e tantas outras. As empresas sociais cresceram em número e escala como resposta às necessidades básicas insatisfeitas ou problemas sociais que as estratégias do setor público ou da sociedade civil não conseguiram resolver. Esses empreendimentos buscam aplicar conceitos de negócios – análise de mercado, planejamento de negócios, levantamento de capital, aumento de escala e retorno sobre o investimento –para desafios sociais complexos.

Um dos exemplos mais conhecidos do modelo de investimento – Grameen Bank – fornece microcrédito aos mais pobres dos pobres para que iniciem seus próprios pequenos empreendimentos geradores de renda, sem exigência de garantia. Com um desembolso total de US$ 18 bilhões em empréstimos para 9 milhões de mutuários e uma taxa de reembolso de 95%, a Grameen pode usar os juros dos empréstimos para continuar investindo em ações que tiram pessoas da miséria.

As OSCs pioneiras também estão criando braços de negócios ou oferecendo serviços baseados no pagamento de taxas para subsidiar ou substituir outros fluxos de receita. As atividades comerciais podem ser separadas ou integradas nas OSCs. Por exemplo, as lojas da Oxfam geram receitas que são então canalizadas para os esforços de erradicação da pobreza empreendidos pela organização. Outras OSCs focam seus conhecimentos – em questões jurídicas, desenvolvimento e gerenciamento organizacional, monitoramento e avaliação,

design e implementação de pesquisas, campanhas de mídia social, etc. – no oferecimento de serviços visando lucro a agências governamentais, corporações e organizações não governamentais para subsidiar sua atividade sem fins lucrativos.

Por último, as organizações comissionadas obtêm taxas nominais para vincular os doadores ou prestadores de serviços aos beneficiários. A World Vision usou esse modelo por muito tempo – pedindo aos doadores que patrocinassem uma criança através da doação de um montante fixo todos os meses – para apoiar seus esforços de redução da pobreza.[23] As doações são agrupadas às de outros patrocinadores e financiam programas que beneficiam a criança patrocinada e sua comunidade. Em troca, os doadores conseguem construir um relacionamento com a criança que patrocinam e com a comunidade em geral. A GlobalGiving assumiu essa abordagem no século XXI, usando uma plataforma on-line para conectar diretamente os doadores às organizações locais avaliadas em 165 países.[24] Por uma taxa de 15 por cento em doações, a GlobalGiving sustenta suas operações e ajuda a crescer a filantropia em todo o mundo.

Estes modelos possuem vários atributos que os tornam mais resistentes nesse espaço em fechamento. Porque o total ou uma parte de sua receita é gerada a partir de clientes para quem eles fornecem um produto ou serviço desejado. É muito mais difícil pôr em risco esta fonte de financiamento do que é para os governos cortarem os subsídios estrangeiros. As organizações orientadas para o mercado também são menos vulneráveis às flutuações da política externa e às preferências dos doadores. Por não dependerem primordialmente do suporte externo, elas não estão sujeitas aos caprichos das mudanças de administrações.

Apesar desses pontos fortes, um modelo orientado para o mercado não funciona para todas as organizações em todos os ambientes. As organizações de direitos humanos e de justiça social têm missões e conhecimentos que nem sempre se prestam a produtos comercializáveis ou a serviços geradores de receita. Além disso, esse modelo não ajuda as organizações a cultivarem confiança e apoio doméstico. As organizações orientadas para o mercado não têm incentivos para criarem bases de apoio amplas, pois o modelo depende de terem clientes e não parceiros ou defensores. Sem um grupo forte e expressivo para o seu trabalho, é improvável que a sociedade civil seja capaz de resistir ao dilúvio de restrições e às repressões governamentais nesta era de espaços fechados e em fechamento.

Os governos encontrarão uma maneira de encerrar as atividades de que não gostam, independentemente do tipo de organização que as patrocinam. Registrar-se e operar como uma empresa comercial não oferece proteção total contra interferência e intimidação governamentais. As organizações egípcias tentaram evitar restrições à sociedade civil durante a era de Mubarak registrando-se como empresas civis sob o direito comercial. Durante algum tempo, isso permitiu que essas organizações evitassem as exigências de relatórios rigorosos às quais as OSCs tradicionais estavam sujeitas. No entanto, o governo de Sisi buscou fechar esta lacuna e exigiu que todas as organizações de benefícios públicos se inscrevessem como ONGs ou correriam o risco de serem fechadas ou perseguidas.[25]

Os modelos orientados para o mercado também não são veículos comprovados para provocar mudanças sociais significativas. Eles podem efetivamente lidar com lacunas no serviço, mas sua capacidade de transformar o ambiente legal, regulamentar e propício para a sociedade civil não está clara. Essas abordagens, por sua própria natureza, podem não estar equipadas para enfrentar problemas sociais profundos como a desigualdade, a discriminação e a injustiça abordadas pelas OSCs.

5 • Conclusão

Como este artigo ilustra, existem diferentes modelos disponíveis para serem testados pelas OSCs com o objetivo de construírem resiliência à repressão do governo e posicionar o setor para o futuro. As OAs têm características intrínsecas que lhes permitem se adaptarem às circunstâncias em transição, continuarem gerando receita e sobreviverem mesmo quando as prioridades dos doadores estrangeiros mudam e o ambiente legal e regulatório se deteriora. Com uma base de apoio ampla e comprometida, as OAs podem influenciar a política e se envolver em ações coletivas para manter o espaço civil aberto. Do mesmo modo, as organizações financiadas pela comunidade têm maior legitimidade e habilidade para promover reformas estruturais, tendo em vista seu enraizamento mais profundo na comunidade. As pesquisas e a opinião pública demonstram o potencial não realizado para as OSCs solicitarem doações da população, compensando assim a perda de receita de doadores estrangeiros. Finalmente, as OSCs poderiam olhar para o mercado em busca de respostas ao desafio posto pelo espaço em fechamento. As abordagens orientadas para o mercado oferecem oportunidades para diversificar as receitas, aproveitar novas fontes de financiamento, pensar estrategicamente sobre a demanda da sociedade civil por serviços e produtos e demonstrar impacto com medidas quantificáveis. Esses traços são benéficos e melhoram a sustentabilidade e a resiliência da sociedade civil.

Apesar dessas vantagens, cada modelo possui limitações e desvantagens. Não existe um modelo organizacional ideal que permita à sociedade civil persistir em um espaço fechado, em fechamento ou em transição – e em muitos casos, as organizações continuarão a exigir suporte externo. Para resistir aos ataques restritivos e sobreviver a um período de interrupção significativa, a sociedade civil e seus financiadores terão que experimentar diferentes modelos e escolher os atributos mais relevantes para suas circunstâncias particulares.

Estamos vivendo um período perigoso para a sociedade civil. No entanto, se as OSCs e os seus parceiros estiverem dispostos a assumir riscos e a realizar prognósticos, a repressão à sociedade civil em nível global poderá gerar as inovações e renovações tão necessárias para o setor.

NOTAS

1 • Este ensaio foi adaptado de um relatório mais longo escrito por Shannon N. Green, chamado "Sociedade civil em uma encruzilhada". CSIS, 12 de outubro de 2017, acesso em 20 de novembro de 2017, https://www.csis.org/analysis/civil-society-crossroads. A pesquisa para este trabalho foi conduzida sob os auspícios do Consórcio Internacional sobre o fechamento do espaço civil (iCon), uma coalizão de especialistas e acadêmicos do mundo todo que está desenvolvendo recomendações concretas e baseadas em evidências sobre a melhor maneira de abordar e enfrentar o fechamento do espaço em torno da sociedade civil.

2 • Edwin Rekosh, "Rethinking the Human Rights Business Model: New and Innovative Strategies for Local Impact." CSIS, 14 de junho de 2017, acesso em 20 de novembro de 2017, https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/170630_Rekosh_HumanRightsBusinessModel_Web.pdf?NPh2vHwQCZCf2579BsSo41O0LqEsRUH3.

3 • Edwin Rekosh, "To Preserve Human Rights, Organizational Models Must Change." OpenDemocracy, 28 de novembro de 2016, acesso em 20 de novembro de 2017, https://www.opendemocracy.net/openglobalrights/edwin-rekosh/to-preserve-human-rights-organizational-models-must-change.

4 • Edwin Rekosh, "Rethinking the Human Rights Business Model".

5 • Shannon N. Green, "Violent Groups Aggravate Government Crackdowns on Civil Society." Open Democracy, 25 de abril de 2016, acesso em 20 de novembro de 2017, https://www.opendemocracy.net/openglobalrights/shannon-n-green/violent-groups-aggravate-government-crackdowns-on-civil-society.

6 • O foco desta análise são os modelos utilizados e relevantes para as OSCs locais trabalhando com "justiça social" – operando no domínio dos direitos humanos, do desenvolvimento, da justiça ambiental ou da anticorrupção e da transparência. Este artigo não considerará as organizações não governamentais organizadas pelo governo (GONGOs), organizações internacionais não governamentais (OINGs), incluindo aquelas com capítulos locais ou organizações que operam exclusivamente no ciberespaço.

7 • Charles Kojo VanDyck, "Concept and Definition of Civil Society Sustainability." CSIS, 30 de junho de 2017, acesso 20 de novembro de 2017, https://www.csis.org/analysis/concept-and-definition-civil-society-sustainability.

8 • Para este artigo, os OAs consideram tanto as organizações com base em pagamento de taxas quanto aquelas que não envolvem o pagamento de taxas. Elas envolvem formas mais tradicionais da sociedade civil, como sindicatos, associações profissionais, etc., bem como movimentos sociais.

9 • Nicola Banks, David Hulme, and Michael Edwards, "NGOs, States, and Donors Revisited: Still Too Close for Comfort?," *World Development* 66 (February, 2015): 707-718, acesso em 20 de novembro de 2017, http://ac.els-cdn.com/S0305750X14002939/1-s2.0-S0305750X14002939-main.pdf?_tid=77f2451c-8f25-11e7-9c92-00000aacb35f&acdnat=1504277854_4a0174e79f9017c1032fcb696097ff3e.

10 • Richard Youngs, "Global Civic Activism in Flux." Carnegie Endowment for International Peace, 17 de março de 2017, acesso em 20 de novembro de 2017, http://carnegieeurope.eu/2017/03/17/global-civic-activism-in-flux-pub-68301.

11 • *Ibid*.

12 • Mona Younis, "Community Philanthropy: A Way Forward for Human Rights?" Global Fund for Community Foundations, fevereiro de 2017, acesso em 20 de novembro de 2017 http://www.globalfundcommunityfoundations.org/information/community-philanthropy-a-way-forward-for-human-rights.html.

13 • Jenny Hodgson, "Local Funding Is Not Just an Option Anymore - It's an Imperative."

OpenDemocracy, 10 de maio de 2016, acesso em 20 de novembro de 2017, https://www.opendemocracy.net/openglobalrights/jenny-hodgson/local-funding-is-not-just-option-anymore-it-s-imperative.

14 • "Community Foundations," Council on Foundations, 2017, acesso 20 de novembro de 2017, https://www.cof.org/foundation-type/community-foundations-taxonomy.

15 • "Who We Are - The distinctive features of the Fund," Global Fund for Community Foundations, 23 de fevereiro de 2011, acesso em 20 de novembro de 2017, http://www.globalfundcommunityfoundations.org/distinctive-features/.

16 • James Ron, Archana Pandya, e David Crow, "Can Human Rights Organizations in the Global South Attract More Domestic Funding?," *Journal of Human Rights Practice* 8 (2016): 393-405, acesso em 20 de novembro de 2017, https://jamesron.com/wp-content/uploads/2014/09/Ron-Pandya-Crow-2016-Can-Human-Rights-Organizations-in-the-Global-South-Attract-More-Domestic-Funding.pdf.

17 • Richard Wike e Caldwell Bishop, "Public Attitudes Towards Human Rights Organizations: The Case of India, Indonesia, Kenya and Mexico." Pew Research Center, 3 de outubro de 2017, acesse 20 de novembro de 2017, http://www.pewglobal.org/2017/10/03/attitudes-toward-human-rights-organizations-india-indonesia-kenya-mexico/.

18 • James Ron, José Kaire, e David Crow, "Ordinary People Will Pay for Rights. We Asked Them." OpenGlobalRights, 15 de fevereiro de 2017, acesso em 20 de novembro de 2017, https://www.openglobalrights.org/ordinary-people-will-pay-for-rights-we-asked-them/.

19 • Younis, "Community Philanthropy: A Way Forward for Human Rights?"

20 • *Ibid*.

21 • Hussein Baoumi, "Local Funding Is Not Always the Answer." OpenDemocracy, 27 de junho de 2016, acesso em 20 de novembro de 2017, https://www.opendemocracy.net/openglobalrights/hussein-baoumi/local-funding-is-not-always-answer.

22 • Burkhard Gnarig, *The Hedgehog and the Beetle: Disruption and Innovation in the Civil Society Sector* (International Civil Society Centre: Berlin, 2015): 1-256.

23 • "Sponsor a Child With World Vision," World Vision, 2017, acesso em 20 de novembro de 2017, https://www.worldvision.org/sponsor-a-child.

24 • "How It Works," GlobalGiving, 2017, acesso em 20 de novembro, 2017, https://www.globalgiving.org/aboutus/how-it-works/.

25 • Saskia Brechenmacher, "Civil Society under Assault." Carnegie Endowment for International Peace 18 de maio de 2017, acesso em 20 de novembro de 2017, http://carnegieendowment.org/2017/05/18/institutionalized-repression-in-egypt-pub-69959.

SHANNON N. GREEN – *Estados Unidos*

Shannon N. Green é diretora e membro sênior da Iniciativa de Direitos Humanos no Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS pela sigla em inglês). Antes de ingressar no CSIS, Green foi diretora sênior de engajamento global na equipe do Conselho de Segurança Nacional, no qual, entre outras iniciativas, liderou a agenda do presidente Obama com a sociedade civil e iniciativas de líderes jovens na África Subsaariana, no Sudeste Asiático e no hemisfério ocidental. De 2004 a 2013, Green ocupou diferentes cargos na Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID pela sigla em inglês). Antes de se juntar ao governo, ela trabalhou no Centro Internacional Woodrow Wilson para Estudantes no Projeto Mudança Ambiental e Segurança e para organizações não governamentais de combate ao HIV/AIDS na África Subsaariana. Green recebeu seu bacharelado em Ciência Política e História da Universidade da Geórgia e seu mestrado em paz internacional e resolução de conflitos da Universidade Americana

contato: *SGreen@csis.org*

Recebido em setembro de 2017.
Original em inglês. Traduzido por Adriana Guimarães.

"Este artigo é publicado sob a licença de Creative Commons Noncommercial Attribution-NoDerivatives 4.0 International License"

MÉXICO E SUA POLÍTICA EXTERNA DE NEGAÇÃO

Olga Guzmán Vergara

• *A defesa de direitos humanos em um contexto de retrocessos* •

RESUMO

Nos últimos anos, a política externa Mexicana caracterizou-se por uma gradual negação, tanto das violações de direitos humanos que acontecem no país, como da atuação das organizações e órgãos internacionais de direitos humanos que denunciam estas violações. Esta política externa de confronto e retrocesso tem graves consequências para a defesa dos direitos humanos no México, tornando, cada vez mais difícil o exercício seguro e legítimo dessa labor. Em resposta, organizações da sociedade civil mexicana estão buscando estratégias para visibilizar a grave situação dos direitos humanos no exterior e gerar alianças com atores nacionais e internacionais, a fim de blindar suas ações de denúncia e reverter o retrocesso da atual política mexicana.

PALAVRAS-CHAVE

Política externa | Retrocessos | Organizações da sociedade civil | México

Introdução

Durante mais de uma década, após a alternância nos primeiros anos da década de 2000, a política externa mexicana no âmbito dos direitos humanos se caracterizou por seu compromisso em nível multilateral em promover a agenda dos direitos humanos e fortalecer os mecanismos internacionais projetados para a sua proteção e defesa.

Esse compromisso se refletiu não só no dinamismo dos serviços diplomáticos nacionais na esfera multilateral para o desenvolvimento do direito internacional dos direitos humanos, mas também na abertura ao escrutínio internacional por observadores internacionais, bem como na ratificação de tratados internacionais de direitos humanos,[1] na eliminação das reservas de tratados já ratificados, além da aceitação da competência dos órgãos para receber denúncias individuais.

No entanto, apesar do fato de os bons serviços no exterior terem consolidado a imagem do México na esfera multilateral como um Estado promotor e garantidor do respeito aos direitos humanos, no interior começou uma guerra sangrenta contra o narcotráfico – iniciada em 2006 por Felipe Calderón – que terminaria em uma das mais profundas crises dos direitos humanos que o país atravessou.

I • O retrocesso da política externa no âmbito dos direitos humanos no México desde 2012

A mudança da administração e do partido político no poder em 2012 trouxe ao debate dos analistas, dos especialistas em segurança e da mídia, bem como dos ativistas e defensores dos direitos humanos, a necessidade de uma mudança na política de segurança e na narrativa institucional que transcendesse o belicismo de Calderón e que fosse baseada no respeito aos direitos humanos. No entanto, um ano antes de terminar seu mandato presidencial, havia cada vez mais vozes, da sociedade civil – organizada e não organizada –, das organizações internacionais de direitos humanos, da Academia e da mídia – predominantemente independentes – que concordavam que o México tem uma crise instalada dos direitos humanos e que não há vontade política que possa acabar com ela.

Apesar dos diagnósticos compartilhados e da evidência empírica fundamentada por organizações e instituições dedicadas à promoção e à defesa dos direitos humanos, o governo de Enrique Peña Nieto tem mantido uma política de negação e até confronto com aqueles que confirmaram a gravidade da situação dos direitos humanos no país.

A clara virada dessa política ao exterior trouxe impactos ao interior, não só pela falta de priorização de políticas públicas de longo alcance para respeitar, garantir e promover os direitos humanos, mas também por ter tornado a defesa dos direitos humanos no país um trabalho questionável e até ilegítimo.

Nos últimos dois anos, desde que ficou evidente a política do Estado de questionar e negar as organizações internacionais de direitos humanos, os defensores dos direitos humanos têm sido fortemente difamados, criminalizados e expostos a sérios riscos de segurança e integridade pessoal no México.

Junto a isso, o cansaço do cidadão com uma séria crise de segurança e as altas taxas de violência e impunidade que o país enfrenta hoje, decorrentes da falência das instituições de segurança e justiça, alimentaram uma narrativa punitiva e populista do Estado, na qual, paradoxalmente, o respeito aos direitos humanos se tornou o principal obstáculo.

Em suma, o retrocesso da política externa no âmbito dos direitos humanos do atual governo foi o contexto no qual, de modo cada vez mais arriscado, desacreditado e fortemente criticado, os direitos humanos são defendidos e promovidos dentro do país.

Analisamos a seguir alguns elementos que mostram o retrocesso da política externa no âmbito dos direitos e a falta de garantias para exercer de modo seguro e legítimo a defesa dos direitos humanos.

II • Indicadores de retrocesso

1 - A relação com o sistema de proteção dos direitos humanos da ONU

Em fevereiro de 2015, o Estado mexicano ignorou as observações finais do Comitê contra o Desaparecimento Forçado das Nações Unidas, argumentando que "não correspondiam à realidade".[2]

Em março de 2015, depois da apresentação do Relatório do Relator Especial das Nações Unidas sobre Tortura, Sr. Juan Méndez, sobre sua missão no México entre 21 de abril e 2 de maio de 2014, no 28º período de sessões do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, a Secretaria de Relações Exteriores rejeitou a ideia de que a tortura fosse generalizada no México, tal como estabelecido pelo Relator no seu Relatório.[3]

Uma preocupação especial foi a posição do governo mexicano expressa no 31º período de sessões do Conselho de Direitos Humanos, na qual se questionou a veracidade, o rigor, o profissionalismo, a objetividade, a credibilidade e a adesão ao direito internacional das observações e recomendações emitidas pelos mecanismos dos direitos humanos das Nações Unidas.

Nas palavras do Subsecretário de Assuntos Multilaterais e Direitos Humanos da Secretaria de Relações Exteriores:[4]

> *[…] Considerando o alto impacto das observações e recomendações emitidas pelos mecanismos de direitos humanos, mostra-se*

> *indispensável verificar completamente a informação que tem como objeto de estudo e a analisem com foco atento ao direito internacional. Consequentemente, deveriam formular observações sólidas, refletindo a objetividade e o profissionalismo, para facilitar a tarefa dos Estados em sua instrumentação. [...] Estamos preocupados com o impacto desse tipo de declarações na credibilidade do sistema como um todo, especialmente no que se refere à sua efetividade.*[5]

Por outro lado, o Estado mexicano deu indícios de silenciar as vozes críticas e especializadas na Organização das Nações Unidas, por meio da nomeação de candidatos que sempre atenderam aos interesses do Estado, para integrar os mecanismos que compõem o sistema de proteção dos direitos humanos das Nações Unidas e do Sistema Interamericano.

2 - A relação com o Sistema Interamericano de Direitos Humanos

Por meio de uma visita *in loco* da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) ao México, realizada de 28 de setembro a 2 de outubro de 2015, e depois de ter realizado entrevistas com autoridades governamentais dos 3 poderes do Estado e dos distintos níveis de governo com representantes da sociedade civil, órgãos autônomos, organizações internacionais, acadêmicos e jornalistas, e após a obtenção de testemunhos de vítimas de violações dos direitos humanos e de suas famílias na Cidade do México e em Coahuila, Guerrero, Nuevo León, Tabasco y Veracruz, a CIDH constatou em campo a grave crise dos direitos humanos no México, os níveis críticos de impunidade e a atenção inadequada e insuficiente recebida pelas vítimas de violações dos direitos humanos e seus familiares.

Para o Estado mexicano, as observações apresentadas pela CIDH foram insuficientes para reconhecer que o México enfrenta uma grave situação no âmbito dos direitos humanos e, ao contrário, as observações dessa organização seriam considerações isoladas de casos "extraordinários".[6] Do mesmo modo, a Secretaria de Relações Exteriores desqualificou uma vez mais a metodologia utilizada pela CIDH para a integração do relatório "Situação dos direitos humanos no México".[7]

De acordo com o documento das observações do Estado mexicano ao relatório sobre a situação dos direitos humanos no México da CIDH (n. OEA-03636),[8] a Comissão tendeu a qualificar as violações dos direitos humanos em sua visita ao país, o que impediu que "avaliasse adequadamente as fontes de informação disponíveis e até usá-las de modo imparcial".[9]

As questões levantadas pelo governo mexicano em relação à confiabilidade e à imparcialidade da CIDH foram reproduzidas no quadro da crise financeira anunciada pela CIDH em maio de 2016. Durante a Sessão Ordinária do Conselho Permanente da OEA realizada em 25 de maio de 2016, o governo mexicano argumentou que a "seletividade" no tratamento de certos casos ou denúncias, sua politização e parcialidade em certos temas e países, bem como a falta de "critérios uniformizados", constituíam motivos suficientes para deixar de confiar na CIDH e, portanto, deixar de apoiá-la financeiramente.[10]

Do mesmo modo, sua relação com o grupo de especialistas nomeados pela CIDH para proporcionar assistência técnica na investigação do caso dos 43 alunos desaparecidos foi visivelmente desafiadora. Nos meses depois que o grupo de especialistas desqualificou a versão oficial do desaparecimento dos estudantes do governo do México, os membros se tornaram alvos de campanhas na mídia que tentaram desacreditar seus trabalhos anteriores e eles próprios em caráter pessoal. Essas tentativas de difamação persistiram até a apresentação de seu relatório final, destacando um padrão de intimidação e criminalização enfrentado por qualquer pessoa que tentasse descobrir a verdade sobre o caso.

3 - Sua política de desconsideração da crise dos direitos humanos instalada no país

O governo atual se caracteriza pela falta de reconhecimento e por um diagnóstico nacional confiável sobre a situação real do país e dos desafios enfrentados no âmbito dos direitos humanos. Isso foi evidenciado na crescente desconsideração das observações de mecanismos internacionais dos direitos humanos pelo Estado.

Em setembro e outubro de 2015, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos realizaram visitas *in loco* ao país. Ambas as organizações internacionais constataram a grave crise dos direitos humanos vivenciada pelo México e concordaram que a situação extrema de insegurança, violência e impunidade e os alarmantes números de pessoas assassinadas, desaparecidas, deslocadas e torturadas são chocantes para um país que não se encontra em meio a um conflito armado reconhecido. No entanto, o Estado mexicano se recusou a assumir sua responsabilidade.

Um reflexo da falta de vontade do Estado mexicano para reconhecer a difícil situação que o país atravessa no âmbito dos direitos humanos e as consequências da militarização da segurança pública nesse contexto ficaram evidentes durante a audiência temática "Política de Drogas e Direitos Humanos" no 156º período ordinário de sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em outubro de 2015. Durante essa audiência, o Subsecretário de Assuntos Multilaterais e Direitos Humanos da Secretaria de Relações Exteriores afirmou que, apesar de as organizações da sociedade civil questionarem a participação das Forças Armadas na luta contra o crime organizado, o Exército e a força aérea do México são avaliados como as instituições com maior confiança por parte dos cidadãos.

Também se afirmou que 70% da população, de acordo com pesquisas públicas, consideram que as Forças Armadas do México são estritamente respeitadoras dos direitos humanos e que algumas das organizações da sociedade civil que criticam os trabalhos das Forças Armadas, em outros casos, exigem que participem mais para receber proteção contra as ações cometidas pelo crime organizado. "Assim, por um lado se pede ao Estado que aja contra as organizações criminosas e, quando assim o faz, questiona-se a forma como se enfrenta o crime organizado." Tendo em vista essas propostas, negou-se firmemente que as Forças Armadas eram responsáveis por uma comissão de violações dos direitos humanos, principalmente tortura,

homicídios dolosos e desaparecimentos, e afirmou-se que, considerando a possibilidade de alguns excessos, estes já estavam sendo investigados e processados.

Da mesma forma, na resposta do Estado mexicano ao relatório da CIDH sobre a situação dos direitos humanos no México (n. OEA-03636) foi afirmado que:

> Para o México, não é coerente ressaltar, como a CIDH fez, que o país passa por uma "séria crise dos direitos humanos" quando somente certas violações são analisadas – e não direitos – sem avaliar o gozo de todos ou a maioria dos direitos contidos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos e outros instrumentos internacionais e com um escopo de aplicação espacial específico de um Estado federal como o México.
>
> [...] o projeto de relatório da CIDH chega a conclusões que parecem ter sido levantadas rapidamente, devido à falta de seriedade de sua metodologia, fontes e uso de informações às quais, sem dúvida, teve acesso ao longo de vários anos.[11]

4 - A política de desconsideração do trabalho dos defensores dos direitos humanos

A desqualificação do governo mexicano contra as organizações internacionais de direitos humanos analisada anteriormente foi acompanhada por uma campanha de difamação contra defensores e membros de organizações de direitos humanos, particularmente contra defensores dos direitos humanos que acompanham vítimas e sobreviventes de tortura. Essa campanha foi realizada principalmente por atores não estatais e sobreposta por autoridades do alto escalão do governo federal.

Por meio da nota intitulada "Relator da ONU facilita o trabalho da rede de corrupção para libertar criminosos",[12] publicada no *website* de um programa de rádio de grande cobertura nacional, ativistas reconhecidos, com uma longa história de defesa e promoção dos direitos humanos em cargos públicos do governo e da sociedade civil, foram rotulados dolosamente como membros de uma "rede de corrupção" por uma pessoa próxima da classe política mexicana e fundadora de uma organização relacionada ao governo chamada Alto al Secuestro.

Com argumentos arbitrários e insustentáveis, afirmou-se que tais defensores dos direitos humanos libertaram criminosos para obter somas milionárias do Fundo de Ajuda, Assistência e Reparação Integral de Vítimas da Comissão Executiva de Atenção às Vítimas. Também foi afirmado que o Relator Especial das Nações Unidas sobre a situação da tortura facilitava o trabalho da referida "rede de corrupção" ao "usar a tortura para ganhar dinheiro".

A campanha de difamação e desqualificação contra os defensores dos direitos humanos não só influenciou a opinião pública ao classificá-los como membros de grupos criminosos, mas gerou a percepção social de que os direitos humanos servem "aos criminosos e não às

vítimas", além de envolver a criminalização das vítimas e dos sobreviventes, principalmente de tortura, que acompanham e defendem as organizações difamadas.

Paralelamente, as mensagens foram disseminadas em vários comunicados de imprensa e colunas de opinião que deslegitimaram aqueles que exigem a aplicação da justiça e o respeito aos direitos humanos. Membros da Secretaria de Defesa Nacional (SEDENA)[13] afirmaram que existem advogados e organizações que rejeitam denúncias contra militares por supostas violações dos direitos humanos para "viciar" os processos criminais e obter libertações.[14] Eles até advertiram em jornais de cobertura nacional que há queixas de organizações e defensores dos direitos humanos visando frear as ações realizadas pelas Forças Armadas em benefício da sociedade e, assim, minar a confiança nas Forças Armadas mexicanas.

A narrativa que argumenta a apresentação de queixas de tortura como método para vencer processos criminais vem ganhando força na opinião pública mexicana. As organizações de mídia e da sociedade civil, cujas trajetórias se caracterizaram por sua proximidade da classe política e cujo discurso se caracterizou por minar e criminalizar a defesa dos direitos humanos, promoveram e reforçaram a ideia de que a tortura não é um problema sério no México e que, pelo contrário, denuncia-se para libertar "delinquentes". Esse argumento já foi reiterado e fortalecido pelo próprio presidente do México, Enrique Peña Nieto.[15]

Entre as declarações disseminadas por funcionários públicos do alto escalão que se uniram e apoiaram a campanha de difamação contra defensores dos direitos humanos e vítimas de sobreviventes de tortura se encontra a do ex-titular da Comissão Executiva de Atenção às Vítimas.[16] Em entrevista a um jornal mexicano,[17] o oficial inferiu que as organizações da sociedade civil que acompanham vítimas de tortura poderiam fazer contratos diretamente com as vítimas para receber parte da reparação paga a elas.[18]

Diante do clima de descrédito promovido e tolerado pelo Estado mexicano para a defesa dos direitos humanos, organizações da sociedade civil mexicana de direitos humanos solicitaram aos membros do Congresso da União, organizações internacionais e mecanismos internacionais de direitos humanos da ONU que exigissem do governo federal um reconhecimento público do trabalho e da legitimidade da defesa dos direitos humanos no México. Apesar dos pontos de acordo[19] promovidos pelo Congresso da União e os pronunciamentos públicos de organizações internacionais[20] que se uniram à sociedade civil mexicana de direitos humanos exortando o Poder Executivo federal a reconhecer expressamente o trabalho de defensores dos direitos humanos e garantir sua segurança, a resposta do governo federal foi caracterizada pela recusa a reconhecer a campanha de difamação e até permitindo que ela continuasse.

Um exemplo disso foi evidenciado durante as audiências temáticas realizadas em abril de 2016 no 157º período ordinário de sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em que o Subsecretário para Assuntos Multilaterais e Direitos Humanos da Secretaria de Relações Exteriores do México[21] indicou:

> *Sobre o tema da alegada campanha de difamação, quero dizer simplesmente, com absoluta franqueza e sinceridade, que não há ninguém do governo mexicano envolvido em qualquer campanha de difamação contra as OSCs, contra a CIDH, contra o Secretário-Executivo desta Comissão, contra o GIEI. O México é uma sociedade complexa e democrática e existe liberdade de expressão e isso constitui um direito humano fundamental. Nessa liberdade de expressão, devemos respeitar as opiniões de todos.*

III • As ações promovidas pelas organizações da sociedade civil mexicana para combater a estigmatização

Diante de um crescente clima de descrédito promovido por funcionários do alto escalão e atores não estatais afins e aliados do governo federal, organizações da sociedade civil de direitos humanos implantaram uma série de ações para reverter os ataques e prevenir potenciais agressões. Mencionemos aqui algumas delas:

a - Convite ao Relator Especial das Nações Unidas sobre a situação dos defensores dos direitos humanos

Em maio de 2015, um grupo de diversas organizações da sociedade civil mexicana enviou uma carta ao Relator Especial das Nações Unidas sobre a situação dos defensores dos direitos humanos, o Sr. Michel Forst, para solicitar uma visita ao México durante seu mandato como relator. Foi assim que o relator solicitou sua visita ao governo do México e, após as ações de incidência empreendidas pelas organizações mexicanas no quadro do Conselho de Direitos Humanos em Genebra, o governo do México a aceitou em 27 de fevereiro de 2015.

Apesar da aceitação do governo do México para a visita do relator, não se definiu a data e ficou evidente uma atitude por parte das autoridades mexicanas para retardá-la ou até dificultá-la. Foi assim que as organizações mexicanas propuseram uma visita não oficial, com o apoio do Escritório no México do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, com a qual concordou e na qual teve a oportunidade de reunir-se com mais de 100 defensores dos direitos humanos de diferentes Estados da República em maio de 2016. Durante essa visita, apesar de não ser oficial, o Sr. Forst teve reuniões com funcionários do alto escalão da Secretaria de Relações Exteriores e da Secretaria do Governo, com os quais enfim acertou as datas de sua visita oficial, realizada de 16 a 24 de janeiro de 2017.

Durante as reuniões que tivemos com o relator antes de sua visita oficial, levamos ao seu conhecimento nossa preocupação com as tentativas do governo do México e de atores não estatais próximos de seus funcionários de minar a legitimidade de indivíduos e organizações

da sociedade civil para desqualificá-los, bem como de cultivar um clima hostil para os defensores no México por meio da propagação de uma retórica falsa que usa a defesa dos direitos humanos como um serviço criminal.

Solicitamos sua cooperação para solicitar ao governo do México que fique atento a tais ataques e tome as medidas necessárias para garantir um ambiente seguro para as pessoas e a sociedade civil, sem qualquer tipo de estigmatização e agressão.

Assim, durante sua visita ao país, em 13 de janeiro de 2017, foi realizado um ato público de reconhecimento da importância da defesa dos direitos humanos no México com a presença de funcionários do alto escalão do governo federal e sob a organização da Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e o Escritório no México do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.[22]

Até o momento, tal reconhecimento constitui o único ato do governo federal que apoia a importância do papel dos defensores dos direitos humanos no México, a fim de promover um ambiente seguro para a defesa dos direitos humanos e reverter a hostilidade aberta contra esse trabalho.[23]

b - Envio de comunicações aos Procedimentos Especiais das Nações Unidas e outros mecanismos de proteção de defensores dos direitos humanos

Os Relatores Especiais da ONU sobre liberdade de opinião e de expressão e sobre o direito à liberdade de reunião e associação pacífica também se uniram em um pronunciamento público aos apelos dirigidos ao Estado mexicano para combater a campanha de difamação e apoiar os defensores dos direitos humanos.[24] Esse pronunciamento reforçou as ações empreendidas pela sociedade civil com a exigência de que o governo federal apoiasse publicamente os defensores dos direitos humanos diante das campanhas para desqualificá-los das quais foram vítimas.

Por outro lado, para visibilizar o crescente grau de assédio e intimidação ao qual os defensores dos direitos humanos estão expostos no México por denunciar os abusos e as violações dos direitos humanos diante de mecanismos regionais ou internacionais de direitos humanos, a *Comisión Mexicana de Defensa y Promoción de los Derechos Humanos* (CMDPDH) enviou um comunicado ao secretário-geral da ONU encarregado de conhecer as represálias e restrições dos governos indicando que pessoas e organizações da sociedade civil sofrem por cooperar com a ONU.

Foi assim no Relatório do Secretário-Geral da ONU encarregado de conhecer as represálias, o Sr. Andrew Gilmore, o qual lamentou que em países como o México, um dos 29 mencionados nesse relatório, fossem criminalizados vítimas e sobreviventes de tortura e realizadas campanhas de descrédito para criminalizar igualmente as organizações e os defensores que acompanham as vítimas.[25]

c - Aliança com organizações internacionais

A fim de gerar maior pressão para que o governo federal reconheça o trabalho fundamental de defesa dos direitos humanos no México em um ato público, diversas organizações internacionais demonstraram solidariedade com seus homólogos mexicanos, a fim de expressar uma forte rejeição para a deslegitimação e criminalização que vinham enfrentando várias pessoas e organizações de direitos humanos[26] e, por meio de cartas públicas, comunicados de imprensa e artigos de opinião em jornais mexicanos,[27] exigiram que o governo do México implementasse medidas para garantir um ambiente seguro para pessoas e organizações da sociedade civil e revertesse a campanha de desqualificação e difamação da qual eram vítimas.

d - Ações coordenadas com a Comissão Nacional de Direitos Humanos para divulgar o trabalho de defesa dos direitos humanos no México

Dada a indiferença do governo federal à crescente onda de estigmatização e calúnia contra os defensores dos direitos humanos, um amplo grupo de organizações da sociedade civil realizou um diálogo ativo com a CNDH, para solicitar ações visando reconhecer a defesa dos direitos humanos no país. Foi assim que, após meses de diálogos com essa instituição, em outubro de 2017, o *ombudsman* nacional apresentou a campanha "A CNDH e os Defensores dos Direitos Humanos".[28] O objetivo dessa campanha foi visibilizar o trabalho legítimo realizado pelos defensores e reverter as campanhas de criminalização contra tal trabalho no rádio e na televisão.

Conclusões

O retrocesso da política externa no âmbito dos direitos humanos da atual administração se baseou na rejeição e negação das observações e dos relatórios dos mecanismos internacionais de direitos humanos e no questionamento e na desqualificação das metodologias e das fontes utilizadas pelos membros dos mecanismos internacionais na integração de seus relatórios.

A principal retórica por parte das instituições do governo federal é que, na integração dos relatórios dos mecanismos internacionais, eles não visibilizam com a mesma importância os avanços que o Estado mexicano empreendeu na agenda nacional dos direitos humanos. Essa interpretação reflete uma expectativa autocomplacente por parte do governo mexicano diante da cooperação das organizações internacionais de direitos humanos e não confirma a construção de uma agenda sustentável dos direitos humanos.

Do mesmo modo, questionar a objetividade e o profissionalismo dos mecanismos de direitos humanos e sugerir que as observações emitidas por eles não são totalmente verificadas ou solidamente fundamentadas constitui uma afronta ao sistema das Nações Unidas de proteção dos direitos humanos e do Sistema Interamericano.

Um motivo de preocupação é o fato do recuo da política externa no âmbito dos direitos humanos ter impactado negativamente o trabalho de defesa dos direitos humanos no país. Desprezar a crise dos direitos humanos no México e questionar os relatórios dos mecanismos internacionais de direitos humanos desqualificam da mesma forma o trabalho das organizações da sociedade civil e dos defensores dos direitos humanos, que documentam em primeira mão as violações dos direitos humanos e diante da incapacidade das autoridades nacionais de proteger, respeitar, punir e reparar, decidem recorrer aos organismos internacionais em busca da justiça.

Ainda assim, há uma narrativa persistente do governo federal em desconsiderar suas obrigações internacionais de respeitar, proteger e garantir os direitos e, ao contrário, difundir os crimes atrozes nas organizações criminosas.

A implantação dessa política põe em risco o trabalho dos defensores dos direitos humanos e daqueles que contribuem dia após dia com o desenvolvimento do direito internacional no âmbito dos direitos humanos. O confronto e o questionamento das organizações internacionais de direitos humanos também representam afronta aos defensores dos direitos humanos, que recorrem a essas organizações em busca da justiça diante da indolência do Estado. O que mencionamos gerou um ambiente desfavorável para a defesa dos direitos humanos e põe o trabalho legítimo dos defensores nos níveis federal e estadual em maior risco. No entanto, os defensores dos direitos humanos e as organizações da sociedade civil projetam ideias cada vez mais inovadoras para legitimar seu trabalho a partir do exterior e desencorajar um clima hostil contra eles.

Cada vez mais as organizações da sociedade civil mexicana empreendem estratégias articuladas para visibilizar a grave situação dos direitos humanos no exterior e gerar alianças com vários atores nacionais e internacionais, a fim de blindar suas ações de denúncia e reverter o retrocesso da atual política mexicana no âmbito dos direitos humanos.

NOTAS

1 • Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Defici-ência (2000), Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas (2002), Protocolo Facultativo para a Convenção sobre os Direitos da Criança sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados (2002), Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil (2002), Protocolo Facultativo à Convenção contra a tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes (2005), Conven-ção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007), Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direi-tos Civis e Políticos com vistas à Abolição da Pena de Morte (2007), Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos Referente à Abolição da Pena de Morte (2007) e Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado (2008).

2 • "México Recibe las Recomendaciones del Comité Contra la Desaparición Forzada de la ONU," SRE, 13 de fevereiro de 2015, acesso em 12 de dezembro de 2017, https://almomento.mx/mexico-recibe-las-recomendaciones-del-comite-contra-la-desaparicion-forzada-de-la-onu/.

3 • Ciro Pérez Silva, "'Recibí Presiones para Minimizar mi Informe sobre Tortura': Méndez." La Jornada, 2 de abril de 2015, acesso em 12 de dezembro de 2017, http://www.jornada.unam.mx/2015/04/02/politica/007n1pol.

4 • Embaixador Miguel Ruiz Cabañas.

5 • Observações de abertura do 31º período de sessões do Conselho de Direitos Humanos da ONU, do subsecretário Ruiz Cabañas: a partir do minuto 5:31: "Mexico, High-Level Segment - 2nd Meeting, 31st Regular Session Human Rights Council," UN Web TV, 29 de fevereiro de 2016, acesso em 12 de dezembro de 2017, http://webtv.un.org/search/mexico-high-level-segment-2nd-meeting-31st-regular-session-human-rights-council/4779448297001?term=Mexico.

6 • "Polemizan por Derechos Humanos; la CIDH Señala 'Grave Crisis'," Excelsior, 3 de outubro de 2015, acesso em 12 de dezembro de 2017, http://www.excelsior.com.mx/nacional/2015/10/03/1049023 .

7 • "Situación de los Derechos Humanos en México," Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 31 de dezembro de 2015, acesso em 12 de dezembro de 2017, http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/mexico2016-es.pdf.

8 • "Observaciones del Estado Mexicano al Proyecto de Informe sobre la Situación de Derechos Humanos en México," OAS, p. 3., 2015, acesso em 12 de dezembro de 2017, https://www.oas.org/es/cidh/docs/anual/2015/doc-es/MX-Resumen.pdf.

9 • "Observaciones del Estado Mexicano al Proyecto de Informe Sobre la Situación de Derechos Humanos en México," OAS, p. 7, 15 de dezembro de 2015, acesso em 12 de dezembro de 2017, https://www.oas.org/es/cidh/docs/anual/2015/doc-es/MX-Observaciones2015.pdf.

10 • "Regular Meeting of the Permanent Council, May 25th, 2016," YouTube video, 3:04:34. Postado por OAS Videos – Events, 25 de maio de 2016, acesso em 12 de dezembro de 2017, https://www.youtube.com/watch?v=5sdoKBYW54M&feature=youtu.be.

11 • "Observaciones del Estado Mexicano al Proyecto de Informe Sobre la Situación de Derechos Humanos en México," p. 6.

12 • "Relator ONU Facilita Trabajo a Red de Corrupción para Liberar Criminales: Miranda. Con Ciro Gómez," Radio Fórmula, 4 de março de 2016, acesso em 12 de dezembro de 2017, http://www.radioformula.com.mx/notas.asp?Idn=575364&idFC=2016.

13 • Por exemplo, o general de brigada Gonzalo Corona González, diretor-geral de Justiça Militar

da SEDENA.

14 • Ignacio Alzaga, "Defensores 'Vician' los Juicios: Sedena." Milenio, 19 de abril de 2016, acesso em 12 de dezembro de 2017, http://www.milenio.com/politica/Defensores_vician_juicios-Sedena-Justicia_Militar-Gonzalo_Corona_0_722327783.html.

15 • "Palabras del Presidente Enrique Peña Nieto, Durante la Inauguración del Foro Internacional: Equidad para las Vícti-mas en el Debido Proceso," Gob.mx, 19 de julio de 2016, acesso em 12 de dezembro de 2017, http://www.gob.mx/presidencia/prensa/palabras-del-presidente-enrique-pena-nieto-durante-la-inauguracion-del-foro-internacional-equidad-para-las-victimas-en-el-debido-proceso?idiom=es.

16 • Julio Hernández Barros.

17 • Dennis A. Garcia, "'No Controlamos Contratos entre las ONG y Víctimas'." El Universal, 12 de outubro de 2016, acesso em 12 de dezembro de 2017, http://www.eluniversal.com.mx/articulo/nacion/politica/2016/10/12/no-controlamos-contratos-entre-las-ong-y-victimas.

18 • *Ibid.*

19 • "Proposición con Punto de Acuerdo que Exhorta al Ejecutivo Federal a Reconocer Expresamente la Labor de las y los Defensores de Derechos Humanos y a Garantizar Su Seguridad," Sistema de Información Legislativa Secretaria do Governo, 2016, acesso em 12 de dezembro de 2017, http://sil.gobernacion.gob.mx/Archivos/Documentos/2016/03/asun_3353787_20160331_1459438834.pdf.

20 • Detalhados no próximo segmento.

21 • Embaixador Miguel Ruiz Cabañas.

22 • Discurso de abertura do Secretário do Governo, Miguel Ángel Osorio Chong en el "Foro Internacional: Personas Defensoras de Derechos Humanos, Retos y Experiencias," Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e Escritório no México do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, 13 de janeiro de 2017, acesso em 12 de dezembro de 2017, https://www.gob.mx/segob/prensa/foro-internacional-personas-defensoras-de-derechos-humanos-retos-y-experiencias.

23 • "Reconocen Altas Autoridades la Importancia de Defender los Derechos Humanos en México," Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, 13 de janeiro de 2017, acesso em 12 de dezembro de 2017, http://www.hchr.org.mx/index.php?option=com_k2&view=item&id=910:reconocen-altas-autoridades-la-importancia-de-defender-los-derechos-humanos-en-mexico&Itemid=265.

24 • Especialistas da ONU pedem que o México combata a campanha de difamação e apoie os defensores dos direitos humanos. Pronunciamento do Sr. Michel Forst, relator especial sobre a situação dos defensores dos direitos humanos, do Sr. David Kaye, relator especial sobre liberdade de opinião e expressão, e o Sr. Maina Kiai, relator especial sobre o Direito à liberdade de reunião pacífica e de associação - Disponível em: "Expertos de la ONU Piden a México Contrarrestar la Campaña de Desprestigio y Respaldar a los Defensores de Derechos Humanos," Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, 6 de abril de 2016, acesso em 12 de dezembro de 2017, http://www.ohchr.org/SP/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=19784&LangID=S.

25 • O relatório menciona o caso de 4 pessoas torturadas pelas Forças Armadas do México e que, depois de terem sido absolvidas da pena de prisão, por causa de uma decisão do Comitê contra a Tortura, foram criminalizadas e difamadas, junto com a organização que as acompanha, a Comissão Mexicana de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos, por atores estatais e não estatais.

26 • Como a Comissão Mexicana de Defesa e Promoção de Direitos Humanos e sua fundadora Mariclaire Acosto e seu atual diretor-executivo, José A. Guevara Bermúdez.

27 • Preocupações diante da campanha de difamação contra membros de organizações dos direitos humanos. Carta aberta dirigida ao presidente Enrique Peña Nieto assinada pelas

organizações internacionais: ACAT Francia, APT, FIDH, WOLA, OMCT, RFK Human Rights, ISHR. Disponível em: "Preocupación Frente a la Campaña de Difamación Contra Integrantes de Organizaciones de DDHH," Federação Internacional dos Direitos Humanos, 17 de março de 2016, acesso em 13 de dezembro de 2017, https://www.fidh.org/es/region/americas/mexico/preocupacion-frente-a-la-campana-de-difamacion-contra-integrantes-de; Chris Grove, "En Defensa de los Defensores de Derechos Humanos en México." Animal Politico, 12 de maio de 2016, acesso em 13 de dezembro de 2017, http://www.animalpolitico.com/blogueros-blog-invitado/2016/05/12/en-defensa-de-quienes-defienden-los-derechos-humanos-en-mexico/.

28 • "Lanzan Campaña 'La CNDH y los Defensores de Derechos Humanos'," Canal Judicial, outubro de 2017, acesso em 13 de dezembro de 2017, http://canaljudicial.mx/es/noticia/lanzan-campana-la-cndh-y-los-defensores-de-derechos-humanos.

OLGA GUZMÁN VERGARA – *México*
Diretora de Incidência Nacional e Internacional da Comissão Mexicana de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos.

contato: *incidencia@cmdpdh.org*

Recebido em março de 2017.
Original em Espanhol.

"Este artigo é publicado sob a licença de Creative Commons Noncommercial Attribution-NoDerivatives 4.0 International License"

"SE CONTINUARMOS TRABALHANDO, COMO ELES PODERÃO VENCER?"

Adrian Jjuuko & Linette du Toit

• *Estratégias de uma organização ugandesa de direitos das minorias para resistir ao encolhimento do espaço civil* •

RESUMO

O Fórum de Conscientização e Promoção dos Direitos Humanos (HRAPF) é uma organização de defesa dos direitos humanos com sede em Kampala, Uganda. A organização enfrenta a oposição de algumas áreas do Estado e também do público em geral devido ao seu trabalho de advocacy e jurídico feitos em nome de grupos minoritários marginalizados, incluindo pessoas LGBTI, profissionais do sexo e pessoas que usam drogas . Além disso, ele opera dentro de um ambiente cada vez mais hostil em relação à sociedade civil, com a introdução de novas leis mais restritivas e ataques às organizações. Esta breve reflexão institucional compartilha as estratégias que a HRAPF empregou para continuar suas operações apesar dos muitos desafios enfrentados. Estas estratégias incluem: cadastrar as organizações fazendo uso de regulamentações alternativas para evitar as restrições contidas nas leis das ONGs; unir forças com organizações que lutam por questões semelhantes; e simplesmente continuar a trabalhar apesar dos desafios enfrentados.

PALAVRAS-CHAVE

Sociedade civil | Uganda | LGBTI | Litigância Estratégica | Lei das organizações não governamentais de 2016 | Lei anti-homossexualidade de 2014 | Ataques | Resiliência

Introdução

O estado ugandense enxerga a maior parte das organizações da sociedade civil (OSCs), especialmente as envolvidas em trabalhos de *advocacy*, pesquisa e envolvimento direto com a população, como ameaças, e não como parceiros.[1] As organizações que trabalham com questões politicamente sensíveis, tais como direitos constitucionais, de petróleo e gás, justiça territorial e lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais (LGBTI) estão particularmente em risco.[2] Tais organizações são alvo de leis restritivas,[3] são ameaçadas de fechamento,[4] têm suas atividades encerradas[5] e diversas delas já tiveram seus escritórios invadidos sem que um único caso fosse resolvido pela polícia.[6] Além disso, elas podem esperar pouco ou nenhum apoio do público em geral na medida em que a maioria dos ugandeses se opõem à homossexualidade e acredita que essas organizações a promovem.[7]

Ao longo dos nove anos de sua existência, o Fórum para a Conscientização e Promoção dos Direitos Humanos (HRAPF) enfrentou esses desafios e teve que perseverar e se esforçar para desenvolver o trabalho em que acredita. Esta reflexão institucional oferece um panorama das estratégias empregadas pela HRAPF na luta do dia-a-dia para manter sua visão e missão vivas. As estratégias que a HRAPF adotou para responder ao difícil ambiente em que atua podem ser categorizadas em três grandes tópicos: 1) registrar-se sob múltiplas leis para evitar as restrições dentro das leis das ONGs de Uganda; 2) trabalhar com coalizões para lutar contra as leis restritivas e desafiar as leis existentes; 3) facilitar uma cultura de resiliência diante das dificuldades. Estas estratégias são discutidas em mais detalhes abaixo.

1 • Cadastrar-se fazendo uso de diferentes leis para evitar as restrições dentro das leis das ONGs de Uganda

A HRAPF aprendeu a aproveitar a multiplicidade de leis no país para continuar operando em um contexto repressivo. Em 2006, Uganda modificou o Capítulo 113 da Lei de Cadastramento de Organizações Não Governamentais de 1989 nas Leis de Uganda (Lei de ONGs de 2006).[8] Também aprovou o Regulamento de Cadastramento de Organizações Não Governamentais em 2009,[9] que operacionalizou a emenda de 2006. A alteração introduziu restrições para as ONGs, incluindo o cadastramento obrigatório das mesmas; a dupla responsabilização da ONG e de seus diretores no caso de infrações sob os termos da Lei,[10] a necessidade de recomendações de agências de segurança ao solicitar o cadastramento como ONG; restrições contra o contato direto com a população;[11] e cooperação obrigatória com as autoridades locais.

No entanto, havia uma forma de escapar de algumas dessas restrições. A Seção 2(1)(a) da Lei (Emenda) de Cadastramento Organizações Não Governamentais de 2006 declarou que o requisito referente à necessidade de cadastramento pelo Conselho de ONGs e de ter a licença emitida pelo Conselho de ONGs não se aplicavam às organizações que se cadastraram sob a Lei das Sociedades Comerciais ou a Lei de Incorporação dos

Conselheiros.[12] Consequentemente, a HRAPF, assim como muitas outras organizações, também foi incorporada nos termos da Lei das Sociedades Comerciais como uma empresa limitada por garantia. O HRAPF também ajudou cerca de 30 organizações LGBTI a se incorporarem da mesma forma.

Infelizmente, no entanto, esta opção não está mais disponível. A Lei de Organizações Não Governamentais de 2016 (discutida mais adiante) exige que todas as organizações, mesmo as incorporadas sob Lei das Sociedades Comerciais ou a Lei de Incorporação dos Conselheiros, se inscrevam no Departamento de ONGs e obtenham uma autorização para funcionamento como ONG.[13] As OSCs agora não têm outra opção senão cumprir todos os requisitos rigorosos de cadastramento e operação instituídos pela Lei das ONGs de 2016. Essa mudança na lei representa um obstáculo para as organizações que trabalham com temas de maior dificuldade de aceitação popular. Enquanto a saída anterior para o cadastramento permitia às organizações certo grau de liberdade em suas operações, todas as organizações agora estarão sujeitas ao escrutínio das autoridades que supervisionam a sociedade civil. Consequentemente, precisamos usar outras estratégias para resistir às tentativas de restrição de nossas operações – incluindo as listadas abaixo. No entanto, continuaremos a procurar lacunas legislativas das quais poderemos nos beneficiar.

2 • Construir coalizões para fazer frente às leis e propostas de lei

Como organização defensora dos direitos das pessoas LGBTI, a HRAPF frequentemente esteve na vanguarda da luta contra a legislação restritiva juntamente com outros grupos semelhantes em coalisões. As maiores lutas foram as travadas contra o Projeto de Lei Anti-Homossexualidade e o Projeto de Lei das ONGs de 2015, respectivamente.

2.1- Sucesso da coalizão contra o Projeto de Lei Anti-Homossexualidade

O Projeto de Lei Anti-Homossexualidade foi apresentado em 2009 e, além de ampliar a lei penal sobre homossexualidade, também criminalizava os atos de "ajudar e encorajar" e "promover" a homossexualidade. Esses conceitos foram amplamente definidos e podem afetar todos os aspectos do trabalho da HRAPF, incluindo serviços de assistência jurídica, *advocacy*, pesquisa e campanhas de conscientização. A HRAPF juntou-se assim à Coalizão da Sociedade Civil sobre Direitos Humanos e Direito Constitucional (A Coalizão), uma coalizão da sociedade civil com 50 membros estabelecida para se opor à esse projeto de lei.[14] O Diretor Executivo da HRAPF, Adrian Jjuuko, tornou-se o segundo coordenador da Coalizão (2010-2012), a HRAPF presidiu o Comitê Jurídico da Coalizão e também faz parte do Comitê Diretivo.

O trabalho realizado junto às outras organizações da sociedade civil para se opor ao projeto de lei cumpriu dois propósitos. Em primeiro lugar, ajudou a evitar que a HRAPF fosse identificada e atacada por se opor à lei, já que todos os membros estavam trabalhando

em conjunto. Em segundo lugar, ajudou a galvanizar o apoio internacional para a causa, e assim permitiu que a HRAPF e outras organizações obtivessem capital político, o que protegeu as organizações de ataques. Os esforços da Coalizão impediram a aprovação dessa lei extremamente popular – sob a perspectiva da maior parte da sociedade ugandense – por quatro anos. Só foi aprovada em dezembro de 2013. No entanto, em agosto de 2014, o Tribunal Constitucional revogou a Lei por ter sido aprovada inconstitucionalmente.[15]

Apesar do sucesso, as ações da Coalizão foram enfrentadas pelo Estado, devido à natureza controversa dos direitos LGBTI em Uganda. Consequentemente, aprendemos lições importantes sobre como lidar com essa reação. As OSCs dentro da Coalizão foram ameaçadas de terem seus cadastros cancelados pelo Ministério de Ética e Integridade, incluindo a HRAPF. Logo após a entrada em vigor da Lei Anti-Homossexualidade, a organização de acolhimento da Coalizão, o Projeto de Lei de Refugiados da Faculdade de Direito da Universidade de Makerere, foi condenada a suspender suas atividades em campos de refugiados e, mais tarde, em seu escritório de Kampala devido a alegações de que estaria promovendo a homossexualidade. A Coalizão respondeu a essa oposição evitando ter uma única organização anfitriã identificável que pudesse ser visada. Esta estratégia mostrou-se bem-sucedida - nenhum outro membro da Coalizão sofreu tais ameaças diretas à sua operação contínua enquanto o caso estava no Tribunal Constitucional.

A Coalizão reuniu a sabedoria dos ativistas experientes, bem como a energia e o entusiasmo de uma geração mais jovem. A sua força consistiu nas variadas contribuições feitas sob a forma de conhecimentos jurídicos, experiência com *advocacy* e com a representação adequada da própria comunidade LGBTI. Isso permitiu que uma estratégia equilibrada e cuidadosamente elaborada fosse desenvolvida. As decisões foram tomadas primeiramente visando representar os pontos de vista da comunidade LGBTI e, além disso, conscientizar sobre a situação criada pela adoção da Lei, enquanto tateava o terreno com o máximo cuidado para evitar ataques diretos às autoridades. A Coalizão operava através de vários comitês, como o comitê legal, o comitê de mídia, o comitê de segurança e o comitê de direção. A Coalizão inteira se reunia todos os meses, enquanto os trabalhos eram efetivamente realizados pelos coordenadores. Uma equipe dedicada e bem coordenada assegurou que a aprovação da lei fosse postergada ao máximo e que deixasse de lado as disposições mais severas originalmente propostas, além de fazer com que a Lei resultante fosse posteriormente revogada por meio de uma impugnação constitucional. Através de seu envolvimento neste caso, a HRAPF descobriu que a força do impulso acumulado em uma coalizão pode resistir mesmo às leis mais populares da sociedade e que trabalhos envolvendo um maior número de organizações trazem enorme força e segurança.

A HRAPF continuou a luta contra a Lei Anti-Homossexualidade no Tribunal Regional de Justiça do Leste Africano (EACJ, por suas siglas em inglês).[16] O argumento utilizado foi de que o mérito do caso deveria ser ouvido pelo EACJ, apesar da anulação da Lei pelo Tribunal Constitucional do Uganda, uma vez que suscita uma questão de grande importância pública. O Tribunal considerou que o assunto já havia sido discutido e que a exceção de interesse público (que permite ao tribunal ouvir um caso que não seja discutido)

não se aplicava a esse caso, uma vez que as questões levantadas não diziam respeito a "um segmento de público suficientemente grande". É lamentável que o Tribunal não tenha considerado importante a situação de uma comunidade condenada ao ostracismo em uma sociedade que está baseada nos princípios da democracia e dos direitos humanos. Embora, em última instância, o caso tenha sido encerrado, esta foi a primeira vez que as questões de restrição do espaço civil através de leis que visam intencionalmente atingir a população homossexual foram levadas aos tribunais regionais na África. A petição ao EACJ também foi apoiada por depoimentos de ativistas de direitos humanos em Ruanda, Quênia e Tanzânia, reconhecendo o efeito da Lei sobre os direitos das pessoas LGBT em toda a região. Também quatro organizações, operando no Quênia,[17] Ruanda[18], África do Sul[19] e no nível das Nações Unidas,[20] solicitaram participar do caso como *amici curiae*. Aproximar-se do EACJ foi um passo importante para abrir o caminho para que o mecanismo regional fosse usado na luta contra a legislação restritiva. Além disso, a colaboração reforçou a coesão através das fronteiras entre as OSCs envolvidas.

A força de se operar dentro de uma coalizão também pode ser vista em agosto de 2016, quando a polícia invadiu uma boate onde um concurso de beleza de orgulho gay estava sendo realizado. Durante o ataque, pessoas LGBTI que se encontravam no local foram revistadas e espancadas pela polícia, os organizadores do evento foram presos e todos os convidados presentes na boate foram detidos por mais de uma hora.[21] Com base nas lições aprendidas nas etapas posteriores do desafio jurídico à Lei Anti-Homossexualidade, os vários membros da Coalizão se asseguraram de compartilhar entre si informações sobre o ataque, incluindo o tratamento dos feridos, a libertação de ativistas presos e os resultados de reuniões com o Ministro da Ética e Integridade. A centralização destas informações orientou as respostas subsequentes e ajudou os membros a decidirem se as atividades do Orgulho deveriam ou não serem realizadas como forma de protesto. A Coalizão decidiu divulgar uma declaração conjunta da imprensa[22] em que as ações da polícia foram condenadas. Além disso, a coalizão desafiou essas ações perante a Comissão dos Direitos Humanos do Uganda. Foi feita tentativa de realizar uma nova cerimônia em 24 de setembro de 2016, embora o comitê legal da Coalizão tenha sido orientado para não o fazer. Os participantes foram impedidos de entrar no resort onde as celebrações deveriam ter sido realizadas e foram escoltados de volta aos veículos em que chegaram pela Polícia. Os membros da Coalizão permaneceram alertas para lidar com quaisquer prisões ou ameaças à segurança no decorrer do dia.

Embora a coalizão não tenha sido tão forte como o foi no período durante a luta contra a Lei Anti-Homossexualidade, ela foi capaz de se reagrupar na ocasião em que um ataque foi feito ao direito à liberdade de associação de pessoas LGBTI e foi capaz de responder de maneira a não comprometer a segurança ou a longevidade de qualquer organização individual.

2.2 - Desafios da coalizão contra o Projeto de Lei Anti-ONGs

O Projeto de Lei de 2015 para as Organizações Não Governamentais, que por fim tornou-se a Lei das Organizações Não Governamentais de 2016, foi introduzido para

substituir a Lei de Cadastramento das Organizações Não Governamentais de 1989. O projeto de lei destinava-se a abordar os métodos e atividades de trabalho "subversivos" no cada vez mais amplo setor de ONGs.[23] O Projeto de Lei das ONGs tinha várias disposições preocupantes para a sociedade civil como um todo.[24] Por exemplo, propunha criminalizar a contravenção de *qualquer* disposição da Lei e outorgava poderes amplos para o Conselho Nacional de ONGs[25] para revogar a autorização de trabalho de ONGs, caso estas não fossem consideradas "de interesse público".[26]

As tentativas de construção de coalizão que cercaram a adoção da Lei e sua Regulamentação demonstram a posição complexa de uma organização que lida com questões impopulares no contexto da sociedade civil como um todo, como a HRAPF. Embora as coalizões possam gerar enormes ganhos, às vezes também é importante saber quando esta estratégia não é necessariamente a correta.

Neste caso, a sociedade civil, sob a liderança do Fórum Nacional de ONGs de Uganda, decidiu realizar processos de consulta com diversas partes interessadas em todo o país, a fim de fazer uma contribuição reconhecida ao Projeto de Lei das ONGs, que o ministro do Interior pretendia adotar.[27] No entanto, a HRAPF percebeu, através do seu envolvimento com o Fórum de ONGs e outras lideranças de OSCs, que eles haviam priorizado a colaboração com o Ministério dos Assuntos Internos em vez da tarefa impopular de garantir que as questões que representavam ameaças aos grupos minoritários em particular fossem levantadas e tratadas de frente. Ao invés de juntar-se à coligação principal, formamos uma coalizão informal, consultando amplamente os diferentes grupos que servimos, incluindo grupos LGBTI, grupos de trabalhadores/as do sexo e usuários/as de drogas, para obter sua contribuição para o projeto de lei proposto. Compartilhamos o documento que continha nossa posição com organizações convencionais e embaixadas e grupos de apoio.[28] No entanto, fomos recebidos com indiferença pelas principais organizações e ficou claro que elas não compartilhavam o mesmo nível de preocupação que as nossas bases. Em última análise, e apesar dos esforços da HRAPF, o Projeto de Lei das ONGs foi aprovado e contendo muitas disposições que levantamos em nosso documento como sendo problemáticas.

Apesar deste recuo, a HRAPF continuou a realizar ampla consulta junto aos diferentes grupos que atendia e que são mais afetados pela Lei, a fim de obter sua contribuição para um conjunto de regulamentações propostas,[29] que esperávamos pudesse abordar as partes mais restritivas da Lei. Produzimos outra declaração de posicionamento e o submetemos ao Fórum Nacional de ONGs.[30]

Uma das principais lições aprendidas com esta experiência é que as organizações que trabalham com os direitos das pessoas marginalizadas também permanecem em grande parte marginalizadas e suas questões raramente são ouvidas pelas organizações convencionais, impedindo por vezes que as mesmas se juntem a coalizões formais. Existe, portanto, a necessidade de se desenvolver formas alternativas de engajamento, incluindo a construção de coalizões mais soltas, em vez de trabalhar com parceiros mais tradicionais.

Um exemplo desse tipo de colaboração é o trabalho realizado pelo Diretor Executivo da HRAPF, Adrian Jjuuko, junto às Minorias Sexuais de Uganda para desafiar o Artigo 15(6)(d) da Lei da Comissão de Igualdade de Oportunidades.[31] A disposição que foi contestada impedia a Comissão de Igualdade de Oportunidades de investigar assuntos considerados "imorais" ou "socialmente inaceitáveis" pela maioria dos agrupamentos culturais em Uganda. Esta disposição também limitava o trabalho de organizações como a HRAPF e impedia as organizações de apresentarem reclamações à Comissão. Embora o caso tenha permanecido oito anos no Tribunal Constitucional, este finalmente concluiu que a disposição era contrária ao direito a um julgamento justo, pois excluía os grupos de acessar a Comissão.[32]

No geral, o trabalho da HRAPF como membro de várias coalizões nos ensinou que a colaboração com outras organizações é mais eficaz se as organizações envolvidas em um determinado esforço de *advocacy* tiverem os mesmos objetivos e expectativas de resultados. É desafiador trabalhar com outras organizações para influenciar o conteúdo de leis e políticas que não afetam igualmente as organizações envolvidas, que têm diferentes prioridades e não compartilham as mesmas preocupações. Como organização que representa grupos minoritários, a HRAPF está muito consciente de que a própria organização pode ser facilmente marginalizada em esforços de *advocacy* mais amplos e, em vez disso, requer o apoio e a colaboração de organizações com ideias afins, que não são necessariamente as parcerias mais óbvias.

3 • Resiliência apesar das restrições: A repressão à sociedade civil atinge diretamente a HRAPF

Na manhã de 22 de maio de 2016, os escritórios da HRAPF foram atacados por pelo menos quatro assaltantes que mal se deram ao trabalho de cobrirem seus rostos, apesar da óbvia presença de câmeras CCTV. Eles assassinaram o segurança em serviço, Emmanuel Arituha, desabilitaram parte do sistema de alarme e o sistema CCTV e obtiveram acesso ao prédio principal. Eles entraram e saquearam o escritório do diretor executivo e do diretor executivo adjunto de Programas. O enorme "pé de cabra" usado para arrombar a porta foi deixado ao lado da cadeira do diretor executivo. Nada foi retirado, exceto uma TV e um leitor de DVD. A invasão que durou quatro horas foi capturada em câmeras CCTV. A polícia inicialmente culpou a gerência da HRAPF pelo ataque e qualificou o caso como sendo um arrombamento comum. A polícia não usou as evidências para conduzir uma investigação minuciosa. O caso permanece não resolvido apesar das claras evidências disponíveis.[33]

O impacto do ataque para a HRAPF foi imenso. Não poderia ter sido "apenas mais uma invasão", uma vez que foi precedida de invasões nos domicílios do diretor executivo adjunto de Programas e do chefe da Unidade de Pesquisa e Advocacy, além do roubo dos telefones do diretor executivo e laptops do diretor executivo adjunto de Finanças e Administração e secretário executivo. No entanto, se a invasão pretendia acabar com a HRAPF, ela falhou. A HRAPF convocou uma entrevista coletiva no dia seguinte;

nenhuma das suas atividades foi cancelada, incluindo uma oficina de capacitação para pessoas LGBTI. Continuar com o nosso trabalho imediatamente após o ataque foi o maior ato de resistência e resiliência que poderíamos empreender.

A HRAPF também empregou várias estratégias e métodos para apoiar a equipe no processamento do choque e trauma, permitindo-lhes continuar com seu trabalho e vida após o incidente. Todos os membros da equipe tiveram a oportunidade de receber aconselhamento individual. Em duas ocasiões, realizou-se uma sessão de apoio psicossocial que permitiu aos membros da equipe compartilhar e refletir sobre suas experiências relacionada aos eventos. Um treinamento de segurança também foi realizado para permitir à equipe um maior nível de conscientização sobre os riscos, além das medidas que podem ser tomadas para garantir uma maior segurança em suas rotinas diárias. A segurança no escritório, que já era rigorosa antes do ataque, foi melhorada ainda mais.

Apesar do apoio prestado por nossas organizações parceiras, parceiros de desenvolvimento e redes de segurança ter sido de fato valioso, por si só ele não era suficiente para nos tirar daquela escuridão. Além de implementar as medidas descritas acima, cada membro da equipe da HRAPF teve que tomar a decisão de resistir ao medo e o desânimo e honrar a memória do homem que perdeu sua vida pela causa pela qual lutamos.[34] Aprendemos que a resiliência como ativista significa destruir o inimigo em sua esfera de controle emocional sobre as nossas mentes, seguindo em frente após o ataque físico. Aprendemos que a resiliência significa fazer o que você teria feito se não tivesse medo... ou seja, significa voltar ao trabalho. Imediatamente.

4 • Conclusão

Neste relato, compartilhamos as táticas que usamos para enfrentar a oposição feroz ao exercício da liberdade de associação em Uganda. Em primeiro lugar, as ambiguidades em leis restritivas podem e devem ser exploradas pelo bem da continuidade das operações. Em segundo lugar, a batalha cheia de diferentes matizes na qual as organizações LGBTI lutam tem melhores perspectivas de sucesso quando abordada por uma coalizão em vez de por uma única organização. Há uma imensa força por trás da decisão de se opor às leis restritivas, mesmo em questões políticas socialmente sensíveis, através de uma aliança de organizações - desde que essas outras organizações tenham os mesmos objetivos. Nossa lição final e a mais importante é simples: não importa o que aconteça, não importa o nível de oposição e o terror destinado a descarrilhar a causa pela qual você luta, apenas continue trabalhando. Todo dia. Se você continuar trabalhando, como eles poderão vencer?

NOTAS

1 • Uma das motivações para a introdução de um novo Projeto de Lei das ONGs no Parlamento em 2015 foi a proteção contra "*métodos* subversivos de trabalho e atividades" resultantes do "rápido crescimento das organizações não governamentais". Consulte "Memorandum to the Non-governmental Organisations Bill," HRAPF, 2015, acesso em 27 de novembro de 2017, http://hrapf.org/wp-content/uploads/2017/10/NGO-Bill_2015.pdf. Veja também "A Position Paper and Clause by Clause Analysis of the NGO Bill," Uganda National NGO Forum, maio de 2015, acesso em 25 de outubro de 2017, http://ngoforum.or.ug/wp-content/uploads/downloads/2015/05/FinalCSO-Position-Paper-on-the-NGO-Bill-2015.pdf.

2 • Veja, por exemplo, "Curlinging Criticism: Intimidação e Obstrução da Sociedade Civil no Uganda, "Human Rights Watch, 21 de agosto de 2012, acesso em 27 de outubro de 2017, https://www.hrw.org/report/2012/08/21/curtailing-criticism/ intimidação e obstrução - sociedade civil - uganda.

3 • Por exemplo, o Parlamento de Uganda adotou a Lei agora anulada contra a homossexualidade em 2014 que, na seção 2 da Lei, criou a infração de "homossexualidade" e a pune com pena de prisão perpétua - um claro reflexo da oposição à homossexualidade expressada por 93 por cento dos ugandeses. Veja "Global Views on Morality," Pew Research Centre, 15 de abril de 2014, acesso em 28 de outubro de 2017, http://www.pewglobal.org/2014/04/15/global-morality/country/uganda/.

4 • Certas disposições da Lei das Organizações Não Governamentais de 2016 são consideradas draconianas e prejudiciais para as operações das organizações, "Position Paper on the Non-Governmental Organisations Act, 2016," HRAPF, 20 de março de 2016, acesso em 28 de outubro de 2017, http://hrapf.org/wp-content/uploads /2017/06/160320hrapfspositionpaperonthengoact2016.pdf

5 • David Smith, "O ministro ugandês determina o fechamento da Conferência dos Direitos Gays". The Guardian, 20 de junho de 2012, acesso em 28 de outubro de 2017, https://www.theguardian.com/world/2012/feb/15/ugandan-minister-gay-rights-conference.

6 • Emmanuel Ainebyoona, "Police on the Spot as NGO Break-ins Remain Unresolved." Daily Monitor, 11 de março de 2017, acesso em 28 de outubro de 2017, http://www.monitor.co.ug/SpecialReports/Police-spot-break-ins-NGO-offices-remain-uninvestigated-ACCU/688342-3843648-11dydsi/index.html.

7 • De acordo com pesquisas realizadas em 2013, 93% dos ugandeses acreditam que a homossexualidade é moralmente inaceitável. Veja Pew Research Center, n 3 acima.

8 • "The Amendment Act," ULII, 2006, acesso em 25 de outubro de 2017, https://www.ulii.org/ug/legislation/act/2006/2006/N.G.O%20registration%20ammendment%20Act%202003.pdf.

9 • "Statutory Instrument," ULII, 2009, acesso em 25 de outubro de 2017, https://www.ulii.org/ug/legislation/statutory-instrument/19/si-19.pdf.

10 • A Secção 2 (5) da Lei foi alterada e prevê infração quando uma organização violar qualquer disposição da Lei; operar de forma contrária às condições do seu registro ou realizar qualquer atividade sem autorização válida ou certificado de incorporação.

11 • A lei 13 (1) prevê que uma organização não faça contato direto com a população enquanto realiza suas operações, a menos que tenha notificado sua intenção de realizar esse contato para o conselho local da área com 7 dias de antecedência.

12 • A seção 2(1)(a) conforme emenda da Lei das ONGs de 2006.

13 • Seção 29 e 31 da Lei das ONGs de 2016.

14 • Os detalhes dessa batalha estão em A Jjuuko, "The Incremental Approach: Uganda's Struggle for the Decriminalisation of Homosexuality," in *Human Rights, Sexual Orientation and Gender Identity in the*

Commonwealth: Struggles for Decriminalisation and Change, eds. C. Lennox and M. Waites (London: Institute of Commonwealth Studies: School of Advanced Study, 2013): 381-408.

15 • A constitucionalidade da Lei foi considerada no caso de *Prof. J Oloka Onyango & 9 Others v Attorney General*, Petição Constitucional N.8 de 2014. Os peticionários questionaram uma série de pontos, incluindo a ausência do quórum com mandato constitucional no Parlamento no dia em que a Lei foi aprovada. O Tribunal Constitucional decidiu o caso apenas com base no quórum, e anulou toda a Lei.

16 • *Human Rights Awareness and Promotion Forum (HRAPF) v Attorney General Uganda and The Secretariat of the Joint United Nations Programme on HIV/AIDS, Reference No. 6 of 2014 (2014).*

17 • UHAI-The East African Sexual and Health Rights Initiative.

18 • Health Development Initiative.

19 • The Centre for Human Rights, University of Pretoria.

20 • Secretariat of the Joint United Nations Programme on HIV/AIDS (UNAIDS).

21 • "Uganda: Police Attack LGBTI Pride Event," Human Rights Watch, 5 de Agosto de 2017, acesso em 25 de outubro de 2017, https://www.hrw.org/news/2016/08/05/uganda-police-attack-lgbti-pride-event.

22 • "Civil Society, Human Rights Activists Condemn Ugandan Police Attack on Lawful LGBTI Pride Celebration," Chapter Four Uganda, 5 de Agosto de 2016, acesso em 25 de outubro de 2017, http://chapterfouruganda.com/sites/default/files/downloads/Civil-Society-Human-Rights-Activists-Condemn-Ugandan-Police-Attack-On-Lawful-LGBTI-Pride-Celebrations.pdf.

23 • O Memorando para o projeto de lei de 2015 descreveu o propósito de sua implementação como sendo abordar as práticas "subversivas" das organizações da sociedade civil, ver n.1 acima. A Lei das Organizações Não Governamentais, Cap. 113 foi adotada em 1989 e alterada em 2006.

24 • "A Position Paper and Clause by Clause Analysis of the NGO Bill 2015," Uganda National NGO Forum, 2015, acesso em 4 de dezembro de 2017, http://ngoforum.or.ug/wp-content/uploads/downloads/2015/05/FinalCSO-Position-Paper-on-the-NGO-Bill-2015.pdf.

25 • O projeto de lei de 2015 prevê, na Cláusula 5, a criação de um Conselho Nacional de ONGs encarregado de cadastrar organizações, emitir licenças e assessorar o ministro do Interior sobre políticas que orientam a operação das organizações. A Lei das ONGs, adotada em 2016, prevê que o Departamento de ONGs desempenhe essas funções, em vez de um conselho.

26 • Projeto de Lei das Organizações Não-Governamentais, cl. 31(10) e cl. 33 (2015).

27 • "A Position Paper and Clause by Clause Analysis of the NGO Bill 2015," 2015.

28 • "The NGO Bill 2015 and its Practical and Human Rights Implications on Organisations Working on the Rights of Marginalised Persons," HRAPF, 15 de março de 2015, acesso em 4 de dezembro de 2017, http://hrapf.org/?mdocs-file=1584&mdocs-url=false.

29 • A lei posteriormente adotada não abordou as principais preocupações levantadas pela HRAPF e pelos grupos consultados, disponíveis em: "The Non-governmental Organisations Regulation," HRAPF, 5 de maio, 2017, acesso em 17 de novembro de 2017, http://hrapf.org/wp-content/uploads/2017/06/Regulations-to-the-NGO-Act-2016.pdf.

30 • Veja o Projeto de lei da HRAPF para a Lei das ONGs de 2016, disponível em: "Proposals for Regulations to the Non-Governmental Organisations Act, 2016 to Address the Concerns of Minority and Marginalised Groups," HRAPF, 16 de setembro de 2016, acesso em 25 de outubro de 2017, http://hrapf.org/wp-content/uploads/2017/06/HRAPF-Draft-Regulations-to-NGO-Act.pdf.

31 • Jjuuko Adrian v Attorney General, Constitutional Petition No. 1 of 2009.

32 • O julgamento no caso de Jjuuko Adrian v Attorney General foi proferido em 10 de novembro de 2016 e está disponível em: "Constitutional Petition nº 1 of 2009," República do Uganda, 10 de novembro de 2016, acesso em 17 de novembro de 2017, http://hrapf.org/?mdocs-file=9290&mdocs-url=false.

33 • Veja Jalira Namyalo, "NGOs Petition IGP on Office Break-ins." Daily Monitor, 6 de junho de 2016, acesso em 25 de outubro de 2017, http://mobile.monitor.co.ug/News/NGOs-petition-IGP-on-office-break-ins/2466686-3251454-format-xhtml-bnsws1z/index.html.

34 • Uma pequena medida de consolo foi encontrada para a família de Emmanuel Arituha em forma de apoio financeiro provido pela HRAPF e por nossos parceiros Defend Defenders, Fundo para Direitos Humanos Globais (FGHR) e pela American Jewish World Service (AJWS). A DefendDefenders, o Projeto de Defensores de Direitos Humanos do Leste e Chifre Africano honraram Emm

ADRIAN JJUUKO – *Uganda*
Adrian Jjuuko é Diretor Executivo do Fórum para a Conscientização e Promoção de Direitos Humanos (HRAPF). Ele é doutorando do curso de Direito no Centro de Direitos Humanos da Universidade de Pretória e possui mestrado em Direitos Humanos e Democratização na África pela mesma instituição.

contato: *jjuukoa@gmail.com*

Recebido em setembro de 2017.
Original em inglês. Traduzido por Adriana Guimarães.

LINETTE DU TOIT – *África do Sul*
Linette du Toit é pesquisadora e trabalhou anteriormente na HRAPF. Ela possui o título de mestre pelo Centro de Direitos Humanos da Universidade de Pretória e já trabalhou como pesquisadora no Instituto Africano de Direitos Constitucionais, Direitos Humanos, Direito Público e Internacional (SAIFAC) da Universidade de Johanesburgo.

contato: *linettedt@gmail.com*

Recebido em setembro de 2017.
Original em inglês. Traduzido por Adriana Guimarães.

"Este artigo é publicado sob a licença de Creative Commons Noncommercial Attribution-NoDerivatives 4.0 International License"

GUERRA CONTRA ONGs NA EUROPA ORIENTAL

Stefánia Kapronczay

• *A construção de coalizões como possível resposta* •

RESUMO

A Europa Oriental recentemente se tornou o centro das atenções da comunidade mundial de direitos humanos quando a Hungria introduziu uma lei para regulamentação de agentes estrangeiros similar à lei russa. A lei, no entanto, não é um ato isolado, mas parte de um processo mais amplo visando silenciar as vozes independentes, especialmente no que tange as organizações independentes de direitos humanos, anticorrupção e democráticas. A tendência está se espalhando pela União Europeia, e a Polônia segue os passos do governo húngaro. Depois de discutir as características da sociedade civil da Europa Oriental, o artigo descreve a construção de coalizões como forma de combater o fenômeno do fechamento do espaço civil. A autora baseia-se em sua própria experiência e se concentra em dois dilemas que surgiram durante a construção da coalizão na Hungria: definição de metas e participação.

PALAVRAS-CHAVE

Sociedade civil | Coalizões | Europa Oriental | Hungria | Visegrad Quatro

1 • Introdução

"Sério? Isso é uma surpresa para mim." Esta é uma reação frequente até mesmo de pessoas que fazem parte do movimento global de direitos humanos quando falo sobre o florescimento do estado iliberal no coração da Europa. Os países da Europa Oriental, como a Polônia e a Hungria, são membros da União Europeia (UE) e, portanto, considerados democracias sólidas. Países onde há eleições regulares, gratuitas e justas sem choques violentos. Estados que geralmente respeitam os direitos humanos e contam com instituições para protegê-los. Locais onde as vozes alternativas podem ser ouvidas e as críticas às políticas governamentais são principalmente tratadas em sua essência. Essa imagem é cada vez mais falsa. Embora as mudanças sejam principalmente legislativas e os ataques sejam legais, está sendo iniciada uma guerra contra opiniões divergentes na Europa Oriental.

Neste artigo, discutirei a maneira com que o fenômeno global do encurtamento do espaço da sociedade civil se desenrola na Europa Oriental. Para explicar por que as políticas governamentais cada vez mais hostis à sociedade civil podem ser bem-sucedidas, vou explicar algumas das principais características da sociedade civil da Europa Oriental. A compreensão dessas características também é importante para entender por que a coalizão na Hungria é uma possível resposta ao fenômeno. Finalmente, o artigo considerará os principais desafios da construção da coalizão e as lições aprendidas.

2 • O que está acontecendo na Europa Oriental?

A Hungria adotou em junho de 2017 uma regulamentação para organizações não governamentais (ONG) estrangeiras similar à lei russa.[1] Esta notícia provavelmente atingiu mais fortemente a comunidade de direitos humanos; no entanto, essa é apenas uma única lei e não representa o episódio mais importante na história da repressão às ONGs na Europa Oriental.

A Europa Oriental é uma região diversificada com países menores e economicamente menos favorecidos e uma história turbulenta. Apesar das semelhanças, existem muitos fatores que dividem esses países. Alguns já fazem parte da UE, e outros estavam em guerra há apenas 20 anos. Por conta dessas diferenças, vou me concentrar nos chamados quatro países da Visegrad – Polônia, Eslováquia, República Tcheca e Hungria. Embora estes quatro países tenham experimentado um governo comunista durante quarenta anos, a sociedade civil começou a ressurgir bem antes que os regimes autoritários entrassem em colapso. Além disso, as organizações da sociedade civil (OSC) e os sindicatos desempenharam um papel importante na mudança do sistema. Na Hungria, o atual primeiro-ministro, Viktor Orban, fez parte desse processo e, portanto, está ciente do poder da cidadania ativa. Todos os quatro países aderiram à UE em 2004, tornando os seguintes eventos relevantes para toda o bloco.

Na Hungria, a história começou em agosto de 2013 com o porta-voz do partido governante alegando que as ONGs húngaras de maior proeminência "são mantidas com milhões de

dólares" pelo bilionário George Soros e que estariam servindo aos interesses estrangeiros "atacando o governo húngaro em troca do dinheiro americano".[2] Nos últimos quatro anos, essa retórica mudou muito pouco: as OSCs independentes são retratadas como antipatrióticas, como se trabalhassem contra os interesses da Hungria e dos húngaros e fossem pagas para atacar o país. De acordo com a retórica do governo, os interesses do país e de seus cidadãos são casualmente consolidados e integrados aos interesses do governo. Logo, as organizações que criticam as medidas antidemocráticas governamentais são rotuladas como antipatrióticas. Essa retórica é facilmente disseminada, uma vez que a maioria dos meios de comunicação se tornou amigável ao governo. O partido governante e seus aliados comerciais mais próximos assumiram o controle sobre a mídia pública, o segundo maior canal de TV comercial e sobre a maioria dos jornais regionais. Eles fundaram ou compraram revistas semanais, jornais diários e on-line. Embora ainda existam meios de comunicação independentes do governo, muitos deles simplesmente se tornaram porta-vozes dele.[3]

Quando a crise de migração na Europa teve início, a retórica se ampliou para alegar que as organizações que recebem financiamento da Open Society Foundation estão participando do chamado "Plano Soros". O principal objetivo do suposto plano é reassentar pelo menos um milhão de imigrantes na Europa.[4] De acordo com o instituto de pesquisa de Tárki, o nível de xenofobia na Hungria atingiu seu pico em 2016. Além disso, a Zavech Research descobriu que os roman não são mais a maioria excluída na Hungria, mas sim os árabes.[5] Consequentemente, as alegações sobre as OSCs que participam do "plano para reassentar um milhão de imigrantes" na Europa soam como verídicas a uma parcela significativa da sociedade. O governo húngaro não é o único na região a se envolver em uma campanha anti-Soros[6] e a assumir uma posição forte contra a imigração. Na Romênia, por exemplo, os manifestantes anticorrupção também foram rotulados como manifestantes pagos por George Soros. O atual governo da Polônia também compartilha sentimentos contrários aos imigrantes, o que mudou as atitudes anteriormente positivas dos poloneses em relação à imigração.[7]

Além desse tipo de retórica, outras medidas que afetam a independência da sociedade civil podem ser encontradas por toda a região. Restringir o acesso ao financiamento independente para as OSCs é um dos temas recorrentes ligados ao fenômeno do encolhimento do espaço civil. Ambos os governos da Polônia e da Hungria estão tentando assumir o controle do financiamento para as OSCs. Primeiramente, a Hungria mudou a forma como os fundos públicos são repassados para ONGs, dando o controle da questão ao altamente politizado Fundo de Cooperação Nacional.[8] Como resultado desse movimento, as organizações que trabalham com os direitos das mulheres e outras questões de direitos humanos relataram uma perda substancial do financiamento.[9] De acordo com minha própria discussão com atores da sociedade civil, esses fundos foram utilizados principalmente para fornecer assistência jurídica gratuita. Em outubro de 2017, a Polônia criou um Instituto Nacional de Liberdade, que assumiu a responsabilidade pela administração de fundos de coesão da UE e fundos nacionais para ONGs.[10] O presidente da organização, que goza de amplo arbítrio sobre a forma como os fundos são distribuídos, é nomeado por um membro do governo. Tais movimentos permitem que o

governo forneça financiamento apenas para organizações que são mais leais ao governo do que à sua causa, reduzindo assim o espaço para vozes dissidentes independentes.

Ambos os governos têm como objetivo expresso obter o controle da distribuição de subvenções do Fundo norueguês de ONGs[11] que são essenciais para a sociedade civil na Hungria e na Polônia. Estes fundos são distribuídos por um consórcio de ONGs sem supervisão governamental. A primeira vez que a Hungria chegou às manchetes em relação à repressão às ONGs foi em 2014, quando o governo[12] empreendeu uma série de auditorias realizadas pelo Escritório de Controle Governamental (ECG) nas organizações distribuidoras do Fundo norueguês de ONGs e em seus beneficiários. As auditorias foram amplamente criticadas pela falta de jurisdição do ECG. Ainda em 2014, funcionários do governo atacaram muitas ONGs na mídia, alegando que haviam feito mal-uso do financiamento. Em uma ocasião, dois escritórios de organizações distribuidoras foram invadidos e os documentos fiscais das quatro organizações distribuidoras existentes foram temporariamente suspensos.[13] As investigações não revelaram qualquer má conduta que exigisse auditorias ou investigações adicionais. Ambos os governos desejam exercer poder de veto sobre quais organizações teriam autorização para distribuir o Fundo norueguês de ONGs e, consequentemente, estão a ponto de romper com o governo norueguês.

Enquanto isso, as leis antiterrorismo e contra a lavagem de dinheiro na Polônia e na Eslováquia efetivamente dificultam o recebimento de recursos por ONGs húngaras.[14] O governo húngaro também usou argumentos referentes à lavagem de dinheiro quando introduziu a Lei sobre a Transparência das Organizações que Recebem Fundos Estrangeiros (a chamada "Lei anti-ONGs"). A Lei é descrita pelas OSCs[15] como sendo a cópia fiel da infame lei russa que regulamenta organizações estrangeiras e determina que as organizações que recebem financiamento estrangeiro acima de um determinado limite devem se registrar como organizações financiadas por entidades estrangeiras e exibir esse rótulo em suas publicações. As organizações que não cumprem os requisitos podem ser sancionadas, inclusive com sua dissolução. A Comissão Europeia lançou um processo por infração porque a lei viola o direito da UE.[16]

Felizmente, organizações na Polônia e na Eslováquia ainda não relataram ataques físicos a seus funcionários ou voluntários. No entanto, houve denúncias[17] em ambos os países sobre ONGs que acreditavam estar sendo objeto de vigilância eletrônica pelas autoridades nacionais. Além disso, escritórios poloneses de organizações de direitos das mulheres foram invadidos e sabemos que as OSCs húngaras receberam diversas solicitações de acesso à informação por parte de um jornalista pró-governo. Tudo isso mostra que a vida das OSCs nesses países está se tornando cada vez mais complexa.

3 • Quais são as principais características da sociedade civil na Europa Oriental?[19]

Além dos atuais progressos legais na Europa Oriental, devemos considerar as características da sociedade civil para que possamos entender quais estratégias podem ser tomadas para

que possamos nos defender. Ainda que os países da Europa Oriental sejam membros da UE, suas democracias são relativamente jovens. Há pouco mais de vinte e cinco anos, até o fim do domínio comunista, a participação nos assuntos públicos e o exercício da liberdade de expressão eram vistos pelos governos como uma ingerência indesejada nos assuntos públicos. Aqueles que participavam de tais atividades estavam sujeitos a vigilância, questionamento e até mesmo prisão. Assim, a participação pública não era vista como parte inerente da vida de seus cidadãos. A herança desta era ainda está representada nas atitudes em relação à cidadania ativa e envolvimento em assuntos públicos. Existe também um nível de confiança geralmente baixo nas instituições. De acordo com dados de 2008, a confiança nas instituições estaduais e nas grandes corporações é baixa em relação aos países da Europa Ocidental. Os governos nacionais da região geralmente são considerados corruptos e autoritários. No entanto, isso não é visto como algo a ser mudado e sim aceito. Essas atitudes desempenham um papel importante para explicar a eficácia da narrativa a respeito dos funcionários das ONGs que estariam simplesmente executando os planos daqueles a quem representam em troca de seus abastados salários.

Além da falta de confiança, é uma característica das sociedades da Europa do Leste contar com um menor nível de participação na sociedade civil do que nos países ocidentais. Uma média de 40,5 por cento da população relatou em 2008[20] ser afiliada a uma OSC e 23,5 por cento disseram que realizam trabalho voluntário. Estes números são mais baixos na Hungria e na Polônia e mais elevados na Eslováquia e na República Tcheca. As atividades mais comuns realizadas pelas OSCs pertencem ao campo da educação, do esporte e dos serviços sociais. Essas atividades estão relacionadas à prestação de serviços, o que requer uma forte cooperação com as instituições do Estado. Elas fornecem assistência direta aos cidadãos e, em troca, muitas vezes recebem algum tipo de fundo governamental. Tais organizações raramente estão envolvidas em atividades de *advocacy* ou narrativas sobre a necessidade de mudar o sistema. Isso resulta em cidadãos que têm pouco conhecimento sobre a sociedade civil e cujo conhecimento está principalmente relacionado a esse tipo de organização. Consequentemente, os objetivos e as contribuições de outros tipos de ONGs, como organizações que se ocupam em monitorar as atividades de governos e grandes empresas (conhecidas como "*watchdogs*") ou das organizações de defesa ambiental, são menos familiares para eles.

Depois de se integrar à UE, o financiamento governamental aumentou em importância para a sociedade civil da região conhecida como Visegrad, que abarca quatro países que se provaram problemáticos. Isto porque a disponibilidade de financiamento internacional para as OSCs (inclusive vindo da própria UE) tende a ser reduzida devido à crença de que seria necessário um menor financiamento para promover os direitos humanos e a democracia a partir do momento em que esse Estado se torne membro da UE.[21] Devido à fraqueza dos modelos autossustentados, muitas organizações eram e são dependentes do financiamento estatal. Isso é preocupante, uma vez que tanto na Hungria quanto na Polônia há uma tendência de redução do financiamento público e aumento do controle governamental sobre o financiamento da UE.[22] Em 2010, na Hungria, 43% do financiamento disponível para as

OSCs provinha de financiamento público. Em 2014, esse número já tinha diminuído para apenas 10%. A dependência do financiamento estatal e o aumento do controle do Estado sobre o financiamento da UE, portanto, tornam as organizações vulneráveis à influência política. Deve-se notar, no entanto, que parece haver um aumento lento, mas constante, das doações feitas por indivíduos e corporações locais. Esta afirmação é apoiada por minhas próprias observações. Apesar dessa nova tendência, relativamente poucas organizações são capazes de manter o pessoal permanente, bem como a equipe do projeto influenciando sua capacidade de se envolver com projetos de longo prazo, como a construção de coalizões.

4 • Uma possível resposta da Hungria: formação de coalizões

Conforme exposto acima, as OSCs na Hungria enfrentam a repressão ao espaço civil com recursos e apoio público limitados. No entanto, duas recentes tentativas de coordenação entre uma série de OSCs húngaras proporcionam lições ricas sobre como responder a essa situação. A parte final deste artigo examinará essas lições, que são relevantes para leitores que possam estar considerando construir coalizões em outros contextos.

4.1 - Coalizão 1.0 e coalizão 2.0

Antes de 2014, a cooperação entre as OSCs na Hungria era principalmente setorial: organizações de direitos humanos agindo em conjunto sobre questões de direitos humanos, organizações ambientalistas trabalhando em cima de questões ambientais e assim por diante. No entanto, quando as auditorias das OSCs foram lançadas em 2014, as organizações começaram a se organizar em todos os setores pela primeira vez. Após as primeiras reuniões, durante o verão de 2014, algumas organizações com sede em Budapeste, com pessoal remunerado e um histórico significativo, reuniram-se em uma coalizão de organizações similares. Esta ficou conhecida como coalizão civil 1.0, com reuniões que se realizariam até o verão de 2015. No entanto, as auditorias terminaram durante o outono de 2014 e pareceu que as OSCs não estavam mais sendo alvo. Portanto, quando as organizações começaram a se encontrar regularmente e chegaram a um acordo sobre um plano de ação comum, a urgência desapareceu. Eventualmente, as reuniões foram interrompidas e a coalizão se desfez. No entanto, quando novas mudanças legislativas para as OSCs se tornaram evidentes em 2017, a coalizão 2.0 começou a ser formulada. Esta coalizão civil 2.0 baseou-se na experiência da coalizão 1.0 e atualmente está realizando reuniões regulares. Ambas as coalizões enfrentaram dois dilemas que, por meio da nossa experiência, podem ser identificados como cruciais para assegurar uma coalizão bem-sucedida: definição de metas e participação.

4.2 - Configuração de metas

A coalizão 1.0 lutou para estabelecer seus objetivos, uma vez que a partir da realização das auditorias, a repressão já não era uma questão urgente a ser abordada. A coalizão

começou a se envolver em um processo de desenvolvimento organizacional voltado para o seu interior, cuja necessidade foi reconhecida. No entanto, poucas organizações foram capazes de se envolver em um processo de longo prazo. Outra dificuldade se apresentou no momento em que a falta de eventos e ações fez com que o trabalho associado à coalizão trouxesse poucas recompensas. A falta de ações comuns também impediu o processo de desenvolvimento organizacional, pois não havia experiência compartilhada com base nos valores e nas estruturas organizacionais que poderiam ter sido construídos. O processo de desenvolvimento organizacional não foi um objetivo motivador suficiente, tampouco compartilhamos linguagem e experiência semelhantes. Essa falta de um objetivo concreto era uma explicação enorme sobre a dissolução da primeira coalizão. Consequentemente, conscientes desse importante elemento na construção da coalizão, a definição de metas tornou-se uma prioridade desde o início da coalizão 2.0.

No entanto, a questão da definição de metas continua a ser contenciosa. Para alguns membros da coalizão 2.0, a única questão abarcada por nosso mandato era a repressão às OSCs, especificamente a proposta de lei sobre financiamento estrangeiro. Enquanto isso, outros membros da coalizão queriam aproveitar essa oportunidade para resolver os problemas subjacentes que levaram às ações do governo, ou seja, a nossa falta de conexão com as comunidades locais. Apesar dos debates, foi fundamental o fato de contarmos com um objetivo concreto e urgente: lutar contra a adoção da lei. Mesmo que a lei tenha sido adotada em junho de 2017, o processo legislativo proporcionou a oportunidade de organizar muitas ações em conjunto. E estas foram importantes para unir a coalizão. A coalizão emitiu duas declarações às quais aderiram cerca de 300 organizações, organizou uma manifestação em massa com cerca de doze mil participantes, ocupou silenciosamente uma reunião de comissão parlamentar e também organizou várias ações de rua de menor porte.[23] Durante os primeiros sete meses de 2017, as organizações se reuniram regularmente e formularam estratégias comuns. Esta deliberação foi uma experiência única, já que, anteriormente, os vários grupos da sociedade civil tinham contato limitado entre si. Durante esse processo, aprendemos sobre estratégias, táticas e raciocínios de outras organizações e começamos a desenvolver uma linguagem compartilhada. Depois que a lei foi adotada, a coalizão decidiu apenas trabalhar em cima de questões relacionadas ao encolhimento do espaço civil e servir como um centro onde os grupos pudessem compartilhar suas ideias e planejar projetos conjuntamente para responder a esse fenômeno.

4.3 - Participação

A experiência das coalizões 1.0 e 2.0 mostrou que a participação é a outra questão crucial para explicar a razão do sucesso ou fracasso de uma coalizão. Para que uma coalizão funcione, deve ser vista como representante legítima da sociedade civil, e quanto maior for a coalizão, mais cidadãos podem ser mobilizados. Consequentemente, as organizações-membros de ambas as coalizões se preocupavam com a possibilidade de

serem criticadas por representarem apenas uma pequena parcela de organizações com ideias semelhantes. Um elemento do dilema de participação é saber se as organizações estão em posição de participar plenamente e se as suas vozes serão ouvidas. Da mesma forma, a adesão à coalizão é uma tarefa que exige recursos, uma vez que é necessário comparecer às reuniões, acompanhar o fluxo de informações e responder às iniciativas nas listas de endereços, o que exige tomar decisões rapidamente. Embora as organizações altamente profissionalizadas possam gerenciar essas demandas, isso pode ser mais complicado para organizações menores. Conseguir uma representação geográfica equilibrada dentro da coalizão também é importante. A maioria das organizações participantes são baseadas na capital e estão conscientes da importância de incluir grupos de fora da capital. Enquanto a coalizão 1.0 estava em funcionamento, participar das reuniões era a única maneira de participar do trabalho de coalizão e das ações planejadas pela mesma. Como estas foram realizadas semanal e quinzenalmente em Budapeste, esta coalizão não forneceu uma maneira tangível de participação para as organizações com menor capacidade de ação ou que estivessem baseadas fora da capital.

Essas dificuldades não foram completamente resolvidas. No entanto, a coalizão 2.0 abordou essas questões, oferecendo uma modalidade de participação em duas partes. Os grupos com base na capital e com maior capacidade para tanto se reúnem semanalmente para formar atividades e definir metas – este é o comitê estratégico, composto por aproximadamente 25 organizações. Essas organizações estão empenhadas em recrutar ativamente organizações menores para assinar declarações conjuntas e participar de ações. Uma vez que essas organizações menores se unem, elas são regularmente informadas por via eletrônica sobre o processo e as próximas atividades. Assim, a primeira e segunda declarações da coalizão 2.0 foram assinadas por mais de 230 e 180 organizações, respectivamente. A demonstração em massa foi apoiada por 100 OSCs. Além disso, este formato permitiu que 25 organizações com origens diferentes apresentassem uma queixa conjunta ao Tribunal Constitucional demonstrando que a repressão é uma preocupação setorial. A coalizão continua a abordar o dilema da participação e planeja reuniões da sociedade civil em cinco grandes cidades em todo o país, adotando um processo que permite que mais organizações se unam ao comitê estratégico.

5 • Conclusão

Este artigo mostrou que as restrições que estão sendo colocadas no espaço civil na Europa Oriental exigem respostas. A construção de coalizões realizadas pelas OSCs da Hungria é um exemplo concreto de uma estratégia implementada por ativistas. Três lições principais podem ser extraídas de nossos sucessos e falhas, para que outros se lembrem quando tentarem empreender ações similares. Em primeiro lugar, os pontos fortes e as fraquezas da sociedade civil serão replicados no processo de construção da coalizão. A cooperação é fundamental para encontrar e testar soluções, inclusive envolvendo e ouvindo uma ampla gama de grupos. Embora organizações com maior capacidade

detenham posição de maior poder, devem estar cientes de seu privilégio ao estabelecer a agenda e as regras organizacionais. Em segundo lugar, as coalizões funcionam melhor quando há urgência, mais precisamente um objetivo externo premente. Finalmente, devido à necessidade de experiências comuns para a formulação de valores e métodos operacionais, é fundamental que seja escolhida uma abordagem orientada para a ação com atividades compartilhadas realizadas por membros da coalizão.

NOTAS

1 • Helene Bienvenu e Palko Karasz, "In Anti-Soros Feud, Hungary Adopts Rules on Foreign-Financed Groups." The New York Times, 13 de junho de 2017, acesso em 14 de novembro de 2017, https://www.nytimes.com/2017/06/13/world/europe/hungary-law-ngo-soros.html.

2 • A crônica da repressão das ONGs na Hungria está disponível neste link: "Timelines of Governmental Attacks Against NGOs," The Hungarian Helsinki Committee, 7 de abril de 2017, acesso em 24 de novembro de 2017, http://www.helsinki.hu/en/timeline-of-governmental-attacks-against-ngos/.

3 • Mais sobre liberdade de mídia na Hungria: "Key Developments in 2016," Freedom House, 2017, acesso em 24 de novembro de 2017, https://freedomhouse.org/report/freedom-press/2017/hungary.

4 • Uma imagem abrangente dos pontos de vista do governo húngaro sobre o "Plano Soros" pode ser verificada através da chamada consulta nacional sobre o Plano Soros. A posição da Human Rights Watch está disponível em inglês: Lydia Gall, "Hungary Begins a New Official Hate Campaign." Human Rights Watch, 29 de setembro de 2017, acesso em 24 de novembro de 2017, https://www.hrw.org/news/2017/09/29/hungary-begins-new-official-hate-campaign; as perguntas se encontram disponíveis aqui: "Here's the Questionnare that Allows the People to Have Their Say on the Soros Plan," About Hungary, 29 de setembro de 2017, acesso em 24 de novembro de 2017, http://abouthungary.hu/news-in-brief/national-consultation-on-the-soros-plan/.

5 • Resumo dos dois estudos em inglês: Christian Keszthelyi, "Xenophobia Skyrocketing in Hungary, Surveys Reveal." Budapest Business Journal, 17 de novembro de 2016, acesso em 24 de novembro de 2017, https://bbj.hu/budapest/xenophobia-skyrocketing-in-hungary-surveys-reveal_124920.

6 • Emily Tamkin, "Who's Afraid of George Soros? How an Octogenarian Businessman Became the Bogeyman of Europe." Foreign Policy, 10 de outubro de 2017, acesso em 24 de novembro de 2017, http://foreignpolicy.com/2017/10/10/whos-afraid-of-george-soros/.

7 • Adam Leszczyński, "Os poloneses não querem imigrantes. They don't understand them, don't like them'." The Guardian, 2 de julho de 2015, acesso em 24 de novembro de 2017, https://www.theguardian.com/world/2015/jul/02/poles-dont-want-immigrants-they-dont-understand-them-dont-like-them.

8 • Sobre a National Cooperation Fund: "Why is the Hungarian Government Waging a War on Civil Society?," Hungarian Civil Liberties Union, 25 de junho de 2014, acesso em 24 de novembro de 2017, https://www.liberties.eu/en/news/hungary-ngo-war/829.

9 • Israel Buttler, "Participatory Democracy Under Threat: Growing Restrictions on the Freedoms of NGOs in the EU." Civil Liberties Union for Europe, agosto de 2017, acesso em 24 de novembro de 2017, https://drive.google.com/file/d/0B_W-Vna2eVNVOFk5VXUzeE9CdGM/view.

10 • *Ibid*; e "Poland's president signs divisive bill on funding NGOs." The Washington Post, 14 de outubro de 2017, https://www.washingtonpost.com/world/europe/polands-president-signs-divisive-bill-on-funding-ngos/2017/10/14/eed81036-b0df-11e7-9b93-b97043e57a22_story.html?utm_term=.49e186d64679 [link broken].

11 • Sobre o Fundo: "Active Citizens Fund 2014-2021," EEAGrants, 12 de janeiro de 2017, acesso em 24 de novembro de 2017, https://eeagrants.org/What-we-do/Programme-areas/Civil-society/Active-Citizens-Fund-2014-2021.

12 • A União de Liberdades Civis Húngaras postulou uma solicitação de acesso à informação que descobriu que a auditoria realizada pelo Escritório de Controle Governamental foi solicitada pelo próprio Primeiro-Ministro.

13 • Áron Varga, "Police Raids Against Hungarian NGOs." Heinrich-Böll-Stiftung, 30 de setembro de 2014, acesso em 24 de novembro de 2017, https://eu.boell.org/en/2014/09/30/police-raids-against-hungarian-ngos.

14 • "Participatory Democracy Under Threat," 2017.

15 • Análise conjunta feita foi duas organizações de direitos humanos: "What Is The Problem With The Hungarian Law On Foreign Funded NGOs?," TASZ e Hungarian Helsinki Committee, 9 de outubro de 2017, acesso em 24 de novembro de 2017, http://www.helsinki.hu/wp-content/uploads/What-is-the-Problem-with-the-Law-on-Foreign-Funded-NGOs.pdf.

16 • Comunicado de imprensa sobre o lançamento do processo de infração: "INFRINGEMENTS - Hungary: Commission Launches Infringement Procedure for Law on Foreign-funded NGOs," Comissão Europeia, 13 de julho de 2017, acesso em 24 de novembro de 2017, http://europa.eu/rapid/press-release_IP-17-1982_en.htm.

17 • Um artigo da Liberties sobre a Polônia: "Polish Government Puts NGOs Under Surveillance," Polish Helsinki Foundation for Human Rights, 31 de agosto de 2017, acesso em 24 de novembro de 2017, https://www.liberties.eu/en/news/surveillance-of-members-of-ngos-and-opposition-in-poland/12856; e resumo sobre as declarações do governo húngaro: "The Services Are in Our Homes, Not at Our Service," Eötvös Karoly Policy Institute, 4 de maio de 2017, acesso em 24 de novembro de 2017, http://www.ekint.org/en/privacy-protection/2017-05-04/the-services-are-in-our-homes-not-at-our-service.

18 • "'Sound The Alarm; Take An Interest In Poland' Says NGO After Raid," Civicus and Monitor, 17 de outubro de 2017, acesso em 24 de novembro de 2017, https://monitor.civicus.org/newsfeed/2017/10/17/authorities-raid-womens-organisations-after-protest/.

19 • Este capítulo baseia-se em dois estudos: "Democracia Participativa sob ameaça", 2017; e "Sociedade Civil na Europa Central e Oriental: Challenges and Opportunities," Erste Stiftung, 2017, acesso em 24 de novembro de 2017, http://www.erstestiftung.org/en/publication/civil-society-in-cee/.

20 • "Civil Society in Central and Eastern Europe," 2017, 22.

21 • *Ibid,* 16.

22 • *Ibid,* 23.

23 • Marton Dunai, "Hungarians Protest Against Crackdown on Education, NGOs." Reuters, 12 de abril de 2017, acesso em 24 de novembro de 2017, https://uk.reuters.com/article/uk-hungary-soros-protests-education/hungarians-protest-against-crackdown-on-education-ngos-idUKKBN17E279?il=0; "Silent Protesters Block Hungarian Parliamentary committee," Reuters, 25 de abril de 2017, acesso em 24 de novembro de 2017, https://www.reuters.com/article/us-hungary-law-activists/silent-protesters-block-hungarian-parliamentary-committee-idUSKBN17R1BJ?il=0.

STEFÁNIA KAPRONCZAY – *Hungria*
Stefánia Kapronczay é a diretora-executiva da União das Liberdades Civis da Hungria, uma organização não governamental de monitoramento de direitos humanos. Ela é advogada e socióloga e também copresidente da Rede Internacional de Organizações de Liberdades Civis. Stefánia é membro do conselho consultivo da Escola de Vida Pública, um centro de pesquisa e treinamento baseado em comunidade, bem como do Colégio Rajk László de Estudos Avançados.

contato: *kapronczay@tasz.hu*

Recebido em setembro de 2017.
Original em inglês. Traduzido por Adriana Guimarães.

"Este artigo é publicado sob a licença de Creative Commons Noncommercial Attribution-NoDerivatives 4.0 International License"

HISTÓRIAS DE LUTA E INSPIRAÇÃO

Valerie Msoka

• *Como os africanos estão lutando por justiça, paz* •
e dignidade no contexto de encolhimento do espaço civil.

RESUMO

Este artigo fornece uma visão geral dos ativistas do movimento Africans Rising que participaram de um retiro-piloto por um mês em Arusha, no Norte da Tanzânia. Isso lhes deu a oportunidade de examinarem e compartilharem as estratégias empregadas por eles no enfrentamento às restrições sofridas pela sociedade civil por toda a África. A Africans Rising é um coletivo de movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs), artistas, pessoas ligadas aos esportes, ativistas culturais e outros. O retiro foi um encontro envolvendo o Leste, Oeste, Sul e Norte da África e mostrou a diversidade e riqueza do povo africano com a presença de ativistas do Benim, Burundi, República Democrática do Congo, Quênia, Libéria, Marrocos, Senegal, Somália, Tanzânia e Uganda.

PALAVRAS-CHAVE

Ativistas africanos residentes | Africans Rising | Estratégias | Encolhimento | Espaço civil

"Aqueles que têm boas relações com o governo trabalham livremente, mas aqueles que se opõem ao governo são assassinados, presos, espancados e, às vezes, até mortos. Mas mesmo nesse ambiente repressivo, há hoje em dia muitos movimentos juvenis. [Às vezes] é difícil colaborar porque não confiamos uns nos outros, desconfiamos que alguns de nós podem estar trabalhando para o governo, oposição ou para um país estrangeiro, mas acredito que justamente por estarmos lutando pela mesma causa, por um país melhor, seremos capazes de colaborar no futuro", disse Sylva Mbikayi no início do programa para ativistas residentes (AiR),[1] descrevendo as inúmeras dificuldades em se trabalhar na República Democrática do Congo (RDC).

Sylva Mbikayi, ou, como compartilhou com o grupo, "Fui carinhosamente apelidado de Legrand", faz parte de um grupo de ativistas africanos que se reuniram em Arusha, no Norte da Tanzânia, para descobrir como podem fazer avançar a justiça social em um continente onde o espaço para tanto está encolhendo. O programa AiR é uma resposta prática às múltiplas lutas e demandas do dia a dia de ativistas defensores dos direitos humanos. Por meio de suas interações, o programa visa fortalecer a infraestrutura para a transformação da sociedade, bem como proporcionar tempo e espaço para a reflexão, especialmente para aqueles que enfrentam a repressão ou aqueles que se encontram à beira da exaustão.

O AiR foi uma iniciativa do Africans Rising, um movimento pan-africano de pessoas e formações, trabalhando pela paz, justiça e dignidade.[2] O movimento está determinado a promover a solidariedade e a unidade de propósito em toda a África para construir o futuro dos africanos – direito à paz, inclusão social e prosperidade compartilhada. Ezra Mbogori, do Quênia, e Kumi Naidoo, da África do Sul, estiveram envolvidos no processo de desenvolvimento desse movimento. Eles concordam que a unidade africana, refletida por uma maior integração social, política e econômica, é fundamental para a África e seus povos, nações e nacionalidades. Uma sociedade civil unida deve ser a vanguarda de tal movimento de justiça, paz e dignidade. O AiR avançou as narrativas de Ezra e Kumi.

A iniciativa foi oportuna, dada a realidade de vários países africanos onde as eleições foram anuladas e as constituições não estão sendo respeitadas ou estão sendo alteradas para acomodar desejos pessoais. Tais cenários estão enfrentando a resistência daqueles que se encontraram em Arusha e acreditam nos direitos humanos e na construção de sociedades pacíficas, justas e tolerantes. No entanto, como cada um operava em um contexto diferente e tinha estratégias distintas para responder às restrições em seu espaço civil, o programa AiR lhes deu a oportunidade de unir essas estratégias e fortalecer o retiro ainda mais.

"Durante toda a minha educação, desde o ensino fundamental até a universidade, tinha que me deslocar da carteira para a lousa, pois não podia enxergar e ninguém parecia se importar com o fato de eu ser uma pessoa com albinismo e por isso não conseguir enxergar fontes pequenas", disse Franck Houètèhou C. Hounsa, compartilhando com o grupo o que o havia motivado a lutar pelos direitos das pessoas com albinismo.

Falando sobre a sociedade civil no Benim, Franck diz que "embora eu não seja capaz de definir a sociedade civil no Benim, posso dizer que temos sindicatos, organizações religiosas – formadas por cristãos, muçulmanos e a religião tradicional, Vudoun, além das ONGs. Estes três grupos são muito vibrantes e fortes no Benim. Eles trabalham separadamente, mas às vezes se unem contra as diretrizes governamentais. Por exemplo, quando o governo disse que os muçulmanos não poderiam adorar nas ruas às sextas-feiras, foram os católicos que primeiro protestaram contra a diretiva e o governo se retraiu". Este foi um exemplo, um dos muitos que foram discutidos durante o retiro, de como as alianças entre diferentes grupos e movimentos sociais fazem de fato a diferença diante de legislações repressivas.

Legrand, que foi libertado de uma prisão militar uma semana antes de participar do AiR, falou sobre a situação em seu país: "Na República Democrática do Congo temos o governo e a oposição. A sociedade civil oferece [muito] poucas formações não partidárias, porque as organizações da sociedade civil estão com o governo ou com a oposição e elas querem estar em um desses dois campos, elas não se importam de verdade com as pessoas, elas pensam em si mesmas primeiramente".

Legrand, cuja libertação aconteceu graças à pressão nacional e internacional, bem como ao lobby de amigos e familiares, negou a acusação de fazer parte de um movimento que estava planejando um golpe de Estado, insistindo que "simplesmente queremos democracia, democracia real e isso é tudo". Em 2013, foi essa necessidade de democracia que levou o movimento juvenil na RDC a formar o Quarto Caminho. Legrand explica o nome: "O primeiro caminho é o regime, o segundo caminho é a oposição e o terceiro caminho é a sociedade civil. Mas porque a sociedade civil na RDC não representa adequadamente os desejos das pessoas, somos o Quarto Caminho, que representa os jovens e o povo. O movimento surgiu quando o presidente Kabila começou a discutir a possibilidade de organizar um diálogo para as eleições. Nós nos opúnhamos a este diálogo porque sabíamos que ele estava preparando uma maneira de estender seu mandato para além de 2016, quando seu segundo mandato terminaria". E dessa forma observamos outra tática usada para resistir ao encolhimento da sociedade – a construção de movimentos.

Legrand explica que, para aproximar o movimento das pessoas, eles participam de atividades comunitárias, como a limpeza das ruas, proporcionam acesso gratuito à justiça, auxiliam as mulheres feirantes com materiais e equipamentos, trabalham com pessoas com necessidades especiais e oferecem bolsas de estudo para jovens em universidades. Além disso, o movimento organiza reuniões e consultas junto à oposição. A decisão de manter a comunicação com os grupos de oposição obteve sucesso quando, em 2014, alguns líderes da oposição se juntaram ao movimento e se recusaram a entrar no diálogo que o presidente Joseph Kabila exigia. Mas isso não dissuadiu o presidente e ele voltou a promover um diálogo em 2015, "então, enviamos cartas para [as Nações Unidas e a União Europeia] e dissemos: 'Não, isso não é o que as pessoas congolesas querem'. Mas eles não levaram nossas cartas a sério, então nos tornamos radicais e postamos mensagens nas redes sociais avisando que criaríamos 'caos' nas ruas para impedir que as pessoas participassem do diálogo. Foi quando finalmente fomos levados a sério", diz ele.

Mbongo Ali, um ativista advogado do Burundi que dirige uma ONG de direitos humanos, a *Via-Volonté,* que significa "onde há vontade há uma maneira", diz que antes de 2015 a sociedade civil em seu país era vibrante. "Na verdade, Burundi estava entre os cinco principais países africanos em que a sociedade civil tinha espaço para trabalhar livremente. Mas desde as manifestações de abril de 2015 contra o terceiro mandato do presidente Pierre Nkurunzinza, as coisas passaram de mal a pior. Além das manifestações, houve um fracassado golpe de Estado e o presidente Nkurunzinza disse que a sociedade civil fazia parte da tentativa do golpe de Estado, então todas as organizações da sociedade civil foram banidas e todos os ativistas foram colocados na lista de inimigos do Estado. De acordo com a constituição, a sociedade civil tem permissão para operar, mas [na prática] o governo decidiu fechar o espaço civil", diz Mbongo.[3]

Em abril deste ano, Mbongo foi preso na Tanzânia depois de ter ido até lá protestar pelos direitos das minorias étnicas de Burundi. Mbongo Ali diz que a situação no Burundi dificulta o trabalho. "Estamos em uma espécie de guerra civil – quando você diz ou faz qualquer coisa contra o governo, você é um inimigo do Estado; se você diz ou faz qualquer coisa que a oposição não gosta, você também se torna seu inimigo e se você trabalha com pessoas fora do Burundi, você está trabalhado com o inimigo. Você está sempre em perigo".

Em algumas circunstâncias, ele explica que o melhor caminho para que a sua organização e as demais possam resistir é discutir com alguns líderes e fortalecer a capacidade das OSCs para mostrar que a liberdade de expressão e associação é um direito constitucional. "É importante falar sobre direitos humanos e a democracia, bem como sobre a paz, que é algo que o meu país tem dificuldade em alcançar".

Assim como Ali acredita que lidar com a discriminação seja sua missão no ativismo dos direitos humanos, a dedicação de Julie Weah, da Libéria, está empenhada em "ver a condição das mulheres mudar, para que elas se expressem e sejam vistas como pessoas capazes de contribuir com uma sociedade que é muito patriarcal".

Julie, ou *Madame Presidente* como foi chamada em homenagem a Ellen Johnson Sirleaf, a primeira mulher presidente na África, que é liberiana, chefia a Fundação para a Iniciativa Comunitária FCI. Funciona principalmente com mulheres para aumentar sua participação na governança e no gerenciamento de recursos naturais. Ela explica que a sociedade civil na Libéria se baseia em áreas temáticas como recursos naturais, transparência e responsabilidade, provisão de serviços como saúde, água, saneamento e sindicatos. As várias organizações da sociedade civil liberiana se beneficiam de uma organização guarda-chuva, o Conselho Nacional da Sociedade Civil da Libéria, que busca "coordenar as atividades das organizações da sociedade civil na Libéria".[4]

Ela diz que normalmente não há restrições à sociedade civil. No entanto, este não é sempre o caso; por exemplo, se um problema for considerado moralmente ou socialmente inaceitável, como os direitos LGBTIQ, ou se há grandes chances de que o problema se

oponha acentuadamente à posição do governo. "Houve uma reforma no setor florestal para produzir uma nova lei e as organizações da sociedade civil que lidam com a questão da terra puderam participar plenamente, mas aqueles que se opuseram à forma como isso está se dando não foram ouvidos e, portanto, estão excluídos de um processo democrático. Outro exemplo é o processo do referendo em curso sobre se a Libéria deve ser declarada um país cristão. Algumas organizações da sociedade civil poderão participar, enquanto outras não, a depender de concordarem ou discordarem da posição do governo. Para lidar com tais situações, dialogamos e mantemos envolvimento constante com as partes interessadas."

O tempo investido no AiR serviu também para reflexão e recoberta de energia para o obstáculo seguinte – uma estratégia para garantir que os ativistas tenham energia suficiente para se concentrarem em seu trabalho. Otieno Ombok, quando falou sobre a situação no Quênia, disse que "as OSCs estão atentas à constituição e outra legislação que proteja os direitos humanos, civis e socioeconômicos. Nós treinamos diretamente cerca de 2.000 defensores de direitos humanos da comunidade [sobre essas questões]. Quando observamos violações, as comunicamos a órgãos constitucionais, como a Comissão Nacional de Direitos Humanos do Quênia, a Autoridade Independente de Supervisão da Polícia, a Comissão Nacional de Gênero e o Ombudsman. Esses organismos se juntaram a vários outros órgãos executivos, incluindo a polícia, para levantar questionamentos".

O *sábio*, como Otieno Ombok era conhecido, contou que as OSCs quenianas também reivindicam junto à presidência e ao parlamento, através do líder majoritário da casa, e ao público em geral que recorram ao tribunal para solicitar reparação. Essas estratégias resultaram em decisões favoráveis no passado, especialmente depois que a constituição foi reformada para contar com um poder judicial independente, o que demonstra que a mobilização em massa, incluindo protestos, ainda tem a capacidade de influenciar os parlamentos em certos contextos.

Amina Terras, do Marrocos, é membro da União de Estudantes para a Mudança do Sistema Educacional. Este movimento foi formado por alunos que não estavam satisfeitos com o sistema educacional existente, "porque as pessoas tinham dificuldade para acessar as disciplinas que elas queriam cursar por causa da natureza seletiva do sistema educacional, bem como por conta da privatização do sistema educacional. O sistema de educação nos setores privado e público trouxe a segregação, pois tornou a educação acessível [somente] à classe média alta. A educação deve promover a emancipação e não a progressão social daqueles que já são privilegiados", diz ela com a paixão que a faz sair às ruas para lutar pelo que chama de "universidade popular".

Ela explica que esse movimento, surgido em 2012, e que agora mudou seu nome para *Tilila*, que significa "liberdade" ou "luz" na língua indígena Amazigh, sucedeu à Primavera Árabe. "O fato de suceder às revoltas da Primavera Árabe no Marrocos deu mais espaço para a sociedade civil, porque o governo foi obrigado a ser mais aberto devido à situação política; era isso ou haveria mais protestos. Mas não conseguimos registrar a organização porque, de

forma indireta, o governo não quer que tenhamos um *status* legal. Levamos esse assunto ao Tribunal Administrativo e, em 2015, ganhamos o processo contra o governo. Mas o governo recorreu e em 2016 obteve vitória. Então mudamos o nome da organização e os nomes dos líderes, mas ainda não temos permissão para registrar a organização, então continuamos sem *status* legal", ela encolhe os ombros, sorrindo. Organizar os grupos de maneira informal – e, dessa forma, voar sob o radar de governos repressivos – é uma estratégia cada vez mais usada para lutar contra as restrições da sociedade civil.

No ambiente em que Amina se encontra é difícil sobreviver. Mas ela encontrou aliados que, por já não mais terem permissão para realizarem protestos nas ruas, deram-lhe espaço em seus grupos. E ela é otimista: "Tenho fé, mas não na mudança do regime e sim na mudança social, acredito que as pessoas vão olhar para a raiz do problema, se unirem e encontrar suas próprias soluções. Isto é o que o Estado não quer, mas quando as pessoas se tornarem assertivas e exigirem mudanças, isso trará o fim da legitimidade do regime atual", ela termina com um aceno de cabeça.

Outro movimento informal que está avançando na recuperação do espaço civil é o movimento social senegalês *Y'en a Marre*, que significa "fartos". Consiste em um grupo de rappers e jornalistas senegaleses – a música e o poder das mídias sociais são ferramentas de comunicação populares usadas para atrair os jovens senegaleses na busca da democracia e para recuperar os espaços civis. O movimento foi iniciado em 2011 para protestar contra um governo ineficaz, mobilizar os jovens para se registrarem para votar e adotarem um novo tipo de pensamento e estilo de vida denominado "O Novo Tipo de Senegalês", ou NTS, após a tentativa do presidente Wade de exercer um terceiro mandato e colocar em prática mecanismos para que seu filho o sucedesse. "Então, quando o presidente deveria apresentar sua proposta ao governo, estávamos lá na frente do parlamento em 23 de junho, protestando para que a proposta não fosse aprovada", diz Ngone Ngom, do Senegal.

Ngone diz que o protesto de 2011 levou ao reconhecimento mais amplo de *Y'en a Marre*. Ela explica que "no Senegal existem dois tipos de sociedade civil. Um, como o *Y'en A Marre*, que é sempre hostil ao governo porque representa os direitos das pessoas e aumenta a conscientização sobre questões que as pessoas precisam considerar. E o outro, que é pró-governo e com o qual o governo quer trabalhar".

Apesar dessas diferenças, Ngone, que também trabalha para a organização Women in Law and Development in Africa (Mulheres pelo Direito e Desenvolvimento na África, WiLDAF pela sigla em inglês), explica que há momentos em que toda a sociedade civil se une. Ela dá como exemplo as eleições no início deste ano. Muitas áreas foram incapazes de votar devido à falta de materiais e desorganização, bem como um apagão ocorrido durante o anúncio dos resultados das eleições, quando soldados chegaram para levar as urnas. "Nós fizemos uma declaração e em conjunto, exigimos 'a suspensão das eleições'. Embora as eleições não tenham sido anuladas, fizemos valer nosso ponto de vista", diz Ngone.

Pepe, um cavalheiro elegantemente vestido, de semblante tranquilo, explica o tipo de espaço no qual a comunidade LGBTIQ em Uganda precisa operar. Os indivíduos são obrigados a suportar o sexo forçado para torná-los o que se considera normal; eles são forçados a se casarem, enquanto outros são estuprados por familiares ou por outros homens para ensinar-lhes uma "lição". Outros são expulsos da escola porque seus pais não aceitam pagar as taxas escolares e alguns são rejeitados por se recusarem a se conformar com o que a sociedade quer. Alguns são demitidos de seus empregos e expulsos das igrejas por não serem vistos como dignos de pertencerem àquele grupo. Muitos enfrentam a violência da comunidade e da polícia quando, por exemplo, ao entrarem em uma loja, o comerciante grita e as pessoas vêm e espancam o indivíduo. Normalmente, quando a polícia chega, é a vítima e não os perpetradores que são acusados. O próprio Pepe foi preso e espancado até cair inconsciente ano passado. Mais tarde, ele foi solto através de seus tweets em mídias sociais, o que incentivou as intervenções de amigos e colegas.

Para recuperar o espaço em que a comunidade LGBTIQ possa operar, Pepe explica que, além de usar as mídias sociais, "entramos em coalizões e redes porque compartilhamos o peso de sermos oprimidos e juntos podemos recuperar os nossos direitos constitucionais garantidos. E, especificamente, para a comunidade LGBTIQ, também colaboramos com outras questões da sociedade, como as relacionadas ao Direito à Educação e ao Direito à Maternidade/Paternidade, porque estas são questões que têm ligação com os jovens. Através de tais colaborações, estamos criando aceitação e lentamente ganhando terreno".

Muitos dos membros da Africans Rising também vivem no exterior, o que explica a presença de Abdi Muse no retiro. Nascido na Somalilândia, mas atualmente vivendo no Reino Unido, ele é um membro ativo da diáspora de seu país natal e auxilia na integração de refugiados da Somália, Sudão, Etiópia e Eritreia no Reino Unido. De sua terra natal, ele diz: "Estou extremamente preocupado com os adiamentos das eleições e com o encolhimento do espaço civil na Somalilândia. Até o momento, o governo adiou duas vezes as eleições originalmente previstas para junho de 2015. Perguntas sobre a legalidade desses adiamentos receberam como resposta restrições permanentes a qualquer crítica pública ao governo ou às suas políticas, com a eventual prisão de jornalistas, defensores dos direitos humanos ou qualquer voz dissidente, em alguns casos resultando em acusações criminais. O governo também restringiu as assembleias públicas sob o pretexto de manter a ordem pública e quando há manifestações, por vezes as forças de segurança se utilizam de força excessiva contra os manifestantes. As restrições do governo da Somalilândia sobre as liberdades de expressão, imprensa, assembleia e associação tornaram difícil para os cidadãos organizarem-se e criarem movimentos civis fortes que possam responsabilizar o governo".

Abdi diz que, além das restrições encontradas na Somalilândia, ele também vê muitos desafios sendo enfrentados pelos grupos da sociedade civil em Londres devido aos recursos cada vez menores, "sucessivamente, os governos do Reino Unido implementaram cortes de fundos nos serviços públicos e para organizações que trabalham com refugiados.

Isso criou um enorme impacto sobre a forma como apoiamos os ativistas comunitários e ajudamos os refugiados. A mídia hostil e a opinião pública sobre migração também tornaram desafiador o ambiente em que operamos".

Ele relata ter que constantemente encontrar maneiras de ajudar os refugiados, envolvendo-se e trabalhando em colaboração com outras organizações voluntárias, comunitárias e sociais. "Por meio dessa habilidade de criarmos uma posição coletiva, promovemos campanhas e defendemos a conscientização sobre o efeito que os cortes do financiamento do governo tiveram sobre a vida dos refugiados. Através dessas parcerias, consegui inscrever os refugiados nos serviços oferecidos pelas organizações parceiras".

E assim os participantes do AiR eram diferentes, mas iguais ao mesmo tempo. Eles vêm de países diferentes, mas todos enfrentam o mesmo desafio de operar em um espaço civil cada vez menor. Esses ativistas que, em algum momento de suas jornadas foram perseguidos ou presos, tiveram a oportunidade, através das diferentes palestras e suas interações no retiro, de reconhecer e compreender o poder de construírem coalizões, colaborações, alianças e movimentos, além de tornarem seu trabalho relevante desde o nível de base até o plano nacional. Foi com essas estratégias em mente que eles deixaram o retiro. Haverá desafios ao trabalhar em conjunto, mas a união em torno de um propósito é a sua força e seu poder para triunfar. Com a rede que eles também construíram, esses Embaixadores da Africans Rising retornam aos seus países para aplicar adequadamente o provérbio africano que diz: "Se você quiser caminhar rápido, ande sozinho, se quiser caminhar longe, caminhe com os outros". Agora, juntos seguirão mais fortes na missão da Africans Rising por Justiça, Paz e Dignidade, recuperando o espaço civil em seus respectivos países.

NOTAS

1 • Copatrocinado por Fund for Global Human Rights e hospedado por Danish Training Center for Development Cooperation (MS- TCDC).

2 • Para obter mais informações, consulte: Africans Rising, Homepage, 2017, acesso em 14 de novembro de 2017, http://www.africans-rising.org/www/.

3 • As organizações da sociedade civil são consideradas inimigas da democracia pelo governo. Esta declaração recente feita em 13 de maio de 2017 pode ser lida no site oficial da Presidência: "Message du Gouvernement du Burundi À L'occasion de La Commémoration de L'échec de La Tentative de Coup d'Etat du 14 Mai 2015 – (Deux Ans Après)," Présidence de la République du Burundi, 13 de maio de 2017, acesso em 14 de novembro de 2017, https://www.presidence.gov.bi/2017/05/13/message-du-gouvernement-du-burundi-a-loccasion-de-la-commemoration-de-lechec-de-la-tentativa-de-golpe-detat-du-14-mai-2015-deux-ans-apres /.

4 • Para mais informações, consulte: "Sobre NCSCL," Conselho Nacional da Sociedade Civil da Libéria, 11 de janeiro de 2017, acesso em 14 de novembro de 2017, http://ncscliberia.org/%22about%20us%22.

VALERIE MSOKA – *Tanzânia*
Valerie Msoka é uma das fundadoras da Tanzania Media Women's Association (TAMWA), organização criada em resposta ao tratamento relegado às mulheres nas redações e à representação da imagem das mulheres nos meios de comunicação. Desde então, a TAMWA vem se tornando uma poderosa organização em defesa da mídia que trabalha para a promoção da igualdade de gênero.

contato: *siaone23@gmail.com*

Recebido em setembro de 2017.
Original em inglês. Traduzido por Adriana Guimarães.

"Este artigo é publicado sob a licença de Creative Commons Noncommercial Attribution-NoDerivatives 4.0 International License"

A LUTA CONTRA O FECHAMENTO DO ESPAÇO CIVIL NA NIGÉRIA

Victoria Ibezim-Ohaeri

• *Como os ativistas estão usando uma combinação estratégica de pesquisas, mobilização da mídia social e redes internacionais* •

RESUMO

As restrições crescentes aos direitos de liberdade de expressão, associação e reunião, inclusive a onda de legislação restritiva, engendraram um clima de medo na Nigéria, diminuindo os espaços para o engajamento cívico. Apesar dessa persistente e crescente intimidação oficial, uma rede de atores, composta por cidadãos ativos, grupos informais e organizados da sociedade civil, está avançando com grandes dificuldades, fazendo uso de uma variedade de estratégias para recuperar o espaço civil e exigir mais respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. Essas reações e iniciativas locais têm sido eficazes? Quais estratégias funcionaram para os ativistas e as organizações locais? Este artigo discute de que modo as respostas locais podem ajudar nas estratégias futuras de ativistas dos direitos humanos e outros atores que atuam nas esferas regional e internacional.

PALAVRAS-CHAVE

Legislação restritiva | Lei das ONGs | Sociedade civil | Espaço civil | Nigéria

1 • Introdução

Desde 2015, a Nigéria é testemunha de medidas duras contra críticos sociais, blogueiros e ativistas que questionam a impunidade, a corrupção oficial e as violações dos direitos humanos. A organização não governamental nigeriana Spaces For Change (S4C) rastreou 103 incidentes de restrições governamentais aos direitos de liberdade de expressão, associação, religião e reunião que ocorreram entre maio de 2015 e maio de 2017.[1] Essa repressão, especialmente dirigida a blogueiros, ativistas e líderes de movimentos religiosos e indígenas, soma-se à crescente lista de restrições e violações de direitos humanos documentadas resultantes do comportamento oficial. Além disso, há uma onda de legislação restritiva que inclui o atual projeto de lei para criar uma Comissão de Regulamentação das Organizações Não Governamentais (Lei das ONGs).[2]

Esses fatos engendraram um clima de medo no país e encolheram os espaços para o engajamento cívico. Apesar dessa persistente e crescente intimidação oficial, uma rede de atores, composta por cidadãos ativos, grupos informais e organizados da sociedade civil, está avançando com grandes dificuldades, fazendo uso de uma variedade de estratégias para recuperar o espaço civil e exigir mais respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. Essas reações e iniciativas locais têm sido eficazes? Quais estratégias funcionaram para os ativistas e as organizações locais? O que ainda precisa ser feito para sustentar o movimento dos direitos humanos diante dessas ameaças e da atmosfera de incerteza? Este artigo examina e analisa as estratégias que são utilizadas para enfrentar o encolhimento do espaço para engajamentos civis na Nigéria, destacando os diferentes papéis que vários atores desempenham em diversos níveis.

2 • Monitorando o fechamento de espaços na Nigéria

Os espaços civis na Nigéria são livres ou fechados? O que acontece quando o espaço civil e a sociedade civil são fechados? Como eles são fechados? Existe um modelo que meça e monitore esse fechamento? A S4C procurou respostas para essas questões em um estudo recente.[3] A S4C insiste que uma estratégia fundamental na luta contra essas restrições é monitorá-las, compreendê-las e registrá-las. Essa informação pode então ser usada pela S4C e seus parceiros em conjunção com outras estratégias que são discutidas adiante. Ao desenvolver uma metodologia para o monitoramento do fechamento de espaços da sociedade civil na Nigéria, a S4C baseou-se na classificação da CIVICUS em cinco graus da liberdade do espaço civil: aberto, estreitado, obstruído, reprimido e fechado.[4]

A S4C criou um banco de dados do fechamento de espaços no país, rastreando 103 incidentes. O banco de dados revelou que aqueles que são alvo do poder excessivo governamental são geralmente críticos veementes do governo, opositores políticos, líderes de movimentos religiosos e indígenas e atores privados que usam ativamente as redes sociais para denunciar a corrupção ou questionar as falhas do governo. Com base nesses dados, o estudo da S4C

concluiu que o espaço civil da Nigéria oscila dentro das categorias definidas pela CIVICUS como fechado, reprimido e obstruído. As obstruções dessa natureza lembram as táticas tradicionalmente empregadas pelos regimes militares que dominavam o país antes de seu retorno ao governo civil, em 1999. As administrações civis recorrem cada vez mais a essas táticas para esmagar a dissidência e coagir a vida associativa e não associativa à submissão.

3 • Categorias de restrições

As ferramentas ou os métodos que os atores estatais geralmente utilizam para realizar suas operações de repressão podem ser agrupados em três categorias. A primeira é a legislação restritiva. A segunda é a aplicação exagerada das leis existentes pelos agentes do Estado. A terceira relaciona-se com formas não legais de restrição, como o uso deliberado da retórica negativa que estigmatiza e difama partes da sociedade civil.

3.1 - A onda de legislação restritiva

Uma dessas propostas legislativas restritivas é a Lei das ONGs. Repleta de frases vagas emolduradas em torno do objetivo de "segurança nacional e interesse nacional", essa lei propõe a criação de um órgão regulador, a Comissão Reguladora das Organizações Não Governamentais da Nigéria (NGORCN pela sigla em inglês). Ela também criminaliza o funcionamento de uma ONG na Nigéria sem registro e certificação. Qualquer certificado emitido após o registro durará por um período de dois anos e a partir de então estará sujeito à renovação. Se o certificado não for renovado, as operações dessa organização serão encerradas e seu nome será excluído do registro. O pedido de renovação do cadastro poderá ser recusado se o órgão que efetua o registro estiver convencido de que as atividades ou procedimentos propostos pela organização não são do interesse nacional.

Em consonância com a obsessão da Lei das ONGs com a segurança nacional, o argumento principal a seu favor enfatiza a necessidade de "regular [as Organizações da Sociedade Civil (OSCs)] em matérias relacionadas ao seu financiamento, afiliação estrangeira e segurança nacional, e [...] verificar qualquer probabilidade de a OSC ser ilegalmente patrocinada contra o interesse da Nigéria".[5] O que constituem ameaças à segurança nacional contra o interesse da Nigéria não foi definido, assim como não foram estipulados os critérios para determinar isso. Em um contexto no qual os atores estatais têm pouco respeito pelo Estado de Direito e pelas instituições democráticas, representações vagas e excessivamente amplas nos livros legais geralmente deixam extensas oportunidades para o uso indevido do poder pelo Estado. Dessa imprecisão decorre a incerteza jurídica e o amplo poder discricionário, frequentemente exercido sem prestação de contas à sociedade.

As ONGs argumentam que as disposições da Lei das ONGs já estão cobertas pela legislação vigente.[6] Entre as funções da NGORCN estariam facilitar e coordenar o trabalho de todas as ONGs nacionais e internacionais, manter um registro das ONGs, receber relatórios anuais

delas e assessorar o governo sobre suas atividades. A Comissão de Assuntos Corporativos e a Comissão Nacional de Planejamento já cumprem todas essas funções estipuladas, inclusive o registro. Para fins de segurança nacional, a Unidade Especial de Controle contra Lavagem de Dinheiro (SCUML pela sigla em inglês) regula Determinadas Instituições Não Financeiras na Nigéria, inclusive ONGs, de acordo com os regimes de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo do país. Os indícios empíricos e incidentais suscitam receios de que mais uma lei promulgada para a regulamentação das ONGs na Nigéria possa ser sequestrada e usada para legitimar o ambiente de restrições à ação da sociedade civil, entre elas, restrições às liberdades básicas de expressão e de reunião, a perseguição a dissidentes políticos e uma maior vigilância dos cidadãos.

As medidas destinadas a combater a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo muitas vezes fornecem uma cobertura genérica para iniciativas destinadas a diminuir o espaço civil. Embora desprovidas de provas, essas medidas tendem a reproduzir opiniões que sugerem que as ONGs são "vulneráveis ao abuso terrorista"[7] ou são "facilitadoras do financiamento para grupos terroristas". Em consequência, os regimes legais destinados a conter a lavagem de dinheiro ou combater o financiamento do terrorismo na Nigéria foram revisados de forma a estender as restrições às ONGs.[8]

3.2 - Aplicação exagerada das leis existentes

Nossa pesquisa mostrou que as disposições constitucionais ou as diferentes legislações federais e estaduais são cada vez mais interpretadas de forma demasiadamente ampla e aplicadas fora de seu âmbito para justificar as medidas de repressão contra a sociedade civil, inclusive ataques direcionados a ativistas, blogueiros e OSCs.

Em 8 de agosto de 2016, a Comissão de Crimes Econômicos e Financeiros da Nigéria (EFCC pela sigla em inglês) prendeu Abubakar Sidiq Usman, um importante blogueiro, com base em alegações de assédio cibernético.[9] Outro blogueiro e jornalista, Musa Babale Azare, foi preso em 20 de agosto de 2016, por ordem do governador de Bauchi, Mohammed Abdullahi Abubakar.[10]

Para justificar as prisões de Abubakar Sidiq Usman e Musa Babale Azare, foi citada a Lei do Cibercrime sobre assédio cibernético. Usman foi o terceiro blogueiro a ser preso desde que a Lei do Cibercrime entrou em vigor em 2015,[11] alimentando a suspeita de uma deliberada caça às bruxas na mídia social. De acordo com a lei de 2015, o assédio cibernético inclui o uso da internet ou outros meios eletrônicos para perseguir ou assediar um indivíduo, um grupo de indivíduos ou uma organização – Usman e Azare não estavam fazendo nada disso.[12] A intenção original da Lei do Cibercrime é criar um marco legal, regulamentar e institucional para melhorar a segurança cibernética e garantir a proteção da infraestrutura de informação nacional. Como mostram as detenções de Abubakar Sidiq Usman e Musa Babale Azare, as agências de segurança capitalizaram em cima dessa legislação para atormentar críticos sociais e ativistas que criticam o governo nas mídias sociais.[13]

Além da Lei do Cibercrime de 2015, muitas leis existentes foram excessivamente esticadas, o que ameaça a liberdade de expressão e leva à acusação de crimes graves, como terrorismo, difamação criminal e traição, em vez de simples delitos.[14]

Dois padrões sistemáticos de comportamento do Estado foram observados em relação a essa categoria. Primeiro, ativistas, blogueiros ou líderes de grupos afetados pelo poder autoritário do Estado costumam apelar aos tribunais em busca de reparação. Quando John Dan Fulani, Aku Obidinma, Audu Maikori, o xeique Ibrahim El-Zakzaky e Nnamdi Kanu, para citar apenas alguns, foram presos, o tribunal ordenou a libertação deles e concedeu a compensação buscada. A segunda observação, no entanto, é que os atores estatais, na maioria das vezes, desconsideram as ordens do tribunal, aumentando o clima de medo e repressão no país. Em quase todos os casos citados, as ordens judiciais foram ignoradas.

O ato de desobedecer às ordens de um tribunal de justiça devidamente constituído foi descrito como sabotagem deliberada do Judiciário.[15] Por exemplo, em 2 de dezembro de 2016, um tribunal de primeira instância ordenou que o Departamento de Segurança do Estado (DSS pela sigla em inglês)[16] liberasse El-Zakzaky e sua esposa dentro de 45 dias. O tribunal também ordenou que o DSS pagasse duas multas de NGN 25 milhões (cerca de US$ 70 mil) para El-Zakzaky e sua esposa. Sete meses depois, eles ainda estavam detidos sem acusação formal. Do mesmo modo, foi ignorada uma decisão judicial de 17 de dezembro de 2015 que impugnou a detenção de Nnamdi Kanu por mais de dois meses, sem julgamento, pelo Serviço de Segurança do Estado.

O medo da perseguição pelas agências de segurança deu lugar a uma nova onda de silêncio. Seja por meio de prisões e processos judiciais, ameaças verbais, transferências arbitrárias de jornalistas, está claro que a repressão aos críticos sociais e ativistas atingiu níveis preocupantes, resultando no declínio da participação e do envolvimento nas mídias. Ao contrário do período anterior às eleições gerais de 2015, quando a vitalidade do ativismo pela internet atingiu o auge, ativistas e blogueiros estão cada vez mais silenciosos e não se manifestam como costumavam fazê-lo. O estudo da S4C concluiu que os cidadãos ativos e outros atores da sociedade civil ficam calados por medo da perseguição das agências de segurança. Além disso, a mídia dominante, dependente do patrocínio governamental, "desvia o olhar a fim de continuar funcionando".[17] Para os jornalistas, manifestar-se em público tem outros custos, como transferências arbitrárias de uma estação para outra, especialmente para lugares remotos.

3.3 - Restrições não legais

As restrições não legais, como humilhar ativistas, rotulá-los de modo a aumentar sua vulnerabilidade ao ridículo público, o isolamento ou o estigma são bastante comuns. Um grupo de apoio político fiel ao governo rotulou de "terrorismo de defesa social" as atividades de um movimento social que faz campanha para o resgate imediato e o retorno seguro das estudantes sequestradas na Nigéria.[18] O governo nigeriano chamou de organização terrorista a Povos Indígenas de Biafra (IPOB pela sigla em inglês) que faz campanha contra

a marginalização e as injustiças estruturais que atingem os povos da região do Sudeste da Nigéria, e que também pressionam pela secessão dessa região.[19]

Vincular as ONGs a atos de corrupção é outra estratégia usada para desacreditar ativistas e ONGs. Falando recentemente em uma reunião de alto nível internacional, a ex-ministra das Finanças da Nigéria, Okonjo-Iweala, afirmou que pessoas corruptas usam as ONGs como fachada. Em uma advertência às instituições financeiras globais, ela disse: "É preciso realmente identificar as instituições, as pessoas e aqueles que estão dispostos a trabalhar nesta reforma e apoiá-las. Mas é preciso ter certeza de que se está trabalhando com as OSCs e ONGs certas. Nós temos uma piada no meu país de que se pode ter INGs [indivíduos não governamentais] em vez de ONGs".[20] Vincular as ONGs a atividades corruptas é uma das principais razões apresentadas pelos proponentes da Lei das ONGs.

O uso deliberado da retórica negativa muitas vezes estigmatiza ativistas e enlameia parte da sociedade civil. A consequência é a diminuição da confiança pública naquela pessoa assim rotulada e, por extensão, na sociedade civil como um todo.

4 • Recuperando o espaço civil na Nigéria: o que funcionou?

Ressabiados com o persistente clima de medo e com os danos potenciais para suas campanhas, ativistas e profissionais estão inovando em termos de estratégia, montando novos grupos de partes interessadas ao mesmo tempo em que forjam alianças com diversos atores, em nível local e internacional.

Ativismo digital: colaborações blogueiros-ONGs. Graças aos avanços da tecnologia digital, as mensagens agora viajam mais rápido, por distâncias maiores, especialmente por meio do uso de redes sociais, como Facebook, Twitter e YouTube. Com a velocidade de divulgação que essas redes sociais oferecem, a pressão pública pode ser ativada e ampliada com recursos limitados. Graças à sua forte presença on-line e ao enorme número de seguidores, os blogueiros geralmente controlam o tráfego necessário para disseminar informações para um público mais amplo. Eles podem dramatizar qualquer tópico ou viralizar qualquer questão em poucos minutos. Aproveitando esses avanços tecnológicos, as colaborações entre blogueiros e ONGs são populares na Nigéria. Em maio de 2016, esse tipo de ação colaborativa possibilitou que ONGs, blogueiros e outros cidadãos ativos conseguissem bloquear a lei de Proibição de Petições Frívolas (popularmente conhecida como lei antimídia social).[21] Essa lei foi projetada para regulamentar as comunicações e o uso das mídias sociais. Se tivesse sido aprovada, ela exigiria que os cidadãos fizessem depoimentos juramentados em tribunais[22] antes de postar qualquer declaração nas redes sociais sobre as atividades do governo ou seus funcionários.

A S4C colabora habitualmente com os blogueiros para humanizar questões de pesquisa difíceis em torno das ameaças ao espaço civil e reunir reações de um amplo espectro de partes

interessadas. Às vezes, um membro da equipe da organização com um grande número de seguidores nas mídias sociais conduz o debate em sua linha do tempo pessoal. Às vezes, ele indica outros blogueiros populares ou personalidades das redes sociais que podem fazê-lo. Um resultado significativo da colaboração ONGs-blogueiros é que essas campanhas geram a intensa pressão social necessária para rebater narrativas oficiais e estimular a resistência pública. Quer se trate do especialista de uma ONG que analisa as disposições restritivas de uma proposta legislativa, ou do blogueiro que tuíta a respeito de conclusões importantes do relatório da ONG, diferentes atores desempenham papéis singulares, mas compartilham a responsabilidade criativa e trabalham juntos em prol de um objetivo comum.

Essa relação entre ONGs e blogueiros é mutuamente benéfica. Quando blogueiros ou ativistas têm problemas em consequência de suas atividades no ciberespaço, as ONGs empreendem a defesa, fazendo campanhas de litígio a fim de pressionar as autoridades para garantir a liberdade deles. Os ativistas, entre eles líderes religiosos, também se beneficiaram da representação legal oferecida pelas ONGs. Gloria Ballason, uma ativista do Estado de Kaduna, foi representada por 36 advogados proeminentes, em uma ação judicial que acusava o governador daquele Estado, Nasir El Rufai, de violar seu direito à liberdade de expressão. Do mesmo modo, quando outro blogueiro foi preso devido a uma postagem no Twitter, um ativista proporcionou serviços legais e obteve uma vitória judicial em seu nome.[23]

Vigilância constante das propostas políticas e legislativas. ONGs como a S4C também conduzem pesquisas e iniciativas de questionamento político na Nigéria. Isso precisa ser combinado com as estratégias de *advocacy* junto à mídia e à comunidade destinadas a divulgar, o mais cedo possível, propostas legislativas que possam ameaçar o espaço civil. É importante notar que esses tipos de propostas nem sempre são explicitamente evidentes. Os títulos podem ser confusos, ou as provisões prejudiciais são inseridas sub-repticiamente em seções obscuras da lei. Elas também podem ser envoltas em uma linguagem semântica aceitável. Por exemplo, Lei da Proibição de Petições Frívolas era o título completo do marco regulatório destinado a controlar a dissidência nas mídias sociais. A natureza restritiva do projeto de lei só é detectável através da vigilância constante e da análise política. Quando as restrições estão incorporadas em marcos legais, é sempre mais fácil detectá-las, questioná-las e possivelmente derrotá-las. Isso ocorre porque o processo legislativo exige que os legisladores realizem audiências públicas e é possível conseguir a participação das partes interessadas antes do parecer favorável do Parlamento. Os atores da sociedade civil podem aproveitar a fase de audiências públicas para fazer aportes e mobilizar ações conjuntas contra propostas legislativas prejudiciais. Em março de 2016, a Comissão do Senado da Nigéria sobre Judiciário, Direitos Humanos e Questões Jurídicas realizou uma audiência pública sobre a Lei Antimídia Social com o objetivo de solicitar a opinião das partes interessadas sobre a pertinência de regulamentar o uso de mídias sociais na Nigéria. Os ativistas maximizaram essa janela de oportunidade para mobilizar a resistência contra a lei, o que levou à sua retirada.[24]

Outras formas de restrições legais e não legais são mais difíceis de notar e combater. Por exemplo, as regulamentações restritivas podem se manifestar de diversas maneiras,

entre elas regulamentos ministeriais, códigos de governança empresarial ou diretrizes de políticas internas, todos com potencialidade de obstruir o engajamento cívico. O público costuma perceber isso somente quando as diretrizes ou regulamentos já se tornaram operacionais. O único recurso disponível para os grupos afetados é a pressão social, ou uma revisão judicial para tentar invalidar os regulamentos ou diretrizes. Em novembro de 2016, a Comissão de Comunicação da Nigéria orientou as operadoras de telecomunicações a aumentar as tarifas de transmissão de dados em 200%.[25] Embora o governo tenha afirmado que o aumento destinava-se a proteger as pequenas operadoras de telecomunicações, houve especulações de que a diretriz era um estratagema sutil para limitar o acesso à internet e reduzir o nível de críticas contra o governo em plataformas on-line. Após uma considerável pressão social, a diretiva foi suspensa.

Pesquisas para advocacy e parcerias. A legislação restritiva pode propiciar um ponto de encontro para os espíritos revolucionários e para que as partes interessadas preocupadas ou potencialmente afetadas iniciem ações conjuntas a fim de enfrentar as medidas repressivas. Organizações com forte capacidade de pesquisa como a S4C realizaram pesquisas que examinavam a ligação entre a Recomendação 8 da Força Tarefa de Ação Financeira (FATF pela sigla em inglês) e as restrições às liberdades civis na Nigéria.[26] A pesquisa apresentou as provas necessárias para contradizer as justificativas oficiais para as restrições ao espaço civil. Os resultados das pesquisas devem ser divulgados de forma direcionada para as diversas partes interessadas. Por exemplo, os resultados da pesquisa da S4C foram publicados em jornais de alcance nacional, chegando ao público mais amplo.[27] Em reconhecimento à sua sólida base de pesquisa sobre fechamento de espaços, a S4C é convidada habitualmente a falar em painéis de alto nível ou a apresentar comentários de especialistas sobre questões que afetam o espaço civil tanto na mídia eletrônica quanto na imprensa nacional.[28] Os dados e relatórios de pesquisa da S4C também foram apresentados em eventos locais e internacionais, inclusive em reuniões com autoridades nacionais. Por exemplo, em agosto de 2017, o programa da USAID de Fortalecimento da Advocacia e Participação Cívica apoiou a comissão legislativa federal da Nigéria sobre Sociedades Civis e Desenvolvimento para convocar uma Sessão Técnica Interativa sobre a Lei das ONGs. A equipe da S4C participou do painel de especialistas convidados a discutir com os legisladores federais e formular recomendações específicas sobre estratégias efetivas para melhorar a regulamentação do setor de ONGs.

Os grupos desempenham diferentes papéis de acordo com as áreas em que são mais fortes e isso possibilita a complementaridade das expertises e o aprofundamento dos laços de solidariedade entre as partes interessadas, pois maximizam o uso de espaços existentes para se organizar e reagir coletivamente às ameaças. Por conseguinte, enquanto a S4C realizava a pesquisa, outras organizações usaram ou se basearam nas informações da pesquisa da S4C para informar seus públicos e empoderar os membros de suas redes. Com base nessa pesquisa, em outubro de 2017 a Comissão Católica de Justiça, Desenvolvimento e Paz realizou um seminário para entender como os regimes de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento de terrorismo da Nigéria afetam grupos e atividades religiosas. Em suma, algumas ONGs têm laços mais fortes com os responsáveis pelas decisões políticas. Outras

têm uma presença mais forte nas mídias sociais, assim como muitas outras têm a capacidade de envolver grupos e comunidades mais difíceis de alcançar. Todos esses papéis são diferentes, mas importantes para efetivar o objetivo compartilhado de recuperar o espaço civil.

Coordenação transnacional. A coordenação entre atores de diferentes países é outra estratégia que ajudou a facilitar um intercâmbio de experiências entre as organizações do Norte Global e do Sul Global. O Fundo para os Direitos Humanos Globais apoiou o Centro Europeu de Direito Sem Fins Lucrativos (ECNL pela sigla em inglês) para prestar assistência técnica à S4C. Este apoio possibilitou que a S4C fortalecesse sua expertise em pesquisa e *advocacy* jurídica sem fins lucrativos e desenvolvesse técnicas, relacionamentos e sinergias necessárias para tratar as questões envolvidas na resistência ao fechamento de espaços de forma mais efetiva no contexto local e regional. Além disso, essa coordenação transfronteiriça proporcionou a alavancagem para que atores locais e regionais contribuíssem de forma significativa ao discurso global e ao estabelecimento da agenda para reverter a tendência do fechamento de espaços da sociedade civil. Através desse intercâmbio, a S4C obteve informações essenciais sobre estratégias bem-sucedidas que funcionaram em outros contextos.

5 • Conclusão

Os espaços de engajamento cívico são cruciais para o funcionamento da democracia e da sociedade civil. Existam eles on-line ou off-line, esses espaços transformam-se cada vez mais em catalisadores de mudanças sociais e políticas. Com ritmo correspondente, os governos estão propondo ou adotando medidas destinadas a restringir esses espaços, com implicações para as liberdades fundamentais, particularmente para os direitos de livre expressão, reunião pública, consciência e pensamento. Em consequência, os espaços civis sofrem escrutínio e perseguição das autoridades governamentais, dificultando aos grupos da sociedade civil a realização de suas atividades de *advocacy* ou beneficentes. No entanto, os atores da sociedade civil, entre eles os cidadãos ativos, estão resistindo e reagindo a essas ameaças de diversas maneiras. Embora os esforços destinados a contestar as restrições do espaço civil tenham registrado sucessos significativos, ainda existem brechas consideráveis. Devemos continuar a ser ativos e contribuir para uma comunidade cívica vigilante que esteja sempre pronta a questionar, exigir respostas e responsabilizar o governo em todos os momentos.

NOTAS

1 • Spaces for Change, Homepage, acesso em 21 de novembro de 2017, https://closingspaces.org/.
"A Bill to Establish Non-Governmental Organisation (NGO) Regulatory Commission," Plac Bills Track, 2016, acesso em 21 de novembro de 2017, http://placbillstrack.org/upload/HB585.pdf.

2 • "Part B - Closing Spaces for Civil Society and Democratic Engagement in Nigeria," Spaces for Change, maio de 2017, acesso em 21 de novembro de 2017, http://www.spacesforchange.org/2017/06/part-a-closing-spaces-for-civic-engagement-and-civil-society-in-nigeria/. Ver também o banco de dados Closing Civic Spaces Nigeria, Homepage, 2017, acesso em 21 de novembro de 2017, https://closingspaces.org/.

3 • "Nigeria," CIVICUS and Monitor, 2017, acesso em 21 de novembro de 2017, https://monitor.civicus.org/country/nigeria/.

4 • "A Bill to Establish Non-Governmental Organization (NGO) Regulatory Commission Passes Second Reading in the House," PLAC, 14 de julho de 2016, acesso em 21 de novembro de 2017, http://placng.org/wp/2016/07/a-bill-to-establish-non-governmental-organization-ngo-regulatory-commission-passes-second-reading-in-the-house/.

5 • Victoria Ohaeri, "NGO Bill: Another Disturbing Evidence of Closing Spaces in Nigeria." The Cable, 14 de agosto de 2017, acesso em 21 de novembro de 2017, https://www.thecable.ng/ngo-bill-another-disturbing-evidence-closing-spaces-nigeria.

6 • Antes de sua revisão em 2016, essas opiniões podiam ser encontradas na Recomendação 8 da Força-Tarefa de Ação Financeira: FATF, Homepage, 2017, acesso em 21 de novembro de 2017, http://www.fatf-gafi.org/.

7 • A SCUML trabalha em colaboração com a Comissão de Crimes Econômicos e Financeiros (EFCC, pela sigla em inglês - a agência de coordenação para o regime AML / CFT da Nigéria) e a Unidade de Inteligência Financeira da Nigéria (o repositório nacional de revelações financeiras de relatórios sobre transações em dinheiro, relatórios sobre transações cambiais e relatórios sobre transações suspeitas).

9 • Sidiq foi detido devido ao artigo "EFCC Boss, Magu Commences Total War With Core EFCC Staff" publicado em seu site Abusidiqu.com. Ver também: Nomso Obiajuru, "EFCC Under Attack Over Arrest of Abusidiqu." Naij, 8 de agosto de 2016, acesso em 21 de novembro de 2017, https://www.naij.com/920308-breaking-efcc-attack-arrest-top-blogger.html.

10 • Abdul Wasiu Hassan, "Policemen Arrest Blogger in Abuja for Criticising Governor." Daily Trust, 20 de agosto de 2016, acesso em 21 de novembro de 2017, https://www.dailytrust.com.ng/news/general/policemen-arrest-blogger-in-abuja-for-criticising-governor/159656.html.

11 • "Nigeria Anger Over Blogger Abubakar Sidiq Usman's Arrest," BBC, 9 de agosto de 2016, acesso em 21 de novembro de 2017, http://www.bbc.com/news/world-africa-37024062.

12 • De acordo com a Lei do Cibercrime de 2015, Seção 15 (1), "Qualquer pessoa que, por meio de uma rede pública de comunicações, envie persistentemente uma mensagem ou outra matéria: (a) que seja extremamente ofensiva ou de caráter indecente, obsceno ou ameaçador ou faça com que qualquer mensagem ou matéria desse tipo seja assim enviada; ou (b) que ela saiba ser falsa, com a finalidade de causar aborrecimento, inconveniência de ansiedade desnecessária para outro ou faça com que tal mensagem seja enviada; comete uma infração de acordo com esta Lei e estará sujeita a ser condenada a pagar uma multa de não menos de N2.000.000,00 ou à prisão por um período de não menos de um ano, ou a ambas, multa e prisão".

13 • Peter Nkanga, "How Nigeria's Cybercrime

Law is Being Used to Try to Muzzle the Press." Committee to Protect Journalists, 21 de setembro de 2016, acesso em 6 de março de 2017, https://cpj.org/blog/2016/09/how-nigerias-cybercrime-law-is-being-used-to-try-t.php.

14 • Veja-se, por exemplo, o caso do Dr. John Dan Fulani, que foi preso de novo por criticar o governo do governador El-Rufai em uma postagem no Facebook. O Dr. Fulani foi acusado de tentar inflamar o ódio e o desprezo nos termos das Seções 417 e 418 da Lei do Código Penal. Da mesma forma, um bloqueio de estrada promovido por um movimento religioso liderado pelo Movimento Islâmico na Nigéria (também conhecido como movimento xiita na Nigéria) resultou em massacres comandados por militares que custaram a vida de 347 pessoas em dezembro de 2015. O líder xiita, xeique Ibrahim Zakzaky, também foi preso por reivindicações relacionadas ao terrorismo em dezembro de 2015. Ele não foi julgado até agora. O líder dos povos nativos de Biafra, Mazi Nnamdi Kanu, dirige uma estação de rádio que vai ao ar na região Sudeste do país, dominada pelo grupo étnico igbo. Suas transmissões de rádio defendem a campanha por um Estado independente de Biafra. Antes de ser libertado em 28 de abril de 2017, Kanu passou cerca de dois anos na prisão e foi alvo de seis acusações, com alegações de cometer crime de traição, manter uma sociedade ilegal e posse ilegal de itens, entre outras. A IPOB não tem histórico de violência e nunca recorreu a conflito armado ou rebelião. Outros ativistas de Biafra detidos junto com Nnamdi Kanu continuam a mofar na prisão.

15 • Ismail Omipidan, "Kaduna Community, Shi'ites Battle Over El-Zakzaky." The Sun, 21 de janeiro de 2017, acesso em 21 de novembro de 2017, http://sunnewsonline.com/kaduna-community-shiites-battle-over-el-zakzaky/.

16 • O Serviço de Segurança do Estado (SSS pela sigla em inglês), autodenominado de Departamento de Serviços Estatais (DSS pela sigla em inglês), é a principal agência de inteligência interna da Nigéria. É responsável pela coleta de informações dentro do país e pela proteção de altos funcionários do governo, em particular o presidente e os governadores estaduais. "State Security Service," Lagos State Security Trust Fund, 2017, acesso em 21 de novembro de 2017, http://lsstf.lagosstate.gov.ng/state-security-service-sss/.

17 • "Part B - Closing Spaces for Civil Society and Democratic Engagement in Nigeria," p. 84. Spaces for Change, maio de 2017, acesso em 21 de novembro de 2017, http://www.spacesforchange.org/2017/06/part-a-closing-spaces-for-civic-engagement-and-civil-society-in-nigeria/.

18 • "Buhari Support Group Brands BBOG Leaders 'Socio-advocacy Terrorists'", This Day Live, 11 de janeiro de 2017, acesso em 21 de novembro de 2017, https://www.thisdaylive.com/index.php/2017/01/11/buhari-support-group-brands-bbog-leaders-socio-advocacy-terrorists/.

19 • Clifford Ndujihe, "FG Explains Why it Labelled IPOB a Terrorist Group." Vanguard News, 19 de setembro de 2017, acesso em 21 de novembro de 2017, https://www.vanguardngr.com/2017/09/fg-explains-labelled-ipob-terrorist-group/.

20 • "Corrupt People Use NGOs as a Front, Says Okonjo-Iweala," The Cable, 17 de outubro de 2017, acesso em 21 de novembro de 2017, https://www.thecable.ng/corrupt-people-use-ngos-as-cover-okonjo-iweala.

21 • "Senate Withdraws Anti-social Media Bill," Vanguard, 17 de maio de 2016, acesso em 21 de novembro de 2017, https://www.vanguardngr.com/2016/05/senate-withdraws-frivolous-petitions-bill/.

22 • O depoimento juramentado em um tribunal significa o testemunho escrito de uma pessoa ou testemunha em processos civis ou penais, ou em antecipação disso. Normalmente, esses testemunhos são feitos sob juramento perante um notário público ou comissário para juramentos.

23 • "Court Orders el-Rufai, Police to Pay Choc City Boss, Maikori N40m," The Punch Newspapers, 27 de outubro de 2017, acesso em 21 de novembro de 2017, http://punchng.com/breaking-court-

orders-el-rufai-police-to-pay-choc-city-boss-maikori-n40m/.

24 • See also "Reps, CSOs Disagree on Foreign Donations Regulating Bill," SpotlightReports, [n.d.], acesso em 21 de novembro de 2017, http://www.spotlightreports.com.ng/reps-csos-disagree-foreign-donations-regulating-bill/.

25 • Katy Scott, "Nigerians Win Fight Against Mobile Data Price Hike." CNN, 1o. de dezembro de 2016, acesso em 21 de novembro de 2017, http://edition.cnn.com/2016/12/01/africa/nigeria-data-tariff-hike/.

26 • "PART A | Beyond FATF: Trends, Risks and Restrictive Regulation of Non-Profit Organisations in Nigeria," Spaces for Change, 31 de maio de 2017, acesso em 21 de novembro de 2017, http://www.spacesforchange.org/2017/05/beyond-fatf-trends-risks-and-restrictive-regulation-of-non-profit-organisations-in-nigeria/.

27 • Ishaya Ibrahim, "Kaduna Tops States Intolerant of Media Criticism, Study Reveals." The Niche Newspaper, 8 de junho de 2017, acesso em 21 de novembro de 2017, http://www.thenicheng.com/kaduna-tops-states-intolerant-of-media-criticism-study-reveals/. Ver também: "The Stupidity Index: El Rufai, Sophie Momodu, Saraki, Evans and More," The Herald, 15 de junho de 2017, acesso em 21 de novembro de 2017, http://www.herald.ng/stupidity-index-elrufai-sophie-momodu-saraki-evans/.

28 • "NGO Regulatory Bill Is An Attempt To Shrink The Civic Space In Nigeria - Victoria Ohaeri," Vídeo do YouTube, 17:06, postado por Sahara TV, 25 de setembro de 2017, https://www.youtube.com/watch?v=49vPlJw9o9U.

VICTORIA IBEZIM-OHAERI – *Nigéria*
Victoria Ibezim-Ohaeri é fundadora e diretora de pesquisa e políticas da Spaces For Change. Estudou na Universidade de Uyo (Nigéria), no Graduate Institute of International and Development Studies (Genebra), na Harvard Law School (EUA) e na Said Business School da Universidade de Oxford. Conduz iniciativas de desenvolvimento do conhecimento e campanhas de accountability da organização na Nigéria.

contato: *Victoria@spacesforchange.org*

Recebido em setembro de 2017.
Original em inglês. Traduzido por Pedro Maia Soares.

"Este artigo é publicado sob a licença de Creative Commons Noncommercial Attribution-NoDerivatives 4.0 International License"

RESILIÊNCIA EM TEMPOS DE REPRESSÃO

Carlos Patiño Pereda

• *"O motivo da resistência é a indignação."* •
Stéphane Hessel

RESUMO

Durante os meses de abril e julho de 2017, a Venezuela foi cenário de contínuas manifestações de rua, em decorrência de um movimento de resistência conhecido como a primeira rebelião popular venezuelana do século XXI. Esse movimento de protesto pacífico foi derrotado com medidas repressivas e a imposição de uma Assembleia Nacional Constituinte fraudulenta. Nesse contexto adverso, as organizações da sociedade civil enfrentaram e vêm enfrentando o desafio de superar seu trabalho de promoção e defesa dos direitos humanos e de não sucumbir ao desespero individual e coletivo. Para tanto, o conceito de resiliência e sua aplicação prática têm sido peças-chave.

PALAVRAS-CHAVE
Resiliência | Democracia | Adversidade | Esperança | Sociedade civil | Redes

1 • Situação dos direitos humanos e suas organizações na Venezuela

Atualmente, o movimento venezuelano de direitos humanos enfrenta enormes desafios, em uma espécie de anomia social na qual persistem a repressão e severas restrições àqueles que dissidam ou exerçam qualquer crítica ao governo. O governo de Nicolás Maduro, abalado por uma crise econômica e social sem precedentes em decorrência de suas próprias políticas públicas, optou em 2016 por passar de uma democracia com liberdades restritas para uma ditadura moderna,[1] semelhante ao modelo de Alberto Fujimori no Peru nos anos de 1990.

Em março de 2017, a Procuradora-Geral da República, Luisa Ortega Díaz, posicionou-se contra "as violações da ordem constitucional e a desconsideração do modelo de Estado consagrado em nossa Constituição da República Bolivariana da Venezuela, o que constitui uma ruptura da ordem constitucional".[2] Isso deu origem a uma agenda de manifestações de rua de mais de 100 dias, classificada pela Provea como a primeira rebelião popular venezuelana do século XXI;[3] o movimento de protesto pacífico mais importante da América Latina nos últimos anos.

No entanto, apesar do agravamento da crise e da escalada do conflito, a resposta do governo foi a criminalização do protesto, o uso generalizado e sistemático da força nas manifestações e a aplicação da jurisdição militar aos civis. O balanço dos fatos ocorridos entre 1º de abril e 30 de julho de 2017 registrou um total de 6.729 protestos, uma média de 56 por dia,[4] de acordo com o Observatorio Venezolano de Conflictividad Social. Da mesma forma, de acordo com os dados do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos,[5] 124 pessoas foram assassinadas no contexto dos protestos e 1.958 ficaram feridas; ocorreram 5.000 detenções arbitrárias, dentre as quais pelo menos 609 pessoas tiveram de comparecer perante tribunais militares, dados somados às denúncias de casas atacadas com bombas de gás lacrimogêneo, entrada forçada sem mandado, roubos cometidos por policiais e oficiais militares, assédio moral no trabalho e demissões por razões políticas, bem como ataques por parte de civis armados atuando em conjunto com as forças de segurança (grupos paramilitares).

A rebelião popular terminou com a imposição de uma Assembleia Nacional Constituinte fraudulenta[6] para abolir a Constituição aprovada por Hugo Chávez em 1999, impondo-se ao resto dos poderes públicos e criminalizando a dissidência por meio de instrumentos como a Lei contra o Ódio[7] e a Comissão da Verdade, Justiça, Paz e Tranquilidade Pública.[8] As causas que geraram as mobilizações não se resolveram, pelo contrário, agravaram-se.

O Relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas, datado de 30 de agosto de 2017, concluiu que na Venezuela há violações sérias e sistemáticas dos direitos humanos e uma "política destinada a reprimir a dissidência política e a inculcar medo na população".[9] A mudança do contexto para uma ditadura moderna implica uma reorientação da abordagem de algumas organizações não governamentais (ONG) que incorporaram progressivamente suas ações na defesa das liberdades democráticas afetadas por

decisões autoritárias. Isso resultou em ameaças e criminalização das ONGs[10] pelos altos funcionários da ditadura, suas instituições e a rede pública de mídia.

2 • Advogados diante da adversidade: Resiliência e direitos humanos

O trabalho de um procurador implica enfrentar situações adversas, tanto as suas como as das vítimas de violações dos direitos humanos que defendem e, por sua vez, resolvê-las da maneira mais favorável. Isso está diretamente relacionado ao conceito de resiliência, isto é, a superação de uma situação traumática ou desventurada de modo positivo.

Depois da derrota da rebelião popular, surgiu um sentimento generalizado de frustração e desânimo na luta pelo resgate da democracia e a justiciabilidade dos direitos na Venezuela. Diante disso, organizações como a Civilis Derechos Humanos[11] têm destacado a importância da resiliência como ferramenta para superar as adversidades e seus traumas, por meio do fortalecimento das capacidades defensivas.

Para Jo D'Elia, diretor-executivo da Civilis,[12]

> *A reflexão e a tomada de decisões sobre o desenvolvimento de capacidades para enfrentar e superar os padrões de ameaça de alto potencial negativo permitem que as organizações continuem cumprindo sua missão e garantam a integridade de cada um dos membros e destinatários.*

A natureza pública desses estados de ameaça aumenta o potencial dos danos. Completa D'Elia que:

> *Os contextos de opressão política criam esse tipo de adversidade. Os padrões de intimidação, violência, crueldade, censura, privação social e econômica e fechamento do espaço civil, entre outros, devido às suas próprias características intencionais e planejadas, geram uma imagem complexa de ameaças que colocam as pessoas em constante perigo de violações dos direitos humanos, com alta probabilidade de generalização em decorrência da lógica dos sistemas não democráticos para permanecer no poder, superando as capacidades das sociedades para se proteger, na ausência do Estado de Direito, de instituições judiciais independentes e de outros fatores atenuantes do contexto.*

Outro defensor dos direitos humanos, Marino Alvarado, ex-coordenador geral da Provea,[13] acredita que o trabalho de defesa dos direitos humanos sempre corre riscos e é prejudicado por adversidades: "É uma luta permanente contra as arbitrariedades do poder e uma luta para fazer justiça em países que apostam na impunidade", diz ele.

Embora seja comum que as organizações e os ativistas subestimem seus triunfos e incidentes, a resiliência implica ter uma maior compreensão dos impactos positivos que são alcançados na ação individual e coletiva. De acordo com Alvarado, "o dia a dia com intensa frequência e onde o império é imposto sobre o que é importante rouba os espaços para a reflexão deliberada de sucessos e erros, de triunfos e fracassos, de análise das oportunidades em meio às dificuldades". É por isso que a resiliência nos obriga a refletir com um espírito aberto e tolerante para ver a estrada na qual viajamos e planejar a rota a seguir.

De acordo com as pesquisas realizadas pela Civilis, diante de contextos opressivos, os esforços de proteção internacional seriam insuficientes se, ao mesmo tempo, não houvesse uma população em luta por sua libertação e proteção, bem como pronta para resistir a todas as possibilidades de fracasso diante de forças opostas que superam as suas. No entanto, depois da derrota da rebelião popular de quatro meses na rua, a população venezuelana se desmobilizou e está em aparente estado de passividade em face do avanço das arbitrariedades do governo e da falta de estratégias coerentes por parte de uma oposição dividida e enfraquecida.

Por isso, mostra-se necessário desenvolver capacidades de resiliência na população. Uma sociedade civil resiliente, com compromisso ativo e solidário para a defesa dos direitos humanos, da democracia, do Estado de Direito e da Justiça,[14] que parta de suas próprias convicções e vocações até recuperar condições favoráveis e seguras para a realização de sociedades livres e democráticas. Assim, na abordagem da adversidade, a resiliência é uma forma de proteção que consiste em se preparar para superar ameaças e seus traumas.

Consequentemente, a partir da Civilis são propostas as seguintes estratégias de resiliência:

a • A proteção física das pessoas;
b • Ação rápida contra as arbitrariedades;
c • A proteção das pessoas entre si;
d • Restauração da memória social;
e • A justiça combinada, alternando várias estratégias dentro e fora dos tribunais.

E, como complemento, as seguintes táticas:

f • Desarticular a intimidação;
g • Eliminar ou evitar oportunidades de abuso e violência;
h • Desbloquear o acesso à ajuda;
i • Desmascarar a mentira e a censura;
j • Ganhar aliados;
k • Empregar ações inéditas e inovadoras.

Organizações como a Provea, por exemplo, implementaram entre suas estratégias de resiliência medidas de autocuidado para seus defensores, que incluem, entre outras

coisas, dias de lazer fora da cidade,[15] almoços coletivos e para grupos de trabalho, lanches periódicos no escritório, celebração dos objetivos alcançados pela organização, oficinas de autoajuda, terapias em grupo e individuais com acompanhamento profissional, dias de avaliação e planejamento semestral em ambientes externos ao local de trabalho, bem como o desenvolvimento e a discussão de planos de segurança com a presença de toda a equipe, para a qual foram utilizados como guia os manuais práticos para procuradores em risco desenvolvidos pela organização Front Line Defenders.[16]

3 • Sociedade civil em rede

Dada essa conjuntura, as organizações da sociedade civil venezuelanas adotaram medidas resilientes que incluem, entre outras coisas, articulação, ação e catarse coletiva. Os exemplos vão desde ações conjuntas de documentação, denúncia às organizações de proteção internacional, como as Audiências da CIDH,[17] Relatório EPU da ONU,[18] Relatórios para diferentes Comissões e Relatorias, até os pronunciamentos públicos que condenam as violações dos direitos humanos e que são elaborados, assinados e divulgados por dezenas de organizações.[19] Da mesma forma, destacam-se eventos como o III Encontro de Defensores dos Direitos Humanos,[20] celebrado em novembro de 2017, no qual mais de 160 ativistas de todo o país se encontraram em Caracas para proporcionar visibilidade ao trabalho das organizações de direitos humanos em meio à conjuntura atual, bem como discutir os diversos desafios que ajudarão a enfrentar no futuro. Esse trabalho em rede minimiza as vulnerabilidades individuais, permite que as emoções sejam canalizadas coletivamente e fortalece o movimento dos direitos humanos como um todo.

Outro exemplo concreto são as redes de ajuda criadas, inclusive as redes sociais de diferentes ONGs, para a busca, a troca ou a doação de medicamentos e suprimentos médicos diante da crise humanitária que a Venezuela tem enfrentado.[21] É isso que vem coordenando, por exemplo, a organização Acción Solidaria.[22]

4 • O direito à esperança

Nesse contexto, a resiliência pode ser considerada um mecanismo para combater o desespero e superar a adversidade. A partir da filosofia, Laín Entraldo[23] define a esperança como a expectativa do futuro de acordo com certas circunstâncias; expectativa esta que se soma à crença ou à confiança de que haverá uma resposta a essa expectativa individual ou coletiva, seja ou não satisfatória. Não encontrar essa resposta pode bloquear tal expectativa e convertê-la em desespero.

Marino Alvarado argumenta e insiste que depois da derrota da Rebelião Popular em abril-julho de 2017, a resiliência na Venezuela passa por analisar as causas da derrota, extrair seus ensinamentos e destacar o que foi conquistado – mesmo que os quatro objetivos

estabelecidos pela rebelião não tenham sido alcançados, isto é: 1) canal humanitário, 2) liberdade dos prisioneiros políticos, 3) eleições em condições apropriadas e 4) reconhecimento e respeito pelo trabalho da Assembleia Nacional e seus deputados eleitos; de fato, outros objetivos importantes que terão um impacto positivo nos próximos anos foram alcançados. Um exemplo é o aumento da pressão internacional por parte de órgãos como a Organização dos Estados Americanos e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos contra a ditadura de Nicolás Maduro e os funcionários de seu alto escalão. Assim, para Marino Alvarado, a mensagem resiliente deve ser honesta, mas esperançosa: "É uma rebelião popular derrotada, mas que poderia acionar o Tribunal Penal Internacional contra os violadores dos direitos humanos".

Uma linguagem esperançosa contraria o desânimo da população em geral e dos defensores e das vítimas em particular. Vale reforçar a capacidade de luta demonstrada durante os quatro meses de rebelião popular e destacar o aprendizado para as futuras lutas. Reconhecer que o governo, apesar de sua fraqueza, alcançou certo nível de estabilidade política, embora atualmente esteja na ofensiva, o que implica a possibilidade de maiores adversidades para os ativistas e as organizações. Essa situação obriga a tomada de medidas sérias e oportunas, mas sem deixar de reconhecer as conquistas obtidas.

Para D'Elia, a abordagem de proteção baseada em adversidades oferece outros modos de lidar com situações de ameaça quando elas não dependem da vulnerabilidade e superam as capacidades de proteção. Em contextos particularmente adversos – afirma ele –, é necessário tanto uma comunidade internacional ativa em sua responsabilidade de proteção, como uma população e uma sociedade civil resilientes, capazes de desafiar os padrões de ameaça, por meio da defesa dos direitos humanos, da democracia, do Estado de Direito e da justiça.

Na Civilis se considera um fator-chave e esperançoso o fortalecimento do movimento de direitos humanos, incorporando mais pessoas, grupos, organizações, comunidades e redes de voluntários nas atividades de defesa e promoção,[24] a fim de reafirmar e apoiar neles os esforços legítimos para acabar com os abusos, buscar a justiça e restaurar toda a força do Estado de Direito e da democracia.

Stéphane Hessel, corredator da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em sua obra *¡Indignaos!*,[25] afirmava que da indignação nasce a insurreição pacífica e a vontade de comprometer-se com a história, "o fermento que faz a massa crescer". Se nos resignarmos diante da violação dos direitos, seremos dominados pela indiferença ou, o que dá na mesma, pela incapacidade de indignação e de compromisso que dela decorrem. Nem a exasperação se mostra uma boa conselheira, porque muitas vezes leva à violência e a violência nem sempre é eficaz. A violência tende a ser menos esperançosa e agregadora do que um protesto pacífico.

Em contextos de opressão, como no caso da Venezuela, onde os regimes antidemocráticos promovem o desespero como mecanismo de dominação, onde a mensagem recorrente do governo é: "a revolução veio para ficar",[26] os fatores de oposição "não retornarão" e o que

não pode ser feito por meio dos votos "será alcançado por meio das armas",[27] urge canalizar a indignação pública em uma fonte de esperança e mudança.

5 • Conclusões

A excessiva repressão na Venezuela durante o primeiro semestre de 2017, como resposta do governo de Nicolás Maduro ao movimento de resistência popular, deixou sequelas importantes na sociedade venezuelana, uma vez que o ciclo de protestos foi derrotado com base em flagrantes e sistemáticas violações dos direitos humanos e a imposição de uma Assembleia Nacional Constituinte fraudulenta.

Os objetivos que a resistência propôs não foram alcançados. No entanto, um processo de mobilização não deve ser avaliado somente pela concretização de seus objetivos, mas também pelo equilíbrio organizacional que gera e pelas consequências positivas imprevistas. Nesse contexto adverso, as organizações da sociedade civil tiveram de lidar com seu trabalho de promoção e defesa dos direitos humanos, resgate dos saldos positivos e não sucumbir ao desespero individual e coletivo.

Diante da tendência de resignação da sociedade venezuelana em geral, e para evitar desvios na sociedade civil em particular, a articulação e o trabalho em rede do movimento dos direitos humanos têm sido fortalecidos; assumindo as derrotas, mas destacando as vitórias, apoiando-se mutuamente ao explorar estratégias conjuntas e prestando atenção, em especial, ao autocuidado dos defensores dos direitos humanos.

A força da sociedade civil consiste em sua energia coletiva, que, por sua vez, afeta a resiliência social como mecanismo de superação das adversidades e exigibilidade dos direitos para pôr fim aos abusos de poder. Em contextos de opressão, como o da Venezuela, a resiliência é aprendida e deve ser ativamente assumida, a fim de auxiliar na reinstitucionalização do país e no estabelecimento da justiça e de uma vida digna. Trata-se de um grande desafio, que exige uma unidade de ação e o esforço dos venezuelanos comprometidos com a democracia.

NOTAS

1 • Para a Provea, "como resultado da suspensão ilegal do processo de realização do Referendo Revogatório, ratificando a ausência de independência dos poderes no país, o governo de Nicolás Maduro deve ser classificado como uma ditadura" em: "A Partir del 20-O Gobierno de Nicolás Maduro Debe Calificarse Como una Dictadura," Provea, 23 de outubro de 2016, acesso em 7 de dezembro de 2017, https://www.derechos.org.ve/actualidad/a-partir-del-20-0-gobierno-de-nicolas-maduro-debe-calificarse-como-una-dictadura.

2 • Maira Ferreira, "Fiscal Denunció Ruptura del Orden Constitucional Tras Sentencias del TSJ." El universal, 31 de março de 2017, acesso em 7 de dezembro de 2017, http://www.eluniversal.com/noticias/politica/fiscal-denuncio-ruptura-del-orden-constitucional-tras-sentencias-del-tsj_646250.

3 • "Somos Protagonistas de la Primera Rebelión Popular del Siglo XXI," Provea, 11 de maio de 2017, acesso em 7 de dezembro de 2017, https://www.derechos.org.ve/actualidad/somos-protagonistas-de-la-primera-rebelion-popular-venezolana-del-siglo-xxi.

4 • "Venezuela: 6.729 Protestas y 163 Fallecidos Desde el 1 de Abril de 2017," OVCS, 2 de agosto de 2017, acesso em 7 de dezembro de 2017, https://www.observatoriodeconflictos.org.ve/tendencias-de-la-conflictividad/venezuela-6-729-protestas-y-157-fallecidos-desde-el-1-de-abril-de-2017.

5 • "Venezuela: Las Violaciones de Derechos Humanos Apuntan a una 'Política de Represión' - Informe de la ONU," OHCHR, 30 de agosto de 2017, acesso em 7 de dezembro de 2017, http://www.ohchr.org/SP/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=22007&LangID=S.

6 • "Especial | Preguntas Frecuentes sobre la Constituyente de Maduro," Provea, 6 de maio de 2017, acesso em 7 de dezembro de 2017, https://www.derechos.org.ve/actualidad/preguntas-frecuentes-sobre-la-constituyente-de-maduro.

7 • "La 'Ley contra el Odio' es Ilegítima por su Forma, Fondo y Origen," Espacio Público, 10 de novembro de 2017, acesso em 7 de dezembro de 2017, http://espaciopublico.ong/la-ley-odio-ilegitima-forma-fondo-origen/.

8 • "La ANC Tiene su Propio Tribunal: la Comisión de la Verdad," Acceso a la Justicia, 20 de setembro de 2017, acesso em 7 de dezembro de 2017, http://www.accesoalajusticia.org/wp/infojusticia/noticias/la-anc-tiene-su-propio-tribunal-la-comision-de-la-verdad-2/.

9 • "Venezuela, Las Violaciones de Derechos Humanos Apuntan a Una Política de Represión – Informe de la ONU," OHCHR, 30 de agosto de 2017, acesso em 7 de dezembro de 2017, http://www.ohchr.org/SP/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=22007&LangID=S.

10 • "Foro por la Vida | Rechazamos Criminalización de Provea por Promover la Defensa de los Derechos Constitucionales," Provea, 20 de julho de 2017, acesso em 7 de dezembro de 2017, https://www.derechos.org.ve/actualidad/foro-por-la-vida-rechaza-criminalizacion-de-provea-por-promover-la-defensa-de-los-derechos-constitucionales.

11 • Civilis Derechos Humanos, Homepage, 2017, acesso em 7 de dezembro de 2017, http://www.civilisac.org/.

12 • Como parte da investigação para este texto, entrevistamos o defensor dos direitos humanos e diretor-executivo da Civilis, Jo D'Elia.

13 • Defensor dos direitos humanos e ex-coordenador geral da Provea, Marino Alvarado, também foi entrevistado para a elaboração deste texto.

14 • "Sin Democracia no Hay Derechos Humanos," Civilis Derechos Humanos, 27 de abril de 2017, acesso em 7 de dezembro de 2017, http://www.civilisac.org/en-accion/sin-democracia-no-derechos-humanos.

15 • Rafael Uzcátegui. "Al fondo Caracas, con el equipo de @proveaong." Instagram, 18 de outubro de 2017, acesso em 7 de dezembro de 2017, https://www.instagram.com/p/BaZXFboBMut/?taken-by=fanzinero.

16 • "Manual sobre Seguridad: Pasos Prácticos para Defensores/as de Derechos Humanos en Riesgo," Front Line Defenders, 23 de junho de 2016, acesso em 7 de dezembro de 2017, https://www.frontlinedefenders.org/es/resource-publication/workbook-security-practical-steps-human-rights-defenders-risk.

17 • "CIDH Realiza Audiencia sobre Institucionalidad Democrática en Venezuela," El Nacional, 24 de outubro de 2017, acesso em 7 de dezembro de 2017, http://www.el-nacional.com/noticias/mundo/cidh-realiza-audiencia-sobre-institucionalidad-democratica-venezuela_209112.

18 • "Feliciano Reyna," Examen ONU Venezuela, 2017, acesso em 7 de dezembro de 2017, http://www.examenonuvenezuela.com/tag/feliciano-reyna.

19 • "Un Centenar de ONG Piden a la ONU Priorizar Crisis Venezolana en Consejo de DD HH," Venezuela Awareness, 10 de setembro de 2017, acesso em 7 de dezembro de 2017, https://www.venezuelaawareness.com/2017/09/un-centenar-de-ong-piden-a-la-onu-priorizar-crisis-venezolana-en-consejo-de-dd-hh/.

20 • "III Encuentro de Defensores y Defensoras de DDHH," Provea, 6 de novembro de 2017, acesso em 7 de dezembro de 2017, https://www.derechos.org.ve/actualidad/iii-encuentro-de-defensores-y-defensoras-de-ddhh.

21 • "Crisis Humanitaria en Venezuela," Human Rights Watch, 2016, acesso em 7 de dezembro de 2017, https://www.hrw.org/es/world-report/2017/country-chapters/298985.

22 • Acción Solidaria, Homepage, 2017, acesso em 7 de dezembro de 2017, http://www.accionsolidaria.info/website/.

23 • Antonio Piñas Mesa, "La Antropología de la Esperanza de Pedro Laín Entralgo," *Facies Domini* 5 (2013): 217-234, acesso em 7 de dezembro de 2017, http://dspace.ceu.es/bitstream/10637/7591/1/Antropolog%C3%ADa_AntonioPi%C3%B1as_FaciesDomini_2013.pdf.

24 • "Encuentro de Defensores Y Defensoras de Derechos Humanos - Cuaderno de Trabajo," Civilis Derechos Humanos, setembro de 2016, acesso em 7 de dezembro de 2017, http://www.civilisac.org/civilis/wp-content/uploads/CuadernoTrabajo2EncuentroDefensores.pdf.

25 • Stéphane Hessel, *¡Indignaos!* (Barcelona: Ediciones Destino, 2011).

26 • TeleSUR tv, "La Revolución llegó para Quedarse: Nicolás Maduro." Vídeo no Youtube, 2:01. Postado em 19 de novembro de 2014, acesso em 7 de dezembro de 2017, https://www.youtube.com/watch?v=I_Ow1NLJFBw.

26 • Entorno58 ODH, "Pdte. Maduro: ¡Lo Que No Se Pudo con los Votos, lo Haríamos con Las Armas!." Vídeo no Youtube, 1:16. Postado em 27 de junho de 2017, acesso em 7 de dezembro de 2017, https://www.youtube.com/watch?v=ZO8TR7pTrRQ.

CARLOS PATIÑO PEREDA – *Venezuela*
Carlos Patiño é advogado especialista em direito do trabalho. Escritor de ficção. Coordenador de Exigibilidade da Provea.

Recebido em setembro de 2017.
Original em espanhol. Traduzido por Evandro Lisboa.

"Esta revista es publicada bajo la licencia la Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License"

RESISTÊNCIA FEMINISTA ON-LINE NO PAQUISTÃO

Zoya Rehman

- *Como espaços on-line ajudam o movimento feminista no Paquistão a retomar o espaço civil*

RESUMO

Este artigo analisa o acesso das mulheres ao espaço civil no Paquistão, em particular com a ajuda da mídia digital na atualidade. Apesar do surgimento de uma notória consciência feminista no Paquistão em resposta às leis discriminatórias que começaram a ser aprovadas durante o regime de islamização de Zia-ul-Haq's, o movimento feminista permaneceu desconhecido para diversas pessoas no país. Atualmente, com a internet a seu favor, o movimento feminista paquistanês tem mais visibilidade do que nunca, com diversos coletivos e ativistas utilizando espaços on-line para dar destaque ao seu trabalho. Sem dúvida, os espaços on-line tornaram a organização mais fácil, mas também introduziram sérios desafios para o movimento, incluindo ataques com discursos de ódio on-line e acusações de elitismo. Este artigo examina essa realidade e como a Digital Rights Foundation lançou o projeto Hamara Internet ("Nossa Internet", na tradução ao português), para dar apoio ao trabalho das feministas paquistanesas em espaços on-line ao conceber a possibilidade de uma internet feminista no Paquistão.

PALAVRAS-CHAVE

Feminismo | Movimento de Direitos Humanos | Estratégias | Paquistão | Digital Rights Foundation | Espaço on-line

1 • Introdução

As feministas no Paquistão têm lutado persistentemente pelo acesso das mulheres a um espaço civil aberto e livre em todo o país. As mulheres têm feito demandas políticas no que toca sua liberdade de expressão, reunião e associação desde a criação do país em 1947, com a emersão de uma "consciência feminista" de modo mais proeminente na década de 1980.[1]

Recentemente a internet se tornou uma ferramenta importante para o movimento feminista se renovar e contestar a retórica paternalista de "segurança" que é usada para silenciar as mulheres e restringir espaços nos quais elas podem atuar.

Este artigo explica como o movimento feminista está respondendo ao desafiador ambiente político do Paquistão com a ajuda da tecnologia digital. Ele examina como o uso da internet está impulsionando formas tradicionais de ativismo e resistência de base. O artigo aborda os desafios únicos que a internet apresenta para as feministas paquistanesas. As mulheres e pessoas não-binárias não têm trégua da violência e escrutínio masculino em espaços on-line, devido ao uso da tecnologia seguindo padrões de gênero,[2] com questões estruturais mais amplas sendo reproduzidas on-line.[3] Por fim, o artigo analisa como o projeto *Hamara Internet* ("Nossa Internet", na tradução ao português), uma iniciativa da *Digital Rights Foundation*, está sendo usado para responder a esses desafios.

2 • A resistência feminista está se tornando on-line

A *Women's Action Forum* (WAF), uma organização feminista de conscientização conhecida por permitir que as mulheres paquistanesas possam lutar por seus direitos, foi formada durante a década de oitenta.[4] Sua formação foi uma resposta à legislação repressiva introduzida na agenda de islamização do general Zia-ul-Haq,[5] que deu ênfase excessiva às mulheres como guardiãs do Estado, da família e da "honra" religiosa.[6] Códigos de vestuário e práticas sociais conservadoras, muitas das quais continuam em prática até hoje, foram rigorosamente introduzidas para restringir as liberdades das mulheres e limitá-las ao uso do *chaadar* e ao *chaar dewari*.[7]

Até recentemente, o movimento feminista usava estratégias tradicionais, como manifestações, campanhas por correspondência e petições, para se opor às medidas opressivas estabelecidas pelo Estado na década de oitenta. Relatos de testemunhas oculares dos protestos em 1983 lembram do uso ilegítimo da força por parte do governo contra as manifestantes na esplanada de Lahore. Métodos como gás lacrimogêneo e *lathi* (cassetete) foram usados contra cerca de duzentas a duzentas e cinquenta mulheres, de modo análogo à reação das forças governamentais nos protestos legítimos que vemos atualmente no Paquistão e em outros países.

Apesar de suas atividades, até recentemente a WAF era amplamente desconhecida para o público em geral no Paquistão. No entanto, ao estabelecer presença nos espaços on-line, a

organização ganhou crescente reconhecimento. A presença das redes sociais e correntes de e-mail auxiliam os membros do fórum a emitir declarações firmemente elaboradas sobre questões feministas e sociais relevantes no país. Além disso, a crescente presença on-line da WAF[8] a ajudou a divulgar o seu trabalho como organização de incidência e pressão no que tange à legislação sobre violência contra as mulheres no país.

Além disso, as pessoas mais jovens estão se unindo à WAF, e esta conquista também se deve à presença on-line da organização. A WAF é considerada por diversas pessoas como um símbolo da resistência feminista em todo o Paquistão e segue unida contra as leis islâmicas e estatais repressivas que continuam a restringir espaços nos quais as mulheres podem operar. A organização representa o florescente movimento feminista no país que conseguiu colocar as questões das mulheres na agenda nacional.

Ademais, a presença on-line da WAF é um indicador de como o movimento feminista está utilizando as oportunidades que os espaços digitais proporcionam. Para diversas organizações e coletivos no Paquistão, a internet se tornou uma importante ferramenta estratégica para organizar protestos e mobilizar as pessoas de modo rápido. Os ativistas estão, cada vez mais, se coordenando on-line, por exemplo, por meio do Facebook, Whatsapp, Signal e Twitter. Tais plataformas e aplicativos de mensagens permitem comunicação instantânea e gratuita e perfis que ajudam a disseminação de informações.

A crescente presença de coletivos feministas on-line prova que estes espaços se tornaram importantes e, às vezes, desafiadores espaços de resistência política. Eles dão suporte às comunidades e causas que não apenas recebem pouca atenção em espaços off-line, mas que estão sendo ativamente restringidos. Tais espaços on-line têm o potencial de produzir e levar a cabo uma série de políticas e identidades, e permitir que as pessoas se tornem mais visíveis para evitar a marginalização que vivenciam off-line.

Girls at Dhabas é um dos coletivos feministas mais conhecidos e vibrantes do Paquistão, e deve sua popularidade principalmente aos espaços on-line. O coletivo está voltado à recuperação de espaços públicos por mulheres e pessoas não-binárias.[9] O que nasceu com uma imagem publicada de uma das integrantes bebendo chá em um *dhaba* (café de rua) logo se tornou um movimento que começou a demarcar o direito das mulheres e pessoas não-binárias a desfrutar os espaços públicos do Paquistão. Isso é feito por meio de diversas intervenções criativas no espaço público, como partidas de críquete, bicicletadas, pintura de murais e encontros em parques e *dhabas*, todos estes promovidos pelo coletivo por meio de sua presença on-line. As feministas de todo o Paquistão estão, cada vez mais, compartilhando suas experiências de modo anônimo por meio das páginas on-line do coletivo para expor o patriarcado que as mulheres paquistanesas vivenciam no seu dia a dia. Recentemente o coletivo lançou podcasts bilíngues que enfatizam questões de interesse feminista, a fim de ter um impacto mais amplo de forma mais criativa.[11] O coletivo também está usando seu espaço on-line para contatar movimentos paralelos, como '*Why Loiter?*' ('Por que perambular?', na tradução livre ao português) na Índia, a fim de fortalecer seu

ethos feminista e levantar novas questões sobre a construção de movimentos para o público local.[12] É fundamental que o coletivo reúna feministas situadas em contextos urbanos por meio do compartilhamento de casos de todo o sul da Ásia, para sensibilizá-las e torná-las uma parte ativa do movimento de *advocacy* feminista no país.

Outro coletivo que deve a construção de sua base de apoio aos espaços on-line é o *Feminist Collective* (TFC, na sigla em inglês)[13] que foi criado como uma resposta ao machismo na esquerda.[14] O coletivo enfatiza as experiências negativas das mulheres em trabalhar com os homens de esquerda e prevê a criação de um robusto movimento feminista socialista no país. As participantes do coletivo discutem de maneira contínua formas para as feministas e ativistas queer se organizarem em todo o país com a ajuda da mídia digital. O TFC é uma ferramenta importante para permitir que as feministas colaborem sempre que surja uma questão de interesse, particularmente a do encolhimento dos espaços de esquerda para mulheres. A organização também fornece um sistema de apoio e um espaço seguro para ativistas feministas que não podem se expressar livremente em público, tendo em vista o ambiente político restritivo do Paquistão.

3 • Principais desafios nos espaços on-line

Apesar dos benefícios óbvios que o uso do espaço on-line traz, as feministas com presença digital vêm se tornando cada vez mais vulneráveis aos ataques on-line e, de modo mais grave, ao desaparecimento ou morte.[15] Tais ataques representam outra forma na qual o espaço civil, embora on-line, está sendo restringido para as feministas. Por exemplo, os acontecimentos que levaram ao assassinato de Qandeel Baloch,[16] uma provocadora celebridade da mídia social conhecida por seus vídeos ousados, são indicativos da reação vivenciada pelas mulheres como resultado de sua participação espontânea nos espaços on-line. Tal estigmatização também resulta em mulheres e pessoas não-binárias sob crescente controle e escrutínio estatal[17] on-line e off-line. O monitoramento e policiamento que costumavam ocorrer em espaços off-line agora estão acontecendo on-line, com o governo moldando a narrativa de quem a população deve rejeitar e classificar como contrária ao Estado. Geralmente esta retórica tem como resultado feministas sendo perseguidas on-line, recebendo mensagens ameaçadoras ou tendo seus números de telefones celulares retirados de seus perfis. Desta forma, essas feministas são "re-vitimizadas" quando desafiam seus abusadores on-line, o que pode ser visto na reação contra elas nos espaços on-line onde expressam suas queixas.

Também deve ser destacado que, embora os espaços on-line tenham criado uma grande diversidade de vozes disponíveis por meio de discussões e ativismos feministas, isso ocorre, muitas vezes, em detrimento de questões maiores, mais intersetoriais, e este é um desafio que devemos superar.[18] O movimento é acusado frequentemente de ser elitista e excludente, com muitas iniciativas on-line sendo predominantemente em inglês e atendendo a camadas urbanas da população, em especial o convite on-line

para protestos. Esses convites só chegam a uma determinada parcela da sociedade e resultam no fato de que os mesmos poucos ativistas aparecem para protestar. WAF e *Girls at Dhabas*, por exemplo, vêm sendo criticados frequentemente por essas questões e, constantemente, são rotulados pelo Estado como iniciativas "ocidentais", como uma tentativa de tirar o crédito e silenciar essas organizações.[19]

Isso não é somente um típico grito de guerra dos poderes que buscam restringir a sociedade civil ao tirar crédito da mesma e apontá-la como representante de valores estrangeiros; também para o movimento feminista, esse rótulo equivale ao de ser acusado de propagar o "feminismo branco".[20] Isso faz com que o movimento seja visto como irrelevante culturalmente e inacessível para mulheres da classe trabalhadora ou de áreas rurais.[21] Para superar essas críticas, atualmente o movimento está tentando garantir que mais conteúdo em Urdu seja criado para melhorar o alcance on-line, especialmente com a ajuda de podcasts e grupos de estudo bilíngues criados pela *Girls at Dhabas* e *Awami Workers Party*[22] para sensibilizar a população paquistanesa e como forma dessas organizações evistarem ser desacreditadas pelo Estado e por sua própria base de apoiadores.

A representação de classe também pode ser alcançada por meio de colaborações on-line com movimentos de trabalhadores e camponeses por todo o Paquistão, especialmente aqueles liderados por mulheres. A campanha de "boicote" das redes sociais voltada ao Khaadi, uma franquia local de roupas, é um bom exemplo para aprendermos nesse sentido. O boicote, iniciado pela Federação Sindical Nacional,[23] ocorreu devido às práticas trabalhistas de exploração da empresa[24] e enfatizava a violência estrutural rotineira que os trabalhadores das fábricas, inclusive as mulheres, vivenciam nas mãos da indústria local da moda. As feministas poderiam iniciar campanhas similares para ajudar o movimento a ganhar legitimidade e contrapor o discurso de que ele é elitista e representa valores ocidentais.[25]

4 • Resposta: *Hamara Internet*[26] – Uma internet feminista?

Por um lado, ao reconhecer o quão importante a internet se tornou para o movimento feminista no Paquistão em seus esforços para combater as restrições ao espaço civil para as mulheres e, por outro lado, os graves desafios que o meio apresenta, a *Digital Rights Foundation* criou o projeto *Hamara Internet* (termo que significa "nossa internet") com o objetivo de "construir um movimento para promover um ambiente digital gratuito e seguro para as mulheres".[27]

O projeto *Hamara Internet* foi formulado como uma plataforma para alcançar mulheres jovens nas universidades em todo o Paquistão, para informá-las sobre como a internet pode ser usada contra elas por seus opressores, seja o Estado, suas famílias ou homens em seus círculos. O projeto ensina ativistas feministas a utilizar ferramentas digitais de segurança, tais como recursos de privacidade e criptografia disponíveis para comunicações seguras e conduz workshops sobre segurança holística,[28] permitindo que a dissidência on-line continue de forma segura. As ativistas da DRF também

trabalham com diversos atores, como advogados, jornalistas e ativistas de direitos humanos, para dar destaque a como as políticas de segurança nacional, incluindo o Plano de Ação Nacional,[29] podem entrar em conflito com as liberdades cívicas, e o que pode ser feito para contornar isso.

Ademais, o projeto está mapeando como os espaços on-line do Paquistão podem potencialmente encapsular um ethos feminista, com o objetivo de reunir esses movimentos na luta coletiva das feministas contra o patriarcado. Nesse sentido, está usando espaços on-line para facilitar a construção de alianças para combater as restrições ao espaço civil. O projeto incentiva a colaboração com as feministas organizando protestos, esforços de *advocacy*, arrecadação de fundos, avanços legislativos e elaboração de declarações conjuntas. Essas iniciativas ajudam a determinar formas eficazes de reunir vozes e ativismos que se sobrepõem para trabalhar em questões que são de interesse para todas feministas.

No âmbito do projeto, a *Digital Rights Foundation* lançou no final de 2016 uma linha de atendimento gratuita,[30] em resposta à constatação de que mulheres e pessoas não-binárias no Paquistão não se sentiam confortáveis em levar suas queixas às agências de aplicação da lei. Esta é a primeira linha de atendimento na região especificamente para os casos que lidam com assédio e abuso on-line, e se baseia em um sistema de encaminhamento[31] para garantir que os casos sejam encaminhados de forma discreta e sensível ao gênero. A linha de atendimento busca destacar os problemas que as mulheres vivenciam ao enviar suas queixas às agências governamentais, fornecendo um espaço seguro e garantindo a confidencialidade para as pessoas que sofrem qualquer tipo de abuso on-line.

Um manifesto de Internet feminista foi elaborado recentemente como iniciativa do *Hamara Internet*, com significativas contribuições de ativistas feministas em todo país. O manifesto é uma declaração sobre como os espaços on-line do país devem trabalhar para construir um ethos feminista no que diz respeito à elaboração do movimento, proteção de dados, acessibilidade e inclusão, liberdade de expressão e organização. O objetivo do manifesto é combinar o trabalho de ativistas feministas com o discurso dos direitos digitais, começar a conceber a possibilidade de uma internet feminista no país que possa ser um espaço verdadeiramente seguro e livre para que as feministas operem.[32] É importante que as feministas no Paquistão estabeleçam essa conversa segundo seus padrões, dado o contexto político único em que operam, a fim de mudar de forma consciente o cenário da política de internet no Paquistão. Por fim, a *Hamara Internet* pretende destacar como o ativismo on-line no Paquistão, com a ajuda da política e resistência feminista, molda nossa experiência de sermos cidadãos na internet.

As perspectivas feministas são forças incrivelmente positivas que devem ser uma parte proeminente do debate sobre os direitos digitais. As narrativas sobre os direitos digitais, especialmente agora que estamos vendo o espaço civil off-line se movendo para o espaço on-line, não podem existir sem o reconhecimento do feminismo, da justiça social e das comunidades de ativistas que se formam em torno delas.

5 • Conclusão

Estas considerações mostram como o ativismo feminista no Paquistão está respondendo às restrições ao espaço civil, que está presente há muito tempo no país, com a ajuda da mídia digital. No entanto, os espaços on-line possuem seus próprios riscos e desafios. As narrativas de segurança da internet são predominantemente dominadas pelos homens e, em muitos casos, lideradas pelo governo. É essa narrativa que define o espaço on-line no Paquistão e gera uma reação da população paquistanesa devido à retórica religiosa e nacionalista propagada pelo Estado. Apesar das nossas conquistas coletivas, as ameaças que enfrentamos off-line estão cada vez mais presentes on-line. Deve-se reconhecer que o ativismo feminista on-line não é inclusivo o suficiente e, portanto, permite que a retórica governamental negativa ganhe força. A barreira do idioma é um problema real no movimento, muitas vezes considerado inacessível, "ocidental" e elitista.

Esses desafios precisam ser combatidos pelos coletivos feministas. Devemos cuidar melhor dos espaços on-line e desenvolver mais conteúdo que atenda a todos paquistaneses, em diferentes idiomas e em diversos contextos, para garantir que as hierarquias sociais não sejam replicadas on-line e para superar discursos sociais conservadores. Devemos efetivamente aproveitar o poder da internet no Paquistão e resistir às tentativas de silenciar as vozes das mulheres on-line.

NOTAS

1 • Conforme documentado por Dr. Rubina Saigol, "Feminism and the Women's Movement in Pakistan: Actors, Debates and Strategies." Friedrich Ebert Stiftung, 2016, acesso em 2 de dezembro de 2017, http://library.fes.de/pdf-files/bueros/pakistan/12453.pdf.

2 • Emrys Schoemaker, "Digital Purdah: How Gender Segregation Persists Over Social Media." Dawn, 30 de julho de 2015, acesso em 2 de dezembro de 2017, https://www.dawn.com/news/1197345.

3 • Urooj Zia, "She's Begging to be Raped – Twitterverse for Feminists in Pakistan!" GenderIT, 17 de dezembro de 2012, acesso em 2 de dezembro de 2017, https://www.genderit.org/feminist-talk/shes-begging-be-raped-twitterverse-feminists-pakistan.

4 • A WAF foi formada em resposta às leis sobre adultério, também conhecidas como Decreto Hudood de 1979, promulgadas durante a ditadura do General Zia-ul-Haq, que durou de 1977 até sua morte em 1988. O decreto considera o adultério e o estupro como o mesmo crime e absolve os autores deste último crime, tornando assim o estupro quase impossível de ser provado, colocando o ônus da prova nas vítimas. Além disso, a violência contra as mulheres começou a ser vista pelo Estado como um assunto doméstico, especialmente de acordo com as leis Qisas e Diyat, isso tornou possível a liberação dos assassinos (principalmente familiares) de mulheres. A "Lei da Evidência" também foi promulgada para reduzir o peso do depoimento das mulheres em um tribunal de justiça à metade do peso do depoimento dos homens. Tais leis

permitiram inclusive a flagelação pública das mulheres. Para mais informações, ver I.A. Rehman, "40 Years of Zia: How Zia Redefined Pakistan." Dawn, 2 de julho de 2015, acesso em 2 de dezembro de 2017, https://www.dawn.com/news/1342697.

5 • Os protestos feministas em massa ocorreram por meio de manifestações, correspondências e campanhas de petição em oposição às medidas opressivas estabelecidas pelo Estado na década de oitenta. Relatos de testemunhas oculares dos protestos em 1983 lembram do uso ilegítimo de força pelo governo contra as manifestantes na esplanada de Lahore. Métodos como gás lacrimogêneo e *lathi* (cassetete) foram usados contra cerca de duzentas a duzentas e cinquenta mulheres e demonstram o uso estatal brutal da força contra o movimento que estava emergindo diante de seus olhos.

6 • Shahnaz Rouse nota que "o regime baseia-se ideologicamente no fundamentalismo islâmico, incluindo seus princípios contra as mulheres..." e, em seguida, relaciona isso ao fato de o Paquistão ser um Estado fascista que produz "uma elite intelectual tradicionalmente orientada a apoiar o Estado e o direito político" que se traduz como "falta de respeito pelas mulheres". Ver Shahnaz Rouse, "Dossier 3: Women's Movement in Pakistan: State, Class, Gender." Mulheres Vivendo Sob Leis Islâmicas, junho/julho de 1988, acesso em 2 de dezembro de 2017, http://www.wluml.org/node/241.

7 • Expressão em urdu romano, que significa "véu e os limites das quatro paredes de sua casa"

8 • Um exemplo disso é a sua presença na seção regional de Lahore: "Women's Action Forum Lahore's Facebook Page," Women's Action Forum Lahore, 2017, acesso em 2 de dezembro de 2017, https://www.facebook.com/WAFLahore/.

9 • Javaria Khan, "Girls at Dhabas is Reclaiming Public Space for Women in Pakistan." Muftah, 29 de abril de 2016, acesso em 2 de dezembro de 2017, https://muftah.org/girls-at-dhabas-women-pakistan-public-spaces/#.WdS3-tOCw2x.

10 • Ameera Iqbal, "Girls at Dhabas: A Much-needed Campaign." The News on Sunday, 13 de setembro de 2015, acesso em 2 de dezembro de 2017, http://tns.thenews.com.pk/girls-at-dhabas-much-needed-campaign/.

11 • O nome dos podcasts é "Behenchara Diaries": "Behenchara Diaries' Soundcloud Page," Behenchara Diaries, 2017, acesso em 2 de dezembro de 2017, https://soundcloud.com/behenchara-diaries.

12 • Bhaskar Chawla, "Why Loiter: A Movement to Reclaim Public Places for Women in South Asia." Vagabomb, 4 de janeiro de 2016, acesso em 2 de dezembro de 2017, http://www.vagabomb.com/Why-Loiter-A-Movement-to-Reclaim-Public-Places-for-Women-in-South-Asia/.

13 • As atividades do coletivo estão documentadas na sua página pública do Facebook: "The Feminist Collective's Facebook Page," The Feminist Collective, 2017, acesso em 2 de dezembro de 2017, https://www.facebook.com/tfclahore/.

14 • Sonia Qadir, "Why the Left is (Still) Sexist." Tanqeed, dezembro de 2015, acesso em 2 de dezembro de 2017, http://www.tanqeed.org/2015/12/why-the-left-is-still-sexist/.

15 • "The Pakistani Government Must Release Zeenat Shahzadi from Custody," Canadian Journalists for Free Expression, 16 de novembro de 2017, acesso em 2 de dezembro de 2017, http://www.cjfe.org/the_pakistani_government_must_release_zeenat_shahzadi_from_custody.

16 • "No Country for Bold Women," (declaração sobre o assassinato de Qandeel Baloch), Action for Progressive Pakistan, 16 de julho de 2016, acesso em 2 de dezembro de 2017, https://progpak.wordpress.com/2016/07/16/no-country-for-bold-women/.

17 • Shmyla Khan, "Surveillance as a Feminist Issue." Privacy International, 1 de dezembro de 2016, acesso em 2 de dezembro de 2017, https://www.privacyinternational.org/node/1007.

18 • Apesar dos avanços, a exclusão digital no país continua a ser um problema. Em meados de 2016, a penetração da internet no Paquistão era de 18%, embora se espera que aumente com o advento da internet móvel (3G e 4G) "Porcentagem de pessoas usando a Internet, 2000-2015", International

Telecommunication Union, 2017, acesso em 2 de dezembro de 2017, http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/stat/default.aspx.

19 • "Para tornar a situação ainda mais difícil, a compreensão e a tolerância do feminismo no Paquistão e em outros países muçulmanos permanecem baixas, limitadas a uma estreita confluência entre ideologia oriental e ocidental. Em geral, o feminismo é considerado desnecessário, uma construção do Ocidente que não merece importância na estrutura islâmica", Mehreen Ovais, "Feminism in Pakistan: A Brief History." The Express Tribune, 23 de setembro de 2014, acesso em 2 de dezembro de 2017, 2017, https://tribune.com.pk/story/764036/feminism-in-pakistan-a-brief-history/.

20 • No artigo 'Mulheres Brancas, vocês precisam falar de racismo' para a Bitch Media, escritora Margaret Jacobsen observa e descreve o comportamento das feministas brancas, as mulheres que "se tornam frágeis ... reclamam, culpam e se recusam a reconhecer que precisa ocorrer uma mudança do que chamamos de feminismo". Jacobsen prossegue e define o "auge do feminismo branco" como "levar a cabo o que ele faz melhor, cuidar da mulher branca enquanto pisa em cima das mulheres negras (...) . O feminismo branco, as mulheres brancas que acreditam ser justas e "bem intencionadas", também estão contribuindo para a supremacia branca". Allison Mccarthy, "Get Out and Ineffectiveness of Post-Racial White Feminism." Bitch Media, 1 de março de 2017, acesso em 2 de dezembro de 2017, https://www.bitchmedia.org/article/get-out-movie-white-feminism.

21 • A crítica corriqueira ao movimento feminista tende a se concentrar em sua ineficácia em promover um progresso radical e visível para as mulheres, em particular as mulheres da classe trabalhadora. Essa crítica externa se concentrou na procedência das mulheres ativistas e cultura das organizações não-governamentais (ONGs) que encorajou as ativistas a serem orientadas pelos financiadores, ao invés de independentes ou 'autóctones' na elaboração de suas agendas. Frequentemente, a crítica foi direcionada às personalidades das mulheres ativistas e sua perspectiva 'ocidental' ". Afiya Shehrbano Zia, "The Reinvention of Feminism in Pakistan," *Feminist Review* 91, no. 1 (fevereiro 2009): 29-46, acesso em 2 de dezembro de 2017, http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/apcity/unpan051005.pdf.

22 • "Laal ReMarx's Facebook Page," Laal ReMarx, 2017, acesso em 2 de dezembro de 2017: https://www.facebook.com/LaalReMarx/.

23 • "National Trade Union Federation – NTUF's Facebook Page," NTUF, 2017, acesso em 2 de dezembro de 2017, https://www.facebook.com/National-Trade-Union-Federation-NTUF-1594302000818483.

24 • Fawad Hassan, "Exclusive: Khaadi Ripping Off Workers of Over Rs100 Million Every Year." The Express Tribune, 11 de agosto de 2017, acesso em 2 de dezembro de 2017, https://tribune.com.pk/story/1479056/exclusive-khaadi-ripping-off-workers-off-rs100-million-every-year/.

25 • Sara Jaffri, "Working Class Power & Feminism: An Interview with Alia Amirali | VOICES," Tanqeed, setembro de 2016, acesso em 2 de dezembro de 2017, http://www.tanqeed.org/2016/09/working-class-power-feminism-amirali-interview/.

26 • Em Urdu Romano "Harara" significa "nossa".

27 • Maiores informações sobre o projeto podem ser encontradas em: "Hamara Internet," Digital Rights Foundation, 8 de abril de 2015, acesso em 2 de dezembro de 2017, https://digitalrightsfoundation.pk/work/hamara-internet/.

28 • Que engloba segurança física, psicossocial e digital.

29 • O Plano de Ação Nacional é um plano de ação que foi estabelecido pelo governo do Paquistão em janeiro de 2015 para combater o terrorismo e complementar a ofensiva antiterrorista em curso no noroeste do Paquistão.

30 • "Cyber Harassment Helpline," Digital Rights Foundation, 30 de novembro de 2016, acesso em 2 de dezembro de 2017, https://digitalrightsfoundation.

pk/cyber-harassment-helpline/.

31 • No caso em que o requerente deseje entrar com uma ação legal, ou quando são necessários serviços especializados que possam ser mais bem fornecidos por outra organização não-governamental.

32 • Para mais informações sobre o conceito de internet feminista, veja: "About," Os Princípios Feministas da Internet, 15 de agosto de 2016, acesso em 2 de dezembro de 2017, https://feministinternet.org/en/about.

ZOYA REHMAN – *Paquistão*
Zoya Rehman é advogada, pesquisadora e ativista feminista. Zoya reside em Islamabad, Paquistão, e vem trabalhado em questões de gênero e judiciais a partir de uma abordagem multidisciplinar por meio de sua prática jurídica e pesquisa. Atualmente, Zoya trabalha na Digital Rights Foundation e, anteriormente, trabalhou no Supremo Tribunal do Paquistão. Zoya também faz parte de diversos coletivos feministas no Paquistão.

contato: *zoeyarehman@gmail.com*

Recebido em setembro de 2017.
Original em inglês. Traduzido por Fernando Sciré.

"Esta revista es publicada bajo la licencia la Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License"

DESAFIOS GLOBAIS, RESPOSTAS LOCAIS

Dhananjayan Sriskandarajah & Mandeep Tiwana

• *Embora reconhecendo a natureza interconectada dos ataques ao espaço civil,* • *continua sendo essencial amplificar as vozes da sociedade civil e apoiar as reações locais*

RESUMO

Estamos enfrentando uma situação de emergência global no espaço civil. Trata-se agora de um fenômeno universal, não mais restrito a autocracias e democracias frágeis. Embora exista um interesse crescente pela natureza e pelo impacto dessas restrições, há pouca análise das causas mais profundas do fenômeno e ainda menos sobre como apoiar as reações locais. Argumentamos que é fundamental reconhecer a natureza global e interconectada do que está promovendo os ataques ao espaço civil, mas que é mais importante ainda encontrar formas de apoiar as respostas locais, inclusive através de um exame das práticas da sociedade civil. Além disso, o espaço civil não pode ser "salvo" de fora; precisamos construir uma sociedade civil resiliente e independente, pronta e disposta a reagir - juntos, sempre que possível - aos problemas que enfrenta. O desafio mais abrangente não é o técnico e de curto prazo de repelir os ataques ao espaço civil, mas o político e de mais longo prazo de reimaginar um cenário mais participativo, no qual as contribuições da sociedade civil sejam celebradas e a democracia substantiva prospere.

PALAVRAS-CHAVE
Sociedade civil | Populismo | Democracia | Espaço civil

Introdução: uma grande variedade de fatores contribuintes

Enquanto o início da década de 2010 tenha-se caracterizado por revoltas populares de grande escala – fosse contra ditadores ou contra políticas econômicas neoliberais –, parece que a segunda metade da década será definida pelo surgimento do homem forte e por uma degradação geral da democracia constitucional.[1] Essa mudança representa um forte golpe para os ativistas dos direitos humanos e para as organizações da sociedade civil que buscam justiça social, que já enfrentam a manipulação rotineira do discurso da segurança global para esmagar a dissidência em nível nacional. No entanto, se situarmos essa mudança dentro de um contexto de causa e efeito, no qual revoltas levam a repressões e repressões levam a revoltas, então, nós da sociedade civil temos motivos para ter esperança. O estreitamento do espaço civil e dos princípios democráticos – mesmo em lugares que pensávamos que já constituíam democracias estabelecidas – é uma questão de preocupação permanente, como atesta o Monitor CIVICUS, que utiliza uma metodologia participativa para avaliar o estado das liberdades civis em todo o mundo.[2] Mas essas tendências também estão mobilizando a sociedade civil global. A inclinação para o autoritarismo já está levando a fortes reações. A marcha das mulheres sobre Washington e as marchas associadas de irmãs em todo o mundo após a posse do presidente americano Donald Trump, em novembro de 2016, talvez tenha atraído atenção maior dos meios de comunicação, mas vários novos e grandes movimentos de resistência estão surgindo em reação a discursos políticos neofascistas, xenófobos e sexistas.[3]

Muitas das restrições contemporâneas à sociedade civil são reações automáticas, às vezes preventivas, a mobilizações populares de sucesso, um resultado triste e inesperado da esperança inicial da assim chamada Primavera Árabe. Evidentemente, esse padrão de causa e efeito não é a única causa importante do aumento das restrições às liberdades cívicas. Uma combinação de líderes políticos que provocam divisões e a ocorrência contínua de ataques terroristas encorajaram os extremistas religiosos e ideológicos de todos os tipos a solapar a capacidade da sociedade civil de promover os direitos das comunidades LGBTI, das minorias étnicas e religiosas e das populações de refugiados. A consolidação do fundamentalismo de mercado também contribuiu para um ambiente de crescente intolerância das elites políticas e econômicas em relação à sociedade civil envolvida na denúncia da corrupção de alto nível e da destruição ambiental.

Além disso, aqueles que procuram restringir a sociedade civil estão coordenando cada vez mais seus esforços transnacionais para enfraquecer o marco internacional de direitos humanos. As restrições ao financiamento internacional para a sociedade civil, o enfraquecimento das instituições multilaterais e o recuo de acordos internacionais utilizando argumentos frágeis de soberania de Estado ou a suposta ameaça de terrorismo são todos meios pelos quais poderosos interesses estabelecidos procuram desfazer a cooperação e o progresso alcançado no discurso dos direitos humanos. Esses fatores conduziram a vários propulsores de restrições às liberdades cívicas, muitas vezes observáveis em todo o mundo. Pensamos que vale a pena prestar atenção a três deles.

1 - O negócio da repressão da sociedade civil

Embora haja um interesse crescente dos organismos de desenvolvimento e das grandes organizações internacionais não governamentais (ONGs) em envolver as empresas na resolução dos problemas do mundo, inclusive na implementação da Agenda 2030, há um reconhecimento menor da influência das Com efeito fato, há uma tensão inerente entre a adoção de políticas econômicas neoliberais nos mais altos níveis da tomada de decisões nacional e internacional e a rejeição delas por parte das pessoas comuns em nível local, muitas vezes lançando atores da sociedade civil que trabalham em comunidades locais contra empresas poderosas com fortes conexões políticas.

As influências do setor privado na sociedade civil decorrentes do conluio entre as elites políticas e econômicas são particularmente claras na área da exploração de recursos naturais por indústrias extrativas e agronegócios gigantescos. Os defensores locais do meio ambiente, muitas vezes indígenas, enfrentam retaliações por proteger os recursos naturais da exploração externa. Por exemplo, na Argentina, o desaparecimento do ativista Santiago Maldonado levou a acusações de que as forças de segurança do governo estão atacando os cidadãos para proteger os interesses empresariais.[4] Maldonado foi encontrado morto em outubro de 2017 após um choque entre forças de segurança do governo e ativistas dos direitos indígenas que protestavam contra a exploração pela Benetton de terras ancestrais da comunidade mapuche. O assassinato da premiada ativista hondurenha Berta Cáceres, que se opôs a um enorme projeto hídrico, é emblemático dos desafios que transcendem as fronteiras globais Norte-Sul.[5] Nos Estados Unidos, manifestantes indígenas que se opõem ao controverso oleoduto Dakota Access Pipeline por acreditar que ele destruirá cemitérios ancestrais e envenenará seu abastecimento de água enfrentaram uma série de restrições, levando a União Americana pelas Liberdades Civis a apoiá-los.[6]

2 - Uma mistura tóxica de ideologias extremistas

Como ficou evidente acima, os Estados não são os únicos a restringir o espaço civil. Em ambientes propensos a conflito, bem como em outros, os defensores de ideologias extremistas consideram a sociedade civil, com sua ênfase na diversidade e na coesão social, um obstáculo para alcançar seus objetivos. Terroristas e forças políticas extremistas compartilham o alvo comum de dividir sociedades em torno de interpretações estreitas de etnias ou religiões. Eles põem a culpa dos problemas contemporâneos nos grupos excluídos. A sociedade civil que resiste a esse divisionismo é acusada de antitética a valores religiosos, nacionais ou culturais supostamente compartilhados. Na Europa, os grupos da sociedade civil que trabalham com direitos das populações de refugiados e migrantes estão enfrentando uma reação violenta.[7] Em muitas partes da Ásia ocidental, os defensores dos direitos das mulheres têm sido atacados por grupos armados que procuram impor pela força doutrinas religiosas puritanas às populações, chamando a busca pela igualdade de gênero de uma invenção ocidental. Por exemplo, no Afeganistão, os talibãs assassinaram várias ativistas dos direitos das mulheres e forçaram outras a fugirem de suas casas por segurança.[8]

No sul da Ásia, o assassinato da jornalista indiana Gauri Lankesh, crítica proeminente das ações dos extremistas direitistas hindus, evoca os desafios enfrentados na região por blogueiros e jornalistas por se manifestarem contra a imposição de costumes religiosos e culturais de mentalidade estreita.[9] Na África, os evangelistas religiosos com ligações intercontinentais estimularam a homofobia e os ataques a organizações e ativistas que promovem os direitos das pessoas LGBTI.[10]

3 - Recuo da democracia e do multilateralismo

Enquanto a mídia global e a atenção da sociedade civil se concentravam na degradação das liberdades cívicas devido ao surgimento de políticas "neofascistas" em democracias (por exemplo, Brasil, Hungria, Índia, Filipinas, Polônia, EUA etc.), "homens fortes" e regimes despóticos de vários países foram incentivados, no clima atual de recuo do internacionalismo, a consolidar seu poder mediante a manipulação dos processos eleitorais e dos limites dos mandatos constitucionais (por exemplo, Angola, Burundi, Camboja, República Democrática do Congo, Ruanda, Turquia, Uganda, Zimbábue etc.). Da Rússia à Turquia e à Venezuela, há uma batalha em andamento para silenciar aqueles que falam "verdade ao poder", onde a repressão contra aqueles que falam a língua dos direitos humanos está se tornando a norma e não a exceção. Chama a atenção o fato de que, logo após a visita à Arábia Saudita do presidente Donald Trump, um oponente visceral da mídia independente, o quarteto alinhado de Bahrein, Egito, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos bloqueou o Catar para silenciar a rede de notícias Al Jazeera, entre outras coisas.[11] O segmento em inglês da Al Jazeera, apoiado pelos catarenses proporciona muitas vezes uma plataforma para a sociedade civil realçar as violações dos direitos humanos e promover discursos alternativos.

Os eventos acima mencionados, que coincidem com a ascensão da China à categoria de superpotência mundial, estão contribuindo para um recuo espetacular do marco internacional de direitos humanos. O modelo de desenvolvimento da China, com sua ênfase no crescimento econômico e na supressão das liberdades civis e políticas, proporcionou um modelo e uma tábua de salvação para o comércio internacional de muitos regimes autoritários que, de outra forma, não teriam sido tolerados pela comunidade internacional. Embora a falta de transparência da política externa da China dificulte avaliar com precisão seu impacto, os documentos oficiais do governo chinês indicam uma falta de compromisso com os valores democráticos e os direitos humanos que, segundo observadores externos, é uma característica das investidas de desenvolvimento da China até o momento. Por exemplo, um "livro branco" da política externa do governo chinês divulgado em 2016 menciona o desenvolvimento, mas não faz referência a "democracia, liberdade pessoal e direitos humanos".[12] É possível dizer que o domínio econômico da China é um fator agravante na redução da influência dos governos democráticos e do Ocidente em geral sobre a promoção dos direitos e da participação da sociedade civil no Sul Global. Porém, deve-se notar também que, embora os doadores ocidentais aparentemente apoiem muito mais os direitos humanos e as liberdades democráticas, ainda permanecem pontos cegos baseados em suas prioridades geopolíticas estratégicas. Por exemplo, a Human Rights Watch informou que a

União Europeia não conseguiu monitorar o uso indevido de sua ajuda ao desenvolvimento da Etiópia, que ela diz ter aumentado a "capacidade repressiva do governo".[13]

Tudo isso corre o risco de solapar várias vitórias fundamentais obtidas pela sociedade civil em nível internacional, entre elas as resoluções da ONU sobre a proteção aos defensores dos direitos humanos e a indicação de um representante especial da ONU para denunciar as represálias contra membros da sociedade civil que participam de fóruns multilaterais. Muitos membros da sociedade civil estão questionando o valor da participação em mecanismos internacionais, quando há tão pouca influência positiva na prática. Não obstante, uma retirada da arena internacional equivaleria a abandonar os ganhos – mesmo que imperfeitos – em liberdades cívicas e participação da sociedade civil. Apesar das dificuldades, processos como a revisão periódica universal feita pela ONU ou os procedimentos para registrar denúncias junto aos especialistas da ONU oferecem vias importantes para concretizar direitos e ressaltar violações.

Pondo as reações locais no coração da luta

Como escrevemos na edição do 20º. aniversário da revista *Sur* em 2014,[14] havia (e continua havendo) uma necessidade de que as vozes da sociedade civil do Sul Global sejam amplificadas e ouvidas em discursos globais sobre direitos humanos. As discussões sobre o espaço civil não são diferentes e, com efeito, é ainda mais importante encontrar maneiras de fortalecer os atores locais. Nisso vemos também três questões às quais vale a pena prestar atenção.

1 - Recursos para a resiliência de organizações locais

Numa época de vínculos crescentes entre organizações da sociedade civil voltadas para os direitos (OSCs) e a comunidade filantrópica/de doadores, o financiamento tornou-se uma área importante de contestação. O relatório CIVICUS 2015 sobre o Estado da Sociedade Civil[15] destacou que apenas uma pequena proporção da ajuda ao desenvolvimento vai realmente direto para a sociedade civil no Sul Global. Enquanto isso, inúmeros governos procuraram limitar ou interferir no financiamento internacional da sociedade civil mediante uma série de leis e práticas restritivas bem documentadas. Contudo, mesmo quando esses fatores não estão presentes, as prioridades instáveis dos doadores e a deferência excessiva aos caprichos governamentais criaram uma situação em que várias organizações menores estão fechando enquanto as maiores, mais versadas em marketing e peritas em atender aos sofisticados requisitos contábeis e financeiros dos doadores, estão expandindo-se. Por exemplo, uma organização administrada por refugiados sírios na Turquia diz ter experimentado dificuldades em obter financiamento internacional, apesar de ter um conhecimento local muito mais relevante do que as organizações internacionais que atraem doadores globais.[16] O relatório ao Secretário-Geral da ONU do Painel de Alto Nível sobre Financiamento Humanitário de 2016[17] informou que naquele ano apenas 0,2% do financiamento humanitário foi direcionado para organizações locais.

As OSCs internacionais costumam abocanhar recursos que poderiam ter sido encaminhados para organizações menores, mas igualmente eficazes. Infelizmente, se essa tendência continuar, o panorama da sociedade civil organizada começará a se assemelhar ao mercado com grandes franquias que expulsam empresas de propriedade local e enraizadas no lugar. Os doadores internacionais precisam ter consciência de que sua burocracia pode excluir as organizações que estão enraizadas nas comunidades, possuem expertise local e têm despesas gerais significativamente mais baixas do que organizações maiores com cadeias de suprimentos sofisticadas.

2 - Ir além da *accounts-ability*

Em todo o mundo, a legitimidade de muitas organizações da sociedade civil está sendo questionadas em várias frentes, de políticos que as demonizam, acusando-as de serem grupos de interesses especiais desconectados da realidade, a movimentos sociais que consideram que as OSCs tradicionais são, na melhor das hipóteses, esotéricas e, na pior, cooptadas. Enquanto isso, as formas usuais com que as OSCs demonstram sua *accountability* – mediante o cumprimento de requisitos regulatórios e entrega de relatórios aos doadores –provavelmente não são suficientes para convencer políticos ou públicos céticos. "A *accounts-ability* [capacidade de prestar contas] não deve ser confundida com a *accountability*", como diz um ativista indiano. "*Accounts-ability*" refere-se à *accountability* puramente contábil. Também pode ser entendida como *accountability* forçada de fora. Embora ela tenha seu lugar, especialmente em relação ao cumprimento de requisitos, será somente através do estabelecimento de conexões melhores e mais receptivas com as comunidades que alegam servir que as OSCs serão capazes de estabelecer uma defesa robusta contra os ataques políticos que porventura sofram.

Ir "além da *accounts-ability*" é alcançar uma compreensão mais profunda do raciocínio que está por trás do que fazemos enquanto sociedade civil. Isso envolve franqueza e transparência, não por motivos contábeis, mas porque são fundamentais para realizar mudanças significativas. Isso poderia incluir coisas como a tomada de decisões centradas nas pessoas, a adaptação em tempo real às necessidades dos interessados e a criação da próxima geração de promotores de mudanças sociais. Essa forma de *accountability* não diz respeito apenas a relatórios financeiros e transparência para os doadores, mas ao diálogo significativo com as comunidades afetadas e as partes interessadas, e a ficar de olho nos resultados mais amplos para orientar o processo de tomada de decisão organizacional.

3 - Manter-se unidos

É necessária uma resposta enérgica, global, liderada pela sociedade civil para combater os ataques às liberdades civis. Muitos de nós fizemos um bom trabalho para garantir que a realidade do fechamento do espaço civil apareça no radar da comunidade internacional, mas os esforços para lutar contra as restrições são muitas vezes duplicados e descoordenados, e muito raramente eles parecem estar produzindo uma influência positiva nos debates políticos

em nível nacional sobre o papel da sociedade civil. Em um número demasiado de países, aqueles que se opõem à sociedade civil conseguem safar-se, acusando mqaliciosamente aqueles que desafiam seu poder de traidores, desconectados, corruptos e comprados por financiadores estrangeiros. Além disso, a sociedade civil deve explorar novas maneiras de falar sobre seu próprio valor e defender as liberdades civis junto aos públicos globais. Devemos deixar claro que a ativação dos direitos da sociedade civil é uma parte essencial da defesa da democracia. Para tanto, precisamos fazer alianças progressistas e trabalhar nelas, reunir massas substanciais de cidadãos e conectar as OSCs clássicas, movimentos de protesto, jornalistas, sindicatos, grupos juvenis, empresas sociais, plataformas artísticas e muitas outras partes do universo da sociedade civil. Precisamos proporcionar as plataformas e a liderança necessárias para reunir uma gama tão diversificada de partes interessadas da sociedade civil em nível regional e de todo o mundo que garanta vitórias cruciais e de curto e longo prazo a fim de recuperar o espaço civil em nível nacional e incubar novas formas de resistência e organização.

Conclusão: "salvar" o espaço civil *versus* reimaginar a democracia

Um espaço civil robusto só pode existir dentro de uma democracia em funcionamento e, portanto, salvaguardar a sociedade civil também envolve reimaginar modelos de democracia mais participativos, com as pessoas em seu centro. Visto dessa forma, o desafio mais abrangente não é o técnico, de curto prazo, de repelir os ataques ao espaço civil, mas um desafio político de longo prazo de reimaginar um cenário mais participativo onde a democracia substantiva prospere.

Ao fazê-lo, nós, na sociedade civil, precisamos questionar o impulso divisório do "vencedor leva tudo" da democracia eleitoral, e reforçá-la com a âncora inclusiva da democracia constitucional. Em essência, a democracia eleitoral separa as pessoas de acordo com linhas partidárias baseadas em ideologias e demandas. Populistas de todo o mundo interpretam seus mandatos eleitorais como sinais para ignorar as opiniões daqueles que não votaram neles ou não concordam com eles. O constitucionalismo, por outro lado, impõe aos líderes eleitos a responsabilidade de respeitar as opiniões minoritárias e buscar políticas inclusivas do tipo que a sociedade civil apoie. Há muito a ser feito para fortalecer as instituições democráticas com seus controles e contrapesos inerentes a fim de proteger os grupos subalternos da "tirania" do populismo da direita.

Enquanto falamos, várias lutas para criar sociedades melhores estão sendo travadas através de mobilizações públicas em muitas partes do mundo. Na Romênia, centenas de milhares de pessoas que foram às ruas no início de 2017 para protestar contra a corrupção do governo forçaram o primeiro-ministro a revogar as medidas de emergência que teriam reduzido as punições para os políticos condenados por corrupção.[18] Na Polônia, os defensores dos direitos das mulheres conseguiram deter uma lei contra o aborto regressiva que teria impedido as mulheres de terem qualquer poder sobre seus direitos

sexuais e reprodutivos.[19] Na Coréia do Sul, protestos em massa contribuíram para o impeachment da presidente conservadora Park Geun-hye, que havia sido uma firme proponente do enfraquecimento dos direitos trabalhistas.[20] Na Gâmbia, a sociedade civil mobilizou com êxito a comunidade regional e internacional para pressionar o líder ditador Yahyeh Jammeh – que certa vez prometeu enforcar os defensores dos direitos humanos – a respeitar o veredicto popular e renunciar à presidência.[21]

Além disso, os ganhos obtidos em nível internacional mediante a adoção de compromissos da Agenda 2030 para a proteção das liberdades fundamentais e a promoção de parcerias da sociedade civil são oportunidades para a sociedade civil organizada informar ao mundo sobre o desempenho dos Estados em relação ao espaço civil e dialogar sobre a participação da sociedade civil na tomada de decisões nacionais.

Desse modo, nem todas as causas profundas da atual crise democrática global sinalizam que a sociedade civil está em declínio ou aceita uma narrativa de desempoderamento. Há muitos de nós lutando por um mundo justo, inclusivo e sustentável, levando a luta para as ruas, salas de redação e tribunais.

NOTAS

1 • Dhananjayan Sriskandarajah, "Revolutions, But Not As We Know Them." Al Jazeera, 9 de junho de 2014, acesso em 12 de novembro de 2017, http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2014/06/protests-brazil-turkey-201466191250202505.html; Mandeep Tiwana, "Neoliberalism and Public Unrest: Time to Make the Connection." Al Jazeera, 11 de julho de 2013, acesso em 12 de novembro de 2017, http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2013/07/201374123247912933.html.

2 • "Ratings Update October 2017," CIVICUS, CIVICUS Monitor, outubro de 2017, acesso em 12 de novembro de 2017, https://monitor.civicus.org/Ratingsupdatesept17/.

3 • "New Democratic Crisis", in *CIVICUS State of Civil Society Report*, CIVICUS, 2017, acesso em 12 de novembro de 2017, http://www.civicus.org/documents/reports-and-publications/SOCS/2017/year-in-review/new-democratic-crisis.pdf.

4 • Lucas Radicella, "Santiago Maldonado's Death Overshadows Elections." Al Jazeera, 22 de outubro de 2017, acesso em 12 de novembro de 2017, http://www.aljazeera.com/news/2017/10/santiago-maldonados-death-overshadows-elections-171022103135489.html.

5 • Nina Lakhani, "Berta Caceres Court Papers Show Murder Suspects' Links to US Trained Elite Troops." The Guardian, 28 de fevereiro de 2017, acesso em 12 de novembro de 2017, https://www.theguardian.com/world/2017/feb/28/berta-caceres-honduras-military-intelligence-us-trained-special-forces.

6 • "Standing with Standing Rock," ACLU, 15 de

janeiro de 2016, acesso em 12 de novembro de 2017, https://www.aclu.org/issues/free-speech/rights-protesters/stand-standing-rock.

7 • "France: The Harassment of Cédric Herrou, Defender of Migrants' Rights, Must End," FIDH, 4 de setembro de 2017, acesso em 12 de novembro de 2017, https://www.fidh.org/en/issues/human-rights-defenders/france-the-harassment-of-cedric-herrou-defender-of-migrants-rights.

8 • Sune Engel Rasmussen, "Afghanistan's Women Risk Their Lives to Demand Equal Rights and Protection." The Guardian, 25 de novembro de 2015, acesso em 12 de novembro de 2017, https://www.theguardian.com/global-development/2015/nov/25/afghanistan-women-risk-lives-demand-equal-rights-protection.

9 • Karnika Kohli, "Gauri Lankesh Assassination: How the Right Wing Is Trying to Spin the Narrative." The Wire, 7 de setembro de 2017, acesso em 12 de novembro de 2017, https://thewire.in/174542/gauri-lankesh-assassination-right-wing/.

10 • Rev Kapya Kaoma, "US Christian Right and the Attacks on Gays in Africa." Huffington Post, 2009, acesso em 12 de novembro de 2017, https://www.huffingtonpost.com/rev-kapya-kaoma/the-us-christian-right-an_b_387642.html.

11 • Marwan Bishara, "What is the GCC-Qatar Showdown Really About?." Al Jazeera, 26 de junho de 2017, acesso em 12 de novembro de 2017, http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2017/06/qatar-gcc-crisis-reasons-170625140544893.html.

12 • Jared Ferrie, "If Trump's America Shrinks Humanitarian Support, Will China Fill the Void?." Irin News, 5 de dezembro de 2016, acesso em 12 de novembro de 2017, https://www.irinnews.org/analysis/2016/12/05/if-trump-s-america-shrinks-humanitarian-support-will-china-fill-void.

13 • "Human Rights Watch Statement to the European Parliament," Human Rights Watch, 12 de outubro de 2016, acesso em 12 de novembro de 2017, https://www.hrw.org/news/2016/10/13/human-rights-watch-statement-european-parliament.

14 • Dhananjayan Sriskandarajah e Mandeep Tiwana, "Towards a Multipolar Civil Society," Sur Journal 11, no. 20 (June 2014): 511-17, acesso em 12 de novembro de 2017, http://www.conectas.org/en/actions/sur-journal/issue/20/1007383-towards-a-multipolar-civil-society.

15 • "State of Civil Society Report," CIVICUS, 2015, acesso em 12 de novembro de 2017, http://www.civicus.org/images/StateOfCivilSocietyFullReport2015.pdf.

16 • Lyndal Rowlands, "Supporting Local Organisations: A Syrian Perspective." IPS News, 10 de fevereiro de 2017, acesso em 12 de novembro de 2017, http://www.ipsnews.net/2017/02/supporting-local-organisations-a-syrian-perspective.

17 • Nota: o coautor deste artigo Dhananjayan Sriskandarajah foi membro do painel. "High-Level Panel on Humanitarian Financing Report to the Secretary-General: Too Important to Fail - Addressing the Humanitarian Financing Gap," ReliefWeb, 17 de janeiro de 2016, acesso em 12 de novembro de 2017, https://reliefweb.int/report/world/high-level-panel-humanitarian-financing-report-secretary-general-too-important-fail.

18 • Rick Lyman e Kate Gillet, "Romania Reverses Decision to Weaken Corruption Law." The New York Times, 4 de fevereiro de 2017, acesso em 12 de novembro de 2017, https://www.nytimes.com/2017/02/04/world/europe/romania-protests-corruption.html.

19 • Robert Tait, "Thousands Protest Against Stricter Abortion Law in Poland." The Guardian, 18 de setembro de 2016, acesso em 12 de novembro de 2017, https://www.theguardian.com/world/2016/sep/18/thousands-protest-against-proposed-stricter-abortion-law-in-poland.

20 • Sook Jong Lee, "A Democratic Breakthrough in South Korea." Carnegie Endowment, 24 de março de 2017, acesso em 12 de novembro de 2017, http://carnegieendowment.org/2017/03/24/democratic-breakthrough-in-south-korea-pub-68394.

21 • "The Gambia: Time to Respect the Will of Gambians," CIVICUS, 17 de janeiro de 2017, acesso em 12 de novembro de 2017, http://www.civicus.org/index.php/media-resources/media-releases/2712-the-gambia-time-to-respect-the-will-of-gambians.

DHANANJAYAN SRISKANDARAJAH – *Sri Lanka*
Dhananjayan (ou Danny, como é conhecido) Sriskandarajah é secretário geral e CEO da CIVICUS desde janeiro de 2013. Anteriormente, foi diretor da Royal Commonwealth Society, diretor interino da Commonwealth Foundation, e vice-diretor do Institute for Public Policy Research. Danny é autor de numerosos relatórios e artigos acadêmicos sobre migração internacional e desenvolvimento econômico.

contato: *info@civicus.org*

Recebido em novembro de 2017.
Original em inglês. Traduzido por Pedro Maia Soares.

MANDEEP TIWANA – *Índia*
Mandeep Tiwana é Diretor de Programas da aliança da sociedade civil global, CIVICUS. É especialista em legislação que afete as liberdades essenciais da sociedade civil de expressão, associação e reunião pacífica. Antes de entrar para a CIVICUS em 2008, Mandeep trabalhou em várias questões de direitos humanos e justiça social na Índia. Escreveu extensamente sobre as intersecções entre espaço da sociedade civil, desenvolvimento sustentável e relações internacionais.

contato: *info@civicus.org*

Recebido em novembro de 2017.
Original em inglês. Traduzido por Pedro Maia Soares.

"Esta revista es publicada bajo la licencia la Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License"

O AUTOCUIDADO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA

Ana María Hernández Cárdenas
& Nallely Guadalupe Tello Méndez

- *Sustentabilidade e bem-estar para defensoras dos direitos humanos* -

RESUMO

Este artigo contém reflexões sobre a experiência da Iniciativa Mesoamericana de Defensoras de Direitos Humanos (IM-Defensoras) e do Consórcio para o Diálogo Parlamentar e a Equidade Oaxaca – como parte do Grupo Impulsor da IM-Defensoras – no trabalho sobre autocuidado que temos realizado desde 2010. Trabalhar sob a perspectiva do autocuidado não só permite a sustentabilidade dos movimentos sociais, mas também constitui uma postura ético-política que envolve a análise das práticas de trabalho e das relações estabelecidas em nível pessoal e coletivo. Este artigo também reúne a experiência da Casa La Serena, um espaço de repouso e cura para defensoras dos direitos humanos.

PALAVRAS-CHAVE
Autocuidado | Bem-estar | Casa La Serena | Movimentos sociais | Proteção integral | Defensoras dos direitos humanos

1 • Introdução

A Iniciativa Mesoamericana de Defensoras de Direitos Humanos (IM-Defensoras) foi criada em 2010 com o objetivo de gerar alternativas de proteção, autocuidado e segurança às mulheres que enfrentam em Honduras, na Guatemala, em El Salvador, no México e na Nicarágua o aumento do feminicídio, a diversificação das formas de violência na sociedade, o avanço das transnacionais na desapropriação de terras e de territórios, a precarização dos empregos ou o desemprego, a impunidade e a falta de justiça, bem como o autoritarismo que impera nos governos.

A IM-Defensoras conseguiu visualizar que essas violações dos direitos humanos seriam mais agudas nos próximos anos e, com isso, os níveis de demanda para as defensoras que já atendiam a uma multiplicidade de necessidades que, em muitos casos, excediam nossas energias, gerando percepções e sentimentos de coragem, impotência, raiva, preocupação, medo, terror, desespero e solidão. Além do desconforto físico derivado dessas emoções e de nossa própria negligência para atender aos pedidos de ajuda demais pessoas.

Alguns dados do *Diagnóstico 2012. Violencia contra Defensoras de Derechos Humanos en Mesoamérica*[1] ilustram o que dizemos:

- De 2010 a 2012, oito das 10 defensoras enfrentaram uma doença.

- Cinco de cada 10 defensoras não estavam satisfeitas com o tempo que passavam com seu parceiro e seus filhos – quando os tinham.

Por meio desses dados, constatamos uma profunda negligência com a vida diária de muitas defensoras como resultado do compromisso com as causas que defendem e, com base no autocuidado, tentamos gerar uma reflexão-ação que alcança um equilíbrio e que permite pensar sobre nós mesmas sem culpa.

2 • Os princípios do autocuidado

Dentro do Grupo Impulsor inicial da IM-Defensoras, constituído por *Asociadas por lo Justo (JASS), Asociación por los Derechos de las Mujeres y el Desarrollo (AWID), Consorcio para el Diálogo Parlamentario y la Equidad Oaxaca A.C. (Consorcio Oaxaca), Colectiva Feminista para el Desarrollo Local de El Salvador, Fondo Centroamericano de Mujeres (FCAM) e Unidad de Protección a Defensoras y Defensores de Derechos Humanos (UDEFEGUA)*,[2] foi decidido fortalecer a estratégia de autocuidado como elemento indivisível da proteção integral para defensoras com uma abordagem feminista.

Para alcançar o que indicamos, a partir do *Consorcio Oaxaca*, a organização responsável da estratégia de autocuidado na IM-Defensoras, assumimos duas ideias fundamentais do movimento feminista:

1. O pessoal é político. Essa máxima nos orienta na reflexão acerca da importância de nos vermos como sujeitos políticos do sexo feminino que praticam para si o que desejam para outras pessoas. Nesse sentido, a partir do autocuidado procedemos a uma revisão pessoal e uma reflexão sobre o modo como desenvolvemos a defesa dos direitos humanos ou o ativismo: as cargas de trabalho que temos são aquelas que desejaríamos para as pessoas que apoiamos? O modo como nos relacionamos com nossas/os companheiras/os de luta é aquele que acreditamos que ajuda na transformação social? Isto é, por meio desse tipo de reflexões tentamos concretizar nossos discursos a favor da vida das pessoas no cotidiano.

2. Qual é o sentido da revolução se não podemos dançar.[3] Esta frase, que dá título a um dos livros que inspiraram o desenvolvimento da estratégia de autocuidado na IM-Defensoras, é atribuída à anarquista Emma Goldman, que, diante da censura de um de seus companheiros pela dança "inadequada", apontou: "Se não se pode dançar, sua revolução não me interessa".[4] Com esta frase, reivindicamos o direito das defensoras ao gozo, prazer e usufruto de seu próprio corpo.

Depois de mais de sete anos de existência da IM-Defensoras, continuamos a afirmar que o conceito de autocuidado se encontra mais vigente do que nunca, porque os contextos em nossos países e as condições em que as defensoras realizam seu trabalho continuam sendo alarmantes. Por exemplo, no México:

> *[…] as ameaças constantes, os ataques, o assédio sexual e as campanhas de difamação contra as ativistas causam altos níveis de estresse, fadiga, depressão, ansiedade, enxaquecas e, ainda, diagnósticos de câncer cada vez mais frequentes.*[5]

Essas ameaças levam a saúde e o bem-estar daqueles que defendem os direitos humanos a ser afetados. Na verdade, no México, 91% das defensoras dos direitos humanos convivem com o estresse em seu cotidiano.

Tal estresse não é gerado apenas pelos riscos que enfrentamos dentro do movimento social ou por ataques ou ameaças do Estado, de empresas, de narcotraficantes ou de outros atores, mas também pelas condições precárias nas quais realizamos o trabalho de defesa dos direitos humanos: 80% das defensoras em nosso país não recebem salário por esse trabalho para o qual dedicam mais de oito horas diárias, por isso devem buscar outros empregos para cobrir suas despesas diárias, o que eleva não apenas suas cargas de trabalho, mas seu desgaste físico, mental, emocional, energético e psicológico.

É com base no exposto que, a partir da IM-Defensoras e do *Consorcio Oaxaca*, o autocuidado e o cuidado coletivo fazem parte de uma estratégia abrangente de proteção que gera bem-estar, acompanhamento e respeito mútuo para nossos corpos, nossas companheiras e outras organizações. O que, sem dúvida, possibilita a sustentabilidade dos

movimentos sociais dos quais fazemos parte, uma vez que falar de autocuidado significa ter um compromisso ético e uma posição política, cujos princípios para nós são:

1. Os espaços para a defesa dos direitos humanos e do ativismo não são idílicos. É importante saber que nossos espaços de trabalho, em muitos casos, também são permeados por uma cultura machista, patriarcal, de exploração e/ou autoexploração. É necessário estar em permanente revisão e desconstrução do que aprendemos ao longo de nossa vida e que, embora em nossos discursos apostemos no contrário, eles se reproduzem constantemente. Por essa razão, é vital não idealizar nem demonizar nossas organizações e/ou nossos movimentos, mas mantê-los em constante reflexão para que venham a ser os espaços que imaginamos.

A revisão pessoal também é fundamental. Byung-ChulHan, em seu livro *Psicopolítica*,[6] falou sobre essa característica atual do sistema capitalista: de não precisar de um opressor externo, mas de construir dentro de cada uma de nós nosso próprio tirano, exigindo cada vez mais de nós. Essa maneira efetiva de funcionamento do capital gera a dificuldade de lutar contra ele, pois se mostra difuso quem é o opressor ou a situação opressiva a ser transformada. Por tal razão, questionar em nós mesmas os mandatos patriarcais ou capitalistas, como, por exemplo, "ser para os outros" ou "trabalhar um pouco mais, sempre mais", são cruciais sob a perspectiva do autocuidado.

2. A defesa dos direitos humanos ou do ativismo não é um sacrifício. Devido aos contextos caracterizados pela violência em que vivemos, é comum pensar que é muito importante "dar um pouco mais" no ativismo, pois isso pode mudar o rumo das coisas. No entanto, por meio desse princípio, convidamos à reflexão sobre se, na verdade, o que precisamos fazer, não pode esperar que paremos para comer, dormir, descansar, dedicar um pouco de tempo à diversão. Vale mencionar que produtividade não é igual à criatividade ou eficácia. Em diversas ocasiões, na ânsia de fazer mais coisas, acabamos física e mentalmente exauridas, o que inibe nossa capacidade de resposta e de atenção.

3. O bem-estar não é um privilégio, mas um direito. Para muitas ativistas e defensoras, pensar em um momento de reflexão é um privilégio diante dos contextos que enfrentam. É por isso que convidamos as/os leitoras/es a refletir sobre a necessidade desses momentos para distração, desafogo, renovação e fortalecimento. No âmbito do conceito de proteção integral, no qual situamos o enfoque do autocuidado para as defensoras dos direitos humanos, refletimos sobre experiências nas quais as companheiras, devido ao nível de fadiga e desgaste, não conseguiram perceber diversos incidentes de segurança ou expuseram-se mais do que o necessário. Junto com o exposto, é comum que em nossos ritmos de trabalho estejamos constantemente estressadas e, por vezes, em situação de raiva devido às tensões que enfrentamos, ou tristes devido aos casos que devemos acompanhar. Esses humores afetam as dinâmicas de afetividade e de relacionamento nas organizações em que trabalhamos e, em geral, causam conflitos com as pessoas mais próximas. Cabe rever se o trabalho que fazemos contribui com a transformação social, mas se isso não ocorre às custas de nossa capacidade de convivência.

4. Nem dinheiro nem tempo são fatores limitantes. Em muitas ocasiões, as defensoras e ativistas a quem propomos a ideia do autocuidado acreditam que isso pode significar um gasto considerável de dinheiro. Em oposição a isso, vale a pena mencionar que apostamos em uma reavaliação dos saberes locais, o contato com a natureza, momentos próprios à reflexão, exercícios de respiração, apropriação do corpo e do prazer etc, elementos que às vezes têm mais a ver com disposição do que com recursos econômicos. No entanto, isso não tira a responsabilidade das organizações e/ou financiadoras de destinar fundos para gerar reflexões e ações conjuntas acerca dessa questão dentro de cada espaço de defesa dos direitos humanos.

5. Cada pessoa sabe do que precisa. No tema do autocuidado, não é possível saber o que ajuda outra pessoa a se sentir em estado de bem-estar; é necessário falar sobre o assunto, mas cada um – pessoa, organização, coletivo – define o que é exigido por meio de uma escuta sincera de suas necessidades. Alcançar isso não é algo fácil. Como defensoras dos direitos humanos estamos muito acostumados à análise e reflexão, deixando nosso corpo de lado, o que gera uma desconexão conosco e com as outras pessoas.

6. O autocuidado é pessoal e coletivo. Mostra-se importante que nossas organizações – quando existem – possam lançar as bases para a reflexão acerca do autocuidado e gerar políticas que contribuam para gerar uma cultura nesse sentido: respeitar os dias e os horários de trabalho, estabelecer períodos de descanso, gerar mecanismos de resolução de conflitos etc. Esse princípio do autocuidado está ligado à ideia de que as emoções são sentidas por nós não apenas pelo fato de sermos humanas, mas pelo fato de vivermos coletivamente, de estarmos em constante relação com as pessoas.

Com base em nossa experiência na IM-Defensoras e no *Consorcio Oaxaca* em atenção às mulheres vítimas de violência e às defensoras em risco e sob desgaste crônico, consideramos necessário observar as defensoras e as organizações de direitos humanos a partir de uma perspectiva integral. Para nós, tal perspectiva inclui um nível pessoal e coletivo, uma dimensão física, psicológica, mental, energética e espiritual:

DIMENSÃO	NO PESSOAL	NO ORGANIZACIONAL
Física	Pode ser entendido como o estado de saúde e o que fazemos para atender às demandas de nosso corpo: alimentação, sono, descanso, revisão médica etc.	Refere-se à instalações e espaços de trabalho adequados e amáveis para os quais trabalhamos: estado do mobiliário, condições de segurança, entre outros.

DIMENSÃO	NO PESSOAL	NO ORGANIZACIONAL
Psicológica	Tem a ver com a forma como o trabalho realizado afeta o autoconceito das pessoas: sentir-se mais ou menos segura, sentindo-se mais ou menos capaz de fazer o trabalho.	Refere-se às avaliações que fazemos em relação ao trabalho coletivo que é realizado e seu escopo e pode ser traduzido em ideias como: a organização não está fazendo o suficiente, meus colegas não dão tudo o que deveriam dar, não há compromisso suficiente com nossa causa.
Mental	Refere-se ao que incentiva nossos aprendizados e conhecimentos e permite que atuemos melhor em termos profissionais em nosso trabalho como defensoras.	Faz menção aos cursos, às oficinas, aos seminários etc, que coordena ou nos quais a organização participa para fortalecer seu trabalho.
Energética	Em muitas ocasiões, sofremos um desgaste energético que se traduz em uma sensação de fadiga, apesar de dormir várias horas, uma sensação de tristeza ou desgosto que, aparentemente, não tem um fundamento.	Essa dimensão pode ser lida em termos de organizações como "ambiente de trabalho": tensão entre as integrantes da organização, alegria entre elas, etc.
Espiritual	Tem a ver com as crenças de cada pessoa, não apenas em termos religiosos, mas no sentido da vida.	Referimo-nos aos valores e às crenças que regem as ações da organização.

Embora o autocuidado pessoal e coletivo não elimine definitivamente o estresse, não dilua as rivalidades para sempre, não melhore nossos espaços de trabalho modo permanente, estamos convencidas de que nos oferece ferramentas para enfrentar o conflito, para falar sobre isso, para pensarmos; para ver com outro olhar as tensões e os obstáculos que surgem na defesa dos direitos humanos, sem julgar outras pessoas que fazem o mesmo, mas compreendendo por que o fazem e estando conscientes do que suas ações geram para nós. Não pretendemos idealizar o autocuidado. Sabemos que, mesmo com ele, há coisas que não gostamos que continuem a acontecer, mas a forma como as abordamos será diferente. Não queremos que o autocuidado se torne um fardo ou uma culpa por não se ter feito o suficiente, porque estamos convencidas de que as relações humanas, em sua complexidade, sempre impõem desafios, no entanto, acreditamos que quanto mais ferramentas tivermos para passar por eles, melhor será. Confiamos na pausa e no descanso para ser compassivas com nossos contratempos e para seguir caminhando.

3 • *Casa La Serena:* um espaço de autocuidado, cuidado e bem-estar das defensoras

Após vários anos de reflexão sobre o autocuidado, reafirmando constantemente sua importância e analisando as mudanças quando há uma apropriação desse enfoque, em agosto de 2016, nós da IM-Defensoras e do *Consorcio Oaxaca* criamos a *Casa La Serena*,[7] um projeto de estadias para as mulheres que pertencem a uma das redes nacionais de defensoras que foram criadas em Honduras, na Guatemala, em El Salvador, na Nicarágua e no México com duração de dez dias em Oaxaca (México). O objetivo dessas estadias é pagar pela recuperação, pela cura, pelo descanso e pela reflexão de defensoras dos direitos humanos que passam por situações de extrema fadiga, desgaste emocional ou físico, crises pessoais, duelos, perdas ou outros impactos derivados do contexto de violência e a cultura patriarcal, que dificultam e impedem seu trabalho de defesa.

A *Casa La Serena* trabalha com a abordagem de integralidade anteriormente discriminada. Uma defensora de cada país membro da IM-Defensoras que tem a oportunidade de estar nessa casa desfruta durante sua estadia:

Terapia de cura. Terapia psicológica, tanatologia, ioga, antiginástica,[8] manejo de energia e alinhamento do chacras, técnicas de respiração, massagem neuromuscular, programa nutricional, terapia de florais de Bach, reflexologia, herbalismo, limpas e temazcal. Cuidados médicos e ginecológicos com alopatia, homeopatia e medicina chinesa.

Atividades de convivência e reflexão. Caminhadas no campo, preparação e refeições coletivas, conversas sobre seu trabalho como defensoras, proteção integral e ativismo saudável.

Oficinas de criatividade. Barro, cerâmica, terapia narrativa, semeadura e danças circulares.

Esses três eixos são articulados em um programa de cuidados que é construído a partir de uma entrevista diagnóstica com as defensoras que realizam a estadia na *Casa La Serena*. Isso nos permite atender melhor às suas necessidades.

O acompanhamento durante as estadias é uma responsabilidade da equipe do *Consorcio Oaxaca* e de uma rede de cerca de 15 terapeutas especializadas em suas disciplinas, com quem compartilhamos o que é o enfoque de proteção feminista para defensoras e qual é a importância do trabalho de defesa dos direitos humanos.

Estar na *Casa La Serena* envolve um trabalho pessoal muito intenso, porque todas as terapias, atividades e oficinas estão focadas em nossa auto-observação. É, sem dúvida, um processo prazeroso e doloroso ao mesmo tempo, pois implica "realizar" e imaginar outros modos de ser e de relacionar-se.

Para nós, é extremamente importante que, além de identificar alguns elementos que precisam ser trabalhados em nível pessoal ou coletivo, as defensoras deixam a Casa La Serena com um Plano de Autocuidado que seguimos para garantir que a estadia possa ser traduzida em mudanças concretas, de acordo com seu contexto e suas possibilidades reais, porque pode ser que proponham ações motivadas pela experiência que possam ser extremamente benéficas, mas para as quais não possuem recursos suficientes, nesse sentido, elaboramos uma série de perguntas que ajudam a ver quais ações efetivas ou rotas de autocuidado podem ser alcançadas e como isso pode ocorrer.

4 • A título de conclusão

Acreditamos que o autocuidado é uma abordagem que fortalece a sustentabilidade, a criatividade e o bem-estar de nossos movimentos sociais. Convida-nos a estabelecer um novo relacionamento conosco, com outras pessoas e com a natureza. Sabemos que não é uma "moda", mas uma estratégia política, feminista e transgressiva que nos ajuda a caminhar de maneira amorosa e coletiva nos agitados tempos atuais.

Decerto, isso não é fácil e implica reconhecer nossas próprias vulnerabilidades e não apenas aquelas das pessoas que acompanhamos, e isso se mostra um desafio, considerando o valor dado à firmeza e mesmo ao heroísmo dentro de nossos movimentos sociais. Nesse contexto, acreditamos que é importante questionar essas características, não porque sejam ruins *a priori*, mas porque nos levam a níveis muito elevados de autoexigência, que muitas vezes nos colocam em maiores riscos. Estamos convencidas de que novas formas de fazer ativismo e defesa dos direitos humanos estão sendo geradas em todas as partes do mundo e que serão mais poderosas na medida em que recuperamos a confiança em nossas colegas, criamos redes e estejamos conscientes de que há muitas mulheres criando novas formas de ser e estar no mundo.

NOTAS

1 • "Diagnóstico 2012. Violencia contra Defensoras de Derechos Humanos en Mesoamérica," IM-Defensoras, setembro de 2013, acesso em 17 de novembro de 2017, https://justassociates.org/es/publicaciones/diagnostico-2012-violencia-contra-defensoras-derechos-humanos-mesoamerica.

2 • Agora, o Grupo Impulsor da IM-Defensoras inclui as coordenações das redes nacionais em Honduras, na Guatemala, em El Salvador, no México e na Nicarágua.

3 • Jane Barry e Jelena Đjorđjevic, "¿Qué Sentido Tiene la Revolución si no Podemos Bailar?," Fondo de Acción Urgente por los Derechos Humanos de las Mujeres, 2007, acesso em 17 de novembro de 2017, https://urgentactionfund.org/wp-content/uploads/downloads/2012/06/WTPR-in-Spanish1.pdf.

4 • Manuel Morales, "La Mujer que Estados Unidos Odiaba." El País, 21 de janeiro de 2015, acesso em 17 de novembro de 2017, http://blogs.elpais.com/historias/2015/01/la-mujer-que-estados-unidos-odiaba.html.

5 • Macarena Aguilar, "Luchar Por La Igualdad Conlleva Enormes Riesgos Para La Salud, Sobre Todo Si Eres Mujer." Entrevista de Ana María Hernández Cárdenas do Consorcio para el Diálogo Parlamentario y la Equidad Oaxaca A.C., 2017.

6 • Byung-Chul Han, *Psicopolítica. Neoliberalismo y Nuevas Técnicas de Poder* (Barcelona: Herder Editorial, 2014): 1-128.

7 • Para maiores informações, pode-se escrever para o e-mail: casaserena.dh@gmail.com.

8 • Consiste em movimentos corporais de liberação de tensão crônica e profunda que se alojam nos músculos, tendões, ligamentos e órgãos, desde o momento da nossa fecundação, alterando nossa estrutura corporal e afetando as diferentes funções dos órgãos e sistemas, que então se tornam diversas doenças, limitações e/ou alterações no corpo e na mente.

ANA MARÍA HERNÁNDEZ CÁRDENAS – *México*
Integra a equipe diretiva e fundadora do Consórcio para o Diálogo Parlamentar e a Equidade Oaxaca AC. É Coordenadora geral da Casa La Serena e responsável pela estratégia de autocuidado da Iniciativa Mesoamericana de Mulheres Defensoras de Direitos Humanos.

Recebido em março de 2017.
Original em espanhol. Traduzido por Evandro Lisboa.

NALLELY GUADALUPE TELLO MÉNDEZ – *México*
Integra a equipe de trabalho do Consórcio para o Diálogo Parlamentar e a Equidade Oaxaca AC, e da Casa La Serena. É coordenadora do Grupo de Autocuidado da Rede Nacional de Defensoras de Direitos Humanos no México.

Recebido em março de 2017.
Original em espanhol. Traduzido por Evandro Lisboa.

"Este artigo é publicado sob a licença de Creative Commons Noncommercial Attribution-NoDerivatives 4.0 International License"

RESTRIÇÕES SUTIS À LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

Miguel de la Vega

• *Respostas da sociedade civil organizada no México* •

RESUMO

As restrições à liberdade de associação são uma tendência em vários países da região latino-americana. Algumas dessas restrições constituem ataques abertos e amplamente visíveis às organizações da sociedade civil (OSC) por parte dos diversos governos. No entanto, há um segundo tipo de restrições menos óbvias à agenda pública, algumas delas baseadas no cumprimento das obrigações internacionais do Estado em matéria de transparência.

Alguns governos estabeleceram restrições adicionais acerca do financiamento das OSCs com base no argumento de que as doações são atividades vulneráveis. A sociedade civil mexicana reagiu com diferentes estratégias que combinam táticas de articulação e pressão com propostas para contribuir com o cumprimento do Estado, preservando os direitos da sociedade civil.

PALAVRAS-CHAVE

Restrições financeiras | Liberdade de associação | OSC | Organizações civis | Incidência

1 • Introdução

Durante décadas, as organizações da sociedade civil têm constituído uma das expressões do direito humano de liberdade de associação, estabelecido a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos,[1] que têm servido para que os cidadãos comuns possam exercer uma ação na esfera dos interesses públicos.

No hemisfério ocidental, no mundo após a queda do Muro de Berlim, e depois de diversos governos ditatoriais na América Latina terem dado lugar a democracias frágeis, finalmente se poderia considerar que as organizações da sociedade civil (OSC) teriam um ambiente favorável que lhes permitiria avançar em sua densidade associativa, à medida que cada vez mais cidadãos decidiram filiar-se ou formar novas organizações e que os governos construíam relações de confiança com as organizações.[2] A tarefa imediata – e ainda com muitas questões em aberto no caso do México – era a construção de um ambiente normativo que favorecesse as melhores condições para constituir OSCs, sem a necessidade de autorização governamental ou registros obrigatórios. Paralelamente, o estabelecimento de condições favoráveis para que as organizações tenham acesso a diferentes fontes de financiamento para operar livremente planos e programas e, para aquelas que considerem apropriado, exercer seu direito de participar em políticas públicas, entre outros domínios de relevância para a sociedade civil. Vários desses direitos foram estabelecidos por meio da promulgação da Lei de Fomento das Atividades da Sociedade Civil (Lei de Fomento),[3] que reconheceu os direitos das OSCs e estabeleceu critérios para reconhecer tais atividades.[4]

No entanto, a propensão nacional e até a regional das políticas e regulamentações começou a operar em sentido contrário, de acordo com as tendências internacionais para delimitar espaços para o exercício da liberdade de associação. Um dos indicadores negativos que permite avaliar essa tendência é a diminuição da constituição de novas fundações internacionais, passando, por exemplo, de 700 novas fundações em 1990 para um crescimento quase nulo em 2016.[5] Um estudioso da temática, Maina Kiai, ex-Relator Especial da ONU para a liberdade de associação,[6] indica repetidamente o estabelecimento de restrições de modo formal ou de fato contra a sociedade civil. Algumas das restrições sutis – enquanto efetivas – são as financeiras e bancárias, que têm por principal motivação a luta contra o terrorismo e a lavagem de dinheiro, um aspecto particularmente relevante em alguns países do mundo, mas que infelizmente também se tornou ferramenta de controle e limitação para as OSCs.

O Grupo de Ação Financeira (GAFI) foi criado após os ataques de 11 de Setembro de 2001 e ficou responsável pela elaboração de 40 recomendações aos Estados do mundo contra a lavagem de dinheiro e várias situações de risco em termos de financiamento ao terrorismo. Essas diretrizes foram traduzidas, na prática, em diferentes tipos de obrigações que os governos devem adaptar aos seus contextos nacionais correspondentes. Infelizmente, entre as diferentes atividades financeiras classificadas como "arriscadas", as doações para

organizações civis foram incluídas de forma geral, sem considerar os diferentes contextos nacionais, os níveis de risco, os tipos de doações ou os controles já existentes tanto pelos Estados como pelas fundações e agências doadoras em geral.

Embora, de modo natural, as recomendações do GAFI tenham afetado indiretamente os fluxos internacionais voltados à sociedade civil, ao propiciar controles exacerbados, alguns governos aproveitaram a oportunidade para estabelecer deliberadamente controles asfixiantes sob o argumento de cumprimento das avaliações. Um aspecto que se mostra muito conveniente, pois permite restringir a liberdade de associação indiretamente às OSCs.

Seguindo esse cenário, em nível internacional, criou-se o Grupo de organizações civis para o GAFI, por meio do qual um grupo de OSCs tem refletido permanentemente os efeitos das medidas em diferentes continentes, bem como propostas de melhoria das recomendações do organismo. A primeira reunião plenária com OSC foi realizada em Viena, em abril de 2017.

2 • Restrições financeiras no caso mexicano

Em 2012, o Congresso aprovou uma lei federal para prevenir e identificar as operações com recursos de origem ilegal[7] (denominada Lei contra a Lavagem de Dinheiro), como parte dos compromissos internacionais do país contra a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo e, obviamente, em resposta às recomendações do Grupo de Ação Financeira GAFI (FATF,[8] em sua sigla em inglês), um grupo ao qual o México pertence como membro pleno desde 2000.

As medidas contempladas pela Lei contra a Lavagem de Dinheiro permitiram que, em 2014, o país fosse finalmente considerado fora do grupo das nações que precisavam de acompanhamento anual, no entanto, seu sucesso implicava certas restrições ao fluxo de recursos nacionais e internacionais, entre elas as doações às OSCs (considerados dentro das atividades vulneráveis no Art. 17 da lei mencionada) e um acompanhamento sob a forma de avaliação com menor periodicidade. Essas medidas complicaram – e em alguns casos impediram – as operações entre doadores e donatários, especialmente no caso de fundações internacionais, e constituíam um obstáculo conveniente à sustentabilidade daquelas organizações que trabalham em áreas sensíveis para o governo, como os direitos humanos, em um período no qual o governo mexicano foi fortemente questionado e apontado pela falta de ações em sua defesa e por violações deliberadas cometidas pelos órgãos de segurança nos níveis federal, estadual e municipal, principalmente na luta contra o narcotráfico.

A restrição dos financiamentos das OSCs se baseia na demanda de informações sobre a origem dos fundos financeiros, especialmente doações e doadores. Existem dois tipos de obrigações: a coleta de informações e a sua entrega, dependendo do nível econômico das doações. Um dos problemas é a demanda de informações que podem ser consideradas confidenciais. Parte dos requisitos de informação viola as práticas de acesso à informação

e o direito à privacidade, ao passo que gera pressão para a OSC, por meio da Unidade de Inteligência Financeira (UIF),[9] órgão encarregado da implementação das regulamentações, pertencente ao Ministério da Fazenda e do Crédito Público.

Essa Unidade determinou que, se a informação do doador não estiver disponível ao donatário, ela deve rejeitar a doação, caso contrário, a autoridade está habilitada a impor uma penalidade financeira significativa.

3 • Quadro 1 Restrições financeiras à sociedade civil

Ações e limiares de alerta da UIF
• Identificação e compilação de informações sobre o doador - Montante da notificação: se uma doação exceder o equivalente a 1.605 dias do salário-mínimo atual (aproximadamente US$ 7.000 em agosto de 2017) • Envio obrigatório à Unidade de Inteligência Financeira do Ministério da Fazenda - Montante de entrega de informações: se uma doação exceder o equivalente a 3.210 dias (aproximadamente US$ 14.000 em agosto de 2017)
Informações de interesse para a UIF
• Identificação do doador e donatário - "... com base em credenciais ou documentação oficial, bem como na obtenção de uma cópia da documentação" • Informações sobre a respectiva atividade e ocupação • Descrição da "atividade vulnerável"

Fonte: Elaboração própria com base no catálogo de obrigações da FIU.[10]

A Lei contra a Lavagem constitui uma ferramenta legal para a pressão do governo sobre as organizações, submetendo-lhes demandas de informação mais estritas do que as indicadas por outras leis. Portanto, a lógica por trás do debate é de que essas disposições podem ser usadas indiretamente para tentar impedir aquelas atividades que são consideradas um perigo para os casos de corrupção, violação dos direitos humanos e práticas antidemocráticas por parte dos governos.

4 • Restrições do setor privado: Os bancos

Em contraposição às restrições derivadas de entidades públicas, existem outros tipos de restrições de natureza privada, estabelecidas recentemente por alguns bancos no país. Novamente, trata-se de uma tendência que se repete em nível internacional.

Em 2012, o banco HSBC foi acusado pelo Departamento de Estado dos EUA de lavagem de dinheiro via ações ilegais no México. O resultado foi a decisão de obrigar o banco a pagar uma multa histórica e a ajustar parte de suas operações e políticas internas, no país e no exterior.[11] Esse escândalo detonou o interesse público sobre os clientes que podem estar envolvidos nas ações ilegais e, embora não tenha sido comprovado que houve organizações civis envolvidas, a classificação das doações como atividades vulneráveis e as donatárias como sujeitos de risco motivou o fato de que, atualmente, alguns bancos estabelecem requisitos de grande dificuldade para a abertura de contas ou simplesmente negam seus serviços às OSCs.

No caso do referido banco, embora não tenha divulgado publicamente sua rejeição das organizações e mantenha contas ativas da OSC, há casos de rejeição e impossibilidade de abertura de contas com base em sua procrastinação. Esse é o caso das organizações entrevistadas, como a Appleseed México e o Conselho Mexicano de Silvicultura Sustentável, que relataram repetidas recusas dessa instituição bancária quanto aos pedidos de abertura de contas para si e para outras organizações.

Os pedidos de entrevistas com outras instituições bancárias, como o BBVA Bancomer e o Scotiabank México (o último também com relatos de rejeição de algumas OSCs) foram negados sem razão específica, mesmo por pessoas próximas à sociedade civil, pessoal das próprias fundações bancárias ou de seus programas de responsabilidade social. Tais práticas constituem uma exclusão *de facto*, mas não *de jure*, do sistema financeiro.

Essas políticas têm uma origem específica denominada *de-risking*,[12] que considera a redução do risco para as entidades pertencentes ao sistema financeiro, seja pelo foco do mercado, reputação ou redução do risco assumido pelos bancos em relação ao tipo de clientes ou transações financeiras. Os encargos regulatórios também são considerados, os quais incluem sanções, como o caso do HSBC mencionado.

O trabalho da sociedade civil em nível internacional, como a Global Coalition of NGO on FATF, contribuiu para que a instituição leve em conta os riscos que suas próprias recomendações implicam. Em 2015, concluiu que:

> *Não há evidências atuais de que o de-risking impacte a estabilidade financeira global [...]. Há uma séria preocupação do FATF e suas entidades regionais, na medida em que o de-risking pode causar transações financeiras fora dos sistemas financeiros, o que cria exclusão financeira e reduz a transparência, aumentando a possibilidade de lavagem de dinheiro e riscos financeiros associados ao terrorismo .*[13]

Dois anos após essa declaração, podemos constatar em vários países, em particular no caso do México, que as medidas adotadas para reduzir os riscos financeiros continuam a

afetar as OSCs com risco progressivo de exclusão do sistema financeiro. Além disso, eles se tornaram uma ferramenta para restringir suas atividades, mesmo em um contexto no qual a avaliação de risco proporcionada pelo governo do México em 2016 concluiu que o risco de financiar o terrorismo no país é zero e que existe baixo risco no caso de lavagem de dinheiro para as OSCs.[14]

5 • Ações da sociedade civil organizada

A sociedade civil tende a se organizar contra ameaças aos direitos humanos. No entanto, esse tipo de casos geralmente não tem a visibilidade midiática de outros, e às vezes eles sequer são levados em conta para gerar uma ampla articulação contra esse tipo de políticas restritivas, daí sua identificação como restrições sutis, não por isso menos eficazes.

A tendência internacional de modificar ou gerar regulamentações e práticas restritivas para a sociedade civil organizada provocou a geração de diagnósticos para explicar algumas restrições[15] que posteriormente serviram para promover processos de articulação, com o objetivo de tomar medidas diretas nesse sentido. Com essa intenção surgiu o UnidOSC, um grupo de organizações formado no final de 2015 que busca gerar articulação entre as OSCs, com o apoio de instituições acadêmicas, para a defesa dos direitos inerentes à liberdade de associação e a construção de um quadro favorável.

Os processos gerados pelo coletivo levaram a duas estratégias diferenciadas: a primeira, a elaboração de uma proposta para harmonizar três ordenamentos jurídicos com o objetivo de eliminar aspectos que violem os direitos das OSCs. Os temas consistiam na criação de um fideicomisso para a elaboração de um plano especial de fomento às OSCs, a eliminação da discricionariedade na distribuição de subsídios públicos e a atribuição a todas as entidades governamentais para realizar ações de fomento às organizações. A estratégia não consistia apenas em realizar uma análise técnica da legislação, mas particularmente em garantir que a legislação atuasse em conformidade com os princípios internacionais de liberdade de associação. Considerando a legislação não como um fim, mas como um meio para garantir os direitos da liberdade de associação.

A segunda estratégia consistiu em enfrentar modificações fiscais relativas a novas restrições publicadas no início de 2017. A ação coletiva visou novamente elaborar propostas para rejeitar ou, quando apropriado, reduzir o impacto das disposições que introduziram medidas muito agressivas, como: liquidação forçada de ativos não aplicados ao objeto social, em caso de perder e não recuperar em determinado período a autorização como entidades donatárias, certificação voluntária de impacto social proporcionada por partes privadas que gerará desigualdades potenciais na distribuição de recursos privados e, por fim, uma obrigação de forma de governo que viola a autonomia consagrada na Lei de Fomento. No entanto, diante da rejeição oficial das propostas apresentadas, o grupo teve de contemplar ações de posicionamento na agenda pública para tentar influir na agenda

política, por meio de manifestações de rejeição assinadas por mais de 500 OSCs nos principais jornais de circulação nacional, sob a forma de petições de revogação. A abertura ao diálogo sempre esteve presente por parte do UnidOSC, então, a pressão resultou na abertura de espaços de interlocução de alto nível com a autoridade da fazenda, diretamente com a equipe de assessores do Secretário da Fazenda.

Paralelamente, na arena jurídica, promoveram-se amparos coletivos para que 45 OSCs que assim decidiram pudessem se defender contra as novas medidas. Infelizmente, essa estratégia foi suspensa pelos tribunais.

Tal como ocorre com a Secretaria da Fazenda e do Crédito Público (SHCP), o UnidOSC iniciou um diálogo à parte com a UIF, que abriu as portas ao diálogo e à construção de propostas para aprimorar o quadro geral, colaborar com as autoridades e, ao mesmo tempo, proteger os direitos das OSCs, em particular o direito de receber recursos financeiros, que se encontra estabelecido na referida Lei de Fomento. As possibilidades devem ser consideradas em duas dimensões: a primeira, as recomendações para o funcionamento do portal, os formatos e, em geral, os aspectos que não estão sujeitos a qualquer modificação da própria lei; a segunda, nos aspectos em que a regulamentação deve sujeitar-se a aprimoramentos.

A viabilidade das modificações bem-sucedidas dependerá da qualidade do diálogo que o coletivo possa construir e da receptividade da UIF aos obstáculos para as OSCs. Mudanças legislativas, se houver, também dependerão do momento político. Em 2018, haverá eleições presidenciais, portanto, é mais viável alcançar mudanças que não dependam de emendas à Lei contra a Lavagem de Dinheiro no curto prazo, ao passo que as reformas terão de esperar para ser apresentadas ao novo Congresso. No entanto, a agenda deve ser construída previamente e seria desejável compartilhar com os candidatos à presidência e ao Congresso.

6 • Estratégias e resultados da ação do UnidOSC

As propostas elaboradas pelo UnidOSC seguiram um processo de elaboração mista entre organizações civis e representantes acadêmicos para um primeiro rascunho, levando em consideração uma pesquisa realizada com mais de 100 organizações civis, por meio da pesquisa mencionada, realizada pela Sustenta Ciudadanía e o International Center for Not-for-Profit Law (ICNL, pela sigla em inglês). A primeira leva de propostas foi enviada a um conjunto de especialistas que reuniu um grupo técnico de consultoria, o qual consolidou os aspectos de viabilidade. A proposta, que inclui aprimoramento da legislação fiscal, simplificação administrativa e aprimoramento das políticas públicas de sustentabilidade,[16] foi enviada de volta ao plenário do UnidOSC, que a apresentou à autoridade financeira.

Em retrospectiva, as ações realizadas pelo UnidOSC produziram vários resultados, dos quais alguns aprendizados podem ser extraídos para processos semelhantes:

- **Articulação:** A combinação de participantes de diferentes setores se mostra muito eficaz. Não só a integração de acadêmicos, mas também a de especialistas de empresas privadas, que, *pro bono*, formaram um grupo consultivo de grande valor para proporcionar capacidade técnica às propostas desenvolvidas pela UnidOSC.

- **Trabalhar com equipes legislativas:** Há legisladores interessados no trabalho das OSCs, que entendem que o apoio à participação cidadã e ao desenvolvimento democrático pode constituir um aumento do capital político. Além da última razão pela qual decidem adotar iniciativas de cidadania, mostra-se útil que as equipes legislativas contribuam no processo de apresentação (a forma), diagnóstico (a análise) e direção (até o parecer). Esse caminho é dotado de certa eficácia e teria sido bem-sucedido se não sofresse intervenção de outros atores.

- **Estratégias mistas de pressão e interlocução:** Algumas redes de organizações costumam apostar em uma ou outra dessas estratégias, no entanto, a combinação demonstrou-se útil para abrir espaços para influenciar a tomada de decisões.

- **Suporte internacional:** A troca de conhecimentos que possibilitou conhecer outras práticas nacionais e regionais tem sido significativa para elaborar propostas e executar estratégias. Particularmente útil foi contar com um *workshop* sobre o assunto, oferecido pelo Human Security Collective no México, bem como a participação na Global Coalition of CSO on FATF. Essas diferentes formas de articulação fortalecem a aprendizagem coletiva, recursos de vários tipos e a transferência de conhecimento entre diferentes processos de incidência.

- **Compromisso público refletido no custo político:** Em uma reunião inicial com o Secretário da Fazenda, conseguimos que ele assumisse um compromisso, por meio de sua equipe de assessores, de rever e responder às propostas geradas. No final de 2017, seus assessores devem entregar uma resposta por escrito. O custo político de não fazê-lo seria óbvio, então, embora nem todas as propostas se reflitam em modificações pontuais, um significativo percentual da agenda o fará.

Os resultados mais significativos até o momento se basearam no desenvolvimento de propostas amplas, que apontam a construção de quadros integrais de fomento. Especificamente, foram elaboradas duas propostas iniciais: o quadro de harmonização que buscava apoiar os direitos das OSCs em diferentes sistemas jurídicos e o quadro fiscal utilizado pela oposição para a resolução tributária diversa de 2017, para coletar e elaborar propostas para o tratamento fiscal justo, que permite o desenvolvimento de organizações, garantindo sua transparência.

Outro resultado importante é a oportunidade de contar com espaços intermitentes de diálogo que variam em relação à frequência e eficácia, mas que não cessaram e que incorporam atores com capacidade de tomada de decisão.

Finalmente, difundiu-se em diversas regiões do país a prioridade de envolver-se nesses temas, embora o conhecimento acerca deles não esteja tão arraigado na maioria das OSCs. Contudo, a difusão e o desconforto gerados pelas últimas disposições fiscais geraram aumento da participação e da expectativa da sociedade civil como um todo.

7 • Conclusões

Os requisitos de informação sobre a prevenção da lavagem de dinheiro levaram a um enorme desgaste administrativo das OSCs e ao risco de fragmentar a relação com os doadores, ao solicitar informações excessivamente detalhadas, o que não contribui necessariamente para uma maior transparência.

O processo de incidência para reduzir as restrições financeiras e bancárias das OSCs tem diferentes estágios e envolve uma análise de estratégias. A experiência no México mostrou que, quando se procura fazer mudanças por meio do Poder Legislativo para posteriormente dialogar com o Poder Executivo, há uma oposição quase imediata e descrédito das propostas.

No UnidOSC, estamos diante de uma aposta diferente para buscar, junto com a autoridade da Fazenda, a futura apresentação de algumas propostas de modificação que possam estar sujeitas à aprovação do Congresso. Embora exija um caminho mais longo, a busca de consenso com a autoridade da Fazenda é um esforço necessário, pois parte da evolução do quadro da OSC envolve necessariamente o aprimoramento do quadro legal.

Por fim, há uma arena muito mais difusa e sutil, relacionada às práticas punitivas por parte do Poder Executivo sob a forma de notificações discricionárias, especialmente relacionadas ao limite existente de 5% para as despesas de administração. Não foi coincidência que várias das OSCs que participaram de processos de incidência que criticam o governo receberam solicitação de informações, cujo descumprimento considera a retirada da autorização como donatário. Em parte, isso se deve à falta de definição de alguns critérios de conformidade em relação às despesas mencionadas, mas também pode ser usada como uma estratégia política de repressão e silenciamento da sociedade civil. Esse é um aspecto que ainda carece de abordagem em uma agenda midiática que lance luz sobre práticas indesejáveis, antidemocráticas e que operam na contramão dos direitos de liberdade de expressão crítica, que é um dos princípios internacionais da liberdade de associação, cuja falta foi apontada, tanto no México como em outros países, como uma das causas da redução do espaço da sociedade civil.

NOTAS

1 • Todos têm direito à liberdade de reunião e associação pacíficas. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação. "Declaração Universal dos Direitos Humanos", Artigo 20, Assembleia Geral das Nações Unidas, 10 de dezembro de 1948, acesso em 28 de novembro de 2017, http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/spn.pdf.

2 • José Fernández Santillán, "Sociedad Civil y Capital Social," *Convergencia. Revista de Ciencias Sociales* 16, no. 49 (janeiro-abril, 2009): 103-141.

3 • "Ley Federal de Fomento a las Actividades Realizadas por Organizaciones de la Sociedad Civil," Câmara dos Deputados do Congresso da União, 9 de fevereiro de 2004, acesso em 28 de novembro de 2017, http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/266.pdf.

4 • Alberto Olvera, "Avances y Desafíos de la Relación Sociedad Civil y Gobierno." Secretaria do Governo (SEGOB), México, 2007, acesso em 28 de novembro de 2017.

5 • Helmut K. Anheier, "Civil Society Challenged: Towards an Enabling Policy Environment," *Economics Discussion Papers*, no. 2017-45 (2017), acesso em 28 de novembro de 2017, http://www.economics-ejournal.org/economics/discussionpapers/2017-45.

6 • Maina Kiai, "Monitoring and Protecting Assembly and Association Rights Worldwide." Free Assembly, 2017, acesso em 28 de novembro de 2017, http://freeassembly.net/.

7 • "Ley Federal Para La Prevención e Identificación de Operaciones Con Recursos de Procedencia Ilícita," Câmara dos Deputados do Congresso da União, 17 de outubro de 2012, acesso em 28 de novembro de 2017, http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LFPIORPI.pdf.

8 • Xavier Méndez, "Las Entidades no Lucrativas Ante la Nueva Ley Federal Antilavado," *Revista Consultorio Fiscal*, no. 591 (2014).

9 • Portal da UIF: "Donativos," SPPLD, 2017, acesso em 28 de novembro de 2017, https://sppld.sat.gob.mx/pld/interiores/donativos.html.

10 • Ver: "Obligaciones Contempladas en la LFPIORPI para Quienes Realicen Actividades Vulnerables," SPPLD, 2017, acesso em 28 de novembro de 2017, https://sppld.sat.gob.mx/pld/interiores/obligaciones.html.

11 • O caso está amplamente documentado, em parte porque a multa do Departamento de Estado dos EUA se revelou histórica: US$ 1.900 milhões. Mayra Zepeda, "El Lavado de Dinero en HSBC, Explicado por Analistas." Animal Politico, 18 de julho de 2012, acesso em 28 de novembro de 2017, http://www.animalpolitico.com/2012/07/el-caso-hsbc-lavado-de-dinero-bajo-la-lupa-de-los-analistas/.

12 • Uma análise do tema pelos membros do Grupo OSC diante do GAFI está disponível em: Ben Hayes, Lia Van Broekhoven, e Vanja Skoric, "De-risking and Non-profits: How Do You Solve a Problem that No-one Wants to Take Responsibility For?" Open Democracy, 11 de julho de 2017, acesso em 28 de novembro de 2017, https://www.opendemocracy.net/ben-hayes-lia-van-broekhoven-vanja-skoric/de-risking-and-non-profits-how-do-you-solve-problem-that-n.

13 • Site do GAFI: Financial Action Task Force (FATF), Homepage, 2017, acesso em 28 de novembro de 2017, www.fatf-gafi.org/.

14 • "1ª Evaluación Nacional de Riesgos de Lavado de Dinero y Financiamiento al Terrorismo en México," Secretaria da Fazenda e do Crédito Público (SHCP), 2016, acesso em 28 de novembro de 2017, http://www.pld.hacienda.gob.mx/work/models/PLD/documentos/enr.pdf.

15 • Estudos realizados pela Sustenta Ciudadanía e pelo Observatorio Mexicano de la Crisis, pela Appleseed México ou pelo Instituto Mora, para mencionar alguns exemplos de interesse.

16 • Unidos pelos direitos da sociedade civil, *Puntos de Mejora Para Una Agenda Fiscal Favorable a las OSC* (México: UnidOSC, 2017).

MIGUEL DE LA VEGA – *México*
Professor (Universidad ORT Ciudad de México). Participa em processos de incidência com organizações da sociedade civil (OSC) com o coletivo UnidOSC. Diretor da Sustenta Ciudadanía, dedicada à pesquisa sobre o meio ambiente das OSC, seu fortalecimento e o aprimoramento da regulamentação e das políticas públicas no México e na América Latina.

contato: *migdelavega@gmail.com*

Recebido em outubro de 2017.
Original em espanhol. Traduzido por Evandro Lisboa.

"Este artigo é publicado sob a licença de Creative Commons Noncommercial Attribution-NoDerivatives 4.0 International License"

INFOGRÁFICOS

INFOGRÁFICOS: ESPAÇO CIVIL EXPLICADO

Design • Letícia Coelho

O que é espaço civil e sociedade civil?

Um **espaço** saudável ou aberto implica que a sociedade civil e os indivíduos sejam capazes de organizar-se, participar e comunicar-se sem obstáculos e, ao fazê-lo, reivindiquem seus direitos e influenciem as estruturas políticas e sociais em torno deles. Três liberdades fundamentais – de associação, reunião e expressão – definem os limites do espaço civil. (Fonte: CIVICUS)

A sociedade civil é a arena – fora da família, do Estado e do mercado – criada por ações individuais e coletivas, organizações e instituições para promover interesses compartilhados. Isso inclui organizações não governamentais, organizações voluntárias privadas, movimentos de pessoas, organizações comunitárias, sindicatos, instituições de caridade, clubes sociais e esportivos, cooperativas, grupos ambientais, associações profissionais, organizações de consumidores, organizações religiosas e a mídia sem fins lucrativos. (Fonte: CIVICUS)

O espaço civil está ameaçado?

Governos de todo o mundo estão impondo restrições à liberdade de reunião, expressão e associação. Desse modo, o acesso ao espaço civil está sendo reduzido.

Como os governos estão fazendo isso?

Incluindo restrições (muitas vezes ocultas) nos seguintes tipos de legislação (lista não exaustiva):

Leis que regulam reunião, associação e expressão

Leis que governam as ONGs

Leis antiterroristas

Legislação que restringe doações estrangeiras

Leis de segurança cibernética e telecomunicações

Leis tributárias

Legislação contra a lavagem de dinheiro

Além da legislação restritiva, a sociedade civil também está sob ataque por meio de:

- estigmatização, detenção e criminalização de ativistas e grupos
- ambientes cada vez mais cercados de segurança e medidas de combate ao terrorismo
- vigilância e ataques cibernéticos
- invasões em escritórios, oficinas e reuniões
- ameaças, violência física e assassinatos
- proibições de viagem
- congelamento de ativos e bloqueio de financiamentos

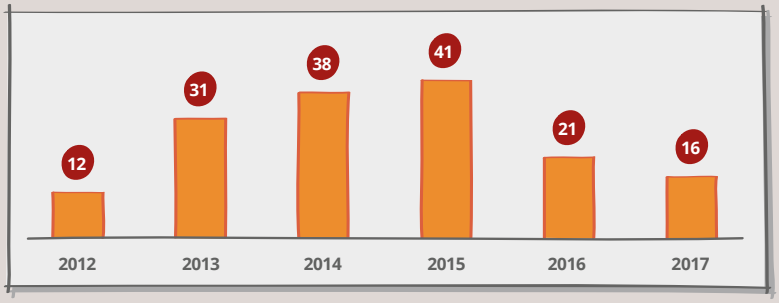
Algumas partes da sociedade civil experimentam riscos e ameaças específicos e adicionais, entre elas, defensores dos direitos das mulheres, lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, intersexuais (LGBTI) e povos indígenas.

Muitas vezes, Estados e atores privados (empresas, crime organizado, extremistas religiosos) conluiam-se na reação violenta contra o progresso em direitos humanos e participação cívica.

Por que esta questão está sendo discutida agora?

As restrições às liberdades de reunião, expressão e associação impostas pelos governos não são novas. No entanto, a rápida expansão geográfica e a variedade de maneiras pelas quais os governos estão usando a lei apresentaram um desafio adicional significativo para a sociedade civil.

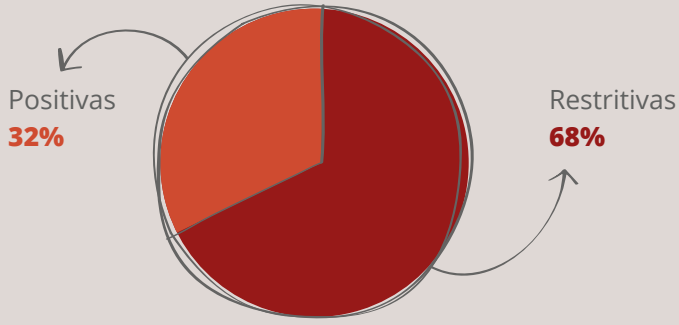
INICIATIVAS* RESTRITIVAS PROMULGADAS EM TODO O MUNDO DESDE 2012



Fonte: The International Center for Not-for-Profit Law (ICNL)

Desde 2012, os governos de todo o mundo propuseram ou promulgaram mais do que o dobro de iniciativas que restringem, do que de iniciativas que protegem a sociedade civil.

TOTAL DE INICIATIVAS* PROPOSTAS E PROMULGADAS



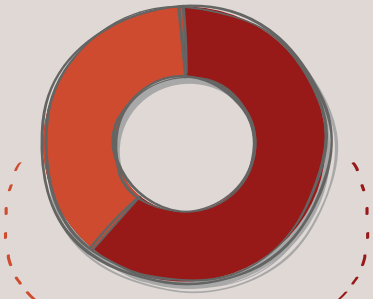
Fonte: The International Center for Not-for-Profit Law (ICNL)

* Os dados para estes infográficos foram gentilmente fornecidos por ICNL. "Iniciativas" significa: Leis e regulamentações promulgadas ou propostas que afetam organizações da sociedade civil (OSC) e à liberdade de associação e reunião..

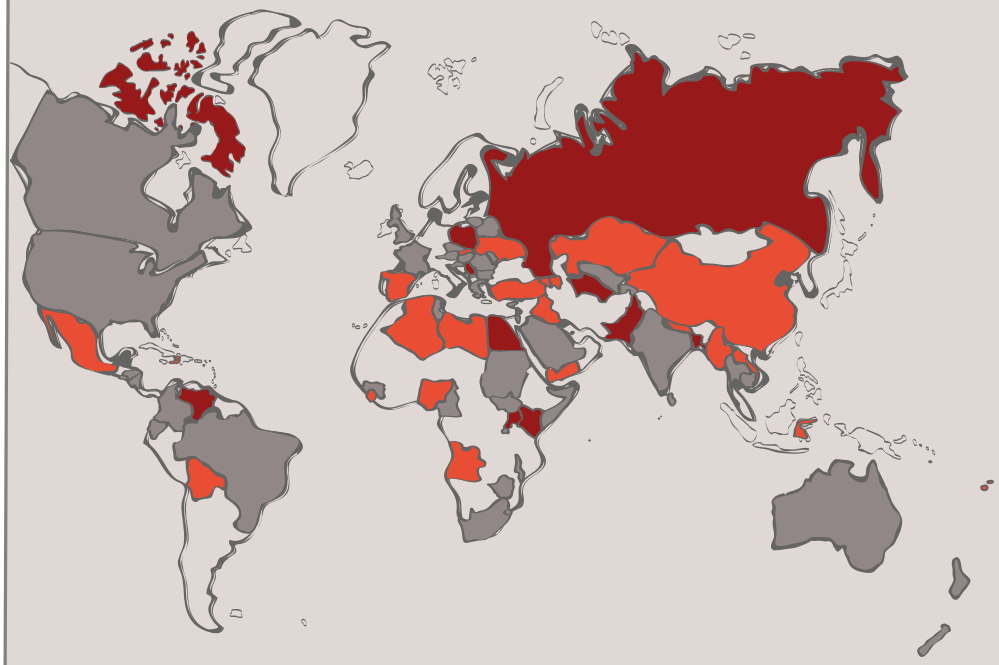
Este é o caso em todo o mundo?

Governos de todo o mundo – no Norte e no Sul – estão promulgando ou propondo legislação que restringe o espaço civil.

Desde 2012, 83 dos 193 países membros da ONU promulgaram ou propuseram iniciativas restritivas que afetam o ciclo de vida, o financiamento externo e a legislação sobre reuniões.



83 dos **193**
países membros da ONU



O país promulgou ou propôs:

- **Uma categoria de iniciativas* restritivas**
- **Duas categorias de iniciativas* restritivas**
- **Três categorias de iniciativas* restritivas**
- **Nenhuma iniciativa foi proposta sobre ciclo de vida, reunião ou financiamento estrangeiro**

Fonte: The International Center for Not-for-Profit Law (ICNL)

* Os dados para estes infográficos foram gentilmente fornecidos por ICNL. "Iniciativas" significa: Leis e regulamentações promulgadas ou propostas que afetam organizações da sociedade civil (OSC) e à liberdade de associação e reunião. ICNL organiza essas iniciativas nas seguintes categorias: "Ciclo da vida": Iniciativas que afetam a criação, o registro, a manutenção das atividades, o monitoramento e o encerramento de organizações da sociedade civil. "Financiamento estrangeiro": Iniciativas que afetam a capacidade de OSC de receberam financiamento de fontes estrangeiras. E "Reunião": Iniciativas que afetam à liberdade de associação e reunião.

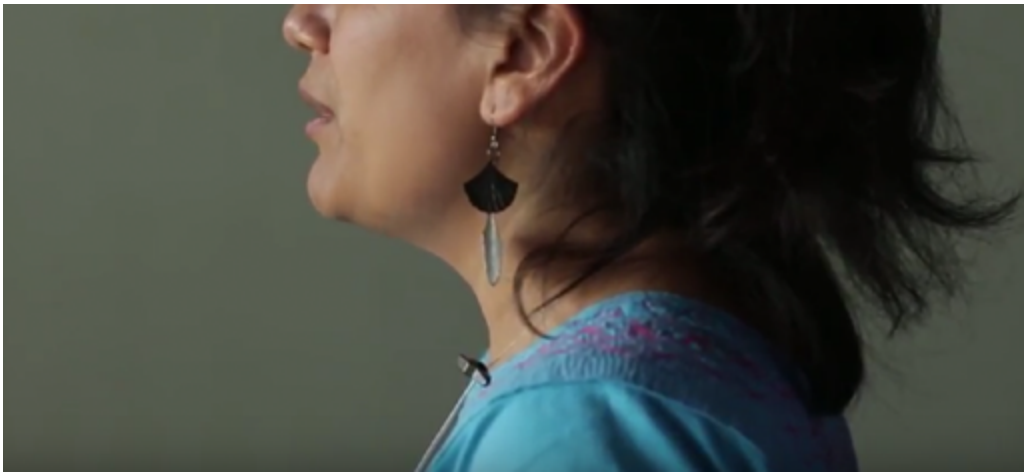
VÍDEO ARTIGO

ESTRATÉGIAS PARA RESISTIR

A Força da Sociedade Civil na voz de ativistas

Gabriela Bernd • Direção, fotografia e montagem
Marcos Vilas Boas • Fotografia

Através do apoio do Fundo para os Direitos Humanos Globais, a Conectas reuniu 12 autores-ativistas de esta edição em uma oficina de escrita em São Paulo. Esta oportunidade lhes permitiu analisar as tendências globais e regionais no fechamento do espaço civil, discutir e compartilhar suas estratégias, revisar e fornecer feedback sobre os textos e refletir juntos sobre a importância da escrita e a documentação. A oficina ampliou e ajudou a moldar os textos finais da Sur 26, ao mesmo tempo que forneceu um espaço valioso para defensores e defensoras dos direitos humanos que estão na linha de frente colaborarem no seu trabalho. As capturas de tela que se seguem são tiradas de um vídeo (disponível em http://sur.conectas.org/en/strategies-to-resist/) que captura o evento e as estratégias que foram compartilhadas para resistir ao fechamento do espaço cívico.



DIÁLOGOS

MAINA KIAI:
“PRECISAMOS RETORNAR AO ESSENCIAL”

Entrevista com Maina Kiai

“PRECISAMOS RETORNAR AO ESSENCIAL”

• *Entrevista com Maina Kiai* •

Por Oliver Hudson

Maina Kiai construiu sua carreira como advogado e ativista de direitos humanos em seu país natal, o Quênia, de onde falou com a Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos sobre a repressão global ao espaço civil. A entrevista ocorreu pouco depois da realização de novas eleições presidenciais no Quênia em outubro de 2017. Kiai tem trabalhado incansavelmente para garantir que a delicada situação do país, incluindo os desafios que a sociedade civil queniana tem enfrentado durante o período, receba a devida atenção internacional.

Há poucas pessoas - se é que existe alguma – mais qualificadas para falar sobre como este fenômeno global tomou forma. Antes de qualquer coisa, Kiai é um ativista e passou os últimos 20 anos defendendo os direitos humanos no Quênia, fundando a Comissão Extra-Oficial de Direitos Humanos do Quênia e atuando em seguida como Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Quênia (2003-2008).

Ele, então, passou a ocupar diversos cargos internacionais em organizações como o Grupo Internacional de Direito dos Direitos Humanos, Anistia Internacional e Conselho Internacional de Política de Direitos Humanos antes de atuar como Relator Especial das Nações Unidas (ONU) sobre os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação entre 2011 e 2017. Como Relator Especial, ele se empenhou em facilitar o acesso dos ativistas à ONU, inclusive através do seu site freeassembly.net.

Sua experiência lhe deu uma visão única sobre o fenômeno do fechamento do espaço civil, tanto da perspectiva local como global. Aqui, ele fala sobre as profundas causas por trás do fenômeno, incluindo o papel do setor privado, as estratégias que os atores estão usando para combater as forças estatais e não estatais e como, ao retornarmos ao que é essencial, podemos garantir a sobrevivência da sociedade civil.

Conectas Direitos Humanos • A partir da sua observação durante sua atuação como Relator Especial, quais teriam sido alguns dos principais impulsores que alimentaram esta repressão global? Você assistiu a alguma fertilização cruzada de ideias, coordenação e conluio entre países ou atores que pudessem estar encolhendo o espaço civil?

Maina Kiai • Em primeiro lugar, prefiro o termo "fechamento" do espaço civil, em oposição a "encolhimento", porque "fechamento" é um ato consciente. No mandato, usamos "fechamento de espaços civis".

O principal motor, em primeiro lugar, é o fato de que as lideranças não gostam de dissidências. Os Estados e as autoridades não querem enfrentar discordâncias. Quando os Estados não podem responder a questões, relatórios, ações de advocacy e campanhas promovidas pela sociedade civil, eles acreditam que a melhor resposta seja o fechamento ou a redução do impacto da sociedade civil.

Em segundo lugar, nos últimos 40 anos, a sociedade civil se fortaleceu muito e tornou-se um local para a ação, para que as pessoas se envolvam e se organizem contra os piores excessos do Estado. Anteriormente, esses ataques concentravam-se em indivíduos ou na oposição política. Mas agora muitas autoridades políticas perceberam que a sociedade civil é a grande organizadora. Essa repressão é uma reação ao sucesso da sociedade civil como excelente organizadora, criando movimentos capazes de atravessar diferentes setores.

Um terceiro condutor é o fato de que nos últimos 10-15 anos – desde o 11 de Setembro – acontecimentos que anteriormente eram inenarráveis, acontecimentos vergonhosos, que se costumava esconder, foram revelados e se normalizaram, como a tortura nos EUA, por exemplo. Foi quando outros países começaram a pensar: "Tudo bem, então, se puderam fazer isso, podemos fazer outras coisas". O enfraquecimento dos EUA e do Ocidente como faróis iluminando os valores democráticos resultou em um maior fechamento do espaço civil.

Existe fertilização cruzada? Sim, sem dúvida. Assistimos aos governos aprendendo uns com os outros, "se eles podem se safar disso, então também podemos". O exemplo mais significativo disso são as restrições ao financiamento estrangeiro impostas pelos Estados como ferramenta para o fechamento do espaço civil. Esse movimento teve início na Etiópia, chegou à Rússia e agora está presente em muitas partes do mundo, incluindo Hungria, Polônia, Israel e está em vias de aterrissar no Reino Unido, nos EUA e na Austrália. O que os Estados não entendem é que, com ou sem financiamento estrangeiro, os verdadeiros ativistas, as pessoas que de fato acreditam em valores democráticos, sempre encontrarão uma maneira de trabalhar.

Existe coordenação? Eu acho que isso é um pouco mais difícil. Nos antigos países soviéticos é possível encontrar coordenação – nos antigos espaços soviéticos, o Quirguistão literalmente copiou as leis russas, mas foram derrotados, e o Camboja parece estar copiando as leis chinesas para restringir o espaço civil. Na África, os vizinhos da Etiópia – sendo o Quênia e o Sudão do Sul os melhores exemplos disso – estão tentando fazer o mesmo que a Etiópia, porque a Etiópia acabou com esse movimento. Cerca de metade do orçamento da Etiópia é proveniente

de doadores estrangeiros – mas o que quer que o governo da Etiópia faça para os direitos humanos, para o espaço civil, para os valores democráticos, ele consegue se safar, mas ainda assim os doadores comparecem. O investimento estrangeiro também chega ao país em níveis muito elevados. Por isso, os países estão começando a aprender que, contanto que você pareça estar preocupado com o investimento, desde que você possa desempenhar um papel na guerra global contra o terrorismo, você pode sair impune pelo fechamento do espaço civil.

Conectas • Você mencionou brevemente os EUA e o Ocidente, mas de que maneira a discussão sobre o Norte e o Sul Globais pode ser relevante em relação à questão da repressão à sociedade civil?

M.K. • Eu acredito ser extremamente relevante. O que acontece no Norte Global certamente afeta os países do Sul neste debate. O Norte Global agora está tão introspectivo; a política externa "America First" do Trump é apenas um exemplo disso. O Sul vê que o Norte Global já não tem qualquer compromisso com os valores que eles defendem – e, em alguns casos, eles nem defendem mais esses valores. Os países do Norte não querem refugiados. Os países do Norte estão em aliança com as empresas para extrair o máximo possível, da maneira mais barata, sem proteção para os trabalhadores, em benefício de algumas elites, mesmo dentro de seus próprios países. O Sul – incluindo certos países do Norte, como Polônia, Hungria e outros – estão vendo que esses países são apenas hipócritas, cujos apelos aos direitos humanos são mais retóricos do que reais. Porque esses países querem legitimar a tortura conforme os EUA fizeram; eles atacam duramente os protestos pacíficos, além de usar força excessiva; querem espionar a todos e todas em todos os lugares, como no Reino Unido e nos EUA.

Conectas • Certos movimentos, por exemplo, o movimento LGBTI, argumentariam que, para as suas bases, o espaço civil nunca foi totalmente aberto. Por que, então, esse assunto tem atraído tanta atenção nos últimos anos?

M.K. • Porque a questão do fechamento do espaço civil se espalhou de maneira ampla e muito rapidamente. O número de pessoas afetadas, interessadas e que estão preocupadas com essa tendência aumentou. Não é mais um tópico isolado. Não é "apenas" sobre a comunidade LGBTI. Já não é "apenas" sobre sindicatos ou grupos ambientais, casos em que o argumento do movimento LGBTI também poderia ser utilizado. Essa questão é agora transversal.

Espero que a comunidade LGBTI não veja este interesse recente como capaz de deslegitimar a sua causa. Não há dúvidas de que ele a legitima e demonstra que estes movimentos estavam certos ao levantar essa questão e a ela se oporem, há muito tempo. O movimento LGBTI é um dos movimentos mais bem-sucedidos dos últimos 15 anos. Embora ainda haja restrições e limitações na comunidade LGBTI, mesmo as regiões mais conservadoras agora falam sobre questões LGBTI. Vemos hoje em dia o Uruguai, a Argentina e o Chile fazendo pressão em torno dos direitos LGBTI em nível internacional – algo que era absolutamente impossível prever na década de 1990. Hoje, pelo menos 60 por cento das populações no Norte Global apoiam o

casamento gay – algo que era impensável há apenas cinco anos. A sociedade civil mais ampla precisa aprender com o movimento LGBTI a mudar a narrativa de maneira bem-sucedida. Devemos comemorar e aprender com esses sucessos.

Conectas • O setor privado está cada vez mais envolvido em repressões contra ativistas. Quais os desafios específicos que isso representa para os ativistas quando resistem a essa repressão corporativa (em oposição à resistência às repressões estatais) e como você vê o papel do setor privado ascendendo sobre a questão do fechamento do espaço civil?

M.K. • Uma das questões mais importantes para nós nos próximos cinco, dez e quinze anos é lidar com o setor privado e seus abusos.

O vasto número de defensores ambientais que desapareceram ou foram assassinados nos últimos tempos mostra a péssima situação em que vivemos. Tanto que o jornal *Guardian* dedicou uma seção especial a essa questão.[1] A maioria desses crimes não são resolvidos, provavelmente porque atores privados estão atuando em conluio com o Estado.

Depois, há toda uma motivação por trás do conluio Estado-empresariado. Às vezes, trata-se de corrupção pura e suborno, às vezes é o Estado promovendo a economia a qualquer custo e às vezes é um determinado setor que domina políticos através de corrupção "mais suave" (doações de campanha). E mesmo em lugares onde é mais difícil enxergar a corrupção, você ainda vai enfrentar o aparelho do Estado (polícia, talvez o exército, o sistema legal mobilizado em favor deles etc.) defendendo interesses comerciais.

O desafio é que, a partir do paradigma de direitos humanos, o setor privado não possui o mesmo grau de responsabilidade que o Estado em termos de proteção para os direitos humanos. No entanto, o que se vê cada vez mais é que o setor estatal e privado são uma coisa só. Pode-se argumentar que a ascensão de Donald Trump ao poder nos EUA simboliza o casamento entre o setor privado e o Estado.

É por isso que sou muito favorável a um tratado vinculante em nível internacional que ligará o setor corporativo à observância dos direitos – porque esse é o setor mais poderoso do mundo. Temos que encontrar uma maneira de gerenciar e controlar as grandes empresas – e uma maneira de fazer isso é através de um tratado internacional vinculante.

Há também que haver um trabalho que destaque o papel negativo do setor privado na área dos direitos humanos. Isso é muito difícil porque todos os países do mundo abriram suas portas para o setor privado. Eu escrevi um relatório em que centrei meu olhar em ambientes habilitadores para empresas *versus* sociedade civil, e as diferenças são brutais.[2] O Estado está aberto a isso e é quase como se desejasse que o setor privado o comandasse. Então, estamos em uma situação difícil em que o trabalho a ser feito – e ele precisa ser feito de baixo para cima e de cima para baixo – deve ser uma avaliação crítica do setor privado.

Embora existam algumas empresas que levam suas responsabilidades a sério, a grande maioria é impulsionada pela motivação de lucro – o que eu chamo de "fundamentalismo de mercado". Toda a ilusão do fundamentalismo de mercado está tornando as coisas tão difíceis que de fato precisamos de mudança.[3] E a mudança não acontecerá a partir de discussões educadas entre o povo e o setor privado. O mesmo nível de pressão imposto aos Estados para proteger os direitos e a dignidade humana deve ser colocado sobre o setor privado. Isso inclui machucá-los onde dói mais – no bolso; talvez então começaremos a ver as mudanças.

Conectas • A complexidade de fatores e atores que conduzem ou permitem a repressão (incluindo o crime organizado, os fundamentalistas religiosos, o modelo neoliberal de mercado etc.) expôs as deficiências de nossas estratégias estabelecidas no clima atual. O que precisamos fazer para entender o poder e usá-lo para obter estratégias mais eficazes?

M.K. • Esses novos atores não estatais são poderosos – essa é realmente uma questão que nos preocupa a todos, se quisermos resolver algumas das deficiências e fraquezas da ordem estabelecida, como expus no meu relatório à 32ª sessão do Conselho de Direitos Humanos.[4]

Precisamos lidar com esses elementos de poder considerando o que de fato são, ao invés de os tratarmos como aliados em potencial. Parte das fraquezas do paradigma envolvendo as corporações e os direitos humanos é que ele trata as corporações como aliadas em potencial.

E a questão da desigualdade deve ser abordada. Precisamos examinar a questão dos direitos dos trabalhadores, salários justos, boas condições e depois trabalhar com sindicatos e trabalhadores – e entender como podemos nos organizar contra esse poder. Temos de nos perguntar "como podemos aproveitar o poder dos vulneráveis para que eles possam combater e enfrentar esse poder?". A menos que se juntem com todas as pessoas que sofrem por conta do crime organizado, sobreviventes de cultos religiosos fundamentalistas, sobreviventes do fundamentalismo de mercado, não seremos capazes de realizar mudanças sérias.

Conectas • Quais as estratégias mais eficazes, segundo sua experiência, utilizadas por ativistas em resposta ao fechamento do espaço civil?

M.K. • Eu sou um grande fã da liberdade de associação e do papel dos protestos e das manifestações como uma via de progresso. Isso é o que há de mais eficaz. Por exemplo, no Quênia, com as tentativas de se restringir o espaço civil legalmente, uma coalizão emergiu envolvendo todos os tipos de diferentes organizações da sociedade civil para formar uma oposição. Resumidamente, o Estado queria promulgar leis que essencialmente "matariam de fome" OSCs essenciais, limitando o financiamento estrangeiro e também criando um órgão estadual que determinaria quais OSCs poderiam trabalhar onde e com quais recursos. Mas porque o projeto de lei era muito amplo, as ONGs de direitos humanos que eram o alvo dessa ação fizeram com que as OSCs de desenvolvimento assumissem a liderança e mostrassem o tamanho do prejuízo a ser causado pela lei ao trabalho humanitário e de desenvolvimento.

Eu também sou um grande fã de alianças, coalizões e mobilizações que se estendem para fora de nossas zonas de conforto. Os sul-coreanos são realmente bons nisso, reunindo sindicatos, movimentos estudantis, ONGs, professores e outros setores para trabalhar em conjunto por objetivos comuns. A Malásia também está sendo bem-sucedida nesse trabalho, ligando estudantes, ONGs, advogados, políticos da oposição e alguns grupos religiosos para lutar por reformas eleitorais. Os silos que temos em nosso trabalho estão errados e isso nos enfraquece. Precisamos avançar rapidamente, deixando de encarar os direitos humanos como projetos que competem entre si por financiamento para enxergá-los de forma mais holística como uma luta. Precisamos começar a cooperar de maneira mais eficaz.

Conectas • Em nível internacional, qual a forma de uso mais estratégico do sistema ONU da qual um ativista pode se beneficiar na defesa do espaço civil?

M.K. • Você precisa ser minimamente realista sobre as possibilidades dentro do sistema ONU. Esta não pode ser sua principal estratégia. A ONU trabalha puramente em nível moral para pressionar, para atuar como um amplificador do que está acontecendo nas bases. E essa é a parte mais importante do sistema ONU.

Encontrar procedimentos especiais [também conhecidos como Relatores Especiais, Representantes Especiais, Grupos de Trabalho, Peritos Independentes] que podem ajudar é crucial. Eles podem atuar como um megafone sobre o assunto. Às vezes, as missões de seus países podem ter um impacto, mas acho que precisamos ser realistas e ter sempre em mente que as lutas acontecem primeiramente em nível nacional e só então pensar em como fazer uso do sistema ONU. Eu acredito que minha missão na Geórgia, por exemplo, contribuiu para a reversão de uma lei que teria restringido as atividades das OSCs. Eventualmente, o trabalho das OSCs contribuiu para a primeira transferência de poder pacífica no espaço pós-soviético. E na Coreia do Sul, minha visita ajudou a desafiar a narrativa de que os sindicatos eram ruins e ajudou a reforçar a necessidade de alianças. E no Reino Unido, meu apoio a um inquérito público e conduzido por juízes sobre o policiamento secreto das OSCs ajudou a trazer equilíbrio para a questão.

Conectas • Considerando sua observação cautelosa, o sistema internacional poderia fazer mais para proteger os ativistas que operam na recuperação do espaço civil e, em caso afirmativo, o que pode ser feito?

M.K. • O que o sistema internacional pode fazer melhor é se pronunciar mais, embora o Alto Comissariado para os Direitos Humanos já se pronuncie bastante em torno da proteção de ativistas. O que a ONU não fez bem o suficiente é fazer com que a ONU como um todo se preocupe mais com os direitos. O que eu aprendi durante o tempo em que trabalhei para a ONU é que o escritório de Genebra é tão pequeno dentro do sistema mais amplo da ONU que é fácil ver seus esforços dispersados neste âmbito. Seria necessário que o Secretário-Geral da ONU dissesse: "Esta é a nossa prioridade e se você está trabalhando na ONU Habitat, nas Forças de Manutenção de Paz ou na ONU Mulheres – seu trabalho deve englobar a proteção dos direitos humanos".

Conectas • Estariam os financiadores respondendo adequadamente às demandas colocadas por ambientes restritivos sobre os ativistas? Quais são as principais estratégias a serem implementadas por financiadores para garantir que estejam apoiando os ativistas da melhor maneira?

M.K. • Precisamos nos afastar do sistema de financiamento que possuímos hoje, que é competitivo. Todos esses convites à apresentação de propostas fazem com que as pessoas compitam, e, de fato, eles apenas beneficiam os grupos com aptidões, que contam com funcionários que tiveram acesso à educação formal mais sofisticada e que são capazes de escrever uma proposta fantástica, em oposição aos ativistas que se encontram na base.

Os financiadores têm que se afastar do financiamento de projetos e reconhecer que a única maneira de combater esta repressão é financiar os ativistas de forma que sejam livres para fazer o que precisam fazer. Isso significa se afastarem de todas as demandas que eles atualmente colocam. A responsabilização deve ser mantida, é claro, mas com menos ênfase – um relatório recente[5] mostrou que os departamentos contábeis das principais organizações da sociedade civil são maiores do que os departamentos contábeis das principais empresas.

Neste ambiente restritivo, os financiadores devem ser criativos e devem ser motivados pelo direito internacional, e não pelo direito interno, como fizeram na era da Guerra Fria! Se eles precisam transferir dinheiro por meio de outras agências, outros lugares, que façam isso, e que continuem a serem capazes de fazê-lo. Quando as ONGs e a sociedade civil estão sob o ataque de um país em particular, os financiadores devem sofisticar seu trabalho envolvendo-se com as organizações que estão sendo atacadas. Isso enviará aos governos e às autoridades repressivos uma mensagem afirmando que "você pode fazer o que quiser, mas nós não pararemos. Na verdade, apoiaremos os ativistas ainda mais".

Conectas • Como os ativistas podem, por um lado, trabalhar para recuperar espaços democráticos e proteger as liberdades fundamentais de expressão, associação e reunião e também combater a disseminação do discurso de ódio e valores não baseados em direitos? Como os ativistas podem responder à crítica de que tal posição é contraditória?

M.K. • Os americanos afirmam que o discurso de ódio é aceitável, desde que não leve à violência. Precisamos conter isso – primeiro intelectualmente, mas também na prática. Temos o dever de defender os valores. Quando os valores não são baseados em direitos humanos e os valores não contribuem para a dignidade humana e a tolerância, então eles são valores que precisam ser enfrentados e isso inclui o discurso de ódio. Não acho isso contraditório. Não acredito que o direito à expressão e o direito à associação signifiquem que tudo seja aceitável. Os direitos humanos não têm a ver com anarquia, eles dizem respeito a valores.

Precisamos ser criativos na forma como trabalhamos. Devemos ser corajosos na maneira que o fazemos e defendermos isso. Temos que estar atentos sobre como o fazemos.

Também deve haver uma abordagem de baixo para cima na maneira como trabalhamos com todas as pessoas. Uma das coisas que mais me impressionou ao longo dos anos é como poucas organizações têm organizadores e mobilizadores entre os seus funcionários. Eles têm profissionais, advogados, contadores, mas ainda não têm mobilizadores e organizadores. Eu acho que isso é algo que devemos tratar. É preciso que passemos mais tempo com as pessoas do que com um laptop. Deve ser assim.

Conectas • Você tocou na questão de como podemos avançar, mas, com tantas histórias negativas na imprensa, que esperança ou que futuro você vê para proteger o espaço civil? O que devemos fazer para recuperar a narrativa e fomentar o apoio público em torno da sociedade civil?

M.K. • "Precisamos retornar ao que é essencial." Temos que começar a falar sobre as coisas boas que fazemos. Mas tenhamos cuidado. A narrativa não pode ser apenas positiva e não se trata apenas de relações públicas. Conversei com alguns grupos e eles dizem: "Tudo o que precisamos fazer é contratar um especialista em relações públicas". De fato precisamos de relações públicas dentro do movimento de direitos humanos porque não somos tão bons nisso. Mas também precisamos saber que as relações públicas não podem nos conduzir.

Temos que realizar o duro trabalho de ir de porta em porta, de casa em casa, de aldeia em aldeia. Acredito que, como ativistas, nos acostumamos aos nossos sucessos. Com a ascensão do populismo e da direita, temos que perguntar, engajar e descobrir por que as pessoas estão tão frustradas e com tanta raiva. Pensávamos que o caminho levava apenas para frente sem imaginar que poderia haver obstáculos. Acho que isso nos prejudicou em grande medida. Então, retornemos ao que é essencial. Trabalhemos com as pessoas nas bases – trabalhemos com os camponeses, com os moradores dos bairros, com os trabalhadores, com todos e todas.

• • •

Entrevista realizada por Oliver Hudson
(Conectas Direitos Humanos).

NOTAS

1 • "The Defenders - 185 Environmental Defenders Have Been Killed So Far in 2017," The Guardian, 15 de dezembro de 2017, acesso em 18 de dezembro de 2017, https://www.theguardian.com/environment/ng-interactive/2017/jul/13/the-defenders-tracker.

2 • "Comparing States' Treatment Of Businesses And Associations Worldwide," Free Assembly, outubro de 2015, acesso em 18 de dezembro de 2017, http://freeassembly.net/reports/sectoral-equity/.

3 • "Report of the Special Rapporteur on the Rights to Freedom of Peaceful Assembly and of Association," Free Assembly, A/HRC/32/36, 2016, acesso em 18 de dezembro de 2017, http://freeassembly.net/wp-content/uploads/2016/05/A.HRC_.32.36_E.pdf.

4 • *Ibid*.

5 • Jeri Eckhart Queenan, "Global NGOs Spend More on Accounting Than Multinationals." Harvard Business Review, 23 de abril de 2013, acesso em 18 de dezembro de 2017, https://hbr.org/2013/04/the-efficiency-trap-of-global/.

VOZES

A REALIDADE DE EXCEÇÃO PERMANENTE DO ESTADO ÚNICO
Hagai El-Ad

AS VIDAS NAS FAVELAS IMPORTAM
Raull Santiago

CONECTANDO FILANTROPIA E DIREITOS
G. Ananthapadmanabhan
& Shambhavi Madhan

VOZES

A REALIDADE DE EXCEÇÃO PERMANENTE DO ESTADO ÚNICO

Hagai El-Ad

- *As ONGs israelenses e palestinas estão ficando mais próximas:*
- *não porque o espaço civil esteja aumentando na Palestina ocupada, mas porque está encolhendo no Israel ocupante*

RESUMO

Após 50 anos de ocupação, para possibilitar uma opressão maior dos palestinos, considera-se necessário um silenciamento mais forte dos israelenses. O texto salta de um lado da Linha Verde para o outro e examina a situação dos palestinos que vivem sob o regime de ocupação de Israel, dos israelenses que se esforçam para rejeitar essa realidade – e como ambos estão entrelaçados. Os recentes eventos internacionais e o surgimento de líderes autoritários em todo o mundo ressoam localmente e contribuem ainda mais para as tendências negativas, mas, se contestado e revertido globalmente, o contexto internacional pode desempenhar um papel fundamental no caminho não violento para um futuro, tanto para israelenses quanto palestinos, que se baseie na liberdade, na democracia e nos direitos humanos.

PALAVRAS-CHAVE

Israel | Palestina | Territórios palestinos ocupados | Encolhimento do espaço civil | Linha Verde | Sistema de justiça militar | Estado de exceção | Vida nua | Financiamento internacional

Qual a medida exata da "democracia israelense" nos dias de hoje? Para isso, é útil obtermos uma leitura através da lente de uma palestina.

Mai Da'na é uma palestina de Hebron. Dois anos e meio atrás, em fevereiro de 2015, no final de uma noite de inverno, soldados israelenses entraram em sua casa. Para as famílias palestinas, em toda a Cisjordânia ocupada pelos israelenses, isso faz parte da vida cotidiana: quase qualquer soldado pode entrar em um lar palestino, a qualquer momento. Nenhum mandado de busca é necessário, nenhuma norma legal, como "causa provável" ou "suspeita razoável", é relevante.[1]

Veja, na Palestina ocupada, o permanente *estado de exceção*[2] de Giorgio Agamben não é filosofia: é realidade, e tem sido exatamente assim durante o último meio século, e assim vai continuar. A própria Da'na e seus filhos – ela tem 26 anos – viveram toda a vida dentro dessa realidade, a qual, com efeito, tem estado presente durante quase o dobro de sua vida. Para compreender plenamente o significado de viver uma *vida nua*, basta assistir ao vídeo que ela fez quando os soldados chegaram, entraram em sua casa, exigiram que as crianças fossem acordadas e perguntaram seus nomes no meio de uma noite fria.[3]

Diferente de Da'na, sou cidadão israelense judeu; vivo em Jerusalém Ocidental, em Israel propriamente dito. Portanto, minha situação é muito diferente – em termos de quem pode entrar em minha casa, a cerca de trinta quilômetros ao norte do lar de Da'na, e em termos de outro milhão de modos como a vida dos súditos e a vida dos senhores divergem. E, no entanto, nossos espaços estão interconectados – e é disso que trata este artigo, e esta vida.

Nos últimos anos, Da'na começou a atuar como voluntária no projeto de vídeo do B'Tselem. As mulheres cinegrafistas costumam estar entre os melhores dos duzentos voluntários que, na última década, foram capacitados, por meio desse projeto de jornalismo cidadão, para mostrar a realidade da ocupação exatamente como ela é.[4] Portanto, não é de admirar que em agosto de 2017, quando o projeto chegou ao seu décimo aniversário, o B'Tselem tenha decidido apresentar na Cinemateca de Jerusalém um programa que destacava "Mulheres palestinas, da primeira Intifada até hoje".[5] Desse programa fazia parte uma coleção de segmentos de vídeo, todos filmados por mulheres – inclusive o vídeo que Mai Da'na fez daquela noite, em fevereiro de 2015.

Exibir a realidade da vida de um lado da Linha Verde[6] do outro lado dessa linha é um ato bastante simples. Mas o que atravessou a linha foi muito mais do que apenas aquelas imagens de Hebron.

Foi o que transpareceu após a exibição: o Ministério da Cultura escreveu muito publicamente ao Ministério das Finanças de Israel para exigir que "o financiamento da Cinemateca de Jerusalém seja reexaminado à luz da exibição de filmes de voluntários do B'Tselem". A base jurídica para essa exigência tornou-se lei[7] em Israel em 2011, como parte de uma onda anterior de legislação "antidemocrática". Desde então, seis anos se

passaram e, nos últimos meses, a atual ministra da Cultura e membro do Knesset Miriam (Miri) Regev (Likud), usando seus poderes governamentais, empreende uma campanha contra artistas, roteiristas, teatros – e sim, cinemas – que ousam prosseguir com eventos, peças ou filmes que "incitam contra Israel".[8] De acordo com a interpretação dela, mostrar a verdade a respeito do domínio israelense sobre os palestinos só pode ser "incitamento".[9] A ministra deseja exercitar o que ela chama, à maneira de George Orwell, de "liberdade de financiamento":[10] a liberdade dela de *não* financiar o discurso artístico que trata desse estado de exceção permanente, a poucos quilômetros da Cinemateca de Jerusalém.

. . .

Os cidadãos – especialmente os cidadãos judeus – que vivem deste lado da Linha Verde estão em geral acostumados a exercer seus direitos de liberdade de expressão. Mas na Palestina ocupada, a liberdade de expressão não é uma opção desde agosto de 1967, dois meses após o início da ocupação. A Ordem do Comando Central nº. 101 – "Ordem relativa à proibição de ações de incitamento e de propaganda hostil"[11] – está em vigência, com várias emendas, desde então. Seu ponto de partida é que os residentes palestinos não têm liberdade de protesto ou liberdade de expressão inerentes, e que até mesmo a resistência não violenta e o protesto civil que envolvam assembleias pacíficas sejam proibidos. Há cinquenta anos, definimos praticamente qualquer oposição palestina ao regime de ocupação de Israel como incitamento, ao mesmo tempo em que negamos as liberdades básicas, como a de expressão. Alguém está realmente surpreso que agora a exibição de uma coleção de vídeos focada no regime de ocupação seja enquadrada – evidentemente – como incitamento e que a liberdade de expressão dos israelenses esteja em questão?

Na realidade, o espaço para uma sociedade aberta está encolhendo em Israel. Já não se pode dar por certo que as organizações não governamentais (ONGs) da sociedade civil em Israel propriamente dito, a oeste da Linha Verde, possam funcionar com liberdade. Não se pode negar o senso de justiça irônico e amargo nesse processo, que aproxima as ONGs israelenses e palestinas – e ativistas israelenses e palestinianos – e não porque o espaço civil esteja se ampliando na Palestina ocupada, mas porque está diminuindo no Israel ocupante.

É evidente que para os milhões de palestinos em que mandamos há décadas o espaço democrático acabou há muito tempo. Há décadas governamos milhões de não cidadãos sem direitos políticos por decretos militares e, nesse contexto, a vulnerabilidade ocasional dos lares palestinos é apenas um exemplo de como a vida pode ser nua em um lugar onde Israel controla com impunidade,[12] por meio de decisões administrativas arbitrárias, a capacidade das pessoas de viajar para o exterior,[13] receber uma autorização de trabalho,[14] casar-se,[15] ter acesso a suas terras,[16] construir uma casa[17] – para citar apenas alguns exemplos.[18]

Mas na soleira desse abismo, a poucos quilômetros de distância, a falsa aparência de uma democracia ocidental estava viva e forte. Ainda em 2008, por exemplo, o Informe Nacional de Israel,[19] apresentado como parte da Revisão Periódica Universal do país, declarou

orgulhosamente que "Israel tem uma sociedade civil aberta, vibrante e pluralista, empenhada ativamente em levantar prioridades e questionar a conduta do Governo. O governo está engajado em um diálogo permanente com numerosas ONGs [...]".

Avancemos rapidamente, de menos de uma década para o dia de hoje em Israel, onde equiparar as ONGs que se opõem à ocupação com serviçais traidores de potências estrangeiras suspeitas tornou-se rotina do primeiro-ministro para baixo. Nessa realidade atual, um coquetel constante de intimidação, infiltração e legislação é o novo normal.[20] A necessidade de manter a aparência de normas democráticas já foi, em grande parte, deixada de lado, substituída por um apetite político para demonstrar a um público que aplaude que o governo está atrás da quinta coluna.

Assim, os esforços liderados pela ministra da Cultura são apenas algumas das muitas iniciativas semelhantes. Juntas, eles descrevem claramente o encolhimento do espaço para a liberdade de expressão e para a sociedade civil. Trata-se de um processo que ocorreu em Israel principalmente nos últimos sete anos, avançando em conjunto com países como a Hungria, a Índia e a Turquia. Esse crescente autoritarismo em Jerusalém pode ser visto até de Berlim: em junho de 2017, um porta-voz do Ministério das Relações Exteriores alemão disse que a Hungria, ao aprovar uma lei que proíbe o financiamento estrangeiro a ONGs e grupos da sociedade civil, juntou-se "às fileiras de países como Rússia, China e Israel, que, obviamente, consideram o financiamento por doadores do exterior de ONGs e iniciativas da sociedade civil um ato hostil ou, pelo menos, não amistoso".[21] Alguns meses depois, Israel apareceu no "relatório de represálias" anual do secretário-geral sobre Cooperação com as Nações Unidas, seus representantes e mecanismos no campo dos direitos humanos.[22]

. . .

De todos os diversos esforços para agir contra as ONGs israelenses de direitos humanos, o mais obstinado tem sido tentar restringir o acesso ao financiamento internacional. Mas o governo não pode simplesmente aprovar uma lei à qual se acrescente um adendo com a lista de grupos indesejáveis – isso seria grosseiro demais. Demorou vários anos e algumas iterações legislativas para que fosse encontrado um critério administrativo que se aplicasse quase que exclusivamente aos, digamos, indesejáveis: uma porcentagem relativamente alta de "financiamento de entidade estatal estrangeira". Um pouco de contexto: o financiamento internacional é comum e extenso em Israel, em todo o espectro, incluindo o exército de Israel (amplamente apoiado pelos EUA), programas de pesquisa (com acesso sem par ao financiamento da UE), hospitais, universidades, escolas, museus, ONGs de assistência social, grupos de colonos, organizações de direitos humanos e muito mais. Mas no setor de ONGs, as embaixadas estrangeiras, os subsídios das Nações Unidas e similares tendem obviamente a investir na promoção dos direitos humanos e não no avanço da ocupação. Assim, ao examinar o financiamento relativo de uma ONG que vem dessas fontes, pode-se produzir de fato uma lista das ONGs que o governo quer perseguir, sem ter de recorrer a listá-las uma a uma.

A lógica acima estava no âmago da mais recente emenda da lei das entidades sem fins lucrativos de Israel. De acordo com uma emenda aprovada em 2016,[23] a partir de 2018 (com base nos dados fiscais de 2017), os grupos que recebem 50% ou mais de seu financiamento de fontes de "entidade estatal estrangeira" terão de praticamente se identificar como ONG de agentes estrangeiros. De início, a emenda foi anunciada como um simples "aumento da transparência"[24] – mas desde que a lei foi aprovada, ela tem servido de base para outras leis,[25] completamente distantes da "transparência", mas que buscam de forma bastante transparente causar ainda mais humilhação pública e impor limitações e encargos administrativos às ONGs de direitos humanos.

A emenda acima (conhecida como "Lei de Transparência") não limita o acesso ao financiamento estrangeiro. No entanto, em junho de 2017, o primeiro-ministro confirmou publicamente que encomendou ao ministro Yariv Levin a formulação de uma nova lei que bloqueie o financiamento governamental estrangeiro para organizações sem fins lucrativos israelenses, em um ataque explicitamente direcionado a grupos de defesa dos direitos humanos que se opõem à ocupação.[26] Citado no *Há'aretz*, o ministro Levin explicou o motivo da mudança na posição governamental, da lei que o governo promoveu apenas um ano antes, e que *não* limitou o financiamento governamental estrangeiro, para o desejo atual de bloquear esse financiamento por meio de uma nova legislação. Levin explicou que o novo governo nos Estados Unidos da América torna isso possível: "Não teria acontecido no período do governo Obama. Eles estavam muito apreensivos com a lei. O governo atual não tem problema com isso".[27]

. . .

Os palestinos não podem atravessar a Linha Verde com facilidade e entrar em Israel: são necessárias licenças especiais para trabalhar, cuidados médicos ou outros motivos. O pensamento autoritário, no entanto, não precisa dessa licença, uma luz verde dos poderes que importam será suficiente. Da mesma forma, os ventos que sopram de Washington D.C. parecem ser sentidos em ambos os lados da Linha Verde. Algumas semanas depois do ministro Levin, foi a vez do ministro da Defesa, Lieberman, fazer uso de linguagem quase idêntica – mas agora no contexto de ações do outro lado da Linha Verde, a saber, a possibilidade de prosseguir com demolições de aldeias palestinas *inteiras*: Khan al-Ahmar, a leste de Jerusalém, e Susiya, nas colinas do sul de Hebron.[28]

As imagens gravadas por Mai Da'na também atravessaram a Linha Verde. Sua modesta projeção para cerca de cem espectadores foi suficiente – em Israel de 2017 – para desencadear uma revisão governamental ao estilo macarthista de uma das instituições culturais mais tradicionais de Israel. Para possibilitar uma opressão maior dos palestinos, considera-se necessário agora um silenciamento mais forte dos israelenses. Nossos destinos estão entrelaçados.

Da mesma forma, os mecanismos internacionais que de algum modo retardaram esses eventos estão entrelaçados. Não só muitos atores internacionais estão acostumados

a seguir os sinais de Washington – agora sob Trump –, mas também a liderança de Israel está atualmente empoderada pelos ventos favoráveis que sopram dos poderes autoritários em ascensão em todo o mundo. Diante dessas circunstâncias, não há soluções garantidas, e as perspectivas são muitas vezes sombrias.

Por preocupantes que sejam esses fatos negativos dentro de Israel, eles não são os motivos pelos quais Israel não pode ser considerado uma democracia. Para isso, não precisamos nos concentrar no que aconteceu em anos recentes, mas abrir nossos olhos para o último meio século. O controle de Israel sobre milhões de palestinos sem direitos políticos tem sido exercido durante toda a existência de Israel como Estado independente, exceto nos primeiros dezenove anos. Essa é a razão de Israel não ser uma democracia e, com efeito, já faz muitas décadas que não o é. Vivemos na realidade de um Estado único entre o rio Jordão e o Mar Mediterrâneo, um Estado cujo permanente estado de exceção é um de senhores e súditos, de milhões de pessoas com direitos políticos – e milhões sem eles.

No entanto, eis o que eu realmente aceito: sim, o realinhamento global autoritário é real. Se você tem dúvidas, basta ouvir Netanyahu, Trump, Modi, Orbán[29] e muitos outros candidatos a entrar para suas fileiras. Mas não está preordenado que este será o *único* realinhamento global que a humanidade testemunhará no século XXI. A Declaração Universal dos Direitos do Homem é uma conquista preciosa demais, obtida após inimaginável sofrimento humano. Sabemos o que está em jogo. É melhor mantermo-nos unidos para que "os direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana" sejam concretizados e assim "o alicerce da liberdade, da justiça e da paz no mundo" seja tão sólido quanto deve ser. Não há garantias de sucesso: apenas a certeza de que é um futuro pelo qual vale a pena lutar.

NOTAS

1 • "Um oficial ou um soldado assim autorizado em geral ou em uma instância específica está autorizado a entrar, a qualquer momento, em qualquer lugar, veículo, barco ou avião quando possa haver motivos para suspeitar de que é usado ou foi usado para qualquer finalidade que prejudique a paz pública, a segurança das forças da FDI, a manutenção da ordem pública, ou para fins de sublevação, revolta ou tumultos, ou há motivos para suspeitar da presença de uma pessoa que violou essa ordem, ou bens, objetos, animais, documentos a serem apreendidos de acordo com esta ordem, e eles estão autorizados a revistar qualquer lugar, veículo, barco ou avião e qualquer pessoa que esteja neles ou saia deles." "Order Regarding Security Provisions [Consolidated Version] (Judea and Samaria) (No. 1651), 5770-2009," No Legal Frontiers, 1o. de novembro de 2009, acesso em 27 de novembro de 2017, Section 67, nolegalfrontiers.org/military-orders/mil019ed2.html?lang=en.

2 • Ver Giorgio Agamben, *State of Exception* (Chicago: University of Chicago Press, 2005): 1-112, para uma análise de como supostos tempos de crise ou estados de emergência são usados por governos para passar por cima de direitos.

3 • O vídeo pode ser visto no canal do YouTube do B'Tselem's: "Soldiers Enter Hebron Homes at Night, Order to Wake Children, 24/02/15," vídeo do YouTube, 3:51, postado por B'Tselem, 29 de março de 2015, www.youtube.com/watch?v=oHRj-GF5dwg.

4 • Desde 2007, o projeto de câmera da B'Tselem vem distribuindo câmeras de vídeo e treinamento para voluntários palestinos na Cisjordânia. O projeto tornou-se um dos mais bem-sucedidos de seu tipo globalmente. Para mais informações e antecedentes, exemplos de imagens de vídeo e muito mais, visite "B'Tselem's Camera Project," B'Tselem, 2017, acesso em 27 de novembro de 2017, www.B'Tselem.org/video/cdp_background.

5 • A primeira Intifada, um levante palestino contra a ocupação israelense, começou em dezembro de 1987. A segunda Intifada começou em setembro de 2000.

6 • A Linha Verde, fronteira do Armistício de 1949 de Israel com seus vizinhos, é chamada com frequência de fronteiras anteriores a 1967. As terras capturadas em 1967 por Israel além da Linha Verde são os Territórios Ocupados.

7 • "Budget Foundations Law (Amendment 40) – Reducing Budget or Support for Activity Contrary to the Principles of the State". Para mais informações, ver: "The Nakba Law," The Association for Civil Rights in Israel, 9 de novembro de, 2011, acesso em 27 de novembro de 2017, www.acri.org.il/en/knesset/nakba-law/.

8 • No início de 2016, Regev tentou aprovar uma lei de "lealdade na cultura". Essa legislação foi posteriormente engavetada, em troca do compromisso do Ministério das Finanças de fazer cumprir de forma mais proativa a acima mencionada *Emenda 40*. Regev continuou a invocar acusações contra artistas por deslealdade, incitamento ou ambos, como aconteceu em setembro de 2017, quando exigiu que a polícia abrisse uma investigação contra o Teatro Jaffa, por realizar um evento de solidariedade com a poeta palestina Dareen Tatour. Essa poeta, cidadã israelense, está sob prisão domiciliar desde o final de 2015. Ela enfrenta acusações de incitação centradas em um poema que publicou intitulado *Qawem Ya Shaabi Qawemahum* (Resista meu povo, resista a eles).

9 • Por exemplo, Regev em setembro de 2017: "É revoltante que os artistas israelenses contribuam para a incitação da geração jovem contra o exército mais moral no mundo, espalhando mentiras sob a aparência de arte".

10 • O financiamento governamental para instituições culturais, principalmente por meio do Ministério da Cultura, deveria ser independente do viés político. Em janeiro de 2016, Regev disse que ela "não permitirá a subversão dos fundamentos do Estado, especialmente quando é financiada pelo governo".

11 • "Israel Defense Forces Order No. 101 Order Regarding Prohibition of Incitement and Hostile Propaganda Actions," B'Tselem, 27 de agosto de 1967, acesso em 27 de novembro de 2017, www.B'Tselem.org/download/19670827_order_regarding_prohibition_of_incitement_and_hostile_propaganda.pdf.

12 • Ver estes três informes do B'Tselem: "The Occupation's Fig Leaf: Israel's Military Law Enforcement System as a Whitewash Mechanism," B'Tselem, maio de 2016, acesso em 27 de novembro de 2017, www.btselem.org/publications/summaries/201605_occupations_fig_leaf; "Whitewash Protocol: The So-Called Investigation of Operation Protective Edge," B'Tselem, setembro de 2016, acesso em 27 de novembro de 2017, www.btselem.org/publications/summaries/201609_whitewash_protocol; e "Getting Off Scot-Free: Israel's Refusal to Compensate Palestinians for Damages Caused by Its Security Forces," B'Tselem, março de 2017, acesso em 27 de novembro de 2017, http://www.B'Tselem.org/publications/summaries/201703_getting_off_scot_free.

13 • "Israel Bars Thousands of Palestinians from Traveling Abroad; Many Other Don't Even Bother to Make the Attempt," B'Tselem, 15 de maio de 2017, acesso em 27 de novembro de 2017, www.btselem.org/freedom_of_movement/20170515_thousands_of_palestinians_barred_from_traveling_abroad.

14 • "Crossing the Line: Violation of the Rights of Palestinians in Israel without a Permit," B'Tselem, março de 2007, acesso em 27 de novembro de 2017, www.btselem.org/publications/summaries/200703_crossing_the_line. Ver também "Israel Deliberately Forces Inhuman Conditions on Palestinians Working in the Country by Permit", B'Tselem, 31 de julho de, 2016, acesso em 27 de novembro de 2017, www.btselem.org/workers/20160731_inhuman_conditions_in_checkpoints.

15 • Ver o informe conjunto "So Near and Yet So Far: Implications of Israeli-Imposed Seclusion of Gaza Strip on Palestinians' Right to Family Life," Hamoked e B'Tselem, janeiro de 2014, acesso em 27 de novembro de 2017, www.btselem.org/publications/summaries/201401_so_near_and_yet_so_far.

16 • Ver informes: "Access Denied: Israeli Measures to Deny Palestinians Access to Land Around Settlements", B'Tselem, setembro de 2008, acesso em 27 de novembro de 2017, www.btselem.org/publications/summaries/200809_access_denied; e "Expel and Exploit: The Israeli Practice of Taking over Rural Palestinian Land," B'Tselem, dezembro de 2016, acesso em 27 de novembro de 2017, www.btselem.org/publications/summaries/201612_expel_and_exploit.

17 • "Restrictions on Palestinian Planning and Construction in Area C," B'Tselem, 30 de outubro de 2013, acesso em 27 de novembro de 2017, www.btselem.org/planning_and_building/restrictions_on_palestinian_planning_and_building.

18 • Para uma perspectiva mais ampla, ver o discurso do autor em nome do B'Tselem em uma discussão especial sobre assentamentos no Conselho de Segurança das Nações Unidas, "Hagai El-Ad's Address in a Special Discussion About Settlements at the United Nations Security Council," B'Tselem, 14 de outubro de 2016, acesso em 27 de novembro de 2017, www.btselem.org/settlements/20161014_security_council_address.

19 • "Israel," Informe RPU, dezembro de 2008, acesso em 27 de novembro de 2017, www.upr-info.org/en/review/Israel/Session-03---December-2008/National-report.

20 • Ver "Report of the Special Rapporteur on the Situation of Human Rights in the Palestinian Territories Occupied Since 1967, Michael Lynk," A/HRC/34/70, Human Rights Council, 16 de março de 2017, acesso em 27 de novembro de 2017, www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session34/Documents/A_HRC_34_70_AUV.docx, que destacou um ambiente cada vez mais virulento para os defensores dos direitos humanos que trabalham com questões relacionadas com os territórios ocupados.

21 • Georgi Gotev, "Germany Voices 'Great Concern' Over Hungarian NGO Law." Euractiv, 15 de junho de

2017, acesso em 27 de novembro de 2017, www.euractiv.com/section/central-europe/news/germany-voices-great-concern-over-hungary-ngo-law/.

22 • "Cooperation with the United Nations, its Representatives and Mechanisms in the Field of Human Rights," Human Rights Council, A/HRC/36/31, 15 de setembro de 2017, acesso em 27 de novembro de 2017, www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session36/Documents/A_HRC_36_31.docx; Barak Ravid, "Netanyahu Slams Human Rights NGO B'Tselem for Joining 'Chorus of Slander' Against Israel." HAARETZ, 16 de outubro de 2016, acesso em 27 de novembro de 2017, www.haaretz.com/israel-news/1.747653; Jonathan Lis, "Coalition Chairman Threatens to Strip Citizenship of Israeli Activist Who Criticized Occupation at UN." HAARETZ, 21 de outubro de 2016, acesso em 27 de novembro de 2017, www.haaretz.com/israel-news/1.748609.

23 • "Law Requiring Disclosure by NGOs Supported by Foreign Governmental Entities (Amended) – 2016," The Association for Civil Rights in Israel, 2016, acesso em 27 de novembro de 2017, https://www.acri.org.il/en/wp-content/uploads/2016/07/Summary-of-NGO-Law.pdf. Para mais informações, ver: "Update – NGO Law Approved by the Knesset," The Association for Civil Rights in Israel, 11 de julho de 2016, acesso em 27 de novembro de 2017, www.acri.org.il/en/2016/07/11/update-ngo-law-passed/.

24 • A transparência nunca foi a verdadeira questão, já que todas as doações de NIS 20.000 (aproximadamente US$ 5.700) e acima disso feitas para ONGs israelenses são declaradas anualmente, conforme exigido por lei. Além disso, desde 2011, as doações de fontes estrangeiras de entidades estatais são declaradas trimestralmente: "Proposed Bill on Disclosure Requirements for Recipients of Support from a Foreign State Entity, 5770-2010," The Association for Civil Rights in Israel, 2014, acesso em 27 de novembro de 2017, www.acri.org.il/pdf/bill5770.pdf.

25 • Ver: Hagai El-Ad, "The Only Democracy... Right." Jerusalem Post, 30 de março de 2017, acesso em 27 de novembro de 2017, www.jpost.com/Opinion/The-only-democracy-right-485702.

26 • "Israel to Develop Law Limiting Foreign Gov't Funding to Left-wing NGOs," i24NEWS, 12 de junho de 2017, acesso em 27 de novembro de 2017, www.i24news.tv/en/news/israel/147706-170612-israel-to-develop-law-limiting-foreign-gov-t-funding-to-left-wing-ngos.

27 • Yossi Verter, "Why Netanyahu Suddenly Renewed His Assault on Human Rights Groups." HAARETZ, 18 de junho de 2017, acesso em 27 de novembro de 2017, www.haaretz.com/israel-news/.premium-1.796041.

28 • "O governo Obama se opôs fortemente ao despejo, mas parece que o governo Trump se envolveu muito menos na questão"; Yotam Berger, "Israeli Defense Chief Blasts Radical Settler Youth as 'Disturbed Idiots'." HAARETZ, 29 de agosto de 2017, acesso em 27 de novembro de 2017, www.haaretz.com/israel-news/1.809627.

29 • Krisztina Than, "Hungary, Israel Seek Closer Ties as Orban Campaign Unnerves Jews." Reuters, 17 de julho de 2017, acesso em 27 de novembro de 2017, www.reuters.com/article/us-hungary-israel/hungary-israel-seek-closer-ties-as-orban-campaign-unnerves-jews-idUSKBN1A214O. Em julho de 2017, em uma reunião em Budapeste com os primeiros-ministros da Hungria, República Tcheca, Polônia e Eslováquia, o primeiro-ministro Netanyahu disse: "Temos uma situação peculiar: a União Europeia é a única associação de países do mundo que condiciona as relações com Israel [...] a condições políticas [...] é uma loucura. É realmente uma loucura. [...] Temos um relacionamento especial com a China. E eles não se importam. Eles não se importam com as questões políticas". O primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, respondeu: "Sr. Netanyahu, a União Europeia é ainda mais singular. A UE estipula condições aos que já estão dentro da UE, não apenas aos países do exterior". Barak Ravid, "Netanyahu Launches Blistering Attack on EU: 'Their Behavior Toward Israel Is Crazy'." HAARETZ, 19 de julho de 2017, acesso em 27 de novembro de 2017, www.haaretz.com/israel-news/1.802143.

HAGAI EL-AD – *Israel*
Hagai El-Ad é diretor-executivo do B'Tselem, Centro de Informações Israelense sobre Direitos Humanos nos Territórios Palestinos Ocupados. Antes, foi diretor da Associação dos Direitos Civis em Israel (ACRI, pela sigla em inglês, 2008-2014) e da Casa Aberta de Jerusalém de Orgulho e Tolerância (2000-2006). Em 2014, El-Ad foi incluído entre os "100 Principais Pensadores Globais" da revista Foreign Policy. Em 2016, falou perante o Conselho de Segurança das Nações Unidas, pedindo ação internacional para acabar com a ocupação.

contato: *hagai@btselem.org*

Recebido em setembro de 2017.
Original em inglês. Traduzido por Pedro Maia Soares.

"Este artigo é publicado sob a licença de Creative Commons Noncommercial Attribution-NoDerivatives 4.0 International License"

VOZES

AS VIDAS NAS FAVELAS IMPORTAM

Raull Santiago

• *Ouvir e valorizar a favela,* •
um caminho para reduzir a desigualdade no Brasil

RESUMO

O texto é um resumo do ativismo de direitos humanos que usa a comunicação independente como ferramenta para disputar narrativas e construir soluções em realidades desiguais e de exploração racial violenta, como as favelas do Rio de Janeiro, em especial o Complexo do Alemão, local desde o qual escreve Raull Santiago, integrante do Coletivo Papo Reto.

PALAVRAS-CHAVE
Coletivo Papo Reto | Favelas | Rio de Janeiro | Comunicação Independente | Mídia livre | Comunicação comunitária | Mídia periférica

Iniciar esse texto foi bem complicado. Tentei escrever em diferentes momentos e lugares. Escrevi no bloco de notas do celular, por meio da digitação por voz, no computador. Várias tentativas, mas o meu tempo é curto, assim que o texto foi a junção de tudo isso aí.

Meu nome é Raull Santiago, tenho 28 anos e sou morador do Complexo do Alemão, um conjunto de favelas localizado na zona norte da Cidade do Rio de Janeiro. E é sobre esse lugar que vou falar, onde fui criado e onde vivo até hoje. Desde o complexo do Alemão faço uma leitura da situação atual do Brasil, a partir das nossas vivências.

Favelas são locais humildes, de muitas e ricas experiências de vida coletiva. Entre várias favelas e periferias do Brasil, o Complexo do Alemão é o meu lugar. Trata-se de uma favela muito conhecida, que apesar de ser um local incrível, tem sido explorada nos últimos anos na chamada "guerra às drogas". Com a desculpa do combate ao tráfico de drogas, o governo mobiliza grande parte do seu poder militar contra a população, e nesse processo, muitas pessoas são levadas à prisão ou à morte. Principalmente a população humilde, o povo preto deste país.

Assim, a guerra às drogas é uma ferramenta moderna de controle racial e de manutenção da desigualdade social, pois acontece de forma desigual e cruel nos espaços mais humildes, nas favelas e periferias do Brasil. Nesse contexto, a polícia é a única política pública que chega de forma permanente. É um cenário de muita violência policial, onde acontecem enormes violações de direitos. Mas alguns políticos assim como a grande imprensa insistem em dizer que as favelas são o problema da sociedade brasileira. É sobre essa grande farsa que é construída uma imagem negativa de nós.

Para tentar frear a violência e a desigualdade racial que experimentamos no dia a dia e que se evidencia nas narrativas construídas sobre nós, criamos, junto a nove amigos e amigas o Coletivo Papo Reto. É um grupo que usa a comunicação independente para denunciar a violência, disputar narrativas a partir da nossa realidade, e propor formas de garantir direitos e fortalecer a favela como local de potência, através da ideia de "nós por nós".

O Coletivo Papo Reto tem basicamente duas vertentes de atuação:

1 • Comunicação de Resistência: usando tecnologias diversas para denunciar as violações de direitos cometidas pelo Estado, o objetivo é mobilizar redes e encaminhar denúncias junto a outras instituições públicas e da sociedade civil, tentando reduzir a forma violenta com que somos tratados diariamente.

2 • Publicidade Afirmativa: por meio da qual trabalhamos a ideia de "nós por nós", buscando fortalecer a favela e seus moradores, além de disputar narrativas com a mídia hegemônica que insiste em nos criminalizar, disseminando imagens que nos colocam como problema. Usamos a comunicação para mostrar as potências existentes dentro da favela. Através de ações de rua e programas online, buscamos apresentar um outro olhar sobre nossa realidade.

Atualmente, usando tecnologias como ferramentas para denunciar violações de direitos e violência racial, temos atuado em parceria com uma instituição americana chamada Witness, com a qual temos aprendido sobre segurança online e planejamento da segurança coletiva, além de estarmos experimentando e ajudando a desenvolver aplicativos e tecnologias que possam ser usadas por ativistas, por exemplo como cobertura audiovisual em locais de conflitos, para que as imagens capturadas sejam aceitas como prova judicial.

Um local em disputa

O Complexo do Alemão foi muitas vezes apresentado como símbolo do poder das máfias do país, mas nunca teve a oportunidade de ser apresentado de maneira positiva, mostrando quanto é um local de pessoas potentes e incríveis. A comunicação independente chega para suprir essa lacuna, expondo a mídia hegemônica como um dos grandes responsáveis por construir esse imaginário negativo sobre a realidade das favelas.

Em 2010, o Complexo do Alemão recebeu um novo modelo de segurança pública inspirado na Comuna 13 de Medellín, na Colômbia, onde há um policiamento presente 24h dentro da favela e onde também foi construído um teleférico, equipamento de transporte massivo de pessoas através de cabos.

Porém, na realidade do Brasil, a presença permanente da polícia é um verdadeiro problema que alimenta o número de confrontos, mortes e violações sofridas pela nossa população. O teleférico do complexo do alemão, que foi construído em 2011, e custou milhões de reais do dinheiro público, foi fechado há mais de um ano, tornando-se um símbolo mais de corrupção, mostrando a gravidade dos casos de roubos cometidos pelo governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral – atualmente preso por corrupção.[1]

Por outra parte, em 2007, durante os jogos do PanAmericano, mais de uma dezena de pessoas foi assassinada no Complexo do Alemão. Infelizmente, não foi a primeira vez que grandes eventos no Brasil significaram sofrimento e violação de direitos para a população das favelas e das periferias. Na Copa do Mundo e nas olimpíadas não foi diferente. Remoções e graves violações marcaram esses eventos.[2]

As contradições do Brasil

O Brasil é um país incrível e de pessoas incríveis. Mas é também muito desigual. Apesar de mais de 54% da população se autodeclarar preta, há pouca representação dessas pessoas nos espaços de influência e de decisão. Além disso, trata-se da população mais assassinada e encarcerada. Atualmente, o Brasil é a terceira maior população carcerária do mundo, com 726.712 pessoas presas em 2016, atrás apenas de Estados Unidos

(2.145.100), China (1.649.804), e tendo superado a Rússia (646.085), segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, o Infopen.[3]

O sistema carcerário é falido e não consegue melhorar. Há pessoas presas que ainda estão esperando um julgamento. Em muitos presídios, por exemplo, falta água e alimento, sendo um espaço onde predomina a violência. Diferente dos países que lideram em relação à quantidade de pessoas privadas de liberdade, e que estão discutindo soluções para tentar reduzir sua população carcerária, no Brasil a população prisional cresce.

Além da quantidade de prisões, um genocídio racial acontece neste país. Em 2016, mais de 60 mil pessoas foram assassinadas, e grande parte dessa população era negra, segundo o Atlas da Violência 2017, lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que também aponta que de cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras.

Somente em 2017, de janeiro a agosto, 712 pessoas foram assassinadas pela polícia, segundo o ISP – Instituto de Segurança Pública, a maioria com a justificativa da guerra às drogas. Dessa maneira, a guerra às drogas, enquanto ferramenta de manutenção racista e desigual desse país, continua encarcerando e executando uma juventude potente, inteligente, empreendedora.

É porque vidas nas favelas importam e no intuito de garantir nossa sobrevivência e mostrar que a favela é potência e solução, que o Coletivo Papo Reto segue denunciando os abusos, fortalecendo as pessoas e o lugar, além de tentar se conectar com juventudes das periferias do Brasil, América Latina e do mundo.

Avanços em meio ao caos

Em 18 de fevereiro de 2015, a forma como o Coletivo Papo Reto fez da comunicação uma ferramenta para disputar narrativas e mover ações concretas, foi tema de uma reportagem da revista impressa *The New York Times*.[4] Na reportagem se destacava a potência da comunicação independente, isto é, de um celular e de internet nas mãos da juventude da periferia. Ocupamos as páginas de um dos grandes veículos da comunicação hegemônica do planeta para falar de uma nova forma de comunicar, disputar esse imaginário sobre a nossa realidade e assim, desafiar a cobertura pejorativa que a mídia hegemônica do país faz.

Também em 2015 a tv *Al Jazeera* fez um documentário sobre o trabalho do Coletivo Papo Reto em parceria com a *Witness*, chamado "A Bigger Brother".[5]

Em 2017, o Coletivo Papo Reto fez parte de uma ação conjunta em favor de moradores e moradoras do Complexo do Alemão que tinham sofrido arbitrariedade por parte de agentes do Estado, a polícia militar do Rio de Janeiro. Desde os primeiros meses do ano, policiais haviam invadido algumas casas e tinham expulsado seus moradores, transforando

as moradias daquelas pessoas em uma espécie de base militar ilegal. Estas pessoas que tiveram as casas invadidas procuraram o Coletivo Papo Reto e rapidamente traçamos um plano de ação junto a outras instituições da sociedade civil e do poder público, para tentar resolver este abuso. Foram meses tentando solucionar essa situação. Apesar de graves ameaças, por fim, diante de provas em áudio, fotos e vídeos, conseguimos vencer. Conseguimos que os policiais saíssem das casas e que o major fosse afastado da favela.

Atualmente, além do Coletivo Papo Reto, integro um projeto nacional chamado *#MOVIMENTOS: Drogas, Juventude e Favelas*, no qual, juventudes de favelas e periferias do país estão discutindo novas políticas de drogas a partir da questão da violência racial, da desigualdade social e de uma guerra que só acontece entre os pobres. Queremos falar amplamente sobre drogas com a sociedade, através de conhecimentos diversos, focando em garantia de direitos, redução de danos e no fim de uma guerra racista.

Como resultado desse trabalho e no intuito de ampliar a rede de resistência das periferias, tenho participado de diferentes encontros nacionais e internacionais, conhecendo outros movimentos que lutam contra o racismo e contra os efeitos violentos da "guerra às drogas". Só em 2017 já fui algumas vezes para os Estados Unidos, conheci o movimento negro americano, conversei com grupos como *Black lives matter*, entre outros. Também fui para Colômbia e Republica Dominicana e tenho rodado muito dentro do Brasil, falando sobre direitos humanos, racismo e principalmente ensinando e aprendendo como usar a comunicação independente e as novas tecnologias para denunciar violação de direitos humanos. Essa experiência tem sido importante para fortalecer o nosso trabalho em rede e fazer parcerias com outros coletivos e movimentos que estão na mesma linha de resistência. Em meio a toda essa correria, também continuo usando o rap e a poesia como forma de expressão dessa luta.

Segue um poema, parte do trabalho que desenvolvo através das palavras.

FAVELA,
um aglomerado de resistências e potências.
Onde o cenário da sobrevivência, faz querermos ainda mais,

VIDA,
Que por aqui é de muita luta, mas em conjunto,
Uma energia forte que faz a cada final de frase dizermos,

ESTAMOS JUNTOS,
E estamos mesmo, não tem rotina,
Sobreviver entre o racismo e a desigualdade é o que nos aproxima,

E o AMOR por cada beco e viela,
Que mantém bombeando o coração chamado favela,
ou pelo sorriso de cada criança que vive nela.

Somos potência e também solução,
Para os problemas só existe uma saída.
Temos que garantir a qualquer custo,
A Favela e Periferia VIVA.

NOTAS

1 • "Cabral é Condenado no Rio a 45 Anos e Dois Meses de Prisão por Três Crimes," UOL, 20 de setembro de 2017, acesso em 13 de dezembro de 2017, https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/09/20/cabral-e-condenado-no-rio-a-45-anos-e-dois-meses-de-prisao-por-tres-crimes.htm.

2 • "Dez Anos Depois da Chacina do Pan, Moradores do Complexo do Alemão Vivem sob Violência Cotidiana da Polícia," Anistia Internacional, 27 de junho de 2017, acesso em 13 de dezembro de 2017, https://anistia.org.br/noticias/dez-anos-depois-da-chacina-pan-moradores-complexo-alemao-vivem-sob-violencia-cotidiana-da-policia/

3 • "Há 726.712 Pessoas Presas no Brasil," Ministério da Justiça e Segurança Pública, 8 de dezembro de 2017, acesso em 13 de dezembro de 2017, http://www.justica.gov.br/noticias/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil.

4 • "A mídia não se importa com o que acontece aqui", foi o título da matéria: Matthew Shaer, "The Media Doesn't Care What Happens Here." The New York Times, 18 de fevereiro de 2015, acesso em 13 de dezembro de 2017, https://www.nytimes.com/2015/02/22/magazine/the-media-doesnt-care-what-happens-here.html.

5 • "A Bigger Brother," Al Jazeera, 16 de dezembro de 2015, acesso em 13 de dezembro de 2017, http://www.aljazeera.com/programmes/rebelgeeks/2015/12/bigger-brother-151216102151145.html.

6 • Christiano Pinho, "Defensoria Pública Exige Desocupação do Complexo do Alemão." Band News, 24 de abril de 2017, acesso em 13 de dezembro de 2017, http://bandnewsfmrio.band.uol.com.br/editorias-detalhes/defensoria-publica-exige-desocupacao-do-compl.

RAULL SANTIAGO – *Brasil*
Raull Santiago é favelado, ativista de direitos humanos pelos direitos da favela e midiAtivista, integrante do Coletivo Papo Reto.

contato: *santiago.raull@gmail.com*

Recebido em outubro de 2017.
Original em português.

"Este artigo é publicado sob a licença de Creative Commons Noncommercial Attribution-NoDerivatives 4.0 International License"

VOZES

CONECTANDO FILANTROPIA E DIREITOS

G. Ananthapadmanabhan & Shambhavi Madhan

• *Uma jornada entre ativistas e fundações* •

RESUMO

Apesar do recente crescimento da doação filantrópica no Sul Global, continua existindo uma lacuna entre o financiamento para o desenvolvimento e para os direitos humanos, sendo dada preferência ao primeiro tipo de financiamento. Este artigo argumenta que a lacuna entre esses dois paradigmas deve acabar, como ocorreu no Norte Global, embora a filantropia naquela região tenha seus desafios. Os autores afirmam que a responsabilidade por essa mudança cabe não somente às fundações filantrópicas, mas também aos ativistas.

PALAVRAS-CHAVE

Filantropia | Sul Global | Índia | Desenvolvimento | Direitos humanos

Nos últimos anos ocorreu um considerável crescimento na filantropia no Sul Global. Na Índia, os recursos totais para o setor do desenvolvimento cresceram a uma taxa de 9% nos últimos cinco anos, aumentando de cerca de 1.500 bilhões de rúpias indianas em 2011 para 2.200 bilhões em 2016.[1] Este crescimento ocorreu principalmente devido às contribuições privadas, que representaram 32% das contribuições totais para o setor de desenvolvimento em 2016, perante 15% em 2011. Embora uma quantidade significativa de financiamento tenha sido direcionada para direitos e benefícios sociais das pessoas de comunidades marginalizadas, uma pequena parcela deste financiamento é efetivamente enquadrada como contribuição para a promoção dos direitos humanos. Preencher essa lacuna é uma jornada que está em uma etapa incipiente na Índia e que continua em andamento em diversas partes do mundo.

Os filantropos na Índia operam principalmente sob o paradigma do desenvolvimento. Eles financiam o trabalho que busca incluir populações desfavorecidas ou marginalizadas do desenvolvimento econômico, melhorando seu acesso a serviços básicos como educação e saúde. Esta abordagem incorpora uma inquietação para se desenvolver segundo esse paradigma, e aponta para uma hierarquia de problemas/necessidades. Problemas como a fome e a falta de acesso à água potável ocupam os níveis mais altos de prioridade, enquanto as violações de direitos humanos e a falta de acesso à justiça, que são vistas como menos urgentes ou somente relevantes para uma minoria, são relegadas para níveis inferiores de prioridade. Sem dúvida, um quadro conceitual como o da "Abordagem das Capacidades" ("*Capability Approach*", no original em inglês), de Amartya Sen, poderia ser usado para conectar as diversas questões sociais, políticas e econômicas que marginalizam ou excluem certas comunidades.

Para os ativistas de direitos humanos, a interconectividade desses problemas é rapidamente perceptível. No entanto, a linguagem utilizada pelos ativistas para comunicar isso é muito diferente da linguagem familiar aos financiadores. Isso pode tornar essas conversas incompreensíveis na melhor das hipóteses e alienantes na pior delas. No Sul Global, embora a divisão entre direitos e benefícios sociais seja muito tênue, trabalhar com um dos problemas geralmente leva ao outro, uma ampla estrutura de direitos humanos está na maior parte do tempo ausente da perspectiva dos filantropos e programas que eles decidem apoiar.

Dessa forma, há uma série de lacunas entre os filantropos e o ordenamento de direitos humanos no Sul Global. As fundações filantrópicas do Norte Global se encontram em uma posição diferente em sua trajetória em relação às suas homólogas do Sul Global, mas estão longe de estarem livres de problemas.

Por exemplo, as fundações encontram dificuldades para investir seus fundos de doação de acordo com sua missão e seus valores. Nos últimos anos, houve um enorme repúdio contra os investimentos em combustíveis fósseis por parte das fundações e incentivo para que elas investissem em empresas mais sustentáveis.[2] Essas campanhas têm sido muito bem-sucedidas, como é evidente pela adesão, por parte de centenas de fundações em todo o mundo, a um compromisso para descontinuar o investimento em combustíveis fósseis, incluindo a *Rockefeller Brothers Fund* e a *Children's Investment Fund Foundation*. No entanto, essa questão não se encerra com o fim

dos investimentos em combustíveis fósseis e precisa avançar para os investimentos proativos de doações a organizações e programas alinhados com a missão das organizações. Um exemplo de uma organização que adota uma abordagem desse tipo para o investimento é a Fundação Heron, que está trabalhando para alcançar o investimento de fundos 100% alinhado com a sua missão.

Além disso, os filantropos do Norte Global que financiam as organizações que promovem direitos humanos, com a possível exceção daqueles dos Estados Unidos, têm uma visão internacional e, normalmente, tendem a concentrar suas ações nos países do Sul Global. Embora este apoio financeiro seja necessário no Sul Global, ele também demonstra uma tendência de concentração em violações de direitos humanos e desigualdades em outros países, à custa da apropriação por conta própria desses problemas. Isso revela uma causalidade mútua com as equações de poder existentes no Norte Global e Sul Global e, portanto, é prejudicial para o avanço dos direitos humanos em longo prazo.

O completo alinhamento entre a filantropia e o arcabouço de direitos é uma longa jornada e está longe de ser concluído. As pessoas que deixam as organizações de direitos humanos para trabalhar nas fundações são parte dos motores que impulsionaram essa jornada. Na Índia, à medida que mais fundações abrem suas portas para pessoas com um histórico de direitos humanos ou da sociedade civil, elas se tornam capazes de diversificar suas perspectivas e abordagens para a concessão de doações, criando mudanças duradouras em como o financiamento é feito e a quem ele presta apoio.

Além disso, embora a linguagem e forma constituam uma parte importante do discurso de direitos humanos, é necessário que os ativistas da área desenvolvam a capacidade de falar com os filantropos em uma linguagem que eles entendam, conectando os direitos humanos e os arcabouços de desenvolvimento. Para que essas parcerias sejam forjadas, os ativistas precisarão enfrentar o desconforto de modificar seu discurso para atender às necessidades dos filantropos, enquanto exploram maneiras de pressionar a filantropia a adotar uma abordagem baseada em direitos. Embora isso coloque o ônus da construção de conexões nos ativistas, a dinâmica de poder existente em relação ao dinheiro e à influência demanda este primeiro passo.

Em resumo, existe uma enorme sobreposição entre os objetivos dos filantropos e dos ativistas de direitos humanos. No entanto, para alcançar esses objetivos, os filantropos precisam entender que os direitos humanos e os objetivos de desenvolvimento estão inextricavelmente conectados, ao mesmo tempo em que os ativistas de direitos humanos precisam encontrar maneiras de ajudá-los a entender isso.

NOTAS

1 • Arpan Sheth, Deval Sanghavi, Anant Bhagwati, Srikrishnan Srinivasan and Pakzan Dastoor, "India Philanthropy Report 2017." Bain and Company, 4 de março de 2017, acesso em 10 de dezembro de 2017, http://www.bain.com/publications/articles/india-philanthropy-report-2017.aspx.

2 • DivestInvest, Homepage, 2017, acesso em 18 de dezembro de 2017, https://www.divestinvest.org/.

G. ANANTHAPADMANABHAN – *Índia*

G. Ananthapadmanabhan (Ananth) é o diretor-executivo da Azim Premji Philanthropic Initiatives (APPI, na denominação e sigla em inglês), uma fundação de financiamento que faz parte das iniciativas de Azim Premji para contribuir com uma sociedade justa, igualitária, sustentável e humana (www.azimpremjiphilanthropicinitiatives.org). Anteriormente, Ananth foi diretor-executivo da Anistia Internacional na Índia, diretor da Formação de Professores da Fundação Azim Premji, Diretor Internacional de Programas do Greenpeace e diretor-executivo do Greenpeace Índia. Ananth começou sua carreira como professor na *The School* da *Fundação Krishnamurti India*.

Recebido em novembro de 2017.
Original em inglês. Traduzido por Fernando Sciré.

SHAMBHAVI MADHAN – *Índia*

Shambhavi é diretora de projetos da APPI, onde coordena a gestão da doação de fundos, parcerias e comunicações. Previamente, Shambhavi trabalhou na CREA, uma organização feminista de direitos humanos, na qual sua principal função era fornecer e gerenciar a doação de pequenos recursos para organizações LGBTQ+ de base no Sul da Ásia e Ásia Central. Shambhavi também foi coordenadora de ativismo da Anistia Internacional da Índia, onde trabalhava para fortalecer o envolvimento dos membros da organização no país.

Recebido em novembro de 2017.
Original em inglês. Traduzido por Fernando Sciré.

"Este artigo é publicado sob a licença de Creative Commons Noncommercial Attribution-NoDerivatives 4.0 International License"

NÚMEROS ANTERIORES

DISPONÍVEIS NO SITE sur.conectas.org

• SUR 1, v. 1, n. 1, Jun. 2004

EMILIO GARCÍA MÉNDEZ
Origem, sentido e futuro dos direitos humanos: Reflexões para uma nova agenda

FLAVIA PIOVESAN
Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos

OSCAR VILHENA VIEIRA
E A. SCOTT DUPREE
Reflexões acerca da sociedade civil e dos direitos humanos

JEREMY SARKIN
O advento das ações movidas no Sul para reparação por abusos dos direitos humanos

VINODH JAICHAND
Estratégias de litígio de interesse público para o avanço dos direitos humanos em sistemas domésticos de direito

PAUL CHEVIGNY
A repressão nos Estados Unidos após o atentado de 11 de setembro

SERGIO VIEIRA DE MELLO
Apenas os Estados-membros podem fazer a ONU funcionar cinco questões no campo dos direitos humanos

• SUR 2, v. 2, n. 2, Jun. 2005

SALIL SHETTY
Declaração e Objetivos de Desenvolvimento do milênio: Oportunidades para os direitos humanos

FATEH AZZAM
Os direitos humanos na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do milênio

RICHARD PIERRE CLAUDE
Direito à educação e educação para os direitos humanos

JOSÉ REINALDO DE LIMA LOPES
O direito ao reconhecimento para gays e lésbicas

E.S. NWAUCHE E J.C. NWOBIKE
Implementação do direito ao desenvolvimento

STEVEN FREELAND
Direitos humanos, meio ambiente e conflitos: Enfrentando os crimes ambientais

FIONA MACAULAY
Parcerias entre Estado e sociedade civil para promover a segurança do cidadão no Brasil

EDWIN REKOSH
quem define o interesse público?

VÍCTOR E. ABRAMOVICH
Linhas de trabalho em direitos econômicos, sociais e culturais: Instrumentos e aliados

• SUR 3, v. 2, n. 3, Dez. 2005

CAROLINE DOMMEN
comércio e direitos humanos: rumo à coerência

CARLOS M. CORREA
O Acordo TRIPS e o acesso a medicamentos nos países em desenvolvimento

BERNARDO SORJ
Segurança, segurança humana e América Latina

ALBERTO BOVINO
A atividade probatória perante a corte Interamericana de Direitos Humanos

NICO HORN
Eddie mabo e a Namíbia: Reforma agrária e direitos pré-coloniais à posse da terra

NLERUM S. OKOGBULE
O acesso à justiça e a proteção aos direitos humanos na Nigéria: Problemas e perspectivas

MARÍA JOSÉ GUEMBE
Reabertura dos processos pelos crimes da ditadura militar argentina

JOSÉ RICARDO CUNHA
Direitos humanos e justiciabilidade: Pesquisa no tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

LOUISE ARBOUR
Plano de ação apresentado pela Alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos

• SUR 4, v. 3, n. 4, Jun. 2006

FERNANDE RAINE
O desafio da mensuração nos direitos humanos

MARIO MELO
Últimos avanços na justiciabilidade dos direitos indígenas no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

ISABELA FIGUEROA
Povos indígenas versus petrolíferas: controle constitucional na resistência

ROBERT ARCHER
Os pontos positivos de diferentes tradições: O que se pode ganhar e o que se pode perder combinando direitos e desenvolvimento?

J. PAUL MARTIN
Releitura do desenvolvimento e dos direitos: Lições da África

MICHELLE RATTON SANCHEZ
Breves considerações sobre os mecanismos de participação para ONGs na OMC

JUSTICE C. NWOBIKE
Empresas farmacêuticas e acesso a medicamentos nos países em desenvolvimento: O caminho a seguir

CLÓVIS ROBERTO ZIMMERMANN
Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: O caso da Bolsa Família do governo Lula no Brasil

CHRISTOF HEYNS, DAVID PADILLA
E LEO ZWAAK
Comparação esquemática dos sistemas regionais e direitos humanos: Uma atualização

RESENHA

• SUR 5, v. 3, n. 5, Dez. 2006

CARLOS VILLAN DURAN
Luzes e sombras do novo conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas

PAULINA VEGA GONZÁLEZ
O papel das vítimas nos procedimentos perante o tribunal Penal Internacional: seus direitos e as primeiras decisões do tribunal

OSWALDO RUIZ CHIRIBOGA
O direito à identidade cultural dos povos indígenas e das minorias nacionais: um olhar a partir do Sistema Interamericano

LYDIAH KEMUNTO BOSIRE
Grandes promessas, pequenas realizações: justiça transicional na áfrica Subsaariana

DEVIKA PRASAD
Fortalecendo o policiamento democrático e a responsabilização na Commonwealth do Pacífico

IGNACIO CANO
Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime

TOM FARER
Rumo a uma ordem legal internacional efetiva: da coexistência ao consenso?

RESENHA

• SUR 6, v. 4, n. 6, Jun. 2007

UPENDRA BAXI
O Estado de Direito na índia

OSCAR VILHENA VIEIRA
A desigualdade e a subversão do Estado de Direito

RODRIGO UPRIMNY YEPES
A judicialização da política na colômbia: casos, potencialidades e riscos

LAURA C. PAUTASSI
Há igualdade na desigualdade? Abrangência e limites das ações afirmativas

GERT JONKER E RIKA SWANZEN
Serviços de intermediação para crianças-testemunhas que depõem em tribunais criminais da África do Sul

SERGIO BRANCO
A lei autoral brasileira como elemento

NÚMEROS ANTERIORES

de restrição à eficácia do direito humano à educação

THOMAS W. POGGE
Para erradicar a pobreza sistêmica: em defesa de um Dividendo dos Recursos Globais

• SUR 7, v. 4, n. 7, Dez. 2007

LUCIA NADER
O papel das ONGs no conselho de Direitos Humanos da ONU

CECÍLIA MACDOWELL SANTOS
Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na comissão Interamericana de Direitos Humanos

- JUSTIÇA TRANSICIONAL -

TARA URS
Vozes do camboja: formas locais de responsabilização por atrocidades sistemáticas

CECILY ROSE E FRANCIS M. SSEKANDI
A procura da justiça transicional e os valores tradicionais africanos: um choque de civilizações – o caso de Uganda

RAMONA VIJEYARASA
Verdade e reconciliação para as "gerações roubadas": revisitando a história da Austrália

ELIZABETH SALMÓN G.
O longo caminho da luta contra a pobreza e seu alentador encontro com os direitos humanos

ENTREVISTA COM JUAN MÉNDEZ
Por Glenda Mezarobba

• SUR 8, v. 5, n. 8, Jun. 2008

MARTÍN ABREGÚ
Direitos humanos para todos: da luta contra o autoritarismo à construção de uma democracia inclusiva - um olhar a partir da Região Andina e do cone Sul

AMITA DHANDA
Construindo um novo léxico dos direitos humanos: convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências

LAURA DAVIS MATTAR
Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais – uma análise comparativa com os direitos reprodutivos

JAMES L. CAVALLARO
E STEPHANIE ERIN BREWER
O papel da litigância para a justiça social no Sistema Interamericano

- DIREITO À SAÚDE
E ACESSO A MEDICAMENTOS -

PAUL HUNT E RAJAT KHOSLA
Acesso a medicamentos como um direito humano

THOMAS POGGE
Medicamentos para o mundo: incentivando a inovação sem obstruir o acesso livre

JORGE CONTESSE
E DOMINGO LOVERA PARMO
Acesso a tratamento médico para pessoas vivendo com HIV/AIDS: êxitos sem vitória no chile

GABRIELA COSTA CHAVES, MARCELA FOGAÇA VIEIRA E RENATA REIS
Acesso a medicamentos e propriedade intelectual no Brasil: reflexões e estratégias da sociedade civil

• SUR 9, v. 5, n. 9, Dez. 2008

BARBORA BUK OVSKÁ
Perpetrando o bem: as consequências não desejadas da defesa dos direitos humanos

JEREMY SARKIN
Prisões na África: uma avaliação da perspectiva dos direitos humanos

REBECCA SAUNDERS
Sobre o intraduzível: sofrimento humano, a linguagem de direitos humanos e a comissão de verdade e Reconciliação da África do Sul

- SESSENTA ANOS DA
DECLARAÇÃO UNIVERSAL
DE DIREITOS HUMANOS -

PAULO SÉRGIO PINHEIRO
Os sessenta anos da Declaração Universal: atravessando um mar de contradições

FERNANDA DOZ COSTA
Pobreza e direitos humanos: da mera retórica às obrigações jurídicas - um estudo crítico sobre diferentes modelos conceituais

EITAN FELNER
Novos limites para a luta pelos direitos econômicos e sociais? Dados quantitativos como instrumento para a responsabilização por violações de direitos humanos

KATHERINE SHORT
Da comissão ao conselho: a Organização das Nações Unidas conseguiu ou não criar um organismo de direitos humanos confiável?

ANTHONY ROMERO
Entrevista com Anthony Romero, Diretor Executivo da American Civil Liberties Union (ACLU)

• SUR 10, v. 6, n. 10, Jun. 2009

ANUJ BHUWANIA
"Crianças muito más": "tortura indiana" e o Relatório da comissão sobre tortura em madras de 1855

DANIELA DE VITO, AISHA GILL E DAMIEN SHORT
A tipificação do estupro como genocídio

CHRISTIAN COURTIS
Anotações sobre a aplicação da convenção 169 da OIt sobre povos indígenas por tribunais da América Latina

BENYAM D. MEZMUR
Adoção internacional como medida de último recurso na África: promover os direitos de uma criança ao invés do direito a uma criança

- DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS
EM MOVIMENTO: MIGRANTES
E REFUGIADOS -

KATHARINE DERDERIAN E LIESBETH SCHOCKAERT
Respostas aos fluxos migratórios mistos: Uma perspectiva humanitária

JUAN CARLOS MURILLO
Os legítimos interesses de segurança dos Estados e a proteção internacional de refugiados

MANUELA TRINDADE VIANA
Cooperação internacional e deslocamento interno na colômbia: Desafios à maior crise humanitária da América do Sul

JOSEPH AMON E KATHERINE TODRYS
Acesso de populações migrantes a tratamento antiretroviral no Sul Global

PABLO CERIANI CERNADAS
controle migratório europeu em território africano: A omissão do caráter extraterritorial das obrigações de direitos humanos

• SUR 11, v. 6, n. 11, Dez. 2009

VÍCTOR ABRAMOVICH
Das violações em massa aos Padrões Estruturais: Novos Enfoques e clássicas tensões no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

VIVIANA BOHÓRQUEZ MONSALVE
E JAVIER AGUIRRE ROMÁN
As tensões da Dignidade Humana: conceituação e Aplicação no Direito Internacional dos Direitos Humanos

DEBORA DINIZ, LÍVIA BARBOSA
E WEDERSON RUFINO DOS SANTOS
Deficiência, Direitos Humanos e Justiça

JULIETA LEMAITRE RIPOLL
O Amor em tempos de cólera: Direitos LGBT na colômbia

- DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS
E CULTURAIS -

MALCOLM LANGFORD
Judicialização dos Direitos Econômicos, Sociais e culturais no âmbito Nacional: Uma Análise Socio-Jurídica

ANN BLYBERG
O caso da Alocação Indevida: Direitos Econômicos e Sociais e Orçamento Público

ALDO CALIARI
comércio, Investimento, Financiamento

e Direitos Humanos: Avaliação e Estratégia

PATRICIA FEENEY
A Luta por Responsabilidade das Empresas no âmbito das Nações Unidas e o Futuro da Agenda de Advocacy

- COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS -

Entrevista com Rindai chipfunde- vava, Diretora da zimbabwe Election Support Network (ZESN)
Relatório sobre o IX colóquio Internacional de Direitos Humanos

• SUR 12, v. 7, n. 12, Jun. 2010

SALIL SHETTY
Prefácio
FERNANDO BASCH ET AL.
A Eficácia do Sistema Interamericano de Proteção de Direitos Humanos: Uma Abordagem quantitativa sobre seu Funcionamento e sobre o Cumprimento de suas Decisões

RICHARD BOURNE
Commonwealth of Nations: Estratégias Intergovernamentais e Não governamentais para a Proteção dos Direitos Humanos em uma Instituição Pós-colonial

- OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO -

ANISTIA INTERNACIONAL
Combatendo a Exclusão: Por que os Direitos Humanos São Essenciais para os ODMs

VICTORIA TAULI-CORPUZ
Reflexões sobre o Papel do Forum Permanente sobre Questões Indígenas das Nações Unidas
em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do milênio

ALICIA ELY YAMIN
Rumo a uma Prestação de Contas Transformadora: Uma Proposta de Enfoque com base nos Direitos Humanos para Dar cumprimento às Obrigações Relacionadas à Saúde materna

SARAH ZAIDI
Objetivo 6 do Desenvolvimento do Milênio e o Direito à Saúde: Contraditórios ou Complementares?

MARCOS A. ORELLANA
Mudança climática e os Objetivos de Desenvolvimento do milênio:
O Direito ao Desenvolvimento, cooperação Internacional e o mecanismo de Desenvolvimento Limpo

- RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS -

LINDIWE KNUTSON
O Direito das vítimas do Apartheid a Requerer Indenizações de Corporações Multinacionais é Finalmente Reconhecido por Tribunais dos EUA?

DAVID BILCHITZ
O Marco Ruggie: Uma Proposta Adequada para as Obrigações de Direitos Humanos das Empresas?

• SUR 13, v. 7, n. 13, Dez. 2010

GLENDA MEZAROBBA
Entre Reparações,Meias Verdades e Impunidade: O Difícil Rompimento com o Legado da Ditadura no Brasil

GERARDO ARCE ARCE
Forças Armadas, Comissão da Verdade e Justiça Transicional no Peru

- MECANISMOS REGIONAIS DE DIREITOS HUMANOS -

FELIPE GONZÁLEZ
As Medidas de Urgência no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

JUAN CARLOS GUTIÉRREZ E SILVANO CANTÚ
A Restrição à Jurisdição Militar nos Sistemas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos

DEBRA LONG E LUKAS MUNTINGH
O Relator Especial Sobre Prisões e Condições de Detenção na África e o Comitê para Prevenção da Tortura na África: Potencial para Sinergia ou Inércia?

LUCYLINE NKATHA MURUNGI E JACQUI GALLINETTI
O Papel das cortes Sub-Regionais no Sistema Africano de Direitos Humanos

MAGNUS KILLANDER
Interpretação dos tratados Regionais de Direitos Humanos

ANTONIO M. CISNEROS DE ALENCAR
Cooperação entre Sistemas Global e Interamericano de Direitos Humanos no Âmbito do Mecanismo de Revisão Periódica Universal

- IN MEMORIAM -
Kevin Boyle – Um Elo Forte na Corrente
Por Borislav Petranov

• SUR 14, v. 8, n. 14, Jun. 2011

MAURICIO ALBARRACÍN CABALLERO
Corte constitucional e Movimentos Sociais: O Reconhecimento Judicial dos Direitos de casais do mesmo Sexo na colômbia

DANIEL VÁZQUEZ E DOMITILLE DELAPLACE
Políticas Públicas na Perspectiva de Direitos Humanos: Um Campo em Construção

J. PAUL MARTIN
Educação em Direitos Humanos em Comunidades em Recuperação Após Grandes crises Sociais: Lições para o Haiti

- DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA -

LUIS FERNANDO ASTORGA GATJENS
Análise do Artigo 33 da Convenção da ONU: O Papel crucial da Implementação e do Monitoramento Nacionais

LETÍCIA DE CAMPOS VELHO MARTEL
Adaptação Razoável: O Novo conceito sob as Lentes de Uma Gramática constitucional Inclusiva

MARTA SCHAAF
Negociando Sexualidade na Convenção de Direitos das Pessoas com Deficiência

TOBIAS PIETER VAN REENEN E HELÉNE COMBRINCK
A convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência na África: Avanços 5 Anos Depois

STELLA C. REICHER
Diversidade Humana e Assimetrias: Uma Releitura do contrato Social sob a Ótica das Capacidades

PETER LUCAS
A Porta Aberta: Cinco Filmes que marcaram e Fundaram as Representações dos Direitos Humanos para Pessoas com Deficiência

LUIS GALLEGOS CHIRIBOGA
Entrevista com Luis Gallegos Chiriboga, Presidente (2002-2005) do comitê Ad Hoc que Elaborou a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

• SUR 15, v. 8, n. 15, Dez. 2011

ZIBA MIR-HOSSEINI
Criminalização da Sexualidade: Leis de Zina Como Violência Contra as Mulheres em Contextos Muçulmanos

LEANDRO MARTINS ZANITELLI
Corporações e Direitos Humanos: O Debate Entre voluntaristas e Obrigacionistas e o Efeito Solapador das Sanções

ENTREVISTA COM DENISE DORA
Responsável pelo Programa de Direitos Humanos da Fundação Ford no Brasil entre 2000 e 2011

- IMPLEMENTAÇÃO NO ÂMBITO NACIONAL DAS DECISÕES DOS SISTEMAS REGIONAIS E INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS -

MARIA ISSAEVA,
IRINA SERGEEVA E MARIA SUCHKOVA
Execução das Decisões da Corte Europeia de Direitos Humanos na Rússia: Avanços Recentes e Desafios Atuais

CÁSSIA MARIA ROSATO E LUDMILA CERQUEIRA CORREIA
Caso Damião Ximenes Lopes: Mudanças e Desafios Após a Primeira condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos

DAMIÁN A. GONZÁLEZ- SALZBERG

NÚMEROS ANTERIORES

A Implementação das Sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos na Argentina: Uma Análise do Vaivém Jurisprudencial da Corte Suprema de Justiça da Nação

MARCIA NINA BERNARDES
Sistema Interamericano de Direitos Humanos como Esfera Pública transnacional: Aspectos Jurídicos e Políticos da Implementação de Decisões Internacionais

- CADERNO ESPECIAL: CONECTAS DIREITOS HUMANOS - 10 ANOS -

A Construção de uma Organização Internacional do/no Sul

• SUR 16, v. 9, n. 16, Jun. 2012

PATRICIO GALELLA E CARLOS ESPÓSITO
As Entregas Extraordinárias na Luta Contra o terrorismo. Desaparecimentos Forçados?

BRIDGET CONLEY-ZILKIC
Desafios para Aqueles que Trabalham na Área de Prevenção e Resposta ao Genocídio

MARTA RODRIGUEZ DE ASSIS MACHADO, JOSÉ RODRIGO RODRIGUEZ, FLAVIO MARQUES PROL, GABRIELA JUSTINO DA SILVA, MARINA ZANATA GANZAROLLI E RENATA DO VALE ELIAS
Disputando a Aplicação das Leis: A constitucionalidade da Lei maria da Penha nos tribunais Brasileiros

SIMON M. WELDEHAIMANOT
A CADHP no caso Southern Cameroons

ANDRÉ LUIZ SICILIANO
O Papel da Universalização dos Direitos Humanos e da migração na Formação da Nova Governança Global

- SEGURANÇA CIDADÃ E DIREITOS HUMANOS -

GINO COSTA
Segurança Pública e crime Organizado transnacional nas Américas: Situação e Desafios no âmbito Interamericano

MANUEL TUFRÓ
Participação cidadã, Segurança Democrática e conflito entre culturas Políticas. Primeiras Observações sobre uma Experiência na cidade Autônoma de Buenos Aires

CELS
A Agenda Atual de Segurança e Direitos Humanos na Argentina. Uma Análise do Centro de Estudos Legais y Sociais (CELS)

PEDRO ABRAMOVAY
A Política de Drogas e A marcha da Insensatez

VISÕES SOBRE AS UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA (UPPS) NO RIO DE JANEIRO, BRASIL

RAFAEL DIAS – Pesquisador, Justiça Global

JOSÉ MARCELO ZACCHI – Pesquisador-associado do Instituto de Estudos do trabalho e Sociedade – IETS

• SUR 17, v. 9, n. 17, dez. 2012

- DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS -

CÉSAR RODRÍGUEZ GARAVITO, JUANA KWEITEL E LAURA TRAJBER WAISBICH
Desenvolvimento e Direitos Humanos: Algumas Ideias para Reiniciar o Debate

IRENE BIGLINO, CHRISTOPHE GOLAY E IVONA TRUSCAN
A contribuição dos Procedimentos Especiais da ONU para o Diálogo entre os Direitos Humanos e o Desenvolvimento

LUIS CARLOS BUOB CONCHA
Direito à água: Entendendo seus componentes Econômico, Social e cultural como Fatores de Desenvolvimento para os Povos Indígenas

ANDREA SCHETTINI
Por um Novo Paradigma de Proteção dos Direitos dos Povos Indígenas: Uma Análise crítica dos Parâmetros Estabelecidos pela corte Interamericana de Direitos Humanos

SERGES ALAIN DJOYOU KAMGA E SIYAMBONGA HELEBA
Crescimento Econômico pode traduzir-se em Acesso aos Direitos? Desafios das Instituições da África do Sul para que o Crescimento Conduza a Melhores Padrões de Vida

ENTREVISTA COM SHELDON LEADER
Empresas Transnacionais e Direitos Humanos

ALINE ALBUQUERQUE E DABNEY EVANS
Direito à Saúde no Brasil: Um Estudo sobre o Sistema de Apresentação de Relatórios para os Comitês de Monitoramento de Tratados

LINDA DARKWA E PHILIP ATTUQUAYEFIO
Matando Para Proteger? Guardas da Terra, Subordinação do Estado e Direitos Humanos em Gana

CRISTINA RĂDOI
A Resposta Ineficaz das Organizações Internacionais em Relação à Militarização da Vida das Mulheres

CARLA DANTAS
Direito de Petição do Indivíduo no Sistema Global de Proteção dos Direitos Humanos

• SUR 18, v. 10, n. 18, Jun. 2013

- INFORMAÇÃO E DIREITOS HUMANOS -

SÉRGIO AMADEU DA SILVEIRA
Aaron Swartz e as Batalhas pela Liberdade do Conhecimento

ALBERTO J. CERDA SILVA
Internet Freedom não é Suficiente: Para uma Internet Fundamentada nos Direitos Humanos

FERNANDA RIBEIRO ROSA
Inclusão Digital como Política Pública: Disputas no Campo dos Direitos Humanos

LAURA PAUTASSI
Monitoramento do Acesso à Informação a Partir dos Indicadores de Direitos Humanos

JO-MARIE BURT E CASEY CAGLEY Acesso à Informação, Acesso à Justiça: Os Desafios da Accountability no Peru

MARISA VIEGAS E SILVA
O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas: Seis Anos Depois

JÉRÉMIE GILBERT
Direito à terra como Direito Humano: Argumentos em Prol de um Direito Específico à Terra

PÉTALLA BRANDÃO TIMO
Desenvolvimento à custa de Violações: Impacto de megaprojetos nos Direitos Humanos no Brasil

DANIEL W. LIANG WANG E OCTAVIO LUIZ MOTTA FERRAZ
Atendendo os mais Necessitados? Acesso à Justiça e o Papel dos Defensores e Promotores Públicos no Litígio Sobre Direito à Saúde na Cidade de São Paulo

OBONYE JONAS
Direitos Humanos, Extradição e Pena de Morte: Reflexões Sobre o Impasse Entre Botsuana e África Do Sul

ANTONIO MOREIRA MAUÉS
Supralegalidade dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos e Interpretação Constitucional

• SUR 19, v. 10, n. 18, Dez. 2013

- POLÍTICA EXTERNA E DIREITOS HUMANOS -

DAVID PETRASEK
Novas potências, novas estratégias? Diplomacia em direitos humanos no século XXI

ADRIANA ERTHAL ABDENUR E DANILO MARCONDES DE SOUZA NETO
cooperação brasileira para o desenvolvimento na África: qual o papel da democracia e dos direitos humanos?

CARLOS CERDA DUEÑAS
Limites e avanços na incorporação de normas internacionais de direitos humanos no México a partir da reforma

constitucional de 2011

ELISA MARA COIMBRA
Sistema Interamericano de Direitos Humanos: Desafios à implementação das decisões da corte no Brasil

CONOR FOLEY
A evolução da legitimidade das intervenções humanitárias

DEISY VENTURA
Saúde pública e política externa brasileira

CAMILA LISSA ASANO
Política externa e direitos humanos em países emergentes: Reflexões a partir do trabalho de uma organização do Sul Global

ENTREVISTA COM MAJA DARUWALA (CHRI) E SUSAN WILDING (CIVICUS)
A política externa das democracias emergentes: qual o lugar dos direitos humanos? Um olhar sobre a Índia e a África do Sul

DAVID KINLEY
Encontrando liberdade na China: Direitos humanos na economia política

LAURA BETANCUR RESTREPO
A promoção e a proteção dos direitos humanos por meio de clínicas jurídicas e sua relação com os movimentos sociais: conquistas e desafios no caso da objeção de consciência ao serviço militar obrigatório na Colômbia

ALEXANDRA LOPES DA COSTA
Inquisição contemporânea: Uma história de perseguição criminal, exposição da intimidade e violação de direitos no Brasil

ANA CRISTINA GONZÁLEZ VÉLEZ E VIVIANA BOHÓRQUEZ MONSALVE
Estudo de caso da colômbia: Normas sobre aborto para fazer avançar a agenda do Programa de Ação do Cairo

• SUR 20, v. 11, n. 20, Jan/Dez. 2014

PERFIL DE PEDRO PAULO POPPOVIC
"Não criamos a Revista Sur porque tínhamos certezas, mas porque estávamos cheios de dúvidas"

MALAK EL-CHICHINI POPPOVIC E OSCAR VILHENA VIEIRA
Perspectivas sobre o movimento internacional de direitos humanos no século XXI: As respostas mudam

- LINGUAGEM -

SARA BURKE
O que uma época de protestos globais diz a respeito da Eficácia dos direitos humanos como linguagem para alcançar mudanças sociais

VINODH JAICHAND
Após o estabelecimento de normas de direitos humanos, o que virá a seguir?

DAVID PETRASEK
Tendências globais e o futuro da defesa e promoção dos direitos humanos

SAMUEL MOYN
O futuro dos direitos humanos

STEPHEN HOPGOOD
Desafios para o Regime Global de Direitos Humanos: Os direitos humanos ainda são uma linguagem eficaz para a mudança social?

EMILIO ÁLVAREZ ICAZA
Os direitos humanos como meio eficaz para produzir mudanças sociais

ENTREVISTA COM RAQUEL ROLNIK
Sistema de Procedimentos Especiais da ONU é "controlado para não ter efeito"

ENTREVISTA COM PAULO SÉRGIO PINHEIRO
"Fora dos direitos humanos não vejo solução para atender às vítimas"

ENTREVISTA COM KUMI NAIDOO
"O Estado de Direito consolidou todas as injustiças que existiam antes dele"

- TEMAS -

JANET LOVE
Estaríamos despolitizando o poder econômico?
A deliberada irresponsabilidade corporativa e a resposta burocrática dos defensores de direitos humanos

PHIL BLOOMER
Os direitos humanos são uma ferramenta eficaz para a mudança social? Uma perspectiva sobre direitos humanos e empresas

GONZALO BERRÓN
Poder econômico, democracia e direitos humanos. Um novo debate internacional sobre direitos humanos e empresas

DIEGO LORENTE PÉREZ DE EULATE
Problemas e desafios das organizações e redes de migrações e direitos humanos na Mesoamérica

GLORIA CAREAGA PÉREZ
A proteção dos direitos LGBTI, um panorama incerto

ARVIND NARRAIN
Brasil, Índia, África do Sul: Constituições transformadoras e seu papel nas lutas LGBT

SONIA CORRÊA
Potências emergentes: Seria a sexualidade e os direitos humanos um assunto secundário?

CLARA SANDOVAL
Justiça de transição e mudança social

- PERSPECTIVAS -

NICOLE FRITZ
Litígio em direitos humanos na África Austral: Dificuldades em rebater a opinião pública prevalecente

MANDIRA SHARMA
Pondo as leis em funcionamento: Experiências do Advocacy Forum na prevenção da tortura no Nepal

MARIA LÚCIA DA SILVEIRA
Direitos humanos e mudanças sociais em Angola

SALVADOR NKAMATE
A luta pela afirmação dos direitos humanos em Moçambique: Os avanços e os retrocessos

HARIS AZHAR
A luta pelos direitos humanos na Indonésia: Avanços internacionais, impasses internos

HAN DONGFANG
Vislumbrando um futuro democrático na China

ANA VALÉRIA ARAUJO
Desafios de sustentabilidade da agenda de direitos humanos no Brasil

MAGGIE BEIRNE
Estaríamos jogando fora o bebê com a água do banho? A dinâmica Norte-Sul na perspectiva do trabalho em direitos humanos na Irlanda do Norte

ENTREVISTA COM MARÍA-I. FAGUAGA IGLESIAS
"As particularidades de Cuba nem sempre são identificadas ou compreendidas pelos ativistas de direitos humanos de outros países"

- VOZES -

FATEH AZZAM
Por que devemos ter que "representar" alguém?

MARIO MELO
Vozes da selva no estrado da Corte Interamericana de Direitos Humanos

ADRIAN GURZA LAVALLE
ONGs, direitos humanos e representação

JUANA KWEITEL
Experimentação e inovação em matéria de prestação de contas nas organizações de direitos humanos da América Latina

PEDRO ABRAMOVAY E HELOISA GRIGGS
Minorias democráticas em democracias do século 21

JAMES RON, DAVID CROW E SHANNON GOLDEN
Familiaridade com direitos humanos e status socioeconômico: Um estudo sobre quatro países

CHRIS GROVE
Construindo um movimento global para tornar direitos humanos e justiça social uma realidade para todos

NÚMEROS ANTERIORES

ENTREVISTA COM MARY LAWLOR
E ANDREW ANDERSON
"O papel das organizações internacionais deve ser apoiar os defensores locais"

- FERRAMENTAS -

GASTÓN CHILLIER E PÉTALLA BRANDÃO TIMO
O movimento global de direitos humanos no século XXI: Reflexões sob a perspectiva de uma ONG nacional de direitos humanos do Sul

MARTIN KIRK
Sistemas, cérebros e lugares silenciosos:
Reflexões sobre o futuro das campanhas de direitos humanos

ROCHELLE JONES, SARAH ROSENHEK E ANNA TURLEY
Organização de "apoio ao movimento": A experiência da Associação para os Direitos das Mulheres e o Desenvolvimento (AWID)

ANA PAULA HERNÁNDEZ
Apoiando organizações locais:
O trabalho do Fundo para os Direitos Humanos Globais no México

MIGUEL PULIDO JIMÉNEZ
Ativismo em direitos humanos em tempos de saturação cognitiva.
Falemos de ferramentas

MALLIKA DUTT E NADIA RASUL
Conscientização digital: Uma análise das oportunidades e dos riscos enfrentados pelos ativistas de direitos humanos na era digital

SOPHEAP CHAK
Influência das novas tecnologias de informação e comunicação no ativismo no Camboja

SANDRA CARVALHO
E EDUARDO BAKER
Experiências de litígio estratégico no Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos

ENTREVISTA COM FERNAND ALPHEN
"Desçam do pedestal"

ENTREVISTA COM MARY KALDOR
"As ONGs não são a mesma coisa que sociedade civil, mas algumas ONGs têm o papel de facilitadoras"

ENTREVISTA COM LOUIS BICKFORD
Convergência para o Centro Global:
"Quem define a agenda global de direitos humanos e como"

- MULTIPOLARIDADE -

LUCIA NADER
Organizações sólidas em um mundo líquido

KENNETH ROTH
Por que acolhemos parcerias em direitos humanos

CÉSAR RODRÍGUEZ-GARAVITO
O futuro dos direitos humanos: Do controle à simbiose

DHANANJAYAN SRISKANDARAJAH
E MANDEEP TIWANA
Rumo a uma sociedade civil multipolar

ENTREVISTA COM EMILIE
M. HAFNER-BURTON
"Evitar o uso do poder seria devastador para os direitos humanos"

ENTREVISTA COM MARK MALLOCH-BROWN
"Hoje somos um mundo extremamente multipolar, mas não somente composto por Estados-nação"

ENTREVISTA COM SALIL SHETTY
"Organizações de direitos humanos devem colocar mais o pé no chão" ou como perdemos o bonde

ENTREVISTA COM LOUISE ARBOR
"A solidariedade Norte-Sul é fundamental"

• SUR 21, v. 12, n. 21, Ago. 2015

- DOSSIÊ SUR DROGAS
E DIREITOS HUMANOS -

RAFAEL CUSTÓDIO
ONGs e politíca de drogas

CARL L. HART
Slogans vazios, problemas reais

LUÍS FERNANDO TÓFOLI
Políticas de drogas e saúde pública

LUCIANA BOITEUX
Brasil: Reflexões críticas sobre uma política de drogas represiva

JUAN CARLOS GARZÓN &
LUCIANA POL
O elefante na sala: Drogas e direitos humanos na América Latina

GLORIA LAI
Ásia: Em defesa de políticas de droga mais humanas e eficazes

ADEOLU OGUNROMBI
África Ocidental: Uma nova fronteira para a política de drogas?

MILTON ROMANI GERNER
Avanços na política de drogas no Uruguai

ANAND GROVER
ONU em 2016: Um divisor de águas

- ENSAIOS -

VÍCTOR ABRAMOVICH
Poderes regulatórios estatais no pluralismo jurídico global

GLENDA MEZAROBBA
Mentiras gravadas no mármore e verdades perdidas para sempre

JONATHAN WHITTALL
A ação humanitária é independente de interesses políticos?

- IMAGENS -

LEANDRO VIANA
Protestos globais:
Pela lente dos fotógrafos

- EXPERIÊNCIAS -

KIN-MAN CHAN
Ocupando Hong Kong

- PANORAMA INSTITUCIONAL -

INÊS MINDLIN LAFER
Filantropia familiar no Brasil

- DIÁLOGOS -

KASHA JACQUELINE NABAGESERA
"Todas as vozes importam"

GERARDO TORRES PÉREZ & MARÍA LUISA AGUILAR
"Eles têm de nos entregar nossos companheiros com vida"

- VOZES -

ANTHONY D. ROMERO
Vigilância em massa de E-mails:
A próxima batalha

• SUR 22, v. 12, n. 22, Jan/Dez. 2015

- O DOSSIÊ SUR
SOBRE ARMAS
E DIREITOS HUMANOS -

QUEM SENTA-SE À MESA
DE NEGOCIAÇÃO?

BRIAN WOOD
& RASHA ABDUL-RAHIM
Nascimento e coração do Tratado sobre o Comércio de Armas

JODY WILLIAMS
Mulheres, armas, paz e segurança

CAMILA ASANO
& JEFFERSON NASCIMENTO
Armas como política externa:
o caso brasileiro

DANOS COTIDIANOS

DANIEL MACK
Armas pequenas,
grandes violações

MAYA BREHM
O custo humano
do bombardeio às cidades

POLICIAMENTO

GUY LAMB
Combatendo o incêndio com fogo

ANNA FEIGENBAUM
Agentes antimotim:
O caso pró-regulamentação

PROJETANDO O FUTURO

THOMAS NASH
Tecnologias da violência
e desigualdade global

MIRZA SHAHZAD AKBAR
& UMER GILANI
Fogo do céu azul

HÉCTOR GUERRA
& MARÍA PÍA DEVOTO
Regulamentação do Comércio
de Armas e Desenvolvimento
Sustentável: os próximos 15 anos

- INFOGRÁFICOS -

INFOGRÁFICOS
Armas & Direitos Humanos

- IMAGENS -

FUNDAÇÃO MAGNUM
O impacto das armas sobre a
população civil

- DIÁLOGOS -

MARYAM AL-KHAWAJA
"Qualquer arma pode ser letal"

- ENSAIOS -

BONITA MEYERSFELD
& DAVID KINLEY
Bancos e direitos humanos:
uma experiência sul-africana

KATHRYN SIKKINK
Protagonismo da América Latina
em Direitos Humanos

ANA GABRIELA MENDES BRAGA
& BRUNA ANGOTTI
Da hipermaternidade à
hipomaternidade no cárcere
feminino brasileiro

- PANORAMA INSTITUCIONAL -

KARENINA SCHRÖDER
"As ONGs com certeza consideram
que é útil fazer parte da nossa
aliança global em prol
da prestação de contas"

- EXPERIÊNCIAS -

MAINA KIAI
Retomando espaço cívico
por meio do litígio
com apoio da ONU

- VOZES -

KAVITA KRISHNAN
Cultura do estupro
e machismo na Índia
em globalização

SHAMI CHAKRABARTI
Com o dedo no gatilho

• SUR 23, v. 13, n. 24, jul. 2016

DOSSIÊ SUR
SOBRE MIGRAÇÃO
E DIREITOS HUMANOS

• QUEM ESTÁ MIGRANDO,
PARA ONDE E POR QUÊ?

CATHERINE WIHTOL DE WENDEN
As novas migrações

SASKIA SASSEN
Três migrações emergentes:
uma mudança histórica

• POLÍTICA SOB ESCRUTÍNIO

MESSAOUD ROMDHANI
Cercas altas não produzem
bons vizinhos

JAMIL DAKWAR
Não tão sãos e salvos

DEISY VENTURA
Impacto das crises sanitárias
internacionais sobre os direitos dos
migrantes

• AVANÇANDO

FRANÇOIS CRÉPEAU
"Os traficantes sempre superarão
os governos em inteligência,
ritmo e velocidade"

ZENÉN JAIMES PERÉZ
Uma força a ser reconhecida

PABLO CERIANI CERNADAS
A linguagem como instrumento
de política migratória

- CARTOONS -

ARES, BOLIGAN, BONIL, BRANDAN, GLEZ,
PAYAM & ZLATKOVSKY
Cartooning for Peace

LATUFF

- INFOGRÁFICOS -

DEISY VENTURA & NATÁLIA ARAÚJO
Migração e direitos humanos

- VÍDEO ARTIGO -

BIA BITTENCOURT, ISADORA BRANT,
JOÃO WAINER& LUCAS FERRAZ
Mensajeros de las malas noticias

- DIÁLOGOS -

MICHAEL KIRBY
"O relatório causou sensação no CDH"

- ENSAIOS -

MAKAU MUTUA
A África e o Estado de Direito

SANDRA CARVALHO, ALICE DE
MARCHI PEREIRA DE SOUZA & RAFAEL
MENDONÇA DIAS
Políticas de Proteção a Defensores/as de
Direitos Humanos

JULIETA ROSSI
Reestruturação de dívidas soberanas,
desenvolvimento nacional e direitos
humanos

- EXPERIÊNCIAS -

LISA CHAMBERLAIN
Lutando contra empresas
pelo acesso à informação

- PANORAMA INSTITUCIONAL -

LUCIA NADER & JOSÉ G. F. DE CAMPOS
Cinco razões para temer a inovação

- VOZES -

KUMI NAIDOO
Quando a África se une

LAURA DUPUY LASSERRE
Refletir para avançar

• SUR 24, v. 13, n. 24, Dez. 2016

MULHERES: MOBILIZAÇÕES,
CONQUISTAS E ENTRAVES

- ENSAIOS -

CHIARA CAPRARO
Direitos das mulheres e justiça fiscal

PILAR ARCIDIÁCONO
Expansão e exclusões do subsídio
universal por filho na Argentina

LAURA PAUTASSI
Do "boom" do cuidado
ao exercício de direitos

HERMINIA GONZÁLVEZ TORRALBO
Os cuidados na migração
transnacional

HELENA HIRATA
O trabalho de cuidado

SOUAD EDDOUADA
Feminismo no Marrocos:
entre o local e o global

NAYEREH TOHIDI
Direitos das mulheres
e movimentos feministas no Irã

LUCÍA MARTELOTTE
25 anos de aplicação de leis
de cotas na América Latina

DJAMILA RIBEIRO
Feminismo negro para
um novo marco civilizatório

DIYA UBEROI & BEATRIZ GALLI
A recusa dos serviços de saúde
reprodutiva por motivo
de consciência na América Latina

SYLVIA TAMALE
Controle da fertilidade
das mulheres em Uganda

NATALIA GHERARDI
Violência contra mulheres
na América Latina

MARIAM KIROLLOS
"As filhas do egito
são uma linha vermelha"

WANIA PASINATO

NÚMEROS ANTERIORES

DISPONÍVEIS NO SITE sur.conectas.org

Dez anos de lei Maria da Penha

MARIANA JOFFILY
Violências sexuais nas ditaduras militares latino-americanas: quem quer saber?

- ARTE -

ILUSTRAÇÕES DE CATARINA BESSELL
Mulheres em greve

- INFOGRÁFICOS -

NATÁLIA ARAÚJO
ILUSTRAÇÃO DE CATARINA BESSELL
DESIGN DE DANIEL LOPES
Desigualdade em números

- VOZES -

SEMANUR KARAMAN
Construindo solidariedades plurais

- DIÁLOGOS -

SILVIA FEDERICI
"Nossa luta não será bem sucedida a menos que reconstruamos a sociedade"

SONIA CORREA
"A categoria mulher não serve mais para a luta feminista"

MARIA GALINDO
"A homogeneidade do feminismo nos entedia; é preciso criar alianças insólitas"

- PERFIS -

AYLA AKAT ATA
"Em um contexto de vida ou morte, a não-violência é privilégio"

YIPING CAI
"Não há desenvolvimento sem a participação das mulheres"

YARA SALLAM
"Não trocaria o que faço por mais segurança"

SIBONGILE NDASHE
"O corpo é a fonte onde estão localizadas todas as lutas"

CHRISTINE AHN
"Quem vai acabar com a guerra são as mulheres"

- PANORAMA INSTITUCIONAL -

ELLEN SPRENGER
Repensando o financiamento para os direitos das mulheres

• SUR 25, v. 14, n. 25, Jul. 2017

- DOSSIÊ SUR SOBRE RECURSOS NATURAIS E DIREITOS HUMANOS -

• O PAPEL DA LEI NA PREVENÇÃO DA EXPLORAÇÃO

JAVED NOORANI
Riqueza além do alcance

SILAS KPANAN AYOUNG SIAKOR
O papel da sociedade civil na reforma do setor de silvicultura da Libéria

• O PAPEL DO ESTADO E DA INICIATIVA PRIVADA NA EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

ASEIL ABU-BAKER
Privados de água

RENZO ALEXANDER GARCÍA
Cajamarca, Colômbia

MICHAEL POWER
& MANSON GWANYANYA
Massacre em Marikana

CAIO BORGES
& TCHENNA FERNANDES MASO
O caso do rompimento da barragem no Rio Doce

• EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

TESSA KHAN
Prestando contas dos danos aos direitos humanos causados por mudanças climáticas

MICHAEL T. KLARE
Nova matriz energética transformará os estados unidos em "terceiro mundo"?

• O PAPEL DOS INDIVÍDUOS NA PROTEÇÃO DE NOSSOS RECURSOS NATURAIS

PATRICIA ARDÓN
& DAYSI FLORES
Berta vive! Copinh continua...

ALEX SOROS
Os verdadeiros heróis e heroínas do movimento ambiental

- PERFIS -

BEATA TSOSIE PEÑA
"Eu não separo a luta da minha espiritualidade"

JENNIFER DOMÍNGUEZ
"Lutar pelos direitos humanos no meu país é saber que você vai morrer, que podem te matar"

JÔICE CLEIDE SANTIAGO DOS SANTOS
"Eu luto contra o racismo religioso e contra o racismo ambiental"

- IMAGENS -

JASHIM SALAM & KHALED HASAN
O impacto das mudanças climáticas nos seres humanos

- HISTÓRIA EM QUADRINHOS -

FRONT LINE DEFENDERS
La Lucha • A história de Lucha Castro e os direitos humanos no México

- ENSAIOS -

ALEJANDRO ANAYA MUÑOZ
Regimes internacionais de direitos humanos

MARIO PATRÓN, SANTIAGO AGUIRRE ESPINOSA, SOFÍA DE ROBINA, STEPHANIE BREWER & MARÍA LUISA AGUILAR
Um exercício novo de supervisão internacional

MARLON ALBERTO WEICHERT
Os crimes contra a humanidade em contextos democráticos

VINCENT PLOTON
La implementação das recomendações dos órgãos de tratados da ONU

- DIÁLOGOS -

ENTREVISTA COMJUAN E. MÉNDEZ
"Temos perdido o sentido do propósito de eliminar a tortura"

- EXPERIÊNCIAS -

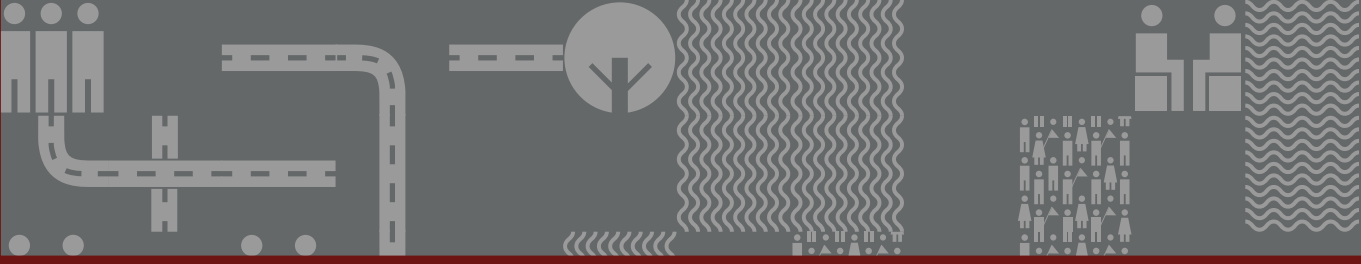
IRIT TAMIR
El código de campaña corporativa de Oxfam

- PANORAMA INSTITUCIONAL -

RENATA REIS& SUSANA DE DEUS
Médicos sem fronteiras: A coerência com seus princípio

- VOZES -

PHILIP ALSTON
Direitos humanos sob ataque



RETOMANDO O ESPAÇO CIVIL • ENSAIOS • BONDITA ACHARYA, HELEN KEZIE-NWOHA, SONDOS SHABAYEK, SHALINI EDDENS & SUSAN JESSOP • SARA ALSHERIF • JONAS BAGAS • ANA CERNOV • DENISE DORA, RAVINDRAN DANIEL & BARBARA KLUGMAN • SHANNON N. GREEN • OLGA GUZMÁN VERGARA • ADRIAN JJUUKO & LINETTE DU TOIT • STEFÁNIA KAPRONCZAY • VALERIE MSOKA • VICTORIA IBEZIM-OHAERI • CARLOS PATIÑO PEREDA • ZOYA REHMAN • DHANANJAYAN SRISKANDARAJAH & MANDEEP TIWANA • ANA MARÍA HERNÁNDEZ CÁRDENAS & NALLELY GUADALUPE TELLO MÉNDEZ • MIGUEL DE LA VEGA • INFOGRÁFICOS • VÍDEO ARTIGO • GABRIELA BERND & MARCOS VILAS BOAS • DIÁLOGOS • MAINA KIAI • VOZES • HAGAI EL-AD • RAULL SANTIAGO • G. ANANTHAPADMANABHAN & SHAMBHAVI MADHAN

Com colaboração de

THE FUND FOR GLOBAL HUMAN RIGHTS

Publicado por

conectas direitos humanos